



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
DOUTORADO EM DIREITO

ROMÁRIO EDSON DA SILVA REBELO

**UMA GENEALOGIA DO DISPOSITIVO DE ASSISTÊNCIA AOS POBRES EM
BELÉM DO PARÁ**

BELÉM
2024

ROMÁRIO EDSON DA SILVA REBELO

**UMA GENEALOGIA DO DISPOSITIVO DE ASSISTÊNCIA AOS POBRES EM
BELÉM DO PARÁ**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito
do Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal
do Pará (PPGD/ICJ/UFPa) como requisito para a obtenção
do título de Doutor em Direito.

Área de Concentração: Direitos Humanos

Linha de Pesquisa: Estudos Críticos do Direito

Orientador: Prof. Dr. Jean-François Yves Deluchey

BELÉM
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R289g Rebelo, Romário Edson da Silva.
 Uma genealogia do dispositivo de assistência aos pobres em
 Belém do Pará / Romário Edson da Silva Rebelo. — 2024.
 216 f. : il. color.

 Orientador(a): Prof. Dr. Jean François Yves Deluchey
 Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de
 Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Belém,
 2024.

 1. biopolítica. 2. dispositivo. 3. assistência social. 4.
 neoliberalismo. 5. pobreza. I. Título.

CDD 341.63

ROMÁRIO EDSON DA SILVA REBELO

**UMA GENEALOGIA DO DISPOSITIVO DE ASSISTÊNCIA AOS POBRES EM
BELÉM DO PARÁ**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito
do Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal
do Pará (PPGD/ICJ/UFPA) como requisito para a obtenção
do título de Doutor em Direito.

Data da aprovação: 30/09/2024

Banca examinadora:

Prof. Dr. Jean-François Yves Deluchey
PPGD/ICJ/UFPA

Prof. Dr. Saulo Monteiro Martinho de Matos
PPGD/ICJ/UFPA

Prof. Dr. Ricardo Evandro Santos Martins
PPGD/ICJ/UFPA

Profa. Dra. Bárbara Lou da Costa Veloso Dias
PPGSS/ICSA/UFPA

Profa. Dra. Estela Scheinvar
PPFH/CEH/UERJ

A todas às pessoas humilhadas diariamente nas
longas filas da assistência social.

AGRADECIMENTOS

Para evitar injustiças, dirijo aqui meus agradecimentos às pessoas e instituições que contribuíram direta e ativamente para o desenvolvimento da pesquisa.

Inicialmente, agradeço à minha mãe, Rita de Cácia Ferreira da Silva, e a minha esposa, Inês Nassar Bandeira, pelo apoio durante todo o curso de doutorado.

Agradeço ao Prof. Dr. Jean-François Yves Deluchey por ter aceitado me orientar e de me ensinar muitas coisas do mundo acadêmico e da vida política.

Agradeço também à Profa. Dra. Bárbara Lou da Costa Veloso Dias pelas reflexões, críticas, rupturas e todas as outras contribuições metodológicas sempre muito pertinentes.

Agradeço ainda ao Prof. Dr. Saulo Monteiro Martinho de Matos, ao Prof. Dr. Ricardo Evandro Santos Martins e à Profa. Dra. Estela Scheinvar pelos valiosos ensinamentos.

Meus agradecimentos à Fundação Papa João XXIII e à Secretaria de Administração de Belém pelo acesso aos seus arquivos, assim como à Bibliotecas Públicas Arthur Vianna e Avertano Rocha pelo acesso aos seus acervos mais raros.

Meus agradecimentos também aos colegas de trabalho que gentilmente me indicaram ou emprestaram materiais de pesquisa, assim como à minha chefia imediata, Maria do Socorro Gomes Moreira Brasil, e à minha equipe de referência, Alex Santiago de Souza e Elenildo Carvalho Souza, pela escuta e parceria.

Ao Programa de Pós-Graduação em Direito do Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará e ao Grupo de Estudos sobre as Normalizações Violentas na Amazônia, agradeço pelas condições que propiciaram o desenvolvimento da pesquisa.

Assim como aos colegas do programa, agradeço a união nas mobilizações, e ao Prof. Dr. Breno Baia Magalhães, agradeço a sensibilidade às demandas discentes.

E à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior agradeço o financiamento da pesquisa através da concessão da bolsa de doutorado, que foi muito importante para levá-la adiante.

Só tenho a agradecer.

“A maioria dos homens arruína suas vidas por força de um altruísmo doentio e extremado – são forçados, deveras, a arruiná-las. Acham-se cercados dos horrores da pobreza, dos horrores da fealdade, dos horrores da fome. É inevitável que se sintam fortemente tocados por tudo isso. As emoções do homem são despertadas mais rapidamente que sua inteligência; e, como ressaltei há algum tempo em um ensaio sobre a função da crítica, é bem mais fácil sensibilizar-se com a dor do que com a idéia. Conseqüentemente, com intenções louváveis embora mal aplicadas, atiram-se, graves e compassivos, à tarefa de remediar os males que vêem. Mas seus remédios não curam a doença: só fazem prolongá-la. De fato, seus remédios são parte da doença. Buscam solucionar o problema da pobreza, por exemplo, mantendo vivo o pobre; ou, segundo uma teoria mais avançada, entretendo o pobre. Mas isto não é uma solução: é um agravamento da dificuldade. A meta adequada é esforçar-se por reconstruir a sociedade em bases tais que nela seja impossível a pobreza. E as virtudes altruístas têm na realidade impedido de alcançar essa meta. Os piores senhores eram os que se mostravam mais bondosos para com seus escravos, pois assim impediam que o horror do sistema fosse percebido pelos que o sofriam, e compreendido pelos que o contemplavam”.

Oscar Wilde

RESUMO

Com o presente trabalho, proponho pensar o que chamo de dispositivo de assistência aos pobres por meio de conceitos e categorias da obra de Michel Foucault e da história de Belém do Pará, mais precisamente, a partir da experiência da Fundação Papa João XXIII (Funpapa), criada em 1966 e, desde 2004, responsável pela gestão da Política Nacional de Assistência Social no município. Na aula de 17 de março de 1976 do curso *Em defesa da sociedade*, Michel Foucault diferenciou a grande assistência, aquela que a um só tempo era maciça e lacunar, essencialmente vinculada à Igreja, de um novo modelo de assistência, baseado em mecanismos mais sutis e economicamente muito mais racionais, que de acordo com o próprio autor tinham muito a ver com o desenvolvimento de uma arte de governar liberal-neoliberal. Nesse rastro, busquei compreender, em que medida, esses mecanismos se incorporaram ao dispositivo de assistência aos pobres ao longo da história de Belém do Pará. Para tanto, propus resgatar essa história. Com isso, pude analisar o novo modelo de assistência. E, por fim, tive possibilidade de investigar o porquê da virada. A pesquisa se desenvolveu nos arquivos de uma série de repartições do município e nos acervos das bibliotecas públicas, inclusive, nas seções de obras raras, obras paraenses e microfilmagem. Ao resgatar essa história, encontrei pistas das origens da grande assistência num tipo muito específico de caça aos pobres que, com o tempo foi se revestindo de técnicas pastorais e dando o tom ao novo modelo de assistência, cujo surgimento esteve marcado por grandes acontecimentos no mundo e no país entre as décadas de 1960 e 1970, mas também, por fatos e disputas locais, cujos discursos e práticas viabilizaram aqueles mecanismos mais sutis e economicamente mais racionais que capturam e conduzem a população mais pobre, sobretudo na virada dos anos 2000.

Palavras-chave: biopolítica; dispositivo; assistência social; neoliberalismo; pobreza.

ABSTRACT

With this thesis, I propose to think about what I call the device of assistance to the poor through concepts and categories from the work of Michel Foucault and the history of Belém do Pará, more precisely, from the experience of the Fundação Papa João XXIII (Funpapa), created in 1966 and, since 2004, responsible for the management of the National Social Assistance Policy in the municipality. In the class of March 17, 1976 of the course *In Defense of Society*, Michel Foucault differentiated the large-scale assistance, which was at the same time massive and incomplete, essentially linked to the Church, from a new model of assistance, based on more subtle and economically much more rational mechanisms, which according to the author himself had a lot to do with the development of a liberal-neoliberal art of governing. In this regard, I tried to understand the extent to which these mechanisms were incorporated into the device of assistance to the poor throughout the history of Belém do Pará. To this end, I proposed to rescue this story. With this, I was able to analyze the new assistance model. And, finally, I was able to investigate the reason for the change. The research was carried out in the archives of a series of municipal departments and in the collections of public libraries, including the sections of rare works, works from Pará and microfilms. By recovering this history, I found clues to the origins of the large-scale assistance in a very specific type of hunting down the poor that, over time, was clothed in pastoral techniques and set the tone for the new assistance model, whose emergence was marked by major events in the world and in the country between the 1960s and 1970s, but also by local events and disputes, whose discourses and practices made viable those more subtle and economically rational mechanisms that capture and guide the poorest population, especially at the turn of the 2000s.

Keywords: biopolitics; device; social assistance; neoliberalism; poverty.

RÉSUMÉ

Dans cette thèse, je propose de réfléchir à ce que j'appelle le dispositif d'assistance aux pauvres en utilisant des concepts et des catégories issus de l'œuvre de Michel Foucault et de l'histoire de Belém do Pará, plus précisément de l'expérience de la Fondation Pape Jean XXIII (FUNPAPA), créée en 1966 et chargée, depuis 2004, de gérer localement la politique nationale d'assistance sociale. Dans une conférence donnée le 17 mars 1976 dans le cadre du cours *Il faut défendre la société*, Michel Foucault a fait la différence entre une assistance à grande échelle, à la fois massive et lacunaire, essentiellement liée à l'Église, et un nouveau modèle d'assistance, basé sur des mécanismes plus subtils et économiquement plus rationnels, qui, selon l'auteur lui-même, est lié au développement d'un art de gouverner libéral-néolibéral. Dans cette optique, j'ai cherché à comprendre dans quelle mesure ces mécanismes ont été incorporés à l'assistance aux pauvres tout au long de l'histoire de Belém du Pará. Pour ce faire, j'ai entrepris de reconstruire cette histoire, ce qui m'a permis de retracer la généalogie du nouveau modèle d'assistance sociale. Enfin, j'ai pu étudier les raisons de ce renouvellement institutionnel. La recherche a été effectuée dans les archives d'une série d'offices municipaux et dans les collections des bibliothèques et archives publiques (ouvrages rares, archives, microfilms, etc.). En retrouvant cette histoire, j'ai trouvé des indices concernant les origines de l'assistance à grande échelle dans un type très spécifique de chasse aux pauvres qui, au fil du temps, a été enrobé de techniques pastorales, et a donné le ton au nouveau modèle d'assistance, dont l'émergence a été marquée par des événements majeurs dans le monde et dans le pays entre les années 1960 et 1970, mais aussi par des événements et des conflits locaux, dont les discours et les pratiques ont rendu possibles ces mécanismes plus subtils et économiquement rationnels qui capturent et dirigent la population la plus pauvre, en particulier au tournant des années 2000.

Mots clés: biopolitique; dispositif; assistance sociale; néolibéralisme; pauvreté.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Fachada do Instituto Gentil Bittencourt.	67
Fotografia 2 – Estrutura interna do Instituto Gentil Bittencourt.	68
Fotografia 3 – As filhas de Sant’Ana e as meninas do Instituto Gentil Bittencourt.....	69
Fotografia 4 – Fachada do Instituto Lauro Sodré.	71
Fotografia 5 – Fachada do Instituto Orfanológico do Outeiro.	71
Fotografia 6 – Internato Feminino do Instituto Santo Antônio do Prata.	72
Fotografia 7 – Leitura dos jornais de 1966 microfilmados.	73
Fotografia 8 – Meninos do grupo de picolé do Projeto de Educação Semiprofissionalizante.	111
Fotografia 9 – Meninos do Projeto Jornaleiro.	113
Fotografia 10 – Faixada do Abrigo Institucional de Icoaraci.	116
Fotografia 11 – Sala de TV do Abrigo Institucional de Icoaraci.....	117
Fotografia 12 – Granja Modelo, sede do Projeto Sementes do Amanhã.....	130
Fotografia 13 – Oficina de Comunicação do Projeto Sementes do Amanhã, no Estúdio da Cultura FM.	131
Fotografia 14 – Apresentação de monociclo do Projeto Escola Circo, na Praça da República.	134
Fotografia 15 – Primeira lona do Projeto Escola Circo.....	135

LISTA DE SIGLAS

AceSUAS Trabalho	Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho
Bid	Banco Interamericano de Desenvolvimento
Bird	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento
BPC	Benefício de Prestação Continuada
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CC	Centro de Convivência
CCU	Central do Cadastro Único
Centro POP	Centro de Referência para Pessoas em Situação de Rua
Centro-Dia	Centro-Dia de Referência para Pessoas com Deficiência e suas Famílias
Centur	Centro Cultural e Turístico Tancredo Neves
Cepas	Companhia Especial de Polícia Assistencial da Polícia Militar
Cesip-Margear	Grupo de Estudos sobre as Normalizações Violentas na Amazônia
CIIC	Centro Integrado de Inclusão e Cidadania
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNS	Conselho Nacional de Saúde
Congemas	Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DRT	Delegacia Regional do Trabalho

EAPI	Espaço de Acolhimento Provisório Infantil
Enasa	Empresa de Navegação da Amazônia
Fadesp	Fundação para o Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa
Fbesp	Fundação de Bem-Estar Social do Pará
Febens	Fundações Estaduais para o Bem-Estar do Menor
FMAS	Fundo Municipal de Assistência Social
FMI	Fundo Monetário Internacional
Fterpa	Fundação dos Terminais Rodoviários do Pará
Funabem	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
Funcap	Fundação da Criança e do Adolescente
Funpapa	Fundação Papa João XXIII
Gdoc	Gestão Documental de Belém
Gena-Amazônia	Grupo de Estudos sobre Neoliberalismo e Alternativas
IFPA	Instituto Federal do Pará
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
LBA	Liga Brasileira de Assistência
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Mesa	Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome
Namir	Núcleo de Atendimento ao Migrante e Refugiado
Nisp	Núcleo de Inclusão Socioproductiva
Nusp	Núcleo de Planejamento
Nusvisa	Núcleo de Vigilância Socioassistencial
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PPFH/CEH/UERJ	Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana do Centro de Educação e Humanidades da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
PPGD/ICJ/UFPA	Programa de Pós-Graduação em Direito do Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará
PPGSS/ICSA/UFPA	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará
Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
Seaster	Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda do Pará
Segep	Secretaria de Gestão e Planejamento de Belém
Semad	Secretaria de Administração de Belém
Semec	Secretaria de Educação de Belém
Seurb	Secretaria de Urbanismo de Belém
Sicape	Serviço para Situação de Calamidade Pública e Emergência
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TRF1	Tribunal Federal da Primeira Região
TRT8	Tribunal do Trabalho da Oitava Região
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFPA	Universidade Federal do Pará
Unama	Universidade da Amazônia
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unicef	Fundo das Nações Unidas para a Infância
Uppe	Unidade de Proteção Pré-Escolar
Urape	Unidade de Reeducação Alimentar Pré-Escolar

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 METODOLOGIA.....	20
1.1.1 Proposta teórico-metodológica	20
1.1.2 Campo, materiais e técnicas de pesquisa.....	28
1.2 PROBLEMÁTICA	29
2 O DISPOSITIVO DE ASSISTÊNCIA AOS POBRES	41
2.1 A GRANDE ASSISTÊNCIA	41
2.2 A GRANDE ASSISTÊNCIA EM BELÉM DO PARÁ	53
2.3 A VIRADA DA GRANDE ASSISTÊNCIA EM BELÉM DO PARÁ.....	73
3 O NOVO MODELO DE ASSISTÊNCIA AOS POBRES EM BELÉM DO PARÁ	89
3.1 A EPISTEME DO NOVO MODELO DE ASSISTÊNCIA	89
3.2 A INSTITUIÇÃO DO NOVO MODELO DE ASSISTÊNCIA.....	104
3.3 O REPOSICIONAMENTO DA INSTITUIÇÃO ÀS DISPUTAS DE EPISTEME	122
4 A ESTRATÉGIA DO DISPOSITIVO DE ASSISTÊNCIA AOS POBRES	143
4.1 O NEOLIBERALISMO E A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ..	143
4.2 A RECEPÇÃO LOCAL DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ...	159
4.3 VIDA E MORTE COM A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	178
5 CONCLUSÃO.....	193
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	201
REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS	208

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (Capes) e decorre do Curso de Doutorado em Direitos Humanos da Linha de Pesquisa *Estudos Críticos do Direito* do Programa de Pós-Graduação em Direito do Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará (PPGD/ICJ/UFPA).

As discussões que o permeiam partem dos Projetos de Pesquisa *Os dispositivos normativos neoliberais face ao apagamento da bio-sociodiversidade na Amazônia* (2020-2023) e *O necroliberalismo como estratégia governamental: análises teóricas e empíricas a partir da Amazônia brasileira* (2023-atual), coordenados pelo Prof. Dr. Jean François Yves Deluchey no Grupo de Estudos sobre as Normalizações Violentas na Amazônia (Cesip-Margear), com registro no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Nele, proponho pensar o que chamo de dispositivo de assistência aos pobres por meio de conceitos e categorias da obra de Michel Foucault e da história de Belém do Pará, mais precisamente, a partir da experiência da Fundação Papa João XXIII (Funpapa).

A Funpapa foi criada em 1966 e, desde 2004, é responsável pela gestão da Política Nacional de Assistência Social no município. Trata-se, portanto, de um campo de pesquisa importante para o assunto, ao qual tive acesso mediante autorização da presidência da fundação por meio de processo administrativo próprio (Gdoc n. 5114/2022-Funpapa).

Meu primeiro contato com a Funpapa ocorreu em 2014, em razão do estágio na Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Belém. Dentre suas atribuições, nos termos do artigo 200 e seguintes da Lei n. 8.069, de 13 de junho de 1990, que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente, esse órgão do Sistema de Justiça atua em processos judiciais envolvendo crianças e adolescentes vítimas de violência ou em situação de abandono e orfandade sob medida de proteção de acolhimento institucional, assim como também é responsável, nos termos da Resolução n. 71, de 15 de junho de 2011, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), pela inspeção dos estabelecimentos que recebem a demanda.

Entre os estabelecimentos inspecionados pela Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Belém, acompanhei mais de perto: o Abrigo Especial Calabriano, localizado no Bairro do Telégrafo, para crianças e adolescentes com deficiências e condições neurológicas específicas, então gerido pelo Instituto Francisco Perez mediante convênio com a Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda do Pará (Seaster); o Espaço de Acolhimento Provisório Infantil (EAPI), então localizado no Conjunto Satélite, para crianças de 0 a 6 anos que, por sua vez, era gerido diretamente pela própria Seaster; e o Abrigo Euclides Coelho Filho,

então localizado no Bairro do Marco, para crianças de 6 a 12 anos do sexo masculino, gerido pela Funpapa.

Na época, a Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Belém monitorava o processo de reordenamento e municipalização dos abrigos institucionais, em atenção à reforma do Estatuto da Criança e do Adolescente promovida pela Lei n. 12.010, de 3 de agosto de 2009, que alterou a então medida de proteção de abrigamento institucional para a medida de proteção de acolhimento institucional de acordo com o *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária de 2006* e com as *Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes de 2009*.

Nesse processo, o EAPI foi descontinuado, e o público então atendido foi absorvido pelos abrigos institucionais dos municípios de origem. Em Belém do Pará, mais precisamente, foi absorvido pelo Abrigo Euclides Coelho Filho.

O processo de reordenamento e municipalização dos abrigos institucionais exigiu vários esforços do Sistema de Justiça, da Seaster e da Funpapa não só para descentralizar o atendimento, evitando a concentração de vagas na capital, mas também para evitar a superlotação e a longa permanência de crianças e adolescentes nesses estabelecimentos, sem perspectiva de desligamento mediante retorno à chamada família nuclear, ou de colocação em família extensa ou substituta.

Apenas o Abrigo Especial Calabriano, devido às especificidades do público, resistiu e ainda resiste ao processo, mantendo a oferta acima das vinte vagas permitidas, e sem muitas perspectivas de desligamento, a ponto de metade das crianças e dos adolescentes atendida no estabelecimento ter atingido a maioridade civil nos últimos anos.

Tratado como exceção pelo próprio Sistema de Justiça, o Abrigo Especial Calabriano foi meu objeto de pesquisa durante o Curso de Mestrado em Direitos Humanos. Devidamente autorizado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFPA, o trabalho intitulado *Acolhimento institucional para crianças e adolescentes com deficiência* derivou da antiga Linha de Pesquisa *Inclusão Social* do PPGD/ICJ/UFPA. Após a defesa pública em 2019, os resultados da pesquisa deram base, naquele mesmo ano, a uma ação civil pública promovida pela Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Belém para adequação da medida de proteção de acolhimento institucional para crianças e adolescentes com deficiência no município (Processo n. 0829697-75.2019.814.0301).

Naquela altura, com as críticas da banca avaliadora, percebi que os abrigos institucionais, parafraseando Agamben (2004) ao estudar a inclusão pela exclusão no livro *Homo sacer II: Estado de exceção*, se encontram numa zona de indeterminação entre salvação

e punição dos pobres, disputada por entidades não-governamentais e pelo Poder Público, atravessada pelo discurso dos direitos humanos e, ao mesmo tempo, pelo discurso religioso, mais ou menos vigiada pelo Sistema de Justiça, e que ia muito além aos abrigos institucionais para crianças e adolescentes vítimas de violência ou em situação de abandono e orfandade.

Essa zona de indeterminação abrange muitos outros mundos: das chamadas famílias em vulnerabilidade e risco social; crianças, adolescentes, mulheres, idosos e pessoas com deficiência vítimas de violência sexual, física e psicológica; tráfico de pessoas, deslocamento forçado, discriminação racial, étnica, de origem, sexual e de gênero; situação de rua; trabalho infantil, trabalho escravo etc.

Aqui em aqui em Belém do Pará, em se tratando do Poder Público, são mundos atravessados pela atuação da Funpapa, por meio da execução da Política Nacional de Assistência Social. Ainda que essa atuação tenha interface e intersecção com outras políticas públicas e iniciativas não regulamentadas.

Para que possamos ter uma vaga noção de como esses mundos são atravessados atualmente, segundo o *Diagnóstico Socioterritorial* presente no *Plano Municipal de Assistência Social de Belém de 2022/2025*, só na estrutura da Proteção Social Básica, a Funpapa gere: doze Centros de Referência de Assistência Social (CRAS); um Centro de Convivência para Idosos (CC); uma Central do Cadastro Único (CCU); e um Núcleo de Inclusão Socioproductiva (Nisp).

Na estrutura da Proteção Social Especial de Média Complexidade, a fundação gere: cinco Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS); dois Centros de Referência para Pessoas em Situação de Rua (Centros POP); e um Centro-Dia de Referência para Pessoas com Deficiência e suas Famílias (Centro-Dia).

E na estrutura da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, a Funpapa gere: oito abrigos institucionais (um para crianças de 0 a 6 anos, um para crianças de 7 a 11 anos, dois para adolescentes de 12 a 18 anos, um para mulheres vítimas de violência doméstica e os respectivos filhos, dois para pessoas em situação de rua, e um para indígenas da Venezuela em situação de refúgio no Brasil); um Serviço para Situação de Calamidade Pública e Emergência (Sicape); e um Núcleo de Atendimento ao Migrante e Refugiado (Namir).

Além de tudo isso, a fundação ainda mantém oito conselhos tutelares e, em alguma medida, financia mais de quarenta entidades não-governamentais por meio de termos de parceria e cooperações técnicas.

Em 2019, após aprovação em concurso público, passei a integrar o quadro de servidores da Funpapa. Fui lotado na Proteção Social Especial de Média Complexidade, e a princípio integrei a equipe de referência do serviço de abordagem social do Centro POP São

Brás. No mesmo ano, ainda na estrutura da Proteção Social Especial de Média Complexidade, fui transferido para compor a equipe de referência do mesmo serviço, mas do CREAS José Dias, que abrange os Distritos de Icoaraci e Outeiro, incluindo as respectivas ilhas, e desde então, tenho trabalhado com crianças e adolescentes em situação de rua desse território.

A partir de 2020 passei a integrar o movimento sindical da categoria, e com a greve de 2022 solicitei minha filiação à entidade que, dentre as agendas, acompanha o financiamento da política pública em Belém do Pará, as condições de trabalho na fundação e a qualidade dos serviços ofertados à população do município.

Portanto, meu ponto de vista é de um trabalhador da Política Nacional de Assistência Social de dois distritos periféricos e insulares de Belém do Pará. Logo, preciso esclarecer que, ao mesmo tempo que tenho acesso a muitos dados primários e secundários por estar incluído no próprio campo de pesquisa, posso não tomar a devida consciência para o estranhamento necessário para identificar as contradições com as quais já esteja familiarizado.

No entanto, ainda em 2020, com o ingresso no Curso de Doutorado em Direitos Humanos da Linha de Pesquisa *Estudos Críticos do Direito* do PPGD/ICJ/UFPa e no Grupo de Estudos Cesip-Margear, pude conhecer mais a fundo a obra de Michel Foucault, cujos conceitos e categorias me ajudaram a pensar a Política Nacional de Assistência Social, sobretudo, durante a pandemia de Covid-19.

A pandemia de Covid-19 foi um divisor de águas, pois foi o momento mais crítico de atuação no território que vivi até o momento e, talvez por isso, tenha havido mais estranhamentos a partir dos quais foi possível identificar contradições na própria política pública e no fazer local diário, algumas dessas, objeto dos artigos científicos:

- *Biopolítica como pacificação da vida revolucionária;*
- *A tradição da institucionalização em Belém do Pará: um estudo jurídico-documental sobre a prática do confinamento de crianças e adolescentes em estabelecimentos fechados;*
- *Indústria alimentícia, fome e pandemia;*
- *Instituições totais como dispositivo biopolítico: o neoliberalismo como chave de leitura da gestão dos indesejáveis;*
- *Assistência social, biopolítica e neoliberalismo;*
- *e Para além da situação de emergência: análise da demanda Warao na política de assistência social.*

Todos eles publicados em anais de evento e periódicos sobre direitos humanos e políticas públicas nos últimos quatro anos.

Com o presente trabalho, e seguindo estritamente as recomendações da banca de qualificação, busco aprofundar os estudos sobre a história da Funpapa, onde podemos encontrar pistas sobre o que o dispositivo de assistência aos pobres mobilizou para se consolidar e se manter vivo até hoje em Belém do Pará.

Aliás, apesar dessa fundação cobrir os últimos cinquenta anos da história recente do dispositivo de assistência aos pobres em Belém do Pará, o estado da arte sobre o tema ainda não explorou a genealogia dessa experiência.

Não por acaso, o sistema de busca-integrada da Biblioteca Central da UFPA indique apenas onze trabalhos sobre a Funpapa produzidos na universidade entre 2007 e 2018 registrados no acervo digital. Desses onze, somente seis tratam especificamente da fundação. Quatro abordam um serviço ou um público em particular, sendo mais comum o universo dos serviços para crianças e adolescentes, como é o caso dos abrigos institucionais. E somente dois se propõem a uma análise mais global, perpassando por outros serviços ou públicos, ainda que tangenciando o mesmo universo comum aos outros trabalhos, com os quais pretendo dialogar. Trata-se das dissertações:

- *A gente precisa é trabalhar: ser criança nas políticas dirigidas às crianças* de Lana Patrícia de Lemos Alves, defendida em 2007;
- e *Saúde mental e trabalho na assistência social: vivências de sofrimento psíquico e estratégias de defesa dos servidores da Funpapa* de Andréa de Barros Mendes, defendida em 2011.

Outro importante levantamento sobre o estado da arte que devemos levar em consideração é o inventário de pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da UFPA (PPGSS/ICSA/UFPA), para o qual a Política Nacional de Assistência Social, como ainda veremos, é historicamente relevante. Segundo Mathis *et al.* (2017) no artigo *Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPA: elementos históricos e temas de pesquisa em 20 anos*, do total de cento e noventa trabalhos decorrentes das linhas de pesquisa do programa, a maioria aborda a temática do trabalho, seguido da formação socioprofissional do serviço social e da questão urbana e agrária, da seguridade, e por último, dos conflitos geracionais e movimentos sociais. Entre os que abordam a temática da seguridade, cerca de trinta trabalhos tratam das políticas de previdência, saúde e assistência social, mas apenas dois tratam diretamente da Funpapa, sugerindo qual é o alcance do estado da arte até o momento.

Vale a pena levar em consideração, ainda, os trabalhos decorrentes da Linha de Pesquisa *Formação Humana e Cidadania* do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana do Centro de Educação e Humanidades da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPFH/CEH/UERJ) sobre as implicações das políticas públicas nos processos de subjetivação e socialização, especialmente aqueles que tratam diretamente da Política Nacional de Assistência Social, com os quais também pretendo dialogar. Desses, destaco as dissertações:

- *Família em vulnerabilidade social: uma produção de demanda* de Michelle Villaça Lino, defendida em 2010;
- e *Entre os direitos e a filantropia: práticas da assistência social e controle da vida* de Kássia de Oliveira Martins Siqueira, defendida em 2011;

Da mesma linha de pesquisa desse programa, destaco também o artigo *Assistência social e biopoder: produzindo vulnerabilidades, prevenindo riscos e normalizando as formas de viver* de Michelle Villaça Lino e Kássia de Oliveira Martins Siqueira, publicado em 2013.

Todos esses trabalhos abordam o papel da Política Nacional de Assistência Social na normalização das formas de vida das famílias em vulnerabilidade e risco social.

1.1 METODOLOGIA

Aqui pretendo explicar o que entendo por dispositivo de assistência aos pobres a partir da definição da proposta teórico-metodológica e do método necessário para analisar os dados coletados no campo e nos materiais de pesquisa.

1.1.1 Proposta teórico-metodológica

Em 1977, Foucault (1998) concedeu uma entrevista a Alain Grossichard na qual explicou o que entendia, àquela altura, por dispositivo, um termo muito frequente no livro *A história da sexualidade I: a vontade de saber* publicado em 1976, para falar de sexualidade num sentido próprio, muito diferente daquele usado por biólogos ou historiadores.

Para ele, o dispositivo se trata de um

conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas,

enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (Foucault, 1998, p. 244).

Aprofundando a definição, ele explica a relação que existe entre todos esses elementos que considera heterogêneos:

pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes (Foucault, 1998, p. 244).

Foucault (1998) conclui que um dispositivo é formado, em dado momento histórico, com a função principal de responder ao que ele chamou de urgência. Uma função que é estratégica a serviço não só da manutenção, mas também da acentuação do desequilíbrio de forças que permeiam as relações de saber-poder, como ocorreu com o dispositivo da loucura, levando ao confinamento em hospitais e afins uma massa até então flutuante, que passou a ser incômoda à economia mercantilista.

Diante da compreensão de um de seus interlocutores no sentido de que dispositivo constitui, ao mesmo tempo, uma força criativa, referindo-se à criação da figura do louco, Foucault (1998) não só valida essa compreensão como vai além ao dizer que o dispositivo é marcado por essa genealogia em dois momentos essenciais: o primeiro, com a predominância de determinado objetivo estratégico que se quer garantir; e o segundo, com o complexo e paradoxal processo de sobredeterminação funcional, baseado na rearticulação e reajuste da ressonância e contradições dos elementos heterogêneos chamados a garantia do objetivo estratégico, o que acaba operando, em última instância, o que ele chamou de perpétuo preenchimento estratégico. O objetivo estratégico, alerta ele nessa mesma entrevista, não se resume a meros interesses, exatamente por abarcar necessidades globais, inclusive, anônimas, assim definidas quando não for possível dizer quem as concebeu.

Por fim, ao que nos interessa aqui, Foucault (1998) admite que passou a dar destaque ao termo dispositivo tal como deu, em uma fase anterior do seu pensamento-obra, ao termo episteme, que aqui podemos definir, grosso modo, como configurações de saber historicamente constituídas.

Contudo, como o dispositivo tem a ver com estratégia que, por sua vez, está inscrita em jogos de poder que implicam uma ou mais configurações de saber das quais nascem e se

condicionam, é algo muito mais geral e envolve a própria episteme, como a parte discursiva do dispositivo, ou mais precisamente, como o

dispositivo estratégico que permite escolher, entre todos os enunciados possíveis, aqueles que poderão ser aceitáveis no interior, não digo de uma teoria científica, mas de um campo de cientificidade, e a respeito do que se poderá dizer: é falso, é verdadeiro. É o dispositivo que permite separar não o verdadeiro do falso, mas o inqualificável cientificamente do qualificável (Foucault, 1998, p. 247).

Na conferência *O que é um dispositivo?* realizada no Brasil, Agamben (2005) buscou estabelecer o dispositivo como o conceito-central na obra de Michel Foucault, tal como foi a ideia para Platão, pelo menos a partir do momento em que ele, Michel Foucault, passou a se dedicar ao estudo da arte de governar.

Num primeiro momento, a partir da entrevista de 1977, Agamben (2005) define dispositivo como: um conjunto heterogêneo, que inclui qualquer coisa, seja linguístico seja não-linguístico, como discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de segurança, proposições filosóficas e afins organizados em rede; com uma função estratégica concreta que se inscreve sempre em uma relação de poder e; geral porque inclui a episteme, que para Michel Foucault é aquilo que em uma certa sociedade permite distinguir o que é aceito como verdadeiro ou falso.

Para compreender essa definição, Agamben (2005) então propõe uma genealogia do próprio termo, primeiro na obra de Michel Foucault, depois, num contexto histórico mais amplo. Segundo ele, o uso do termo se torna mais frequente por volta dos anos 1970, quando Michel Foucault passa a se dedicar ao estudo da arte de governar. Apesar disso, numa fase anterior, Michel Foucault recorreu a positividade sob influência do seu professor, Jean Hyppolite, para designar mais ou menos o que dispositivo viria a fazê-lo anos mais tarde.

Agamben (2005) explica que Jean Hyppolite estudou como Friedrich Hegel usava positividade para se referir à coerção imposta pela religião cristã ao estabelecer uma forma de vida, de modo a colocá-la em oposição a qualquer outra religiosidade genuína que não fosse baseada em um conjunto de crenças, regras e ritos historicamente estabelecidos. O objetivo de Friedrich Hegel era fazer uma crítica àquela noção iluminista de que seria possível compreender Deus através da razão natural, o que permitiria um tipo de liberdade.

Estamos falando, portanto, de uma dialética entre coerção e liberdade, uma dialética que molda concepções e comportamentos.

Friedrich Hegel condenava essa dialética por impedir o exercício da razão pura que uma religiosidade genuína exige, embora Jean Hyppolite acreditasse que ele, Friedrich Hegel, buscasse uma conciliação possível, o que poderia desequilibrar o jogo em favor do chamado

“elemento histórico, com toda sua carga de regras, ritos e instituições impostas aos indivíduos por um poder externo, mas que se torna, por assim dizer, interiorizada nos sistemas das crenças e dos sentimentos” (Agamben, 2005, p. 10).

Aqui encontramos, segundo Agamben (2005), a questão central da positividade que se acha também no dispositivo: a relação entre os indivíduos, enquanto seres viventes, com o elemento histórico. A diferença que a positividade admite a conciliação, enquanto o dispositivo se preocupa com as condições em que essa dialética se dá, ou seja, com os jogos de poder em que ela ocorre. É por isso que Michel Foucault lançará mão do dispositivo em substituição aos universais clássicos, como Estado, lei ou sociedade, que justamente encobrem as relações de poder que reinam nos processos históricos e materiais de formação das estruturas sociais.

No contexto histórico mais amplo, ele explica que dispositivo significa, segundo os dicionários franceses, a parte de uma lei ou de uma sentença que dispõe algo (sentido jurídico), um mecanismo ou uma máquina (sentido técnico), ou os meios para operar um plano (sentido militar), que confirmam o uso dado por Michel Foucault para designar a “disposição de uma série de práticas e de mecanismos (ao mesmo tempo lingüísticos e não-lingüísticos, jurídicos, técnicos e militares) com o objetivo de fazer frente a uma urgência e de obter um efeito” (Agamben, 2005, p. 11).

Esse significado tem uma história, que Agamben (2005) encontrou numa disputa teológica sobre a natureza e a *práxis* da divina trindade que marcou os primeiros séculos da Igreja. Segundo ele, o termo *oikonomia*, do grego, a arte de governar o *oikos*, a casa, foi fundamental para admitir a existência do Pai, do Filho e do Espírito Santo sem torná-los, cada um, um deus, evitando reintroduzir o politeísmo na crença geral, caminho que poderia fortalecer as tradições pagãs à custa da cristã.

Ainda que a essência de Deus seja una, a sua manifestação no mundo é tríplice, segundo os desígnios de Deus: criar (Pai), salvar (Filho) ou inspirar (Espírito Santo). Traduzido para o latim, *oikonomia* deu origem ao termo *dispositio*. Mais tarde, economia.

No ensaio *Dispositivo, profanação e direito que vem: compreender o conceito de dispositivo para, em seguida, profaná-lo*, Martins (2021) explica que, graças a genealogia do termo, podemos compreender como o dispositivo foi usado para pensar uma espécie de economia divina, em oposição às teses arianas. O Filho seria a dimensão de Deus que nós conseguimos acessar, porque ao administrar a salvação, Ele cuidaria das coisas mundanas, do nosso mundo terreno.

Desse modo,

mesmo sendo “um” com o Criador, Cristo tem a dimensão que lhe é própria: a de ser o administrador do destino, da providência. Cristo é governador da história dos seres humanos. Desse jeito, resta a Deus “ser”, enquanto Cristo só “agiria” como administrador da vida humana no mundo temporal, agente de sacralização, conversão dos seres humanos ao sumo Bem, a Deus (Martins, 2021, não paginado).

Seguindo essa linha de raciocínio, Martins (2021) entende que o Filho age sobre a liberdade humana ao sacralizar as nossas vidas e, ao fazê-lo, as torna passíveis de sacrifício. Assim sendo, economia e dispositivo têm uma origem comum, porque ambos tiveram uma função teológica estratégica, segundo Agamben (2005), articular em Deus, ser e prática, ou seja, a essência e também o modo como governa o mundo.

No final das contas, Michel Foucault estava na pista certa. O significado de dispositivo é o mesmo, seja do ponto de vista hegeliano, seja semântico, ou genealógico. Significa

o conjunto de *práxis*, de saberes, de medidas, de instituições, cujo objetivo é administrar, governar, controlar e orientar, em um sentido que se supõe útil, os comportamentos, os gestos e os pensamentos dos homens (Agamben, 2005, p. 12).

É por isso que o estudo do dispositivo implica o estudo do sujeito, entendido por Agamben (2005) como o resultado da equação entre indivíduos, enquanto seres vivos, com o elemento histórico. A captura das vidas pelos mais diversos dispositivos produz e reproduz subjetividades.

Em outras palavras, dispositivo é qualquer coisa que tenha a

capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões, e os discursos dos seres vivos. Não somente as prisões, os manicômios, o panóptico, as escolas, as confissões, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc, cuja conexão com o poder é em um certo modo evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e – porque não – a linguagem mesma (Agamben, 2005, p. 13).

Sendo mais preciso ainda,

os dispositivos funcionam como máquinas sobre nossos corpos. Do mesmo modo que a religião nos batiza, analogamente, a rede de discursos, de poder, de edifícios, estrategicamente estabelecidos, isto é, o dispositivo, age sobre nossa liberdade, tornando-nos corpos dóceis, capturados por discursos e por instituições (Martins, 2021, não paginado).

É nessa linha de raciocínio que, no artigo *Sobre estratégias e dispositivos em Foucault: considerações de método*, Deluchey (2016) entende o dispositivo como um método a dispor

das ciências sociais e sociais aplicadas. Mais precisamente, por permitir analisar a relação entre o que ele chamou de dispositivos normativos e sujeitos de direitos.

Dispositivos normativos são aqueles dispositivos que estão na ordem das coisas cujas causas estruturais e relacionais escapam à percepção geral. São as “normas jurídicas, políticas públicas, práticas governamentais, especialmente judiciárias” (Deluchey, 2016, p. 184) que tem a capacidade de capturar o indivíduo e, ao se interiorizar, naturalizar os comandos do próprio dispositivo.

O indivíduo, então, se torna um sujeito, resultado de um processo de subjetivação que Gilles Deleuze chamou de dobra: o interior nada mais é que o exterior dobrado para dentro. Deluchey (2016) chama esse processo de normalizador (regulador, neoliberal e radical-utilitarista), e que vai além do normatizador (disciplinar, liberal e jurídico-dedutivo).

Como eles são inscritos em jogos de poder e, também, ligados a uma ou várias configurações de saber, os dispositivos são constantemente reinventados e “sua reconstrução não escapa, bem pelo contrário, às relações de poder que reconstroem uma hierarquia dos saberes e das memórias” (Deluchey, 2016, p. 176). Logo, o dispositivo, como método a dispor das ciências sociais e sociais aplicadas compreende esforços para identificar, em dada relação de saber-poder, os elementos que o compõe.

Em termos didáticos, Deluchey (2016) chamou de episteme o elemento discursivo do dispositivo. Embora ele nos alerte que, para Michel Foucault, nada indique que a episteme recubra a totalidade do elemento discursivo. Assim como também nos alerta a não cedermos à tentação de reduzir a episteme ao discurso científico.

Se episteme não é tudo e, ao mesmo tempo, nem algo muito específico, o que é? Para Deluchey (2016), episteme é algo mais fino: é toda a configuração de saber, incluindo sua própria cientificidade, reconhecida ou não, em que cada discurso se constrói e se sustenta. Não tendo sua cientificidade reconhecida em sua época, torna-se passível de estigmatização e, até mesmo, de esquecimento, perdidos na história.

É por isso que

situar os saberes em relação à sua historicidade e, sobretudo, a sua inserção nas lutas pelo reconhecimento que fundam os campos propícios a transformar esses saberes em relações dissimétricas de poder, certamente foi um dos maiores aportes de Foucault à história das ideias e à construção de um pensamento crítico inscrito em sua própria historicidade, isto é, em um presente no qual se reconhece a carga histórica que o estrutura (Deluchey, 2016, p. 178).

Desse modo, Deluchey (2016) conclui que o elemento discursivo de um dispositivo corresponde a uma episteme em particular que pode nos ajudar a compreender, pelo menos em parte, os jogos de poder em que foram inscritos, já que esses jogos, por serem jogos, são dinâmicos.

E ao elemento não-discursivo do dispositivo, Michel Foucault chamou de instituição. Trata-se de “todo comportamento mais ou menos constrangido, apreendido” (Deluchey, 2016, p. 178).

Tanto a episteme quanto a instituição estão em função, em dado momento da história, ao que Foucault chamou de urgência, articulando-se entre si de forma exposta, ou velada, posicionando e contrapositionando-se como uma resposta. É nessa urgência histórica e na correspondente resposta, seja discursiva seja não-discursiva, que Deluchey (2016) identifica o terceiro elemento do dispositivo: a estratégia.

Trata-se do elemento mais importante do dispositivo “porque este reina na estruturação da rede formada por esses elementos. Poderíamos dizer que a estratégia é duplamente a razão do dispositivo, ela é ao mesmo tempo o motivo originário e a grade racional do dispositivo” (Deluchey, 2016, p. 179). Portanto, é na identificação da estratégia que se encontra a origem do dispositivo, e que se confirma sua existência e seu papel na estruturação social.

Embora pareça simples identificar a estratégia de um dispositivo, Deluchey (2016) nos lembra que se trata de uma operação muito arriscada, porque podemos cair nas armadilhas do próprio dispositivo. São armadilhas criadas para esconder a estratégia original, e quando acionadas, indicam o caminho contrário ao qual, de fato, percorre. Ou, também, pode ser que, com o tempo, como resultado dos jogos de poder, a estratégia *x* tenha sido substituída por *y*, ou ainda ela mesmo se tornado *z*, e todo o processo de transformação ou usurpação tenha sido encoberto. É o que Michel Foucault designa como perpétuo preenchimento estratégico.

O desafio é saber qual o sentido da estratégia que está na origem de um dispositivo. Michel Foucault deu três sentidos distintos à estratégia: a escolha dos meios empregados para se chegar a um fim; a maneira pela qual alguém busca ter vantagem sobre os demais; e o conjunto de procedimentos que, num confronto, são utilizados para privar o adversário do combate e fazê-lo renunciar à luta, e assim conquistar o domínio sobre o campo em disputa.

Aí estaria o motivo originário do dispositivo, em tese, a estratégia *x*, que Deluchey (2016) considera o primeiro momento da gênese de um dispositivo, chamado por Michel Foucault de prevalência de um objetivo estratégico. Mas ao longo da sua consolidação, a estratégia *x* pode ter sido renovada ou dado lugar a outra estratégia, sendo este o segundo

momento da gênese do mesmo dispositivo, que Michel Foucault chamou de constituição do dispositivo.

A constituição do dispositivo, mais precisamente, pode se dar por uma sobredeterminação funcional, caracterizado por uma readequação dos elementos heterogêneos que compõem um dispositivo em função de uma nova estratégia; ou pelo perpétuo preenchimento estratégico que, por sua vez, é característico da renovação contínua, embora contingente, das funções estratégicas, inclusive, em sentido contrário à estratégia originária. Em todo caso, a estratégia *x* não será mais *x*. Na sobredeterminação funcional, temos a estratégia *y*, e no perpétuo preenchimento estratégico, a estratégia *z*. Deluchey (2016) cita o exemplo do “meio delinquente”, usado por Michel Foucault, para explicar essa dinâmica: o reconhecimento de uma consequência indesejada do dispositivo de encarceramento que outrora, no entanto, visava combater a criminalidade.

É por isso que

a vigilância do pesquisador na identificação do dispositivo deve ser máxima. Podemos encontrar um dispositivo cuja estratégia originária ficou intocada com o tempo, mas cujas funções se encontram integralmente modificadas. Por outro lado, podemos observar um dispositivo cuja estratégia originária foi totalmente esvaziada e ocupada por outros objetivos estratégicos (Deluchey, 2016, p. 181-182).

De todas as coisas que Deluchey (2016) ensina sobre estratégia, a que mais nos interessa aqui diz respeito à estratégia explícita que, muitas vezes, pode ser contrária à verdadeira estratégia, que se mantém escondida, sem mostrar o rosto, sem dizer seu nome:

Uma coisa é a estratégia originária, a que leva os atores a mobilizar discursos e práticas para constituir uma rede estratégica e o seu correspondente campo estratégico de saber-poder. Outra coisa é a estratégia apresentada de forma espetacular para os atores externos ao dispositivo, a qual visa legitimar as práticas e os discursos do dispositivo e aumentar a capacidade de penetração dos elementos do dispositivo nos campos de poder e de saber, que são determinantes para a realização coletiva e contínua da verdadeira estratégia (Deluchey, 2016, p. 182).

Falar em estratégia também pode nos fazer cair em outra tentação: procurar a pessoa ou o grupo que, deliberadamente, traçou essa ou aquela estratégia em torno do qual um dispositivo foi criado, consolidado ou modificado. Mas ele lembra que o próprio Michel Foucault reconheceu a possibilidade de estratégia sem sujeito, ou seja, uma estratégia tão bem pensada e globalmente articulada a tal ponto que não conseguimos determinar quem a concebeu, sobre o que supôs: se

um dispositivo de poder se constrói de forma progressiva, a partir da aparição e reunião em feixe de algumas estratégias, buscando para si alguns efeitos de poder que, contingencialmente, encontram sua coerência e sua força coletiva para fundar um dispositivo novo ou para modificar um antigo dispositivo que algum jogo de forças ou alguma ‘manobra’ fez entrar em obsolescência. Por isso, com Foucault, acredito que melhor valha procurar as estratégias de que os sujeitos por trás (Deluchey, 2016, p. 192).

Afinal, a pessoa ou o grupo que a concebeu só estão jogando o jogo, o que Deluchey (2016) chamou de dimensão heurística do dispositivo.

Por fim, ele defende o uso do dispositivo como método a dispor das ciências sociais e sociais aplicadas para analisar políticas públicas, por considerá-las “além da simples noção de produto ou programa de ação governamental, e se aproximam muito dos fenômenos sociais”, na medida em que as políticas públicas mobilizam “elementos de valor e de conhecimento, bem como instrumentos de ação particulares, da mesma forma que o dispositivo mobiliza elementos discursivos (epistemes) e não discursivos (instituições) para compor sua rede” (Deluchey, 2016, p. 185-186).

Portanto, podemos considerar como dispositivo todas as epistemes e instituições para a assistência aos pobres, independentemente das estratégias, inclusive, contraditórias entre si. E por meio desse mesmo método, podemos nos arriscar a pensar a assistência aos pobres em Belém do Pará enquanto dispositivo. Para tanto, é preciso que identifiquemos suas principais epistemes, suas instituições mais relevantes e, com sorte, suas estratégias, original, explícita e velada, além de suas correspondentes sobredeterminações funcionais e perpétuos preenchimentos estratégicos.

1.1.2 Campo, materiais e técnicas de pesquisa

A pesquisa que deu origem ao presente trabalho ocorreu nas interseções da Funpapa enquanto herdeira de uma história muito particular, mas pouco sabida; como gestora da Política Nacional de Assistência Social em Belém do Pará, responsável pelos CRAS, CREAS, abrigos institucionais e congêneres no município; como objeto de estudo próprio e de outras instituições, ainda que pontual e indiretamente; e também como protagonista de disputas internas entre governo, gestores e trabalhadores da assistência social, além de coadjuvante em tantas outras, mas externas, sobretudo com entidades não-governamentais e igrejas. Quem sabe, ainda de forma mais velada, mas não menos raras, com facções e milícias.

A Funpapa, portanto, constitui um campo muito rico, que permite várias abordagens, comporta diversas técnicas procedimentais, a depender dos objetivos de pesquisa.

Optei por tentar compreendê-lo como parte de uma estratégia global, mais contextualizado, mesmo que apostando na sutileza do fazer local, de um caso ou outro etc. Ou seja, das condições materiais que o permitem ser parte de uma estratégia global, ao mesmo tempo que procuro reconhecer que só existe uma estratégia do tipo exatamente porque esse campo junto de tantos outros a viabilizem. O que, obviamente, não esgota todo o seu potencial de pesquisa.

Ao compor o campo, tive acesso a materiais de pesquisa que, talvez, nem soubesse da existência. Além dos eventos públicos, dados oficiais, visitas formais e conversas protocolares que detalharei ao longo do desenvolvimento, estive no rastro de pistas que encontrei nos bastidores, como os relatos de colegas com longa trajetória na Funpapa. De servidores de 15, 20, 30 anos ou mais de fundação. Relatos pouco valorizados, é verdade. Afinal, são relatos baseados na memória, sem registro. Às vezes, esses relatos estão permeados por imprecisões, saudosismos ou mesmo ressentimentos. Mas eles são fundamentais para preencher lacunas, sobretudo, ao ajudar a encontrar fontes primárias e secundárias até então fora do radar, as quais reforçam versões que julgava absurdas ou pouco confiáveis.

Mesmo se tratando de uma pesquisa com uma abordagem qualitativa, em busca de um objetivo explicativo, procurei ser o mais fiel possível à observação do campo, à pesquisa documental e bibliográfica. Trata-se de técnicas procedimentais cujo rigor é imprescindível para dar credibilidade às informações coletadas, analisadas e sistematizadas, sejam elas de fontes primárias ou secundárias, dispensando entrevistas ou estudo de caso, e com isso, dispensando também, a autorização específica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFPA nos termos do artigo 1º, incisos II, III, V, VI e VII da Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Sem essas técnicas procedimentais não teria tido condições éticas e científicas para tratar todos os dados que apresento neste trabalho.

1.2 PROBLEMÁTICA

Era uma manhã de sol de maio em Belém do Pará, e a feira da Rua Oito de Maio, no Distrito de Icoaraci, estava tão movimentada quanto nos dias em que não erámos assombrados por uma pandemia, os ditos dias normais. As ruas do entorno da feira estavam lotadas, nem

parecia *lockdown*. Naquele dia, havíamos saído com o intuito de doar às famílias que atendemos no CREAS do território o que chamamos de apoio alimentar. Trata-se de saco plástico transparente de cerca de vinte litros contendo alguns itens da cesta básica. Apesar de atendermos muitas famílias classificadas abaixo da linha da pobreza, muitas delas com algum histórico de violência, tivemos que selecionar as que julgamos, àquela altura, as em maior vulnerabilidade e risco social, devido ao número reduzido de apoio alimentar enviado pela Funpapa.

Uma dessas famílias morava numa área de ocupação chamada Vila Rosinha, numa baixada no Bairro da Campina de Icoaraci. A casa de madeira foi construída sobre um terreno alagado, cujo acesso era por meio de pontes improvisadas feitas de tábuas reaproveitadas. O banheiro, também de madeira, ficava do lado de fora, indicando a ausência de saneamento básico. Essa família chegou ao atendimento do CREAS por conta da ocorrência de trabalho infantil no espaço da rua: um dos filhos, de 12 anos, foi abordado com um isopor vendendo caranguejos numa esquina próximo à feira do bairro onde mora. Esquina essa que ele também campinava com o auxílio de um terçado enquanto aguardava os potenciais clientes se aproximarem.

Em casa, encontramos apenas os filhos. A mãe havia saído cedo para trabalhar. Após jogar conversa afora, certificamos que eles haviam deixado de buscar a subsistência nas ruas, e como prêmio, deixamos o apoio alimentar. O atendimento da família havia se iniciado antes da pandemia, mas o acompanhamento ficou prejudicado após as medidas sanitárias de distanciamento social. O que não impediu a vigilância *in locu*.

Outra família morava nos fundos de um terreno que fica numa baixada do Bairro da Agulha, conhecida popularmente como Baixada Fluminense. A casa, também de madeira, tinha um acesso difícil, pois nem todo o caminho até ela contava com tábuas que fizessem as vezes de uma ponte. Em certos trechos, apenas lama. Assim como a anterior, essa família passou a ser atendida no CREAS pela ocorrência de trabalho infantil no espaço da rua: três irmãos, de 8 a 12 anos, foram abordados vendendo balas e lavando para-brisas no cruzamento de duas movimentadas avenidas da cidade.

Diferente da família anterior, esta já estava em acompanhamento no CREAS e havia vinculado com a equipe de referência dos serviços da unidade. Apesar disso, a mãe e os filhos continuavam buscando a subsistência nas ruas, conforme notificações do conselho tutelar e dos serviços do CREAS do território em que costumavam vender balas e lavar para-brisas. Mesmo reincidente, a família recebeu o prêmio à custa de mais um sermão. Bem-vindo naquele momento muito difícil, o apoio alimentar valia o puxão de orelha.

O apoio alimentar está na fronteira do que a Política Nacional de Assistência Social não é, não quer ser, mas que ainda acaba sendo. Apesar de ser considerado como uma segurança a ser afiançada, que em Belém do Pará foi regulamentada pela Resolução n. 4, de 25 de fevereiro de 2021, do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), como modalidade de benefício eventual por situação de vulnerabilidade temporária. Para quem compõe esse campo é difícil de explicar, porque ao mesmo tempo que o rejeitamos como algo que marcou a história que a política pública teria rompido e superado, é uma tábua de salvação a que nos agarramos diante da precariedade das retaguardas materiais que temos a oferecer às famílias atendidas, muitas delas classificadas abaixo da linha da pobreza e, por isso, em grave situação de insegurança alimentar.

A insegurança alimentar é objeto de uma política pública própria: a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, cuja implementação perpassa pela lógica da transversalidade, de modo a depender de outras políticas públicas, especialmente da Política Nacional de Assistência Social.

Dentre todas, talvez a Política Nacional de Assistência Social esteja mais próxima aos pobres, ainda que, nos últimos anos, tenha deixado de confiná-los em massa em estabelecimentos fechados, como orfanatos, asilos, abrigos e outros estabelecimentos do tipo.

Mantendo-se tão próxima aos pobres exatamente por incluí-los nos cálculos governamentais.

No curso *Em defesa da sociedade* ministrado entre 1975 e 1976 no Collège de France, Foucault (2005) estuda a formação da ideia de Estado. Desde logo, rejeita a abstração do contrato social de Thomas Hobbes como ponto de partida. Abstração essa que acabou se consolidando como uma tradição teórico-política e, por muito tempo, hegemônica no pensamento moderno. Seguindo por outro caminho, ele se propôs a fazer uma genealogia do discurso de guerra comum aos tempos em que a soberania ocupava, por meio dos dispositivos de suplício, a centralidade das relações de saber-poder.

E, por esse caminho, entendeu que o famoso aforismo de Carl von Clausewitz de que “a guerra não é mais que a continuação da política por outros meios” faria mais sentido se considerarmos que “a política é a guerra continuada por outros meios” (Foucault, 2005, p. 22).

O desafio, no entanto, era pensar a inversão desse aforismo sob a perspectiva da biopolítica, conceito que passa a ganhar destaque no pensamento do autor a partir da aula de 17 de março de 1976 do curso e do capítulo V, intitulado *Direito de morte e poder sobre a vida*, do livro *A história da sexualidade I: a vontade de saber*, publicando no mesmo ano. Segundo

Foucault (1999; 2005), por alguma razão, a biopolítica havia se deslocado das margens e tomado a centralidade das relações de saber-poder até então ocupado pela soberania.

O deslocamento passou a ficar evidente à medida que os cálculos governamentais preteriam o antigo objetivo estratégico de “fazer morrer ou de deixar viver” pelo novo objetivo estratégico de “fazer viver e de deixar morrer” (Foucault, 2005, p. 287).

Em outras palavras, quando os dispositivos de suplício, por meio dos quais o soberano exercia seu direito de matar como nos espetáculos de execução em praça pública, deram lugar aos dispositivos disciplinares e de segurança, como a prisão moderna no primeiro caso, e o monitoramento eletrônico, no segundo, que tinham e ainda têm o dever garantir a vida.

Talvez isso, pelo menos à primeira vista, pareça um paradoxo. Mas Foucault (2005) esclarece que o objetivo estratégico da biopolítica não substituiu o da soberania, e nem o apagou. Na verdade, o que fez foi “penetrá-lo, perpassá-lo, modificá-lo” (Foucault, 2005, p. 287), a ponto do aspecto biológico da espécie, ao longo do tempo, ter sido capturado pela ideia de Estado, levando ao que ele chamou de racismo de Estado.

Pelo racismo de Estado era permitido matar: nessa equação, morte é igual à vida. Matando alguns, garante-se a vida de todos os demais.

Matar, na biopolítica, não se limita ao assassinio direto, na medida em que o racismo de Estado age tanto como “um corte entre o que deve viver e o que deve morrer” através da “distinção das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores”, quanto como “tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc.” (Foucault, 2005, p. 304).

Portanto, é no assassinio indireto que encontramos o risco de morte que passou a ser chamado de delinquência, loucura, pobreza etc. que, nesse primeiro momento, foram combatidos pelo confinamento em estabelecimentos fechados. Se minha interpretação da aula de 17 de março de 1976 do curso *Em defesa da sociedade* tiver sentido, temos aí a desgraça, que não só foi provocada como também, nesse primeiro momento, capturada pelos dispositivos disciplinares, ainda que não tenham conseguido isolá-la por completo e evitar que circulasse além dos muros daquelas instituições. Por essa e outras razões os dispositivos de segurança passaram a ser tão necessários.

Os dispositivos de segurança são voltados ao homem-espécie, à população, sem desconsiderar, no entanto, o homem-corpo, o indivíduo, que por sua vez foi – e ainda é – objeto dos dispositivos disciplinares. Segundo Foucault (2005), os dispositivos de segurança se implementam, de certo modo, a partir dos disciplinares. Não por acaso:

O outro campo da biopolítica vai ser todo o conjunto de fenômenos dos quais uns são universais e outros são acidentais, mas que, de uma parte, nunca são inteiramente compreensíveis, mesmo que sejam acidentais, e que acarretam também consequências análogas de incapacidade, de pôr indivíduos fora de circuito, de neutralização. Será o problema muito importante, já no início do século XIX (na hora da industrialização), da velhice, do indivíduo que cai, em consequência, para fora do campo de capacidade, de atividade. E, de outra parte, os acidentes, as enfermidades, as anomalias diversas. E é em relação a esses fenômenos que essa biopolítica vai introduzir não somente instituições de assistência (que existem faz muito tempo), mas mecanismos muito mais sutis, economicamente muito mais racionais do que a grande assistência a um só tempo maciça e lacunar, que era essencialmente vinculada à Igreja (Foucault, 2005, p. 291).

Foucault (2005), então, reconhece que o risco de morte era gerido, primeiro, pelo que ele chamou de grande assistência, marcada essencialmente pelos dispositivos disciplinares. Depois, no entanto, passou a ser objeto da gestão de um novo modelo de assistência, que se utiliza de mecanismos mais sutis e economicamente muito mais racionais, típicos dos dispositivos de segurança.

É verdade que Foucault (1999; 2005) mudou com o tempo o que ele entendia por biopolítica: ora sinônimo de biopoder enquanto poder total sobre a vida (sentido amplo de biopolítica), ora uma parte desse poder e, mais precisamente, a parte voltada apenas aos fenômenos do homem-espécie, capturados pelos dispositivos de segurança (sentido estrito de biopolítica). Nessa última acepção, excluía a anatomopolítica, que por sua vez seria a parte do biopoder voltada aos fenômenos do homem-corpo, capturados pelos dispositivos disciplinares. Na leitura de Deleuze (1992), no entanto, não parece haver dúvida. No post-scriptum *Sobre as sociedades de controle* do livro *Conversações*, o autor classifica didaticamente, e de forma cronológica, as fases da sociedade moderna em sociedade de soberania, seguida da sociedade de disciplina, e, por fim, em sociedade de controle, que também podemos chamar de biopolítica. O que nos interessa aqui é a diferença que Deleuze (1992) faz entre as duas últimas.

As sociedades de disciplina, comuns aos séculos XVIII e XIX, tiveram seu apogeu no século XX. Foram as sociedades “dos grandes meios de confinamento. O indivíduo não cessa de passar de um espaço fechado a outro”, uma trajetória institucional que começa pela “família, depois a escola (você não está mais na sua família), depois a caserna (você não está mais na escola), depois a fábrica, de vez em quando o hospital, eventualmente a prisão”. Já as sociedades de controle, que se consolidariam após a segunda guerra mundial, em resposta à “crise generalizada de todos os meios de confinamento [...] estão substituindo as sociedades disciplinares” (Deleuze, 1992, p. 219-220) através de controle fora desses espaços fechados ou do entrecruzamento deles. Se tínhamos prisões, escolas, fábricas e confinados de toda sorte nas

sociedades de disciplina, agora temos monitoramento eletrônico, formações permanentes, empresas e endividados nas nossas sociedades contemporâneas.

Poderíamos cair na tentação de dizer que, pela leitura de Deleuze (1992), o confinamento em estabelecimentos fechados estaria restrito às sociedades de disciplina, tornando-se obsoletas nos dias de hoje. Contudo, segundo o autor, a substituição dos hospitais de longa permanência pelas clínicas e atendimentos domiciliares, por exemplo, ainda que tenha viabilizado novas liberdades, ativou mecanismos de controle que rivalizam com os confinamentos mais rígidos. Foucault (2005), também nos ajuda a evitar esse erro. Lembremos que, na aula de 17 de março de 1976 do curso *Em defesa da sociedade*, ele afirmou que os dispositivos de segurança se implementam, de certo modo, a partir dos disciplinares. É nessa afirmação que proponho pensar o dispositivo de assistência aos pobres. Um dispositivo disciplinar por excelência devido aos seus orfanatos, asilos, abrigos e outros estabelecimentos do tipo, mas que, com o tempo, se tornou um dispositivo de segurança, um dispositivo biopolítico (no sentido estrito do conceito).

Ou seja, um dispositivo que, ao mesmo tempo que foi pensado como resposta às demandas do homem-corpo através do confinamento em estabelecimentos fechados, sobretudo dos indesejados (delinquentes, loucos pobres etc.), também pôde responder, por meio de outros procedimentos, às demandas do homem-espécie, servindo ao que Deleuze (1992) chamou de controle ao ar livre, especificamente dessa parcela da população.

Algo que ajuda a pensar o porquê a prática do confinamento em estabelecimentos fechados não ter sido completamente abandonada pela Política Nacional de Assistência Social, mesmo que tenhamos a falsa ideia de que a assistência social tenha superado o modelo do passado, o qual Foucault (2005) chamou de grande assistência, mesmo que o controle ao ar livre a que Deleuze (1992) se referiu seja a nova fórmula do dispositivo de assistência aos pobres baseado em mecanismos mais sutis e economicamente muito mais racionais.

Tomando por base essa linha de raciocínio desenvolvida por Foucault (2005) na aula de 17 de março de 1976 do curso *Em defesa da sociedade* defini como questão central da pesquisa a seguinte pergunta: em que medida esses mecanismos mais sutis e economicamente muito mais racionais se incorporaram ao dispositivo de assistência aos pobres ao longo da história de Belém do Pará?

Minha hipótese parte da própria noção de biopolítica. Daquela noção desenvolvida por Foucault (2008a) no curso *Segurança, território, população*, ministrado entre 1977 e 1978, também no Collège de France, sobre dispositivos de segurança.

No curso, Foucault (2008a) se dedica ao que, segundo ele, caracterizaria os dispositivos de segurança: o reconhecimento do meio e da aleatoriedade dos fenômenos para a normalização.

Esse reconhecimento inclui os perigos decorrentes da livre circulação de pessoas e coisas e a necessidade de projetar respostas possíveis. Só assim teremos o resultado esperado: a segura distinção entre normal e anormal, possibilitando uma gestão mais difusa e efetiva da população.

Nesse aspecto em especial, os dispositivos disciplinares se diferenciariam dos dispositivos de segurança. Enquanto os dispositivos disciplinares provocam a normação devido à tentativa de conformar o homem-corpo a uma norma específica, os dispositivos de segurança procuram controlar o homem-espécie nas suas mais diversas manifestações a partir da normalização.

A normalização, por si só, vai muito além do aspecto biológico (geografia, clima, natalidade, crescimento, patologias e mortalidade), como até então parecia, chegando a alcançar aspectos mais imateriais e simbólicos (opiniões, comportamentos, hábitos e convicções), objeto de uma nova arte de governar, que Foucault (2008a) chama de governamentalidade.

Trata-se do governo sobre todos os outros, incluindo “soberania e disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos de governo” e, por outro, “o desenvolvimento de toda uma série de saberes”, configurando, assim, “o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo” (Foucault, 2008a, p. 144), que se originou – ou talvez tenha se inspirado – muito lá atrás,

de um modelo arcaico, o da pastoral [judaico-]cristã; em segundo lugar, apoiando-se num modelo, ou antes, numa técnica diplomático-militar; e enfim, em terceiro lugar, [...] que chamamos, no antigo sentido do termo, o sentido dos séculos XVII e XVIII, de *polícia* (Foucault, 2008a, p. 146).

O que nos interessa aqui é a pastoral judaico-cristã. Segundo Foucault (2008a), a pastoral judaico-cristã se constitui como “um poder que não se exerce sobre um território”, mas que “se exerce sobre um rebanho, mais exatamente sobre o rebanho em seu deslocamento, no movimento que o faz ir de um ponto a outro”, de modo que “o poder pastoral se exerce sobre uma multiplicidade em movimento”. O poder pastoral também é fundamentalmente benfeitor, mais que qualquer outro tipo de poder, na medida em que busca proteger e salvar os seus. Isso faz do poder pastoral um poder do cuidado. O pastor “cuida do rebanho, cuida dos indivíduos

do rebanho, zela para que as ovelhas não sofram, vai buscar as que se desgarram, cuida das que estão feridas”, a ponto de torná-lo, o mais paradoxal que possa parecer, um poder individualizante, pois mesmo que o pastor dirija todo o rebanho, “ele só pode dirigi-lo bem na medida em que não haja uma só ovelha que lhe possa escapar”. Na verdade, “ele faz tudo pela totalidade do rebanho, mas faz tudo também para cada uma das ovelhas” (Foucault, 2008a, p. 168-172).

Esse é, sem dúvida, o aspecto da governamentalidade que mais nos chama atenção. Em se tratando do dispositivo de assistência aos pobres, seja a fase que Foucault (2005) chamou de grande assistência, seja o novo modelo de assistência que se desenha como política pública. O que se fazia no auge dos dispositivos disciplinares e o que se faz por meio dos dispositivos de segurança a quem era ou é supostamente atormentado por uma desgraça parece ser essencialmente a mesma coisa, ainda que o discurso, a prática e o propósito sejam outros.

Operando o dispositivo de assistência aos pobres, vamos em busca, escutamos, oferecemos cuidados e conduzimos condutas que julgamos ser, do alto de nosso messianismo, salvadoras, mas que, em determinadas circunstâncias, pode desarticular a forma de vida de toda uma população, sem precisar confiná-la em massa como antes. Muros não são mais tão necessários como já foram no passado para gerir a pobreza.

Essa hipótese exige que pensemos sobre a estratégia que está sendo desenvolvida, como diria Foucault (2005), através da implementação da Política Nacional de Assistência Social. Não me refiro àquela inscrita nos postulados jurídicos, ainda que considere como pista a previsão constitucional de confiar à essa política pública “a promoção e a integração ao mercado de trabalho” (BRASIL, 1988, não paginado) da população mais pobre.

Conduzir os pobres com vistas a integrá-los ao mercado de trabalho, seja ele formal ou informal, ao mesmo tempo que cria ou mantém todo um campo pensado para gerir a pobreza, nos revela uma estratégia neoliberal.

Supor que o mercado, no caso, o mercado de trabalho, seja uma chave de leitura para desvendar a estratégia da Política Nacional de Assistência Social é, antes de mais nada, considerá-lo, a partir de uma visão neoliberal do mundo, aquilo que define o que é verdadeiro e falso, possível ou impossível, útil ou inútil. Em consequência, é necessário compreender o mercado como esse lugar de veridicção, cujos jogos de verdadeiro e falso, e somente esses jogos, permitem conduzir condutas.

No curso *Nascimento da biopolítica*, ministrado entre 1978 e 1979 no Collège de France, Foucault (2008b) dá continuidade ao estudo da governamentalidade e como essa nova

arte de governar, por volta do século XVIII, encontrou numa doutrina da economia política uma certa limitação, segundo ele, interna às razões do Estado.

Por razões do Estado Foucault (2008b) entendia uma racionalização de uma série de discursos sobre um conjunto de práticas cujos objetivos estavam, ao mesmo tempo, situados entre um Estado dado e um Estado a se construir e edificar. Como tal, estava sujeita, pela própria racionalização que mobilizava, a certos limites, segundo ele, de caráter externo e interno em relação ao Estado.

Por exemplo, as leis divinas, morais, naturais, ou seja, todo o direito anterior e, por isso, exterior ao Estado, seria uma limitação externa às razões do Estado, inclusive, as leis constitutivas do próprio Estado. Desde muito tempo atrás, antes da biopolítica se deslocar para a centralidade das relações de saber-poder, essas leis já eram reconhecidas como limites a soberania porque, por meio delas, era possível dizer se o direito de matar de um soberano era legítimo ou não.

Já toda autorregulação imposta no plano do ser, segundo os fatos, e não do dever-ser, como fazia o direito, era exemplo de uma típica limitação que operava pelo lado de dentro às razões do Estado. Era uma limitação interna, e a economia política assumiu exatamente essa função.

Por economia política, Foucault (2008b) entendia, de forma mais ampla, todas as doutrinas sobre como assegurar a prosperidade de uma nação, cuja aplicabilidade dependia de uma noção de natureza muito particular, definida a partir das relações de mercado.

De todas as doutrinas da economia política, Foucault (2008b) identificou aquela que, por razões históricas ao longo do século XVIII, ganhou mais destaque. Essa doutrina, chamada de liberalismo, se formou a partir do pensamento dos fisiocratas, sobretudo do Marquês d'Argenson e de Adam Smith, além de Jeremy Bentham e dos utilitaristas. Foucault (2008b) sugere que o deslocamento da biopolítica para a centralidade das relações de saber-poder tem muito a ver com o contexto em que o liberalismo ganha hegemonia a ponto de, à medida que se consolidava, se torna um regime de verdade.

Não por acaso, para que possamos compreender a biopolítica, devemos antes buscar

compreender o regime geral dessa razão governamental de que lhes falo, esse regime geral que podemos chamar de questão de verdade – antes e mais nada da verdade econômica no interior da razão governamental –, e, por conseguinte, se se compreender bem o que está em causa nesse regime que é o liberalismo, o qual se opõe à razão de Estado, ou antes, [a] modifica fundamentalmente sem talvez questionar seus fundamentos. Só depois que soubermos o que era esse regime governamental chamado liberalismo é que poderemos, parece-me, apreender o que é biopolítica (Foucault, 2008b, p. 30).

Como regime de verdade, o liberalismo remete a “um fenômeno muito mais geral do que a pura e simples doutrina econômica, ou do que a pura e simples doutrina política”, na medida em que canalizou uma noção bem própria de natureza, uma natureza em função de “certo número de liberdades: liberdade de mercado, liberdade do vendedor e do comprador, livre exercício do direito de propriedade” (Foucault, 2008b, p. 83 e 86).

Desse modo, funcionou tanto como limitação interna às razões do Estado quanto, mais tarde, como limitação geral.

Como limitação interna, foi eficiente porque soube operar no plano do ser, segundo os fatos, de modo que “se o governo vier a atropelar essa limitação, a violar essas fronteiras que lhe são postas, não será ilegítimo por isso, não terá de certo modo abandonado sua essência”. Será apenas “um governo inábil, um governo inadequado, um governo que não faz o que convém”. E como limitação geral, o liberalismo impôs “um tratado relativamente uniforme em função de princípios que são sempre válidos em todas as circunstâncias” (Foucault, 2008b, p. 15), consolidando-se, portanto, como um regime de verdade.

Um regime cuja verdade situou inteiramente no mercado, considerado um lugar de veridicção porque nele, desde muito antes, já havia uma certa ideia de justiça nas trocas, fosse pela autorregulamentação que tinha como objetivo combater as fraudes que pudessem colocá-las a perder, fosse pelo preço praticado que mantinha a relação entre trabalho, comércio e consumo em equilíbrio, ou ainda, fosse pela capacidade de distribuir, através das trocas, aquilo tido como básico e essencial.

O alcance do regime de verdade não ficou restrito ao mercado, pois como “um lugar de veridicção, tornou-se “um lugar de verificabilidade e falseabilidade para a prática governamental” (Foucault, 2008b, p. 45).

Com o liberalismo, as estratégias dos próprios dispositivos de segurança, *a priori* limitados ao plano interno, foram otimizadas, sobretudo por conta da priorização de agendas, isto é, das “operações que podem ser feitas e as que não podem ser feitas, em outras palavras, entre as coisas a fazer e os meios a empregar para fazê-las, de um lado, e as coisas a não fazer”. A partir desse momento, esses dispositivos passam a incitar cada um a calcular os riscos e perigos, e a projetar as respostas capazes de “proteger os interesses individuais contra tudo o que puder se revelar, em relação a eles, como um abuso vindo do interesse coletivo, a exemplo da liberdade dos trabalhadores, o que “não pode se tornar um perigo para a empresa”. Os dispositivos de segurança se tornam fundamentais exatamente por estarem, a essa altura, em perfeita simbiose com o perigo, já que “não há liberalismo sem cultura do perigo” (Foucault, 2008b, p. 16, 89 e 91).

Devido à crise do liberalismo entre as décadas de 1920 e 1930, surgem variações que, mais tarde ou desde logo, passaram a compor os dispositivos de segurança. Foucault (2008b) estuda mais a fundo duas delas: o ordoliberalismo alemão da Escola de Friburgo; e o neoliberalismo norte-americano da Escola de Chicago.

Enquanto o surgimento do ordoliberalismo se ancorou “à República de Weimar, à crise de 29, ao desenvolvimento do nazismo, à crítica do nazismo, e, enfim, à reconstrução do pós-guerra”, o neoliberalismo se ancorou, por sua vez, “à política do New Deal, à crítica da política de Roosevelt e vai se desenvolver e se organizar principalmente depois da guerra, contra o intervencionismo federal, depois contra os programas de assistência”. Apesar de haver, entre essas duas variantes do liberalismo, “toda uma série de pessoas, personagens, teorias, livros que circularam, os principais ligados, grosso modo, à Escola Austríaca” (Foucault, 2008b, p. 107-108), é o neoliberalismo que, em particular, nos interessa.

Diferentemente do liberalismo, o neoliberalismo não se resume “a uma alternativa técnica de governo. É mais, na medida em que “se tornou um estilo geral de pensamento, de análise” e até mesmo “de imaginação”, o que só foi possível graças a uma teoria do capital humano, construída a partir da ideia de que o salário não passa de mais um rendimento do capital, de modo que o trabalhador, entendido agora como o seu próprio meio de produção, deve investir em si mesmo para aumentar esse e qualquer outro rendimento que, por um tempo, tendem a “aumentar, depois vão diminuir com a obsolescência da própria máquina ou do envelhecimento do trabalhador na medida em que ele é uma máquina” (Foucault, 2008b, p. 302 e 309). Isso só foi possível graças a um programa de análise, digamos assim, da desgraça, do perigo, e, por óbvio, da própria segurança.

O neoliberalismo permitiu expandir e totalizar os jogos de verdadeiro e falso para além do mercado, ou tornou o mercado tão grande que encobriu a totalidade da vida, alcançando, assim, “todo um campo que, até então, podia ser considerado, e era de fato considerado, não-econômico” (Foucault, 2008b, p. 302), como, por exemplo, a família, a sexualidade, a delinquência e a criminalidade.

O que Foucault (2008b) fala é que, com o neoliberalismo, surgiu um novo modelo de sujeito: o *homo oeconomicus*.

Indo além da sua versão clássica, o *homo oeconomicus* não se resume a um parceiro de trocas de mercado. Esse sujeito, um empresário de si mesmo, espraia a lógica empreendedora, por exemplo, no campo da família, ao se dedicar em encontrar alguém para casar cuja herança genética seja boa o suficiente para investir em descendentes, que vão exigir,

por sua vez, outros investimentos, como educação, cultura, e até mesmo, brinca Foucault (2008b), tempo, cuidados e afeto.

Entendo que, dentro das complexas redes que compõe a biopolítica, o poder pastoral pode ter sido aquele elemento prático que viabilizou a emergência desse novo sujeito marcado por uma forma de vida totalizante: o modo *homo oeconomicus* de ser e de se relacionar. São relações que parecem muito com a do pastor e seu rebanho, com a diferença que, agora, estão em função de um outro regime de verdade, permeados por jogos de verdadeiro e falso sobre o quão rentável pode ser salvar uma ovelha desgarrada e reinseri-la ao rebanho que o pastor tanto investe de seu tempo, cuidados e afeto. Evidentemente, à diferença do poder pastoral, o neoliberalismo considera natural e legítima, porque racional, a exclusão da ovelha inútil porque não rentável: é a lógica implacável do fazer viver, deixar morrer fundada no mercado como regime de verdade.

O desafio, no entanto, será falar desses cálculos governamentais em Belém do Pará. Falar da governamentalidade por trás do dispositivo de assistência aos pobres daqui, do neoliberalismo para os pobres, ou mesmo do neoliberalismo dos pobres.

2 O DISPOSITIVO DE ASSISTÊNCIA AOS POBRES

Nesta seção, tenho como objetivo resgatar a história da grande assistência em Belém do Pará a partir da experiência que antecedeu a Funpapa.

É uma história de muito tempo atrás, que se confunde com a formação da cidade. Mas talvez seja uma história de muito antes, de outros lugares e que chegou pelas nossas bandas pela cristandade de uma época em que a emergência de um novo processo de civilização dependia, paradoxalmente, da totalização da violência. De certo modo, é possível que seja a história da própria biopolítica.

Aqui tento organizar alguns achados para entendermos do que se trata, exatamente, o dispositivo de assistência aos pobres, mais precisamente, a fase maciça e lacunar desse dispositivo. Para tanto, tratemos primeiro da grande assistência, em seguida, da grande assistência em Belém do Pará, e, por fim, do momento de virada que coincide com o surgimento da Funpapa na cena da cidade em 1966.

2.1 A GRANDE ASSISTÊNCIA

A grande assistência é a fase do dispositivo de assistência aos pobres “a um só tempo maciça e lacunar, que era essencialmente vinculada à Igreja” e que surgiu com instituições pensadas para responder a “todo um conjunto de fenômenos dos quais uns são universais e outros acidentais” com efeitos análogos à incapacidade ou a própria incapacidade, assim definida ao “pôr indivíduos fora do circuito, de neutralização”, a exemplo da “velhice, do indivíduo que cai, em consequência, para fora do campo de capacidade, de atividade. E de outra parte, os acidentes, as enfermidades, as anomalias diversas” (Foucault, 2005, p. 291).

Para Foucault (2005), essas instituições existem há muito tempo. Antes mesmo do deslocamento da biopolítica para a centralidade das relações de saber-poder. O que me interessa aqui, no entanto, é a grande assistência a partir da emergência daqueles dispositivos que ficariam conhecidos por disciplinares, os quais, mais tarde, deram condições para os dispositivos de segurança serem implementados. Pois é nessa fase que talvez encontremos pistas do que procuramos.

No livro *Las cazas del hombre: el ser humano como presa de la Grecia de Aristóteles a la Italia de Berlusconi*, Chamayou (2012) se propõe a fazer uma genealogia do poder cinegético, cujas técnicas de caça de pessoas desenvolvidas ao longo da história teriam sido

fundamentais para a consolidação de uma teologia política que sustenta a governamentalidade violenta dos dias de hoje. Diferentemente de Michel Foucault, para quem nosso tempo se caracterizaria pelo poder pastoral, típico dos dispositivos de segurança da biopolítica, Chamayou (2012) dá a entender que a escravidão, os linchamentos, a polícia e, até mesmo, a assistência é mais uma obra de caçador do que de pastor.

Discordo em parte dessa perspectiva. Não por acreditar que um modelo se sobreponha ao outro. Talvez seja mais correto dizer que um atravesse o outro, utilizando-se estrategicamente de técnicas que falseiem a percepção geral.

No capítulo *Nemrod o la soberanía cinegética*, Chamayou (2012) opõe a figura do violento caçador Nemrod, segundo a mitologia hebraica, bisneto de Noé, fundador da Torre de Babel e primeiro soberano sobre a terra, à figura do obediente pastor Abraão, o primeiro patriarca, escolhido por Deus para guiar seu povo à terra prometida.

Chamayou (2012) então diferencia a figura do caçador de pessoas, da qual emanava o poder cinegético, da figura do pastor de almas, através da qual se faz emanar o poder pastoral, que foi e ainda é central nas tradições derivadas dessa mitologia. Para ele, enquanto o poder cinegético é imanente, ou seja, deste mundo, o poder pastoral é transcendental, uma vez que decorre da vontade divina, sendo o pastor apenas um escolhido para representá-la em razão de suas virtudes. Ambos os poderes se exercem pelo movimento, mas se o poder cinegético opera pela corrida atrás da presa, a perseguição, o poder pastoral opera pelos caminhos abertos a frente do rebanho, a condução. Outra diferença é que o poder cinegético é essencialmente cruel e violento, e o poder pastoral, benfeitor. E a última, é que o poder cinegético separa as presas visando capturá-las de forma mais eficaz, quando poder pastoral, ainda que totalizante, tem a capacidade de individualizar as ovelhas, sabendo o que se passa com cada uma delas.

Ao opor o poder cinegético ao poder pastoral, Chamayou (2012) parece colocá-los nos extremos de uma linha, sem qualquer possibilidade de se tocar, de interseção impossível. Contudo, ambos os poderes, mesmo opostos, podem estar imbricados um no outro. Um pastor pode, na verdade, ser um caçador, perseguindo as presas que acreditam ser ovelhas.

A própria mitologia nos dá um bom exemplo dessa possibilidade. Lembremos que Davi, o mais jovem pastor da casa de Jessé, foi ungido pelo profeta Samuel para suceder o rei Saul, que desobedeceu às ordens dos céus quando polpou o rei e os melhores animais dos amalequitas, os quais deveriam ter sido completamente exterminados. Davi soube esperar o tempo de Deus e agir no momento certo. As canções em sua homenagem o exultam por sua mansidão, mas também por sua força ao ter matado dezenas de milhares em nome do Senhor

dos Exércitos. O fato é que, após derrotar seus opositores, ele conseguiu unificar as doze tribos de Israel e se tornar o maior soberano de seu povo, e de cuja descendência surgiria o messias.

Logo, Davi simboliza a figura temente de Abraão ao mesmo tempo que recria a figura implacável de Nemrode. Assim, ele foi o primeiro soberano-pastor.

Não por acaso, no ensaio *Uma teologia política para a guerra total e contínua*, Dias (2024a) nos alerta que o próprio Thomas Hobbes já defendia algo bem parecido. Para o autor, era preciso que o soberano encarnasse o poder pastoral, tomando os súditos como um grande rebanho e agindo como um delegado dos céus para neutralizar facções político-religiosas na Inglaterra no século XVII e, com isso, evitar a guerra civil e a instabilidade interna.

A partir dessa premissa, podemos pensar como o poder cinegético incorpora técnicas pastorais. Ou mais precisamente, como aquele tipo de poder violento tem se revestido de uma benignidade, típica de outro poder, bem diferente do primeiro, deixando-o livre de qualquer suspeita.

Na primeira palestra da conferência intitulada *Omnes et singulatim: por uma crítica da razão política* proferida na Universidade de Stanford em 1979, Foucault (1990) se aprofunda no estudo do poder pastoral, que abordou no curso *Segurança, território, população*, a partir da relação entre racionalização e excessos do poder político.

Por racionalização, Foucault (1990) não entende como razão ou, menos ainda, como oposição à ideia de não-razão. Nem à investigação se alguém ou alguma coisa obedece ao que chama de princípios da racionalidade. Segundo ele, trata-se de descobrir que tipo de racionalidade é adotada sobre dado assunto num contexto preciso. Essa acepção engloba, portanto, mais de uma noção de racionalidade: cada uma delas assentadas em experiências fundamentais, como delinquência, loucura, pobreza etc., e a partir das quais devemos analisá-las, rejeitando-se uma investigação geral.

Só assim conseguiríamos identificar os efeitos dos dispositivos na construção da subjetividade, mais precisamente, o “desenvolvimento de técnicas de poder orientadas para os indivíduos e destinadas a dirigi-los de forma contínua e permanente” (Foucault, 1990, p. 79).

Apesar de menções nas tradições grega e romana, em especial, na literatura homérica, pitagórica, platônica e, mais tarde, do Baixo Império, é nas tradições egípcia, assíria e, sobretudo, hebraica que a associação entre Deus e rei é feita mais naturalmente. Exatamente por conta da figura do pastor comum a esses povos.

Mas enquanto no Egito e na Assíria o soberano podia ser o próprio pastor, em Israel “Deus, e Deus somente, é o pastor de seu povo. Com uma única exceção positiva: em sua qualidade de fundador da monarquia, Davi é o único a ser invocado como pastor. Deus confiou-

lhe a tarefa de reunir um rebanho” e “os reis cruéis são sistematicamente comparados a maus pastores; eles dispersam o rebanho, permitem que morra de sede, tosam-no exclusivamente para obter lucro” (Foucault, 1990, p. 79).

A relação é direta entre Deus e seu rebanho, que o conduz a uma terra dada. Logo, a relação não pressupõe um território, como era com os deuses gregos e romanos. Sem Deus o rebanho se dispersa. Sua presença deve ser contínua, ainda que lhes deixem leis para que fossem seguidas. O chamado livre-arbítrio, mas sem plena confiança ou autonomia, afinal, não pode impedir a salvação. Uma noção muito particular de salvação, que Foucault (1990) chamou de benignidade constante, diferente da noção helênica restrita a momentos mais críticos, na iminência de perigos.

A benignidade constante visa salvar a todo momento e no final dos tempos, uma tarefa que requer que o pastor sempre vele por seu rebanho, cuidando dele no todo, mas considerando cada uma das ovelhas em suas particularidades, a troca de nada, sem glórias como compensação pelo árduo trabalho, diferentemente dos líderes gregos e romanos. O pastor não só guia. Ele quem também dá o que comer, trata das doenças, anima e ensina. E não o agricultor ou o padeiro, o médico, o ginasta e o pedagogo como era nas *pólis*.

Não por acaso,

Platão efetivamente reconhecia que o médico, o agricultor, o ginasta e o pedagogo funcionavam como pastores. Mas recusava-se a admitir que estivessem envolvidos com a atividade do político. Afirmou explicitamente: como o político poderia encontrar tempo para visitar cada pessoa individualmente, alimentá-la, oferecer-lhe concertos e tomar conta dela em caso de doença? Só um deus da Idade do Ouro poderia conduzir-se dessa maneira; ou, mais uma vez, como um médico ou um pedagogo, ser responsável pelas vidas e pelo desenvolvimento de um pequeno número de indivíduos. Mas, situados os dois — os deuses e os pegureiros —, os homens que detêm poder político não desempenham o papel de pastores. Sua missão não consiste em proteger a vida de um grupo de indivíduos. Consiste em formar e garantir a unidade da cidade. Em suma, o problema político é o da relação entre a unidade e a multiplicidade no quadro da cidade e de seus cidadãos (Foucault, 1990, p. 84).

A interpretação mais aceita é que o poder pastoral era controverso no mundo greco-romano e, por isso, tenha ficado, nesse tempo, mais restrito aos hebreus. Foucault (1990), no entanto, não cai na tentação de dizer que o poder pastoral foi exercido tal como prescreve as escrituras antes da queda de Jerusalém.

Ele o considera uma metáfora que, no entanto, foi levada a sério com a consolidação do cristianismo, especialmente, nos mosteiros da Idade Média, cuja doutrina alterou pontos essenciais.

Entre essas mudanças, Foucault (1990) cita a responsabilidade do pastor, que atinge o ponto dele próprio responder e prestar contas pelas atitudes de cada uma das ovelhas; e, em

consequência, o conhecimento profundo e detalhado de tudo que se passa com elas, que devem sempre se confessar; além, é claro, da obediência incondicional do rebanho, tratada como uma virtude em si mesma, de viver conforme a vontade de Cristo, renunciando-se a si mesmo e às coisas mundanas.

Com o cristianismo, temos a “organização de uma relação entre obediência total, conhecimento de si e confissão” que “introduziu um jogo que nem os gregos nem os hebreus haviam imaginado. Um estranho jogo cujos elementos são a vida, a morte, a verdade, a obediência, os indivíduos, a consciência de si” (Foucault, 1990, p. 87). Um jogo que, paradoxalmente, cria condições para o surgimento do que chamamos de sociedades modernas, ou seja

as sociedades da história, as nossas — refiro-me àquelas que passaram a existir no fim da Antigüidade na metade ocidental do continente europeu — talvez tenham sido as mais agressivas e conquistadoras; foram capazes da violência mais assombrosa, tanto contra elas próprias como contra outras. Inventaram um sem-número de diferentes formas políticas. Alteraram profundamente e diversas vezes suas estruturas legais. É preciso ter em mente que somente elas desenvolveram uma estranha tecnologia do poder tratando a imensa maioria dos homens como um rebanho com uns poucos pastores. Dessa forma elas estabeleceram entre os homens uma série de relações complexas, contínuas e paradoxais (Foucault, 1990, p. 81).

Na segunda palestra dessa conferência, Foucault (1990) explica que esse poder pastoral foi incorporado por duas configurações de saber que, segundo ele, foram fundamentais para formação do Estado nas sociedades modernas: as razões do Estado e a teoria da polícia. Enquanto as razões do Estado reuniam uma série de doutrinas que buscavam definir o governo de um Estado a partir da diferença, inclusive sob denúncias de ateísmo, do governo de Deus; a teoria da polícia buscava definir a natureza e, com isso, a atividade racional do Estado.

Lembremos que, no curso *Nascimento da biopolítica*, por razões de Estado, Foucault (2008b) entendia a racionalização de uma série de discursos sobre um conjunto de práticas cujos objetivos estavam, ao mesmo tempo, situados entre um Estado dado e um Estado a se construir e edificar. Como tal, estavam sujeitas, pela própria racionalização que mobilizavam, a certos limites, segundo ele, de caráter externo e interno em relação ao Estado.

Lembremos também que a economia política, que Foucault (2008b) entendia, de forma mais ampla, todas as doutrinas sobre como assegurar a prosperidade de uma nação, cuja aplicabilidade dependia de uma noção de natureza muito particular, definida a partir das relações de mercado, tomou a função de limitar, pelo lado de dentro, as razões do Estado. Um tipo de limitação interna empreendida, especialmente, por uma doutrina que, por razões

históricas ao longo do século XVIII, ganhou mais destaque a ponto de se tornar um regime de verdade: o liberalismo.

Quanto à teoria da polícia, especialmente a concebida por teóricos italianos e alemães dos séculos XVII e XVIII, Foucault (1990) explica que foi uma configuração de saber com uma vasta literatura, muito difundida e que circulou por quase toda Europa. Em termos gerais, podemos entender essa teoria a partir de uma espécie de utopia política, muito comum na época, que Louis Turquet de Mayerne propôs no livro *Aristo-Democratic Monarchy*, e cuja ideia central ele defendeu em 1611 aos Estados holandeses. A prioridade do Estado, segundo ele, não consiste em escolher um ou outro tipo de constituição, e sim, como o título do livro sugere, a sua combinação entre uma constituição aristocrática e outra democrática.

Com essa combinação

O rei é secundado por quatro altos funcionários. Um é responsável pela Justiça; outro, pelo Exército; o terceiro, pelo Erário, ou seja, os impostos e rendimentos do rei; e o quarto, pela *polícia*. Ao que parece a função desse oficial era essencialmente moral. Segundo Turquet, ele deveria inculcar na população “a modéstia, a caridade, a lealdade, a diligência, a cooperação amistosa e a honestidade”. Reconhecemos a ideia tradicional de que a virtude do súdito garante a boa administração do reino. Mas quando descemos aos detalhes, o panorama é um pouco diferente (Foucault, 1990, p. 93).

A sugestão de Louis Turquet de Mayerne consistia na “criação em cada província de conselhos encarregados de manter a ordem e a lei. Dois deles iriam ocupar-se das coisas; os outros dois, das pessoas.

Um conselho policial das coisas “deveria especializar-se em mercadorias e produtos manufaturados. Deveria indicar o que produzir, e como; também deveria controlar os mercados e o comércio”. O outro conselho policial das coisas “responderia pelo domínio, ou seja, o território, o espaço: propriedade privada, legados, doações e vendas estavam sob seu controle; ele deveria reformar os direitos senhoriais” (Foucault, 1990, p. 93).

No entanto, o que mais nos chama atenção são os conselhos policiais das pessoas. O primeiro deles “deveria velar pelos aspectos positivos, ativos e produtivos da vida. Em outras palavras, esse conselho diria respeito à educação; determinaria os gostos e aptidões de cada um”. Mas é o segundo que, particularmente, mais nos importa aqui, já que era esse que deveria

ocupar-se dos aspectos negativos da vida: os pobres (viúvas, órfãos, velhos) necessitados de ajuda; os desempregados; os que necessitavam auxílio financeiro devido a suas atividades (de quem não se deveriam cobrar juros); a saúde pública: enfermidades, epidemias; e acidentes como incêndios e inundações (Foucault, 1990, p. 93).

Desse modo, a polícia ou esse aspecto dela ocupava uma posição administrativa tão importante quanto a justiça, o exército e o erário. Apesar de afastar-se de uma base teológica, a formação do Estado nas sociedades modernas reabilitou o poder pastoral na medida em que buscou gerir, a partir da individualização, a totalidade da vida através da “coexistência dos homens num determinado território; suas relações do ponto de vista da propriedade; o que produzem; o que é trocado no mercado”. E “também leva em conta o modo como eles vivem, as enfermidades e acidentes que os ameaçam”. Ou seja, a “polícia está relacionada a tudo o que proporciona adorno, forma e esplendor à cidade” ao mesmo tempo em que também desenvolve “relações de trabalho e comércio entre os homens, bem como assistência e auxílio mútuo” sob pena de não se ter “condições de viver; ou suas vidas seriam precárias, assoladas pela pobreza e perpetuamente ameaçadas” (Foucault, 1990, p. 94).

Assim como fizemos em relação ao liberalismo, compreender a polícia nesse sentido particular nos ajuda, por tabela, a compreender a biopolítica, porque é a polícia que “dá condições ao Estado de aumentar seu poder e exercer seu poderio em toda a sua amplitude. Por outro lado, a polícia deve manter os cidadãos felizes”. Felicidade “no sentido de sobrevivência, vida e melhoria das condições de vida”, que “considero o objetivo da moderna arte de governar, ou da racionalidade do Estado” (Foucault, 1990, p. 94-95) que pressupõe o reconhecimento não só do território, mas também da população enquanto homem-espécie, como vimos anteriormente, indo muito além do aspecto biológico (geografia, clima, natalidade, crescimento, patologias e mortalidade), como até então parecia, chegando a alcançar aspectos mais imateriais e simbólicos (opiniões, comportamentos, hábitos e convicções), incluindo, como agora sabemos, sua moralidade, composta pelo controle da modéstia, caridade, lealdade, diligência, cooperação amistosa e honestidade.

Nessa época, a pobreza passa a ser considerada um problema moral. Portanto, tratada como um problema de polícia, e em última análise, um problema pastoral.

Não por acaso, no capítulo *Caza de pobres*, o próprio Chamayou (2012) parece seguir por um caminho menos preto no branco. Um caminho que podemos considerar mais acinzentado, ao afirmar que a caça de pobres, como chamou a perseguição sistemática que mendigos, malandros e vagabundos sofreram na Europa a partir do século XVII, seja a percussora da caça policial.

Chamayou (2012) usa dois exemplos que, segundo ele, são os pontos de virada em relação à pobreza, ou mais precisamente, à noção cristã de pobreza beatificada até então corrente: as Leis dos Pobres, codificadas entre 1587 e 1598, da Inglaterra isabelina; e o Hospital Geral de Paris, instituído por um decreto real de 1656, da França do antigo regime.

São, é verdade, dois modelos distintos de grande assistência: enquanto as Leis dos Pobres apostavam no socorro aos pobres por meio das paróquias; o Hospital Geral de Paris os confinava em massa. No entanto, em quaisquer dos casos, antes era preciso “capturarlos previamente”, criando-se, para isso todo uma configuração de saber a partir da prática em si e para orientar a própria prática. Por exemplo, falava-se de como identificar um mendigo, um malandro ou um vagabundo, de como persegui-lo, de como capturá-lo e do que fazer após capturá-lo a depender do seu histórico como indigente, se homem ou mulher, ou se nativo ou forasteiro. Em Paris, mais precisamente, cartazes foram espalhados pela cidade alertando que era proibido mendigar, sob pena “en primer lugar, el látigo, y, a continuación, galera para los hombres y destierro para las mujeres. Enviaron agentes a rastrear las calles y apoderarse de los indigentes que encontraban. Eran los arqueros del hospital” (Chamayou, 2012, p. 97).

Em outras palavras, havia arqueiros a serviço do próprio hospital que, ao identificar sinais de indigência, saíam no encalço dos suspeitos e os cercavam. A primariedade como mendigo, malandro ou vagabundo conferia-lhe o direito de, tão somente, sofrer chibatadas, que funcionavam como um aviso, uma reprimenda. Reincidente, no entanto, era caso de internação, sendo homem, ou exílio, sendo mulher. Exílio esse que era o mesmo destino dos estrangeiros.

Interessante que, no ponto de virada mais crítico, a noção cristã de pobreza beatificada, então à prova, acabou despertando um certo sentimento de revolta para quem “el mendigo era aún considerado, em la línea de la tradición medieval, como un hombre de Dios”. Sentimento esse que provocou, chamemos aqui, de contra-caridade, e que foi escalando de “los escondem em sus casas, para liberarlos más tarde”, até mesmo a ponto, não raro “que los cazas-pordioseros, al querer apoderarse de un pobre, fueran perseguidos y flagelados por la plebe”, tornando a caça de pobres uma atividade arriscada “debido a la animosidad del pueblo hacia los arqueros del hospital” (Chamayou, 2012, p. 101).

Ainda que corrente, essa noção de pobreza, no entanto, já era rejeitada pontualmente desde o século XVI, inclusive pela própria Igreja, que contava com os “caza-pordioseros de la catedral”, arqueiros encarregados de “cazar a los indigentes que mendigan em las iglesias” e “que servía sobre todo para disgregar la aglomeración de mendigos los días de misa”. Segundo relatos de 1572, em Nevers, na França, arqueiros chegaram a ser alocados na entrada da cidade com a função de examinar estrangeiros com um certo tipo de fisionomia e que faziam uso de um certo tipo de “vestimenta les permitía separar el grano de la cizña”, expulsando possíveis mendigos, às vezes, depois de submetê-los a trabalhos forçados, como “limpiar alcatrillas, recoger basura, construir fortificaciones” (Chamayou, 2012, p. 98-99). E a primeira Lei dos

Pobres, datada de 1536, já dava contornos de uma caridade de Estado que operava segundo a lógica ambígua de assistir e, ao mesmo tempo, castigar.

Portanto, se antes a caça de pobres era, como se referiu Chamayou (2012), uma captura para expulsão, com a consolidação da perseguição sistemática que mendigos, malandros e vagabundos essa caça passa a ser para o confinamento, embora a expulsão ainda fosse uma alternativa, mesmo que menos frequente com o tempo. Ele explica que essa teria sido a origem, segundo apontamentos de Michel Foucault, da polícia moderna. E o Hospital Geral de Paris, onde boa parte dos pobres capturados eram confinados, às vezes, por toda a vida, preparava o terreno para os presídios modernos. Inclusive, na decisão de internar alguém trazido pelos arqueiros do hospital, havia um certo caráter jurídico, ainda que não seguissem o direito dos tribunais.

Chamayou (2012) resgatou espécies de julgamentos, nas suas palavras, de iniquidade e maldade notáveis, nos quais as próprias autoridades públicas responsáveis pela província condenavam os capturados às penalidades contra a mendicância sem qualquer fundamento, afinal, dizia-se: se essa gente não tem Deus, não tem lei também. O que indica, já nessa época, apesar do direito instituído, havia leis paralelas que as próprias autoridades públicas, longe dos tribunais, se valiam para execuções extrajudiciais contra um contingente considerável da população.

No século XVIII, o Hospital Geral de Paris inspirou outros hospitais na própria França, além de Dinamarca e Estados alemães. E no século XIX, viveu o ápice da superlotação, por exemplo, “el número aumentó en un año a cincuenta mil”. Apesar dos esforços de quase duzentos anos, Paris e as cidades da França não se viram livres da pobreza que a todo custo tentava erradicar. E, a essa altura, a pobreza já saía muito caro para a cidade, pois não era mais possível manter tanta gente sob os cuidados do hospital, ainda que em condições ainda mais miseráveis do que se vivia nas ruas, pois mesmo que “duerman en l apaja, y alimentadlos com pan y agua” não tinha o suficiente nem mesmo para o salário dos arqueiros, que “hastados y mal pagados, acababan entendiéndose com los pobres a cambio de um poco de dinero”. Por isso, o objetivo agora era apenas invisibilizar a pobreza. Mas não só isso. Não se podia mais apenas trancá-la. Era preciso fazê-la render. Diante da necessidade, a oportunidade: “una vez encerrados los pobres, era posible, por fin, hacerlos trabajar” (Chamayou, 2012, p. 101-102).

Trata-se, nesse exato momento, de um novo ponto de virada: da incorporação dos dispositivos disciplinares à grande assistência da França do século XIX. Ou, mais precisamente, de uma nova estratégia assumida por esses mesmos dispositivos que já haviam sido incorporados na caça aos pobres há mais tempo. Uma nova estratégia, talvez, uma sobreposição

funcional em vista à produção de corpos politicamente dóceis e economicamente produtivos, muito semelhante àquela que Foucault (1999) identificou no livro *Vigiar e punir: nascimento da prisão* ao fazer a genealogia das prisões modernas.

Para tanto, explica ele nesse mesmo livro, os dispositivos disciplinares mais bem acabados operavam segundo um conjunto de práticas, mais ou menos comuns, baseadas na distribuição de corpos num espaço esquadrihado, como é o caso de cada aluno por carteira, cada empregado por posto de trabalho, cada doente por leito e cada preso por cela. Assim como na imposição de tarefas distribuídas em horários definidos e na administração do tempo pela segmentação da temporalidade em etapas e fluxos de processos sucessivos e repetitivos. E, também, na composição desses processos de produção de acordo com uma linha de mando, o que perpassava por uma rígida hierarquização, vigilância, exame e sanção.

Como pudemos supor, a sobreposição funcional da estratégia da grande assistência se impôs devido às condições materiais de um dado momento, uma necessidade, uma urgência, e não necessariamente por uma revolução de caráter humanista. O que coincide com a suposição de Foucault (1999) acerca da mudança que ocorreu dos espetáculos de execução em praça pública, típicos dos dispositivos de suplício, para as prisões modernas, símbolo dos dispositivos disciplinares.

Essa mudança, segundo ele, ocorreu para administrar uma delinquência emergente, alvo das novas prisões. E como podemos supor, nas nossas bandas, tal mudança representa uma sobreposição funcional para administrar uma pobreza emergente – como algo a parte ou como algo que faz parte da própria delinquência –, alvo das instituições como o Hospital Geral de Paris a partir do século XIX.

É curioso, no entanto, que na Inglaterra, os dispositivos disciplinares parecem ter se incorporado à grande assistência bem antes, ainda no século XVII. E é sobre isso que gostaria que nos concentremos, por acreditar que nos ajudará a entender muita coisa nossa, seja de antes, seja de agora.

No capítulo *Speenhamland* do livro *A grande transformação: as origens da nossa época* publicado em 1940, Polanyi (2000) faz um estudo sobre a formação do mercado de trabalho na Inglaterra, em especial, como esse mercado de trabalho se consolidou a partir das primeiras leis de incentivo ao trabalho, em especial, em torno do abano salarial.

Polanyi (2000) conta que os juízes do Condado de Berkshire, num encontro realizado no Distrito Paroquial de Speenhamland em 1795, decidiram conceder complementação ao salário aos trabalhadores em resposta a levantes populares. A complementação foi definida de acordo com uma tabela, elaborada sobre o preço do pão da cidade.

A recomendação dos juízes consistia:

Quando o preço do quilo de pão de uma determinada qualidade “custar 1 shilling, qualquer pessoa pobre e diligente terá 3 shillings por semana para seu sustento, quer ganhos por ela própria ou pelo trabalho de sua família, quer como um abono proveniente do imposto dos pobres, e 1 shilling e 6 pence para o sustento de sua mulher e qualquer outro membro da sua família. Quando o quilo de pão custar 1/6, 4 shillings por semana mais 1/10. A cada pence acima de 1 shilling no aumento do preço do pão corresponderão 3 pences para ele e 1 pence para os demais”. Essas cifras variavam em alguns condados mas, na maioria dos casos, adotava-se a tabela de Speenhamland (Polanyi, 2000, p. 100).

Grosso modo, ficou assegurado aos pobres uma renda mínima independente do que ganhassem pelo trabalho, e apesar de ter sido uma medida de emergência, sem base em uma lei, foi incorporada ao direito inglês pelo costume. Esse direito, no entanto, entrou em desuso em 1834, devido aos muitos alertas – adivinhem só, de vozes da economia política – quanto aos riscos que, a longo prazo, traria para o país, como a “grave deterioração da capacidade produtiva das massas”. A renda mínima poderia levar a uma “calamidade nacional que obstruía o progresso da civilização”, justificando “a necessidade de abolir o direito incondicional do pobre à assistência”. Os interesses dos trabalhadores deveriam se limitar a um sistema de salários universais, mesmo que na época “isto significasse privá-los da sua exigência legal à subsistência”. Afinal, a lei era outra: com as Leis dos Pobres, “os pobres eram forçados a trabalhar com qualquer salário que pudessem conseguir e somente aqueles que não conseguiam trabalho tinham direito a assistência” (Polanyi, 2000, p. 101 e 105).

No capítulo que se segue, intitulado *Antecedentes e consequências*, Polanyi (2000) dá continuidade a esse estudo e explica, mais detalhadamente, as Leis dos Pobres. Segundo ele, esse conjunto de leis, junto com o Estatuto dos Artífices, compuseram o código do trabalho da Inglaterra. Mas enquanto o Estatuto dos Artífices era aplicado aos que hoje chamaríamos de empregados, as Leis dos Pobres se aplicavam aos pobres que não tinham trabalho e, também, aos que não podiam trabalhar.

É importante sabermos que

os cavalheiros da Inglaterra julgavam pobres todas as pessoas que não possuíam renda suficiente para mantê-las ociosas. Assim, “pobre” era praticamente sinônimo de “povo comum”, e no povo comum estavam incluídos todos, menos as classes fundiárias (difícilmente um mercador bem-sucedido deixava de adquirir alguma terra, uma propriedade fundiária). Daí o termo “pobre” significar todas as pessoas que passavam necessidades e o povo em geral, se e quando sofriam necessidades. Naturalmente isto incluía os indigentes, mas não apenas eles. Os velhos, os enfermos, os órfãos deviam receber cuidados numa sociedade que proclamava haver lugar para qualquer cristão no seu âmbito (Polanyi, 2000, p. 106).

Devido às leis de domicílio e à servidão paroquial que impediam a mobilidade dos pobres na Inglaterra, cabia à paróquia local arranjar trabalho àqueles que podiam trabalhar, e alojar aqueles que não podiam nos chamados asilos de pobres. Para tanto, foi instituído um conjunto de tributos aos proprietários e arrendatários de terra em favor das paróquias, que também ficaram encarregadas pelo “aprendizado de órfãos e de crianças carentes, para tomar conta de velhos e dos enfermos, para o enterro dos indigentes”. No entanto,

Quanto maior a variedade de recursos locais para os pobres, maior era o perigo de uma paróquia bem-sucedida ser invadida por indigentes profissionais. Após a Restauração, foi decretado o *Act of Settlement and Rernewal* para proteger as paróquias “melhores” contra o fluxo de indigentes. Mais de um século mais tarde, Adam Smith denunciou essa lei porque imobilizava o povo, impedindo-o de encontrar emprego útil, da mesma forma que impedia os capitalistas de encontrar empregados. Um homem só podia ficar fora da sua paróquia se contasse com a boa vontade do magistrado local e das autoridades paroquiais. Em qualquer outro lugar, ele era passível de expulsão, mesmo estando em boa situação e empregado. O *status* legal do povo era, portanto, o de liberdade e igualdade, mas sujeito a limitações incisivas. Eles eram iguais perante a lei e livres como pessoas, mas não eram livres para escolher suas ocupações ou a de seus filhos, não eram livres para se estabelecer onde quisessem e eram forçados a trabalhar (Polanyi, 2000, p. 111).

Apesar dos esforços paroquias, a pobreza não tinha fim. Segundo Polanyi (2000), não faltaram acusações às paróquias, de má administração da lei. De que elas davam pão de mais aos pobres, que não deviam incentivá-los a criar tantos cães, ou que deviam abandonar o hábito do chá da tarde. O fato é que, provavelmente, essa tenha sido a primeira experiência mais bem acabada de grande assistência, e mesmo com a reforma de 1834, que o próprio Polanyi (2000) cita como uma resposta contra o abono salarial, só foi revogada no século XX. Uma história de mais de quatrocentos anos.

Chamayou (2012) observa um ponto fundamental dessa história: a criminalização da pobreza. Para ele, a criminalização da pobreza elevou o pobre à categoria de perigoso. E à medida que as práticas policiais de seleção social se incorporaram às práticas judiciais, a polícia se tornou um braço da justiça, máquina de caça e captura penal.

Mesmo que as Leis dos Pobres tenham fundado um novo tipo de caridade, segundo Chamayou (2012), a caridade de Estado, uma caridade legal, paradoxalmente, mascarava uma lógica penal que, muitos chegaram a denunciar, inclusive, religiosos, que se viram “desposeídos del cuidado de sus pobres”. Alvos da polícia, muitos foram capturados e conduzidos a força à prisão sob a acusação de mendicância, malandragem e vagabundagem, onde havia oficinas nas quais eram obrigados a trabalhar. “Un código penal se há creado para ellos, donde la pereza y la incapacidad se cassifican como delitos y como tal son castigados”. O que estava em jogo, de fato, era “el trabajo forzado de los mendigos” e, por consequência, “la formación física y

moral de lo que podia llegar a ser el salariado”. Em uma análise mais global, “firmaba así el acta de nacimiento del proletariado moderno”. E “el poder de policía irrompe como un instrumento de clase, como medio principal para el obligada en lo que sería el mercado del trabajo asalariado” (Chamayou, 2012, p. 104).

Logo, a grande assistência articulava uma episteme própria sobre pobreza, atravessada, pelo menos, pela moral, pelo direito e pela economia política; uma série de estabelecimentos fechados, de hospitais, a asilos e a própria prisão; e, ao que tudo indica, estratégias para fazer viver alguns poucos que pudessem ser úteis, à custa de deixar tantos outros morrerem no processo. O dispositivo de assistência aos pobres, nessa fase, se afasta da Igreja, ainda que, em certa medida, sem desprezar a longa tradição de caridade, e passa a mobilizar dispositivos disciplinares por excelência, como o confinamento e a normação, contra um segmento da população que compunha uma classe em particular.

Esses dispositivos só foram implementados pelo poder cinegético presente na perseguição sistemática feita por arqueiros, depois pela polícia, revestido de técnicas do poder pastoral, viabilizando o controle dos corpos pela interdição da mobilidade e pela ocupação capital do tempo, a partir de dado momento, voltado à exploração do trabalho pensado para sustentar os próprios dispositivos e, também, justificá-los como essenciais ao restante da população.

2.2 A GRANDE ASSISTÊNCIA EM BELÉM DO PARÁ

A grande assistência em Belém do Pará remonta ao tempo da origem da própria cidade. O registro da primeira instituição do tipo data do século XVIII, pouco tempo depois da ocupação portuguesa da região.

Essa instituição, cujo nome é desconhecido, foi fundada pelo padre Gabriel Malagrida, da Companhia de Jesus, em algum momento entre 1746 e 1749, e foi destinado às chamadas meninas gentias. No entanto, segundo Marcílio (1997) no capítulo *A roda de expostos e a criança abandonada na história do Brasil* do livro *A história social da infância no Brasil*, fechou as suas portas pouco tempo depois por falta de apoio da Igreja, embora sem citar o motivo. Pinheiro (2017), em sua tese *O Instituto Orfanológico do Outeiro*, encontrou pistas que dão força a outra versão.

O que se sabe é que era “custeada mediante esmolas e doações, que eram solicitadas pelo religioso”, o que não teriam sido “suficientes para sustentar o estabelecimento e, além

disso, ficou sem o auxílio de seu criador, que partiu em viagem a Portugal” (Pinheiro, 2017, p. 47-48).

Podemos supor, com sorte, algumas coisas no rastro deixado pela história. Como, por exemplo, o porquê dessa instituição servir de marco inicial e, quem sabe, qual a estratégia por trás dela.

Por meio do Regimento do Governo-Geral do Brasil, de 17 de dezembro de 1548, D. João III nomeou Tomé de Souza Capitão-mor da colônia. Além disso, nesse mesmo documento, a Coroa portuguesa também determinou uma série de providências sob a responsabilidade do Capitão-mor para o sucesso do projeto de conquista do Novo Mundo. E uma delas, em especial, nos interessa particularmente: a que dizia respeito à catequização dos povos indígenas, que deveria ter início pelos filhos sob o entendimento de que “neles imprimirá melhor a doutrina, trabalharei por dar ordem como se façam Cristãos, e que sejam ensinados e tirados da conversão dos gentios” (Portugal, 1548, não paginada).

Em 29 de março de 1549, o Capitão-mor desembarca na Bahia de Todos os Santos. Desembarca também a Companhia de Jesus, composta por quatro jesuítas ordenados e dois em formação clerical, liderados pelo padre Manuel de Nóbrega, com a missão da evangelização pacífica, como havia determinado o papa Paulo III em 1537 na Bula *Sublimis Deus* com base no debate travado entre os padres Juan Ginés de Sepúlveda e Bartolomé de las Casas sobre qual postura verdadeiramente cristã as metrópoles europeias deveriam adotar com relação aos nativos do Novo Mundo.

No capítulo *Quem tem o direito de intervir: os valores universais contra a barbárie* do livro *O universalismo europeu: a retórica do poder*, Wallerstein (2007) estudou mais a fundo esse debate. Em 1531, o padre Juan Ginés de Sepúlveda escreveu o livro *Demócrates primeiro* que ia na contramão das ideias defendidas pelo padre Bartolomé de las Casas, muito influente na Coroa espanhola. A publicação do livro foi negada e o caso foi levado ao conhecimento do rei, Carlos V, que convocou o Conselho das Índias para aconselhá-lo. Para fazê-lo, o Conselho ouviu ambos os padres, mas ao que tudo indica, não chegou a um veredicto.

Não se dando por vencido, o padre Juan Ginés de Sepúlveda escreveu um novo livro, intitulado *Demócrates segundo: las justas causas de la guerra contra los indios*. Nele, com base em Aristóteles, santo Agostinho e são Tomás de Aquino, o padre desenvolveu uma espécie de teoria geral sobre os povos indígenas, estabelecendo quatro grandes teses, usadas para justificar uma missão de evangelização à força, que ele mesmo chamou de guerra justa.

A primeira delas associava esses povos aos bárbaros e, como tais, seriam incapazes de aprender qualquer coisa que não fosse de natureza mecânica, afazeres manuais. Cheios de vícios

e crueldades, deveriam ser governados pelos cristãos. Já a segunda dizia que os povos indígenas deveriam aceitar o governo dos cristãos. Permitir-se governar pelos outros seria como uma punição aos crimes que seus costumes de idolatria e sacrifício humano representavam às leis divinas, morais e naturais. Por sua vez, a terceira se referia ao dever de intervir imposto aos cristãos. O objetivo era claro: intervir era necessário para fazer cessar as grandes calamidades sofridas pelos inocentes nascidos entre esses povos. E a quarta tese, de que seria mais seguro para as ordens religiosas utilizar da força na conversão desses povos.

O padre Bartolomé de las Casas, para quem a missão de evangelização deveria ser pacífica, combateu cada uma dessas quatro teses numa espécie de resumo que ele deu como título *Apología, o declaración y defensa universal de los derechos del hombre y de los pueblos*. Contra a primeira tese, defendeu que os povos indígenas, em sua grande maioria, não eram bárbaros, já que dominavam sofisticados sistemas de fala, independentemente da escrita, e que vícios e crueldades, assim como em qualquer outra sociedade do mundo, mesmo que existentes, seriam raros de acontecer. Para combater a segunda tese, argumentou que esses povos teriam a sua própria jurisdição, de modo que não poderiam ser confundidos com hereges, pois, àquela altura, desconheciam a Igreja. Quanto à terceira tese, ponderou que, embora houvesse o dever de proteger os inocentes, a intervenção dos cristãos teria que ser moderada para não causar um mal maior. Por último, a quarta tese foi confrontada segundo o raciocínio de que levar à força, quem quer que fosse, a Cristo, contrariava o livre-arbítrio, a ponto de se colocar em xeque a própria missão de evangelização.

Apesar do Conselho das Índias não ter chegado a um veredicto, ou a um veredicto conhecido, a Bula *Sublimis Deus* indica que o padre Bartolomé de las Casas saiu vitorioso do debate, pelo menos num primeiro momento, pois a Igreja tomou como pressuposto não ser

concebível que alguém possa possuir tão pouco entendimento a ponto de desejar a fé e, ainda assim, ser destituído da faculdade mais necessária a recebê-la. Assim Cristo, que é a própria Verdade, que jamais falhou e não pode falhar, disse aos anunciadores da fé que Ele elegeu para tal ofício “Ide e ensinai a todas as nações”. Ele disse todas, sem exceção, pois todas são capazes de receber as doutrinas da fé (Paulo III, 1537, não paginado).

Com isso, a Igreja reconheceu

que, embora indignos, exercemos sobre a terra o poder de nosso Senhor e buscamos com todas as nossas forças recolher as ovelhas dispersas de seu rebanho no aprisco a nós confiado, consideramos, no entanto, que os índios são verdadeiramente homens e que eles não só são capazes de compreender a fé católica, como, segundo nos informaram, anseiam sobremaneira recebê-la. Desejosos de prover amplo remédio para estes males, definimos e declaramos pela presente Encíclica, ou por qualquer sua

tradução assinada por qualquer notário público e selada com o selo de qualquer mandatário eclesiástico, a quem se deve dar os mesmos créditos que às autoridades originais (Paulo III, 1537, não paginado).

E proibiu que

os ditos índios e todos os outros povos que venham a ser descobertos pelos cristãos, não devem em absoluto ser privados de sua liberdade ou da posse de suas propriedades, ainda que sejam alheios à fé de Jesus Cristo; e que eles devem livre e legitimamente gozar de sua liberdade e da posse de sua propriedade; e não devem de modo algum ser escravizados; e se o contrário vier a acontecer, tais atos devem ser considerados nulos e sem efeito (Paulo III, 1537, não paginado).

No entanto, segundo Wallerstein (2007), a Bula *Sublimis Deus* e a legislação decorrente foram suspensas pouco tempo depois devido à grande resistência dos encomenderos e seus partidários na Espanha, onde o debate foi travado, e na própria Igreja. Com a sucessão de Carlos V por Felipe na Coroa espanhola, que também estava na linha de sucessão da Coroa portuguesa, as ideias defendidas pelo padre Bartolomé de las Casas, que já não eram muito bem aceitas entre os fidalgos, perderam força na corte.

Tenhamos em vista que a disputa pela episteme sobre os povos indígenas na época, seja o quão santo se achava um lado em relação ao outro, não colocou em questão um ponto central: a evangelização. Qualquer que fosse, era consenso levar a palavra de Deus ao Novo Mundo.

Devemos levar em conta também outras tantas coisas, ainda mais importantes, para compreendermos a grande assistência em Belém do Pará. Na tese *Direito colonial e políticas de morte no Grão-Pará: formas jurídicas do escravismo e do genocídio colonial no Estado do Pará*, Guimarães Filho (2023) se propõe a fazer uma genealogia da legislação aplicada nas nossas bandas entre 1616 e 1822. Por meio dessa genealogia, podemos seguir por uma história local, evitando partir de outros mundos ou de casos pontuais que só reforçam versões triunfalistas, como acreditar que os direitos humanos na América Latina tiveram origem no padre Bartolomé de las Casas, ou ainda, tomar como pressupostos científicos velhos mitos como o da democracia racial de Gilberto Freyre, ou o da Amazônia como inferno verde de Alberto Rangel.

A legislação dessa época, segundo Guimarães Filho (2023), era basicamente composta pelas bulas papais e pelas cartas régias. Em termos gerais, o resgate da documentação mostra que havia um direito para os brancos e outro para os não-brancos, revelando o caráter racial do que ele chama de empresa colonial portuguesa. Sugere, ainda, que a Bula *Sublimis Deus* tenha sido, na verdade, uma exceção.

A posição do Vaticano sobre o uso dos nativos como escravos, pelo menos em relação à empresa colonial portuguesa, era bem diferente. Uma série de bulas papais, dirigidas diretamente à Coroa portuguesa, não só autorizaram como regulamentaram a prática. A título de exemplo,

Em 1452 o Papa Nicolau V publica a Bula Papal chamada *Dum Diversas* dirigida ao Rei Afonso V que autoriza os portugueses à conquista de territórios não cristianizados e autoriza a escravidão aos Sarracenos e Pagãos capturados e a sua comercialização. Em 1455 há a Bula Papal *Romanus Pontifex* de igual remetente mantendo a autorização sobre a conquista, escravização e comércio de escravizados, suprimindo a excomunhão aos portugueses que adquirissem escravizados e ouro dos muçulmanos. A autorização à conquista de territórios não-cristianizados e a escravização dos pagãos é reiterada pelo Papa Calisto III na bula *Etsi cuncti* de 1456 e pelo Papa Sisto IV na bula *Aeterni regis*; o Papa Alexandre VI em sua bula *Inter caetera* amplia as autorizações ao continente Americano em 1493; Papa Leão X em 1514, com a bula *Precelae devotionis* mantém a autorização à conquista, escravização e comercialização de escravos no “novo mundo” (Guimarães Filho, 2023, p. 62).

Desse modo, podemos supor que aquele debate que chegou ao Conselho das Índias sequer tenha circulado por Lisboa, onde a questão girava em torno de outro contexto e mobilizava outras personagens.

Belém do Pará surge nesse regime jurídico. Fundada em 1616 com a construção do Forte Castelo do Senhor Santo Cristo, também chamado de Forte do Presépio, na altura da foz do Rio Guamá com a Baía do Guajará, a região fica sujeita ao Capitão-mor do Brasil até 1621, quando “há a divisão do território de domínio português na América entre Estado do Brasil e Estado do Maranhão” por decisão da Coroa portuguesa em razão do regime diferente dos ventos e marés da costa atlântica, facilitando a navegação “entre Portugal e Maranhão, Portugal e Brasil e entre Maranhão e Brasil”, já que

Era terrível fazer a viagem de São Luís ou Belém a Salvador ou mesmo até o Ceará, sendo mais fácil regressar buscando bordo ao norte, até o Cabo Verde ou as Ilhas Canárias para então pegar o caminho de volta aos portos brasileiros. Desta forma, fazia mais sentido do ponto de vista comercial que embarcações saídas de Belém ou São Luís comercializassem diretamente com Lisboa ou ir primeiro em Lisboa para depois voltar ao Brasil (Guimarães Filho, 2023, p. 80-81).

Batizada como Feliz Lusitânia, Belém do Pará se tornou capital da Capitania do Grão-Pará, “criada em 1621 como unidade administrativa do Estado do Maranhão”, que em 1751 passa a se chamar Estado do Grão-Pará e Maranhão, “indicando a importância maior que o Grão-Pará teria no mundo colonial português”. Em 1772 o Estado do Grão-Pará e Maranhão é “dividido em Estado do Grão-Pará e Rio Negro com capital em Belém e Estado do Maranhão e Piauí com capital em São Luís. Em 1774 os Estados são incorporados como capitanias ao

unificado Estado do Brasil, tendo capital no Rio de Janeiro”, contudo essa “incorporação só teria iniciado de fato em agosto de 1823” (Guimarães Filho, 2023, p. 80, 130 e 137).

Para Guimarães Filho (2023) saber disso é fundamental porque, ainda que o Estado do Grão-Pará e Maranhão tivesse muita coisa em comum com o Estado do Brasil, a empresa colonial portuguesa pelas nossas bandas terá suas próprias particularidades. O Forte do Presépio, por exemplo, surgiu da necessidade de se expulsar os franceses e outros estrangeiros que ocupavam a região no início do século XVII, mas também para a missão, como dito na época, de reduzir os gentios. Descobertas arqueológicas mostram que a fortificação foi levantada sobre um território indígena chamado Mairí, havendo vestígios de terra preta, cerâmicas e outros elementos que comprovam a presença humana e técnicas tradicionais de manejo florestal de muito tempo atrás. Os Tupinambá teriam sido a etnia mais numerosa da região, embora não se descarte outras que chegavam ao Mairí, que pode ter servido de passagem nos caminhos que levavam até a costa amazônica, reforçando que a região, ocupada há pelo menos doze mil anos, era uma floresta antropogênica.

Nas primeiras décadas da fortificação, houve uma verdadeira guerra, inclusive, com episódios de cercos indígenas ao Forte do Presépio, mas a fortificação acabou se revelando uma máquina de extermínio muito poderosa. No cerco Nheenguaíbas, que durou trinta dias, quase mil indígenas foram mortos e mais de trezentos, escravizados. Do outro lado dos canhões, apesar do menor número, foi registrada a morte de apenas um português. Em 1619 houve uma grande revolta contra os invasores, e a resposta foi um massacre de aldeias inteiras. Segundo relatos de 1664, das cerca de seiscentas, restaram apenas quinze delas, e “mesmo povos que não agiam como rebeldes para os portugueses foram tratados como tal para justificar o seu massacre e escravidão” (Guimarães Filho, 2023, p. 90).

A partir da legislação dessa época, Guimarães Filho (2023) identifica três grandes fases na colonização do Grão Pará: a primeira, que foi marcada pelas guerras justas e resgates (1616-1653); a segunda, pelos descimentos jesuítas (1653-1757); e a terceira, pela reforma pombalina (1757-1822).

Os descimentos jesuítas são o que mais nos interessa aqui, porque é nessa fase da colonização do Grão-Pará que, de algum modo, a grande assistência será introduzida, e na qual, suponho, ter surgido a instituição fundada pelo padre Gabriel Malagrida.

Diferentemente das guerras justas, por meio das quais era permitido escravizar os chamados gentios bravos; ou do resgate, que também permitia escravizá-los após salvá-los da morte iminente, sobretudo da alegada selvageria de povos canibais; os descimentos jesuítas consistiam num conjunto de práticas pelas quais a Companhia de Jesus obtinha as almas e os

braços de que tanto precisava para a missão confiada pela Coroa portuguesa. Por meio do aldeamento, inclusive forçado,

a catequese significava a adesão ao cristianismo e a disposição do corpo e do tempo para o trabalho produtivo, a produção de mercadorias. As vidas “salvas” significavam trabalhadores para as missões jesuíticas, onde iriam produzir na economia extrativista da Capitania: coletar drogas do sertão (cacau, canela, castanha-do-Pará etc.), realizar extração de madeira, criação de gado e formas de agricultura (cana-de-açúcar, arroz, café, algodão) em engenhos (Guimarães Filho, 2023, p. 112).

Apesar da Câmara de São Luís ter “requerido a saída do padre Luís Figueira da sua Capitania por este disputar o uso do trabalho indígena com os colonos” em 1622; e apesar dos “primeiros jesuítas de fato instalados no Grão-Pará” terem sido “mortos no ano de 1645 por Aruãs após naufragarem na entrada da Baía do Sol”, no atual Distrito de Mosqueiro; D. João IV passa a considerá-los fundamentais para a empresa colonial portuguesa na região, “fazendo com que a partir de 1653 este passe a enviar com regularidade padres jesuítas para o Grão-Pará” (Guimarães Filho, 2023, p. 112).

Nesse ano, o padre Antônio Vieira propõe o *Modo como se há de governar o gentio que há nas aldeias do Maranhão e do Pará*, um esboço para regulamentar os descimentos jesuítas, que dará origem a uma lei própria, chamada *Visita das Aldeias de 1658*. Grosso modo, essa lei tratava das obrigações espirituais nos aldeamentos, da catequese e da celebração dos sacramentos, e também da administração temporal, que era atribuída a uma liderança indígena, chamada de principal, alinhada à missão. Cabia ao principal, por exemplo, “executar castigos impostos pelos religiosos”. Desse modo,

Os principais indígenas exerceram papel-chave enquanto intermediários entre populações originárias e missionários, assim também com moradores, autoridades civis ou militares. Também atuavam na realização das descidas, utilizando o seu conhecimento de línguas e costumes locais. Desta forma, a disputa pelas fronteiras dependia da aliança com os chefes de cada território. Estes líderes eram importantes para os diversos empreendimentos coloniais: missões religiosas, incursões militares, construção de fortes, coleta e transporte de drogas do sertão (Guimarães Filho, 2023, p. 118).

Segundo Guimarães Filho (2023), servindo-se de seu prestígio junto à corte, e em meio às tensões e disputas com os colonos, esse mesmo padre ainda defenderá a introdução de negros de Guiné no Estado do Grão-Pará e Maranhão, referindo-se ao trabalho escravo de africanos, em substituição aos negros da Terra, como se referia ao trabalho compulsório de indígenas, a fim de torná-los um monopólio da missão, redobrando a aposta quanto ao caráter racial da empresa colonial portuguesa na região. Naquele mesmo ano, o padre solicita à Câmara de

Belém autorização para instalar uma capela e um colégio na cidade. Suponho tratar-se do Colégio Santo Alexandre, atual Museu de Arte Sacra de Belém, e que servia de sede dos jesuítas na cidade, alvo de uma revolta de colonos que resultou na prisão do padre Antônio Vieira em 1661.

Na dissertação *O projeto português para a Amazônia e a Companhia de Jesus: reflexos do conflito entre absolutismo ilustrado e poder religiosos na América equacional*, Glielmo (2010) explica que, ao invés de mosteiros e conventos, os jesuítas costumavam se organizar em instituições chamadas de colégios. Segundo o autor, ainda que diferente das experiências das metrópoles europeias, ao mesmo tempo em que esses colégios serviam para a morada da própria ordem religiosa, serviam para outros propósitos, especialmente para o ensino catequético dos filhos dos gentios.

O fato é que a Companhia de Jesus construiu uma série de colégios nas principais cidades da colônia e em diversas aldeias indígenas. No capítulo *Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista* do livro *História das crianças no Brasil*, Chambouleyron (2013) contabilizou quase setecentos colégios nos domínios portugueses. Segundo ele, o Colégio dos Meninos de Jesus, fundado em 1550 ou 1552 em Salvador foi o primeiro deles. E ao que tudo indica, o ensino catequético não importava necessariamente a separação das crianças indígenas do grupo de origem, nem mesmo entre os colégios que se situavam nas principais cidades da colônia, pelo menos, no início das primeiras experiências. Os jesuítas acreditavam que, através da conversão dos filhos, era possível alcançar o coração dos pais.

O Colégio dos Meninos de Jesus, por exemplo, registra depois de vinte anos de atividades, em redação adaptada para a língua portuguesa atualmente usual, que

Vendo os padres que a gente crescida estava tão arraigada em seus pecados, tão obstinada no mal, tão cevada de comer carne humana, que a isto chamavam verdadeiro manjar, e vendo quão pouco se podia fazer com eles por estarem todos cheios de mulheres, encançados em guerras, e entregues a seus vícios, que é uma das coisas que mais perturba a razão e tira de seu sentido, resolveram ensinar a seus filhos as coisas de sua salvação para que eles depois ensinassem a seus pais, e assim indo pelas aldeias os juntavam para lhe ensinar a doutrina cristã, e desta maneira foi Nosso Senhor abrindo os olhos a muitos, não só pequenos, mas também dos grandes, para que lhe aficinassem à nossa santa fé e aos costumes dos cristãos, e assim, alguns de bem instruídos, deixando os ritos gentílicos, foram batizados (Brasil, 1570, página não informada, *apud* Chambouleyron, 2013, p. 59).

Cartas do padre José de Anchieta, escritas em 1583, sugerem que a missão de evangelização pacífica se mostrava bem-sucedida pois, mesmo mantidas com os pais, as “crianças davam excelentes mostras de virtudes, bons costumes e aprendizado das letras”. Mas o padre temia que se perdesse tudo o que haviam aprendido até ali, já que eles tinham o

“estranho costume de mudar-se de uma parte a outra” (Anchieta, 1583, não paginado, *apud* Chambouleyron, 2013, p. 68), e longe dos jesuítas, as crianças indígenas desaprenderiam as virtudes, os bons costumes e as letras, como também poderiam voltar aos seus antigos costumes.

É provável que esse temor, segundo Scarano (2013) no capítulo *Crianças esquecidas das Minas Gerais* do livro *História das crianças no Brasil*, tenha feito a própria Igreja passar a defender a separação de crianças indígenas do grupo de origem.

Prova disso é que, tempos depois, a Constituição do Arcebispado da Bahia passou a orientar “que até os sete anos, a criança deveria viver com os pais, depois disso, se estes quisessem afastar os filhos da fé católica, que as crianças fossem deles separadas” (Scarano, 2013, p. 118).

O ensino catequético dos colégios se inspira na *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu*, um conjunto de quase quinhentas regras empregadas pela Companhia de Jesus no Colégio Romano, fruto do modelo pedagógico desenvolvido no século XV pelos movimentos moralistas, com destaque às ideias defendidas pelo cardeal Jean Gerson estudado por Ariès (1982) no livro *História social da criança e da família*, aprofundado por Almeida (2015) em seu artigo *Jean Gerson e a construção de um modelo de vida devota para as mulheres laicas*.

Jean Gerson, então chanceler da Universidade de Paris, escreveu em uma série de livros de educação religiosa voltados especificamente para o ensino daqueles que, segundo Almeida (2015), eram chamados de simples, que a autora supôs trata-se dos leigos desconhecedores do latim.

No *De confessione mollicei*, por exemplo, existem uma série de conselhos para os professores despertarem em seus pequenos estudantes, por volta dos 10 anos de idade, um sentimento de culpa com relação à masturbação, que lhes faria perder a virgindade e, conseqüentemente, a pureza, “igual como se tivessem frequentado mulheres” (Gerson, 1706, p. 309, *apud* Ariès, 1982, p. 80).

No entanto, para Almeida (2015) entre esses livros não figuravam apenas os que serviam de base para os pastores e professores em seus ofícios, mas também os diretamente endereçados aos leigos – por isso a suposição de quem seriam os simples –, para quem eram apresentados os preceitos básicos da doutrina cristã, além de exercícios devocionais específicos, a serem praticados quotidianamente a partir da leitura.

As regras centrais desse modelo pedagógico, segundo Ariès (1982), eram basicamente quatro. A primeira delas advertia para que nunca se deixasse as crianças sozinhas. Já a segunda, mandava evitar mimá-las. Por sua vez, a terceira prescrevia o recato e a grande modéstia no

comportamento. E a quarta, orientava extinguir a antiga familiaridade com que se lidava com as crianças e substituí-la por uma grande reserva nas maneiras e na linguagem, mesmo na vida cotidiana.

Com a *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu*, depois de adaptada à “própria experiência missionária dos padres no Novo Mundo”, os colégios estruturaram “um rígido sistema disciplinar”, o qual “desde o século XV, dependia de uma vigilância constante, da delação e dos castigos corporais” (Chambouleyron, 2013, p. 58 e 69).

A vida nos colégios era tomada por atividades de ensino catequético desenvolvido segundo técnicas de memorização, de cântico e música, ou por trabalho, inclusive, pesado. Qualquer atividade mal realizada resultava na aplicação de castigos físicos, que Chambouleyron (2013) sugere terem sido aplicados, em grande medida, por pessoas de fora da Companhia de Jesus, conforme a tradição do Colégio de Roma. A grande versatilidade adquirida ao longo dos anos nos colégios fez com que os jesuítas vissem nas crianças indígenas condições para a criação de uma nova cristandade e, também, para o enriquecimento da própria ordem religiosa.

A nova cristandade seria formada por jesuítas nascidos entre os povos indígenas, muito úteis para a interiorização da Companhia de Jesus, que através dela passaria a ter acesso a outros domínios. A propósito, Chambouleyron (2013) afirma que vários jovens de etnicidade diferenciada, depois de catequisados durante a infância, passaram pela formação clerical no Brasil, e alguns deles chegaram a ir para Portugal a fim de se ordenar como jesuítas. Segundo o autor, o padre Manoel de Nóbrega autorizou a ida do primeiro grupo para a metrópole em 1562, onde seriam rigorosamente provados. Para o padre, aqueles que fossem aprovados, se tornariam os primeiros jesuítas genuinamente brasileiros, e os reprovados, serviriam ao menos de intérpretes na missão de evangelização pacífica.

A criação da nova cristandade foi interrompida em 1579, quando a cúpula da Companhia de Jesus em Portugal proibiu a ordenação de jovens de etnicidade diferenciada como jesuítas, sob o argumento de que “a experiência de muitos anos mostrou que não são aptos para o nosso instituto” (Chambouleyron, 2013, p. 72).

Já o enriquecimento da ordem religiosa se deu pela exploração do trabalho das crianças indígenas. No Estado do Grão-Pará e Maranhão, por exemplo, eram essas crianças quem coletavam as drogas do sertão que a Companhia de Jesus passou a comercializar. Eram elas também que se responsabilizavam pela alimentação e mobilidade dos jesuítas pelas florestas e rios, além de artigos produzidos a partir dos ofícios ensinados nos próprios colégios.

A Companhia de Jesus movimentou uma grande quantidade de capital, o que levou a disputas comerciais com vários colonos. Algumas dessas se tornaram verdadeiros conflitos, outras, revoltas que colocaram em xeque a própria autoridade do Capitão-mor do Grão-Pará e Maranhão, na época, o meio-irmão do Secretário de Estado dos Negócios Interiores do Reino – o futuro Marques de Pombal – que, por sua vez, influenciou a edição do Alvará de 3 de setembro de 1759, no qual o rei D. José I declarou os jesuítas

rebeldes, traidores, adversários e agressores que estão contra a minha real pessoa e Estados, contra a paz pública dos meus reinos e domínios, e contra o bem comum dos meus fiéis vassallos [...] mandando que efetivamente sejam expulsos de todos os meus reinos e domínios (Portugal, 1759, não paginado).

Do desembarque até a expulsão do Estado do Grão-Pará e Maranhão, foi uma história de mais de cem anos. Ao longo desse tempo, a Companhia de Jesus representava uma das maiores forças de interiorização da colonização, a ponto ter uma vasta capilaridade na Amazônia oriental. Glielmo (2010) afirma que, só na Ilha do Marajó, segundo a versão dos colonos, a ordem religiosa possuía entre sessenta e cem mil cabeças de gado. Ato todo, a Companhia de Jesus contava com mais de cento e cinquenta jesuítas ordenados, distribuídos em dezessete aldeias indígenas e algumas cidades da região, onde tinham instalado engenhos de açúcar, olarias e, claro, os colégios.

Esse é o contexto no qual acredito se inserir aquela primeira instituição da grande assistência em Belém do Pará. Por esse contexto, e por outras razões a serem expostas, suponho se tratar de um colégio jesuíta, já que fundado por um proeminente jesuíta ordenado e, naquela altura, diferente do Colégio Santo Alexandre, exclusivamente voltado à assistência de meninas gentias. Lembremos também que, segundo Marcílio (1997), fechou as portas pouco tempo depois por falta de apoio da Igreja. A expulsão do Brasil pode ser uma pista. Mas não é a única.

O padre Gabriel Malagrida, que fundou o colégio, foi alvo direto do Marquês de Pombal. A perseguição, inclusive, foi objeto de uma série de estudos entre historiadores e clérigos. No livro *Pombal y Malagrida: persecución anti-jesuitica en Portugal* do padre Francisco Butinã, por exemplo, cita alguns deles, dando destaque aos manuscritos do frei Vicente, ermitão de São Paulo, que teria assistido à execução em praça pública do padre Gabriel Malagrida.

Ele questiona: “¿Qué hizo aquel para que se le arrebatase el honor y la vida, y expirase quemado em una hoguera? ¿Qué motivos tuvo el Nerón de Portugal para desahogar su furor en un pobre misionero del Marañón?” Quando, na verdade, o padre Gabriel Malagrida era um dos

“brillantes ejemplos del esclarecido Apóstol del Brasil” enquanto “que los alardes de humanidad y de filantropia, en que se escudan los opresores de la Compañia de Jesus, no son otra cosa, sino paliativos para encubrir su odio al Catolicismo” (Butiña, 1902, p. IX-X) referindo-se ao Marques de Pombal.

Silva (2015), no artigo *Pombal e Malagrida: duas visões sobre o terremoto 1755 e o embate entre modernidade e tradição*, nos ajuda a compreender o debate entre esses dois personagens da história, cada qual, apresentando uma visão muito diferente sobre o grande terremoto que destruiu boa parte de Lisboa em 1755.

No *Discurso político sobre as vantagens que o Reino de Portugal pode tirar da sua desgraça por ocasião do terremoto*, o Marquês de Pombal afirmou que o episódio se devia a causas naturais, e que eventos como esse poderiam representar oportunidades para a modernização nas estruturas, inclusive econômicas, da corte, apresentando uma justificativa mais ativa diante do desespero que se abateu sobre Lisboa. Uma alternativa, segundo ele, à então dependência de Portugal a Inglaterra. Com base, adivinhem só, na teoria administrava da economia política, em especial, no pensamento de Adam Smith, o marquês acreditava que a grandeza de um povo emanava da riqueza. Por isso, segundo ele, era o momento de investir mais na indústria e deixar de apostar só nas reservas de ouro do Brasil. Dirigir-se ao novo horizonte no qual a economia regulava a política. Grosso modo, Silva (2015) explica que, para o marquês, o avanço de Portugal passava pela superação de uma tradição religiosa e escolástica sobre o ensino, a filosofia e a cultura da corte. A arte de governar, nos novos tempos, andava de mãos dadas com as ciências.

Com a autorização do Santo Ofício da Inquisição, Silva (2015) diz que o padre Gabriel Malagrida, de volta a Portugal com o propósito de angariar recursos para sua missão – que talvez abrangesse o colégio fundado em Belém do Pará –, publicou um opúsculo sob o título *Juízo da verdadeira causa do terremoto que padeceu a corte de Lisboa*. Nele, o padre atribuía à ruína moral do Reino a causa do grande terremoto de 1755 que destruiu boa parte de Lisboa: um castigo, um sinal do apocalipse. Em outras palavras, ao expor sua visão teológica acabou criticando a vida na corte. Para agravar as tensões envolvendo a Companhia de Jesus, Silva (2015) ainda diz que o padre chamou de ateus todos aqueles que atribuíram o terremoto a causas naturais sem qualquer relação à vontade de Deus, responsabilizando-os pela condução dos fracos de espírito à ignorância religiosa. Para o padre, apenas a reconciliação com a fé salvaria Portugal.

O fato é que, conforme as notas do processo preservado na Torre do Tombo, atual Arquivo Nacional de Portugal, por essa e outras razões que se seguirão pouco tempo depois, o

padre Gabriel Malagrida acabou sendo acusado de “heresia, inventor de novos erros heréticos, convicto, ficto, falso, confitente, revogante, pertinaz e profitente” pelos “textos alegadamente produzidos” sobre “a liberdade e tratamento dos índios, bem como com a Rainha-mãe” (Portugal, s. d., não paginado). Sentenciado pelo Supremo Tribunal da Junta da Inconfidência em 1759, o padre foi preso em 1761, e nesse mesmo ano, foi morto pelo Santo Ofício da Inquisição de Lisboa na Praça do Rossio, queimado em uma grande fogueira.

Ou seja, entre as acusações que pesaram contra o padre Gabriel Malagrida, havia também alguma coisa a ver com a “liberdade e tratamento dos índios” (Portugal, s. d., não paginado), sugerindo que a Coroa portuguesa e a Igreja não concordavam com algum entendimento ou prática do padre, ou mesmo da Companhia de Jesus, sobre os povos indígenas, sem precisar exatamente o que, e em que extensão.

O colégio fundado em Belém do Pará, que suponho ser jesuíta, só reabriu em 1788, segundo Pinheiro (2017), quando o bispo D. Caetano Brandão, de outra ordem religiosa, a Ordem Terceira, o batizou de Casa da Caridade. Ao que tudo indica, a instituição voltou a fechar as portas em algum momento. Mas é fato que, conforme o *Almanak Administrativo da Província do Grão-Pará de 1868* disponível na seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna da Fundação Cultural do Pará, em 1804 a Casa de Caridade reabriu com o mesmo propósito de catequizar meninas gentias.

Naquele ano, o bispo D. Manuel de Almeida Carvalho trouxe consigo quinze meninas de aldeias indígenas da região do Solimões e do Rio Negro, quando o

estabelecimento, que ocupa hoje o primeiro lugar entre os destinados á educação do sexo feminino, deve sua [terceira fundação] ao senhor bispo D. Manuel de Almeida Carvalho que o creou em 1804 em benefício de meninas gentias que trouxe do sertão por ocasião da sua viagem pastoral. Ao principio, esteve subordinado ao bispo, porém, hoje está sob a immediata inspecção da presidencia (Pará, 1868, p. 181).

Pinheiro (2017) afirma que o bispo D. Manuel de Almeida Carvalho, ainda em 1804, se viu obrigado a transferi-las para outra casa, que só conseguiu alugar depois que arrecadou esmolas dos fiéis da cidade comovidos com a tamanha falta de Cristo na vida das meninas. Segundo o autor, essa casa foi nomeada de Casa das Educandas, e devido às dificuldades financeiras por qual passou, em 1839 deixa de receber meninas gentias para receber as chamadas moças de família, não sendo claro o que se entendia por moças de família.

Durante seu ministério, o bispo D. Manuel de Almeida Carvalho parece ter se mostrado inconformado com a situação de ruína que se encontravam as paróquias, o hospício e do que ele chamou de conservatório das meninas. Além das cartas que teria escrito diretamente

ao príncipe regente dando conta dessa situação, consta no acervo da *Coleção Resgates* da Biblioteca Luso-Brasileira, um ofício de 1806 endereçado ao Visconde de Anadia, então Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, no qual o bispo relatou

memórias relativas à edificação de um Conservatório de meninas naquela diocese, e o pagamento de uma indenização das rendas disponibilizadas pelo Real Erário para suportar as despesas obtidas no arranjo da sacristia da Sé de Belém do Pará e que teriam sido legalmente usadas pelo seu arcebispo, o padre Antônio Ferreira, nas despesas de recuperação da sua própria casa (Carvalho, 1806, *apud* Brasil, s. d., não paginado).

Pelo período de cinquenta anos, não se tem conhecimento do que houve exatamente com a Casa das Educandas. Mas é de se supor que, durante esse período, tenha continuado sob a responsabilidade direta do bispo D. Manuel de Almeida Carvalho, e a partir de 1818, dos seus sucessores, os bispos D. Romualdo de Sousa Coelho e D. José Afonso de Moraes Torres, pois só em 1851 “passa para o governo provincial a responsabilidade de manter a Casa das Educandas. O estabelecimento recebeu oficialmente o nome de Collegio Nossa Senhora do Amparo” (Pinheiro, 2017, p. 48). Mesmo assim, funcionou em casas alugadas até 1865, quando o então governador, José Vieira Couto de Magalhães, comprou uma casa para instalar de vez a instituição.

Segundo o *Almanak Administrativo da Província do Grão-Pará de 1868*, o Collegio Nossa Senhora do Amparo recebia as chamadas meninas desvalidas. Por meninas desvalidas, entendia-se as meninas de 7 a 12 anos, órfãs ou de família pobre. Nele se ensinavam as matérias do ensino primário, francês, inglês, piano, costura e o ofício de ajudante, que suponho estar relacionado a trabalhos domésticos devido às competências que, anos mais tarde, são citadas no *Álbum de Fotos do Estado do Pará de 1908*, também disponível na seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna da Fundação Cultural do Pará.

Nessa época, muito por conta da organização do ensino primário no Brasil promovida através do Decreto n. n. 630, de 17 de setembro de 1851 e complementada pelo Decreto n. 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854, surgem muitos outros colégios na cena da cidade. Além do próprio Collegio Nossa Senhora do Amparo, o *Almanak Administrativo da Província do Grão-Pará de 1868* cita o Collegio de Santa Maria de Belém, o Collegio de Nossa Senhora de Nasareth, o Collegio Nossa Senhora da Gloria e a Casa de Educação do SS. Coração de Maria.

Diferente do primeiro, esses novos colégios eram exclusivos para o chamado alunado pensionista, muito provavelmente, de famílias com capacidade de pagar a pensão. Por essa razão, apesar da rigidez desses colégios, não se prestavam ao confinamento como o Collegio

Nossa Senhora do Amparo. A maioria deles adotava uma espécie de regime mais flexível, no qual o alunado pensionista permanecia sob seus cuidados apenas durante a semana, e aos finais de semana e, talvez, aos feriados, uma boa parcela voltava para casa. Ao que tudo indica, as saídas também podiam ser mensais ou mesmo anuais, o que dependia de onde a família morasse, em razão do significativo número do alunado pensionista vindo do interior da província.

Então situado na antiga Rua de Santo Antonio, popularmente conhecida como Rua do Açougue, no Bairro do Comércio, por um decreto de 1887 do então governador Augusto Montenegro, o Collegio Nossa Senhora do Amparo passa a se chamar Instituto Gentil Bittencourt em homenagem ao promotor Gentil Augusto de Moraes Bittencourt. Em 1906, muda-se para um suntuoso prédio, construído entre 1893 e 1899 pelo governador Lauro Sodré, mas concluído pelo governador José Paes de Carvalho, localizado na atual Avenida Magalhães Barata, no Bairro de Nazaré.

Fotografia 1 – Fachada do Instituto Gentil Bittencourt.



Fonte: Pará (1908, p. 292).

Dois anos depois da mudança, já contava com

240 meninas pobres asyladas, [que] recebem uma educação mais que compatível com a sua condição de pobreza. Além das materias, que constituem o ensino primario, ellas aprendem trabalhos domésticos, trabalhos de agulha e bordado, musica, canto, piano e desenho, e recebem uma educação profissional nas officinas de flôres artificiaes, de

tecidos e de typografia. [...]. Anualmente o Instituto faz uma exposição dos seus trabalhos e o publico tem visto o progresso e a utilidade dessa notavel instituição, incontestavelmente sem rival em todo o Brasil e mesmo no estrangeiro poucos existem, que se lhe possam comparar. [...]. Nos vastos dormitórios as educandas tem magnificas camas de ferro, com télas de arame, envernizadas e douradas, sólidas e elegantes, munidas de todo o necessario conforto. A louça, os talheres, a roupa de meza, os artigos de metal, como os assucareiros, bules, etc., os copos, tudo enfim, [...] foi especialmente encomendado em fabricas de Paris (Pará, 1908, p. 292-296).

Fotografia 2 – Estrutura interna do Instituto Gentil Bittencourt.



Fonte: Pará (1908, paginação ilegível).

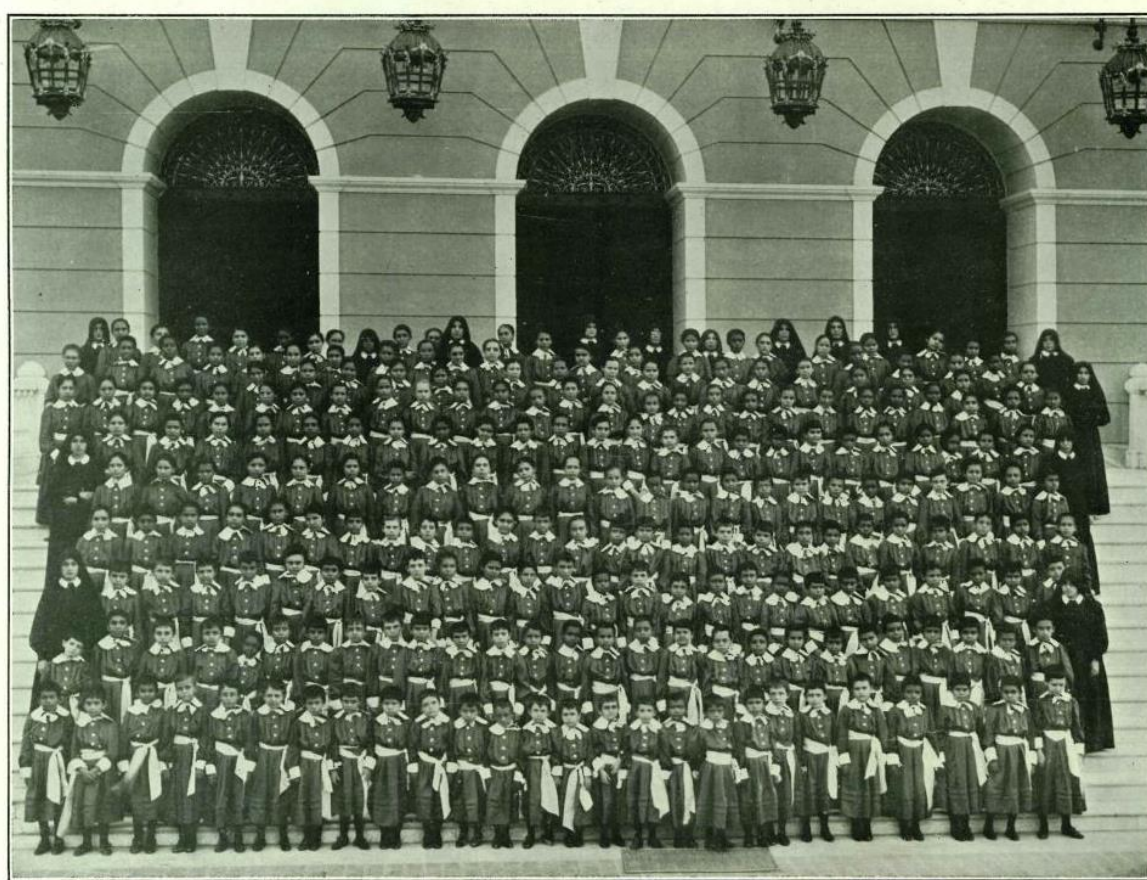
Essa mudança, no entanto, não se viu em relação ao regime, que continuou mais ou menos sob a mesma lógica de suas origens. A gestão do Instituto Gentil Bittencourt foi confiada ainda pelo governador Augusto Montenegro às filhas de Sant'Ana. Suponho que não só por conta da larga tradição católica de caridade e ensino em Belém do Pará, mas também, para atender a uma determinação do Decreto n. 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854. Embora esse decreto não tenha deixado claro se a educação obrigatória se estendida às meninas, por outro lado, deixou muito claro às instituições que se propusessem a recebê-las que “não se admittirão alumnos, nem poderão morar pessoas do sexo masculino maiores de 10 annos”, assim como deixou claro que “só poderão ser regidos por senhoras” e cujas professoras, além da maioridade civil e capacidade profissional, devessem

exibir, de mais, se forem casadas, a certidão do seu casamento; se viúvas, a do obito de seus maridos; e se viverem separadas destes, a publica fórmula da sentença que julgou a separação,

para se avaliar o motivo que a originou. As solteiras só poderão exercer o magisterio publico tendo 25 annos completos de idade, salvo se ensinarem em casa de seus paes e estes forem de reconhecida moralidade (Brasil, 1854, não paginado).

Exigências de moralidade que, talvez, àquela altura, somente freiras pudessem atender sem suspeitas. As filhas de Sant’Ana permanecem a frente da instituição que, e em algum momento por volta das décadas de 1960 e 1970, quando assume o nome Colégio Gentil Bittencourt, deixa de receber meninas desvalidas e se torna uma das principais escolas a serviço das famílias mais ou menos abastadas de Belém do Pará.

Fotografia 3 – As filhas de Sant’Ana e as meninas do Instituto Gentil Bittencourt.



Fonte: Pará (1908, p. 300).

Seja como possível colégio jesuíta ou Casa de Caridade no século XVIII, como Casa das Educandas ou Collegio Nossa Senhora do Amparo nos séculos XIX, ou como Instituto Gentil Bittencourt na virada do século XIX para o século XX, o fato é que essa instituição não é só a experiência mais antiga, mas também a que mais durou em toda a história de Belém do Pará, daquela grande assistência a um só tempo maciça e lacunar, que era essencialmente vinculada à Igreja a que Foucault (2005) se referiu na aula de 17 de março de 1976 do curso *Em defesa da sociedade*.

Podemos dizer que, antes mesmo de operar a caça aos pobres para depois pastoreá-los como os exemplos da França e da Inglaterra, a antecessora do Instituto Gentil Bittencourt operou a caça aos indígenas, que Chamayou (2012) acredita ter sido comum em todas as Américas e, seguindo mais ou menos a mesma lógica, criando uma verdadeira economia de extermínio e exploração em torno da qual se formaram cidades inteiras, como São Paulo e as expedições bandeirantes, e como a Ilha do Marajó e as expedições da Companhia de Jesus.

Falando especificamente dessa experiência, a antecessora do Instituto Gentil Bittencourt serviu a uma fase muito particular em toda à caça de indígenas: a conversão cristã pela catequese, nesse caso, de meninas gentias, viabilizada pelo afastamento de seus grupos de origem e consequente confinamento em estabelecimentos fechados. A instituição teve, de algum modo, relação com o retorno do padre Gabriel Malagrida a Portugal onde ocorreu sua execução em praça pública, um suplício típico dos dispositivos de soberania, em meio ao debate travado com o Marquês de Pombal justamente sobre a nova arte de governar que introduziria, vejam só o paradoxo, os dispositivos disciplinares e de segurança típicos da biopolítica em nossa história. Ela ainda atormentou os bispos e despertou a compaixão dos devotos de Belém do Pará, e foi objeto de cartas e ofícios à Coroa portuguesa.

Mais tarde, pelo mesmo confinamento em estabelecimentos fechados, a antecessora do Instituto Gentil Bittencourt serviu à caça de pobres, mais precisamente, pelo ensino primário e profissionalizante a meninas órfãs e de família pobre, quando foi motivo de orgulho dos governadores da província. E ao que parece, foi modelo a outras instituições do tipo, ainda que com natureza distinta – militares e civis, religiosas e seculares –, mas ainda assim, com deferência a toda moralidade que simbolizou e simbolizava.

Cito, por exemplo, a Companhia de Aprendizes Marinheiros fundada em 1855 no antigo Arsenal da Marinha que funcionava no então Convento de São Boaventura, no atual Bairro da Cidade Velha, que deu lugar, em 1870, ao Instituto dos Educandos Artífices, renomeado em 1897 como Instituto Lauro Sodré, quando se mudou, assim como o Instituto Gentil Bittencourt na virada do século XX, para um pomposo prédio, este localizado na atual Avenida Almirante Barroso, no Bairro do Marco, onde hoje funciona a sede do Tribunal de Justiça.

Fotografia 4 – Fachada do Instituto Lauro Sodré.



Fonte: Pará (1908, p. 301).

Cito, ainda, como exemplo, o Instituto Orfanológico do Outeiro, fundado em 1904 na antiga hospedaria de imigrantes da Ilha de Caratateua, atual Centro de Formação da Polícia Militar, desde 2008 sem uso pela corporação, quando transferiu suas atividades para o complexo da Avenida Dr. Freitas, no Bairro do Marco.

Fotografia 5 – Fachada do Instituto Orfanológico do Outeiro.



Fonte: Pará (1908, paginação ilegível).

Além, é claro, dos dois internatos do Instituto Santo Antônio do Prata fundado em 1898 por conta da estrada de ferro Belém-Bragança no Núcleo Colonial Indígena do Maracanã, atual Município de Igarapé-Açu, cuja gestão foi “entregue á direcção dos venerandos frades capuchinhos” (Pará, 1908, p. 311), tempos depois transformado em uma colônia correccional, seguida de um leprozário.

Fotografia 6 – Internato Feminino do Instituto Santo Antônio do Prata.



Fonte: Pará (1908, paginação ilegível).

Não tenho a pretensão de me deter sobre essas instituições, ainda que as considere fundamentais para a compreensão da grande assistência em Belém do Pará. Também não tenho a pretensão de estudar o papel que elas desempenharam na escravidão, cabanagem, *Belle Époque* ou baratismo, o que demanda outra pesquisa.

Meu propósito é outro. É pensar a caça de pobres que Chamayou (2012) referiu na França e na Inglaterra sob uma perspectiva local que, evidentemente, perpassou pela caça de indígenas. Para o próprio autor, essa caça tem fundamento na ideia de guerra justa defendida pelo padre Juan Guínés Sepúlveda no século XVII e que, em alguma medida, serviu de ponto de partida para Francis Bacon agregar conceitos e categorias de diferentes tradições do poder cinegético para justificar o genocídio contra os povos indígenas durante a colonização e, mais tarde, para Carl Schmitt, cujo pensamento foi imprescindível para a racionalidade racista e

nacionalista durante o nazismo. Um fator determinante para definir a que poder pastoral acreditamos estar sujeitos.

2.3 A VIRADA DA GRANDE ASSISTÊNCIA EM BELÉM DO PARÁ

Entre as décadas de 1960 e 1970 o dispositivo de assistência aos pobres em Belém do Pará sofreu mudanças significativas. A grande assistência de mais de duzentos anos dá lugar a um novo modelo de assistência. O protagonismo do Instituto Gentil Bittencourt e instituições correlatas se enfraquece e, aos poucos, vai se perdendo, mesmo lotadas e ainda que preservassem certa respeitabilidade perante a opinião pública. Apesar de colocar seus recintos a serviço de pobres almas, havia muitas outras nas ruas e que os convites das filhas de Sant'Ana para festas de páscoa, por exemplo, davam sinais de quanto a velha tradição havia se esgotado. Enquanto só podiam oferecer esses momentos sublimes para a cristandade, multiplicavam-se órfãos e miseráveis de toda sorte para ajudar pela cidade.

Os dois grandes jornais em circulação na época, *Folha do Norte* e *O Liberal*, que hoje estão disponíveis na seção de microfilmagem da Biblioteca Pública Arthur Vianna da Fundação Cultural do Pará, cujo acesso é restrito a uma sala escura e com o suporte de uma máquina própria, dão algumas pistas sobre esse momento de virada.

Fotografia 7 – Leitura dos jornais de 1966 microfilmados.



Fonte: De autoria própria.

Apesar de linhas editoriais distintas e, por muito tempo, opositoras, esses jornais davam destaque às notícias da guerra fria, como as chamadas ofensivas de paz dos Estados Unidos no Vietnã, a subversão de Cuba e os avanços da corrida espacial, ou os desdobramentos de 1964, como a cassação de políticos comunistas, os avanços do governo Castelo Branco, a consolidação da Arena, a possível candidatura de Costa e Silva e o atentado no aeroporto dos Guararapes, ou ainda a proposta da União Soviética de construção da ponte Belém-Mosqueiro, obviamente rejeitada pelo regime militar. São notícias que revelam muito como olhávamos para todas essas coisas que aconteciam no mundo e no país, e que, em grande medida, deram o tom às notícias locais de maior destaque, nossas principais fontes primárias desse período.

Não por acaso, as notícias locais de maior destaque foram aquelas relacionadas aos esforços de modernização da cidade, em especial, para a melhoria da vida nos chamados subúrbios, o que parecia ocupar a primeira hora na agenda dos novos governantes empossados em 31 de janeiro de 1966, mas que, segundo esses mesmos jornais, dariam continuidade ao trabalho de Jarbas Passarinho, no Governo do Estado, e Osvaldo Melo, na Prefeitura Municipal. Trabalho esse diretamente alinhado ao regime militar, e que precisava alcançar a população mais pobre. Em um editorial, Pedro Santos, por exemplo, escreveu:

O Liberal, 14 de março de 1966

O problema dos subúrbios

Os homens que o movimento revolucionário de 31 de março elevou aos poderes estadual e municipal, bem como os seus sucessores, têm dinamizado a administração pública no sentido de ressarcir o longo tempo de marasmo, de estagnação, em que viveu o Estado, sobretudo a cidade de Belém.

Conforme já tivemos a oportunidade de ressaltar nesta coluna a obra da Revolução, surgiram, como resultado dêsse trabalho conjugado, numerosas obras e melhoramentos em todo o Estado e na capital paraense.

Acompanhando com entusiasmo essas realizações que colocaram o Pará em posição de destaque entre as demais unidades da Federação, o povo paraense sente-se cada vez mais cheio de esperanças na firme disposição em que se encontram nossos governantes de conduzir o Estado a sua verdadeira destinação histórica.

É realmente confortador observar-se o progresso que o Pará apresenta nestes últimos tempos.

Belém recuperada em todo centro urbano, com seus arranha-céus que lhe dão uma fisionomia de metrópole, oferece um aspecto pitoresco e encantador, segundo a opinião que temos ouvido exteriorizarem os turistas que aqui têm chegado.

O problema cruciante da Prefeitura é dos subúrbios, onde a exiguidade do tempo ainda não permitiu trabalho mais substancial de recuperação de maneira a dar aos habitantes desses pontos distantes melhores condições de vida.

Não bastava priorizar a melhoria da vida nos subúrbios. Era preciso mostrar, e de forma ampla. Pelo menos é o que indicam os anúncios de aquisição de maquinário pesado para raspagem das ruas enlameadas, de mais ônibus para as linhas mais lotadas, de investimento para a construção de casas populares etc.

No aniversário do golpe que instituiu o regime militar, as edições comemorativas, sobretudo de *O Liberal*, foram quase inteiramente dedicadas às praças e escolas construídas ou reformadas, retratadas em uma série de fotografias que, no mesmo ano, foram expostas no Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, com a presença de políticos importantes de expressão local e nacional.

É esse contexto que nos faz supor o porquê de assuntos de interesse da população mais pobre terem ganhado espaço na imprensa, como o aumento do preço das vísceras. Assunto, em particular, que mais mobilizou embates entre nossas classes antagônicas: dos grandes pecuaristas da Ilha do Marajó e da região do Baixo Amazonas aos simples feirantes e populares dos subúrbios de Belém do Pará.

Pelo que os jornais dão a entender, mocotó, miolo, carne de cabeça e de marica, fígado, rins, bucho e bobó de boi eram os principais alimentos da população mais pobre da cidade, e por alguma razão, o preço havia subido consideravelmente nos primeiros meses de 1966, a ponto de muitas famílias terem ficado sem condições de comprar a chamada mistura. As notícias não são claras quanto a eventual revolta popular, muito provavelmente pela linha editorial da época, mas é fato que o governador Alacid Nunes assumiu pessoalmente a tarefa de baratear as vísceras tão logo empossado. Ele foi ao Matadouro do Maguari inspecionar o abate de boi e acompanhar o processo de abastecimento dos mercados e feiras, assumindo o compromisso de normalizar a situação. De autoria não creditada, foi noticiado:

O Liberal, 5 de março de 1966

Governador inspecionou distribuição de vísceras, agora, mais barato

Com inspeção feita pelo próprio governador Alacid Nunes, que visitou vários pontos da cidade, começou a ser executado ontem o novo plano de distribuição das vísceras saídas do Matadouro do Maguari, elaborado, em conjunto, pelo Governo do Estado e pela Prefeitura Municipal de Belém.

O novo sistema de distribuição atinge todos os pontos de Belém abastecendo de vísceras os mercados do centro e de subúrbios. Entrou também em vigor a nova tabela, cumprida a risca no primeiro dia, daí a grande afluência verificada, com filas sendo formadas em grande quantidade.

Pela primeira vez desde que a prioridade passou a ser a melhoria da vida nos subúrbios, simples feirantes e populares de Belém do Pará tiveram suas palavras registradas pela imprensa. Entrevistados nas longas filas que se formavam nos horários de venda de vísceras nos mercados dos Bairros de São Braz e da Pedreira, grosso modo, enalteceram a iniciativa do governador, a quem declararam apoio e admiração.

Mesmo tendo ocupado as primeiras páginas por bastante tempo, muito provavelmente pelos desentendimentos entre o governador Alacid Nunes e os grandes pecuaristas sobre

exportação de carne, que só foi minimamente resolvido dois anos depois com o Decreto Estadual n. 6.131, de 12 de julho de 1968, que enfim tabelou o preço dos cortes de primeira, de segunda e das vísceras, esse assunto não teve tanta repercussão quanto o chamado problema do menor e a campanha para estruturar a assistência social no município.

O problema do menor variava de adolescentes em festas consideradas impróprias à moral e aos bons costumes a crianças mendigando nas ruas, além é claro, de episódios de estupros contra vítimas cada vez mais jovens, de 12, 11, 7, 2 anos. Era bastante comum o juiz de menores vir a público para advertir sobre a presença de adolescentes em blocos de carnaval, bares e estabelecimentos, segundo o vocabulário da época, de meretrício. Quanto à mendicância nas ruas, editoriais perguntavam o que a prática representava ao futuro das crianças que imploravam, em nome do Nosso Senhor, a caridade nas esquinas a mando de maus elementos. Segundo esses editoriais, a prática estava diretamente associada à ideia de delinquência em potencial. Por isso, era um problema da polícia. Pedro Santos, por exemplo, escreveu o seguinte editorial:

O Liberal, 25 de maio de 1966

Menores abandonados

Ao tratarmos da campanha que está em marcha em benefício dos meninos de Cotijuba, abordamos o problema dos menores abandonados.

O governador em exercício, deputado Geraldo Palmeira, olhando de frente para setor, designou um grupo de trabalho para estudar a situação e encaminhar soluções.

Inegavelmente, o problema dos menores constitui zonas escuras em nossos quadros sociais. Isto porque não só na delinquência, mas também na mendicância, os menores surgem de maneira impressionante a criar um panorama melancólico quanto ao futuro dessas crianças que as contingências da vida lançou nessas esquinas perigosas.

Na mendicância, há elementos que exploram os menores. São esses elementos inescrupulosos [ilegível] de baderna. Ficam eles em lugares ocultos somente [ilegível] a colheita que fazem as crianças estendendo a mão à caridade pública.

Esse é um problema social que a Polícia, zelosa na sua função de prevenir, pode desbaratar essas redes de exploração de menores no setor da mendicância, sobretudo porque esses menores, permanecendo nas ruas, mesclam-se com elementos perigosos, tornando mais grave a situação.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, José Reymão pontuou mais detalhadamente em outro editorial:

Folha do Norte, 18 de maio de 1966

Menor abandonado: problema que continua desafiando govêrnos e fazendo delinquentes

[...]

Continua desafiando govêrnos, o problema dos menores abandonados e delinquentes. Um cancro que vem aumentando cada dia que passa, ainda não encontrou solução nem na Amazônia, nem no Nordeste nem no Brasil todo. Estudos e estudos tem sido efetuados sem que entretanto seja encontrada a solução certa para dirimir de uma vez por todas o problema.

Em nossa capital o problema é agravado por um fator: não há lugar adequado para as autoridades poderem agasalhar a quantidade enorme de menores abandonados que, via de regra, são futuros delinquentes, dedicados única e exclusivamente ao vício e encontrando-se desde a infância no crime encontrando-se ao lado de conhecidos marginais, jovens que também tiveram sua carreira criminosa devido a uma infância delinquente ao lado de outros delinquentes. É um verdadeiro círculo vicioso.

[...]

A falta de amparo, o grande número de menores abandonados que vivem em Belém são futuros delinquentes. Divorciados completamente de suas famílias, os menores que geralmente procedem do subúrbio, vivem à solta pelas ruas da capital, entregando-se ao vício e à prática de pequenos crimes, onde vão se especializando até chegar à delinquência em alta escala.

Veze existem que a Polícia mantém guardados em xadrezes eu anexos à Permanência, entre 6 a 10 menores, cujas idades variam pelos 5 e 10 anos. Estes estão impossibilitados de serem enviados para [a Ilha de] Cotijuba, onde a idade mínima de recebimento é 12 anos.

Presos, são mandados ao Juiz de Menores, que lutando com todos os problemas de todos os Juizados de Menores do Brasil, termina por devolver à rua aqueles meninos abandonados, para assim continuar sua vida no crime e no vício.

Portanto, não nos causa espanto que a campanha para estruturar a assistência social no município tenha se dado em meio ao problema do menor. A propósito, no mesmo editorial, José Reymão escreveu:

Folha do Norte, 18 de maio de 1966

A prefeitura entra no páreo

O Prefeito de Belém já sentiu o problema como há anos vem sentido os Governadores do Estado. Assim é que na exposição feita aos vereadores com referência à criação do Fundo de Assistência Social de Belém, disse que poderia o Município prestar um grande auxílio ao problema dos menores.

É que existe na GB o “Serviço do Bem Estar dos Menores”, ao qual, depois de criado o Serviço Social do Município, recorrerá, pedindo auxílio para solucionar o problema dos menores em Belém. Se realmente conseguir alguma coisa, então poderemos dizer que o menor abandonado e delinquente terá em pelo menos 5% de seu problema solucionado. Caso contrário, ficará em apenas 1% mesmo.

José Reymão se referia a um projeto de lei que no qual o prefeito Stélio Maroja, poucos meses depois da posse no cargo, propunha a criação de uma fundação de assistência social para o município. A primeira notícia a respeito dá conta que:

O Liberal, 13 de abril de 1966

Pronto o projeto criando a Fundação Social de Belém

Já está pronta a mensagem que será enviada à Câmara de Belém, acompanhada do projeto de Lei do Executivo Municipal criando a Fundação social de Belém e o Corpo de Voluntários para o serviço social, que disporá, inicialmente, da verba de 300 milhões [de cruzeiros] para suas finalidades.

Entre outras, nas finalidades dessa fundação, estão: “Estudar os problemas de desajustamento social do município e os serviços sociais correspondentes. Orientar os serviços sociais provados e planejar e executar planos próprios de assistência social, para casos não atendidos ou insuficientemente atendidos pelas instituições.

O projeto de lei é longo e está suficientemente esclarecido, devendo a sua aprovação preencher uma lacuna sensível que o município de Belém estava se ressentindo.

Em outras palavras, essa fundação se prestaria a estudar o chamado desajustamento social, coordenar as iniciativas particulares do conjunto de instituições que já existiam no município, ou mesmo executar novas iniciativas em resposta aos casos não atendidos ou insuficientemente atendidos pelo conjunto dessas instituições. Tratava-se, portanto, de um novo modelo de assistência, cujas bases tinham sido firmadas nos próprios jornais que recorrentemente traziam exemplos do mundo a fora que talvez valesse a pena seguir. Em especial, o exemplo alemão e o norte-americano. O exemplo alemão foi explicado na seguinte matéria, sem autoria creditada:

Folha do Norte, 30 de abril de 1966

Quantias vultuosas para Assistência Médica e Social

O Ministério alemão do Trabalho e Ordem Social publicou um resumo sobre suas atividades em 1965e sobre o desenvolvimento dos gastos com assistência social de modo geral.

Revela entre outros o relatório que, em 1950, cêrca de 5,3 bilhões de marcos dos cofres públicos foram destinados a serviços sociais: em 1965 essa verba ascendeu a quase 20 bilhões de marcos. O total dos levantamentos para sérvios sociais determinados por lei na República Federal Alemã elevou-se de 13 bilhões de marcos, em 1950, para aproximadamente 60 bilhões de marcos, em 1965.

De acordo com um estudo da Organização Internacional do Trabalho, em Genebra, que abrangeu 44 países, a República Federal [ilegível] do produto social (bruto) para fins de assistência médica e social ocupa o primeiro lugar no mundo, precedendo até a Bélgica, a Inglaterra, a Suíça, os EUA e a Suécia. A partir de 1 de janeiro de 1965 as aposentadorias de Seguro dos Operários e Empregados foram aumentadas em 9,4%: esta foi a 7ª vez que se verificou um reajuste das aposentadorias que beneficiou mais de 8 milhões de aposentados. As aposentadorias do Seguro de Acidentes, determinado por lei, foram aumentadas em 6,1% em 1965 e beneficiaram 1,5 milhões de acidentados.

Mas foi o norte-americano, que tinha mais a ver com o problema do menor, que ganhou mais destaque. Em matéria, também de autoria não creditada, foi noticiado:

Folha do Norte, 8 de maio de 1966

A proteção à criança nos EUA

Os Estados Unidos foram a primeira nação do mundo a organizar um Departamento da Criança, iniciativa esta seguida por centenas de outros países.

[...]

Em colaboração com outras repartições públicas e organizações filantrópicas, o Departamento da Criança tem prestado assistência valiosa às crianças abandonadas e dependentes, particularmente aquelas em perigo de se tornarem delinquentes.

A educação pública é igualmente objeto interesse do Departamento, campo em que tem sido pioneiro. Uma das publicações do Departamento, “Infant Care”, contendo informações indispensáveis sobre saúde e bem-estar da criança, tornou-se “best seller” e tem sido traduzida em várias línguas como o árabe, coreano, japonês, birmanês, hindu, persa, espanhol, português e francês.

A legislação que estabeleceu o Departamento em 1912, encarregou-o de investigar e apresentar relatórios sobre “todos os assuntos pertinentes ao bem-estar e à vida infantil entre todas as classes sociais da população com “Com a vigência da Lei do Seguro Social, em 1935, o Departamento tornou-se responsável pela administração de

concessão de ajuda aos estados, cujas categorias se acham assim discriminadas: saúde infantil e maternal, serviços de assistência a criança defeituosa e bem-estar infantil. [...]

Os mais diversos serviços estão sendo levados a efeito no setor do bem-estar infantil, pelo Departamento com a colaboração de repartições municipais e estaduais e entidades particulares. Entre êstes, incluem-se os de assistência a crianças problema, no lar, na escola ou na comunidade, creches cujas mães trabalham fora, assistência a crianças abandonadas e vítima de violência por parte dos pais.

Para nossa sorte, o projeto de lei passa a chamar bastante atenção da imprensa, e em meio a isso tudo, os jornais começam a cobrir os bastidores. É nos bastidores que encontramos peças valiosas para esse quebra-cabeça. O fato é que o projeto de lei parece ter tido influência das próprias instituições que, de algum modo, seriam coordenadas pela fundação que assumiria o protagonismo do novo modelo de assistência no município. Mas parece que a maior influência partiu de um movimento de alunas do curso de serviço social, provavelmente da antiga Escola Ophir Loyola, integrada à UFPA em 1963. De autoria não creditada, foi noticiado:

O Liberal, 10 de maio de 1966

Stélio vai à CM debater criação do serviço social

Diante do grande interesse que vem despertando o projeto que dispõe sobre a criação da Fundação do Serviço Social do Município de Belém, sobretudo dentre as entidades que fazem assistência social, bem assim no seio das alunas [ilegível]cola do Serviço Social do [ilegível], espera-se, para breve a aprovação do projeto pela Câmara e transformação em lei pelo Prefeito, a fim de que de que essa entidade possa entrar em ação no mais curto prazo e propiciar os benefícios que sua criação objetiva.

A propósito desse assunto, o vereador Jaime Bastos, líder do governo na Câmara Municipal, esteve ontem no gabinete do prefeito Stélio Maroja acertando detalhes sobre o andamento do projeto no Legislativo, quando acertaram um encontro entre o Executivo e o Legislativo, para defender o assunto.

Essa reunião será amanhã, após a reunião [ilegível] do Legislativo, às [ilegível], quando o prefeito irá à Câmara [ilegível] com os vereadores.

Esse encontro será realizado [ilegível], quando o líder do Governo no Legislativo Municipal irá discorrer sobre o projeto do qual é o relator na Câmara.

No dia seguinte:

O Liberal, 11 de maio de 1966

Serviço social do município favorecerá as classes humildes dos subúrbios da capital
O Prefeito Stélio Maroja compareceu pessoalmente à Câmara Municipal de Belém para conversar com os vereadores sobre a criação de um setor que ele reputa dos mais importantes para a [ilegível] no município. Trata-se da Fundação dos Serviços Sociais de Belém com a finalidade de promover, em grande escala, a assistência social do município, de modo a colaborar para a mo[ilegível]zação do altruísmo da sociedade paraense em benefício das classes menos favorecidas.

Encontro com os vereadores

O prefeito compareceu à Câmara em companhia de seu secretário [ilegível] Nogueira. Ali ouviu do vereador [ilegível] o relato das reivindicações propostas pelas Assistentes Sociais diplomadas que atuam em nossa capital. Logo depois, o [ilegível] Vicente Queiroz, responsável de relatar a mensagem do prefeito, des[ilegível] financeiro que adviria com a instituição do órgão. Em contrapartida, o prefeito Stélio Maroja falou de [ilegível] a que tem direito e ainda da verba que conta dado o início

da arrecadação majorada do Imposto Predial, contornando e solucionando o problema pelo edil do ex-PSD.

Segundo o prefeito Stélio [ilegível] farão parte da direção da Fundação dos Serviços Sociais do Município uma senhora [ilegível].

Em outro jornal essa visita do prefeito Stélio Maroja à Câmara Municipal foi noticiada, também dando destaque à influência do movimento de alunas do curso de serviço social, inclusive, junto aos vereadores:

Folha do Norte, 12 de maio de 1966

Prefeito e vereadores apreciam a mensagem que cria o Serviço Social de Belém

Com o intuito de melhor elucidar os vereadores na votação do projeto que o Poder Executivo enviou ao Legislativo, dispondo sobre a criação da Fundação do Serviço Social do Município de Belém, [ilegível]entemente em debates naquela Casa, o prefeito Stélio Maroja, compareceu, na manhã de ontem, à Câmara Municipal, onde debateu cordialmente o assunto com todos os edis presentes.

Na palestra mantida com os legisladores municipais, o prefeito discorreu minuciosamente sobre os objetivos pretendidos pela proposta de lei do Executivo, quais sejam, de promover assistência social de alto nível à população pobre do Município, através de um órgão devidamente aparelhado essa finalidade e em conjunto com as demais entidades que se dedicam a essa altruística política em Belém. Do vereador Jaime Bastos, líder da bancada situacionista e relator do processo na Comissão de Justiça e Legislação, o chefe do Executivo ouviu as sugestões apresentadas a ele pelas Assistentes Sociais diplomadas que atuam nesta capital e do sr. Vicente Queiroz, ponderações relacionadas com o problema financeiro decorrente do projeto, mencionando a necessidade de melhor definir o numerário destinado ao funcionamento [do] novo órgão.

O prefeito situou a questão financeira mostrando as disponibilidades com que conta a prefeitura para execução da Lei e mais as perspectivas apresentadas pela arrecadação do Imposto Predial, que poderão solucionar o problema levantado pelo líder oposicionista.

Disse mais o prefeito pretender entregar a direção do órgão a criar a uma dama da sociedade dirigentes de todas as entidades religiosas que atuam na assistência social em Belém, e é ainda um representante do Município de Belém.

E continua com duas importantes informações:

Folha do Norte, 12 de maio de 1966

Promete o prefeito atender vários apelas feitos pelos vereadores

Durante o encontro havido ontem entre o prefeito Stélio Maroja e os vereadores, aquele deixou patenteado sua disposição de denominar o Serviço Social a ser fundado de “Fundação Papa João XXIII” numa homenagem póstuma ao líder mundial do catolicismo que tudo fez em prol da paz.

Na oportunidade, o chefe do executivo municipal, disse que embora outros nomes ficassem bem situados o do Papa João XXIII era o que melhor se apresentava.

Aproveitando a ocasião, o prefeito disse que a “Fundação” receberia toda ajuda do poder executivo, e fiscalizaria fielmente o emprego dos auxílios votados pelo Legislativo em favor de entidades beneficentes, o que não viria em absoluto prejudicar aos vereadores que poderiam continuar votando auxílios às diversas entidades existentes.

A primeira delas se refere à homenagem póstuma, como chamou o prefeito Stélio Maroja, ao Papa João XXIII. Além da justificativa apresentada pelo prefeito aos vereadores noticiada pela *Folha do Norte*, não temos a nossa disposição nenhuma outra fonte daquele momento que explique o porquê dessa homenagem. Só na mensagem enviada à Câmara Municipal em 1968 que teremos a confirmação de que o nome escolhido para a fundação não era uma simples menção a um líder religioso, que ocupou o mais alto posto da Igreja por um curto período, mas sim o reconhecimento a toda uma obra inspirada pelo Espírito Santo sobre o chamado ajustamento social.

O Papa João XXIII se dedicou a discutir o ajustamento social nas bulas que escreveu sobre como um cristão deveria lidar com a pobreza, oferecendo uma noção que, do trono de São Pedro, tinha a autoridade necessária para guiar os povos e as nações sem correr o risco de perder espaço a alternativas que desagradassem ou mesmo negassem Deus.

Pelo menos três bulas do Papa João XXIII tratam do assunto: *Ad Petri Cathedram*, de 1959, *Mater et Magistra*, de 1961, e *Pacem in Terris*, de 1963.

Em *Ad Petri Cathedram*, escrita no ano de sua posse, é a bula que ele mais dá conselhos sobre a pobreza. Nela, relaciona a verdade, especialmente a revelada, e a restauração da unidade pela concórdia fraterna e da paz segundo o espírito da caridade. A conciliação de classes seria um importante passo para tudo isso, porque

Se isto não acontecer, podem surgir, como já se vai vendo, ódios e discórdias recíprocas; donde surgirão desavenças, desequilíbrios sociais e até por vezes excídios, e, acrescente-se a isso, uma progressiva diminuição da riqueza e uma crise da economia pública e particular (João XXIII, 1959, não paginado).

Quis Deus, segundo os ensinamentos do papa anterior, que houvesse desigualdade entre as classes, mas ao mesmo tempo, que houvesse entre elas relações de amizade e equidade. Porque, uma não pode existir sem a outra: sem capital, não há trabalho, e sem trabalho, não há capital. Desse modo,

Quem ousa portanto negar a diversidade das classes sociais contradiz a própria ordem da natureza. Quem se opõe a esta amigável e indispensável cooperação entre as mesmas classes contribui para arruinar e dividir a sociedade humana, com grave perturbação e dano do bem público e particular. [...]. Na realidade, hoje estão um pouco diminuídas as distâncias entre as classes; estas não podem já reduzir-se a um dualismo de blocos contrapostos, um do capital e outro do trabalho. Apresenta-se, pelo contrário, a multiplicidade de grupos, mais abertos a todos os cidadãos. Os mais preparados e hábeis têm a possibilidade de subir mesmo às primeiras posições. [...]. Todavia falta ainda percorrer muito caminho. [...]. Acrescenta-se a isso o doloroso fenômeno do desemprego, que em muitos causa graves angústias, fenômeno que, ao menos de momento, os rápidos progressos da técnica moderna no campo da produção

poderiam agravar ainda mais. [...]. Se, portanto, como é dever de todos, queremos e procuramos a mútua harmonia das classes, através do esforço público e particular e da coordenação de corajosas iniciativas, é preciso trabalharmos quanto possível para que todos, mesmo os de mais humilde condição, possam, com o trabalho e o suor da frente, procurar o necessário para a vida e prover segura e honestamente ao futuro próprio e dos seus (João XXIII, 1959, não paginado).

A noção de pobreza para a Igreja agora tinha a ver com a desigualdade entre as classes, que melhor atendia ao contexto da guerra fria, ou mais precisamente, de um lado do conflito. Essa noção partia da ideia de natureza que já era corrente desde o liberalismo, é verdade, mas que com o Papa João XXIII se cristaliza para todos os católicos. Mas ao contrário do que pudéssemos supor, essa noção de pobreza – a boa pobreza – resulta de uma equação de amizade e equidade entre as classes.

A relação entre quem muito tem com quem nada tem só se materializa pela caridade, o sacrifício pelo outro ensinado nos evangelhos, e que por isso, é a senhora de todas as virtudes, que segundo ele era o antídoto para o mal que pairava sobre os pobres nos últimos tempos, pois dando-lhes aquilo do que são desprovidos, evita-se que os

inimigos da Igreja abusem facilmente das injustas condições das pessoas necessitadas para atraí-las do seu lado com promessas enganosas e ilusões falsas. [...]. Aqueles, portanto, que se dedicam a defender os direitos das classes mais abandonadas, já têm normas certas e seguras na doutrina social cristã; se estas se puserem devidamente em prática, oferecerão o meio de chegar a uma justa solução de todos os problemas. Nunca devem pois os cristãos dirigir-se aos propugnadores de doutrinas condenadas pela Igreja; é bem verdade que estes os atraem com falsas promessas, mas, onde quer que têm o governo na mão, tentam arrancar das mentes dos cidadãos o bem supremo das consciências - isto é, a fé cristã, a esperança cristã e os mandamentos cristãos - e debilitam ou destroem inteiramente aquilo que em nossos dias os homens civilizados justamente exaltam, a saber, a liberdade e a verdadeira dignidade devida à pessoa humana; e até procuram destruir os próprios fundamentos da civilização cristã (João XXIII, 1959, não paginado).

Em *Mater et Magistra*, o Papa João XXIII dá enfoque especial à equação de amizade e equidade entre as classes, concentrando seus ensinamentos não sobre a caridade, mas sobre o mercado, falando dessa equação nas estruturas produtivas: de propriedade privada e empresas, a regime fiscal e política de juros. Todas elas devendo observar sua função social. E em *Pacem in Terris*, que ele escreveu no ano de seu falecimento, fala do direito dos homens, sendo de nosso interesse aqui a ideia de bem comum, que dependia da “ordem fundada na verdade, construída na justiça, alimentada e consumada na caridade, realizada sob os auspícios da liberdade” (João XXIII, 1963, não paginado).

Voltemos àquela última notícia da *Folha do Norte*. A outra informação importante que precisamos destacar nela diz respeito aos recursos que a eventual criação da fundação não

impediria de serem revestidos às instituições já existentes, e que o prefeito dá a entender que os vereadores costumavam auxiliar. Campo fértil para especularmos o quanto essas instituições serviam eleitoralmente para os políticos locais.

Apesar da pesquisa de arquivo na seção de obras paraenses da Biblioteca Pública Arthur Vianna da Fundação Cultural do Pará, não encontrei nenhuma matéria mais detalhada sobre isso ou sobre o movimento de alunas do curso de serviço social, de como se articulou, quem de fato o compunha, e nem como conseguiu mobilizar a agenda do prefeito Stélio Maroja e da Câmara Municipal. Os jornais apenas citam a participação em reuniões e alguns argumentos defendidos pelas alunas, como a necessidade de estender o trabalho voluntariado aos homens, além de propor a natureza jurídica, à moda de Brasília, de fundação de direito privado, muito provavelmente para permitir o eventual recebimento de doações, legados e heranças de benfeitores, já naquela época, dedutíveis do imposto de renda. Mas é fato que o movimento continuou pressionando de perto o mais alto escalão dos Poderes Executivo e Legislativo de Belém do Pará, que se comprometeram confiar a gestão técnica da fundação às alunas diplomadas. Também sem autoria creditada, foi noticiado:

O Liberal, 14 de maio de 1966

Assistentes [ilegível] novas reunião [ilegível]tóra

[ilegível] assistentes sociais debateu com [ilegível] Stélio Maroja [ilegível]estões – algumas [ilegível] – para a Fundação dos Serviços Sociais que está em tramitação na Câmara.

Durante hora e meia, as profissionais dialogaram com o prefeito fazendo uma análise completa do projeto. Uma coisa vai ser mudada. A expressão “voluntárias” que pressupõe que somente elementos do sexo feminino sejam admitidas a colaborar na Fundação. Ficou acertado a mudança desse termo para “voluntários” para abrir possibilidades de se receber o oferecimento de homens para o Serviço Social.

Nome mantido

O termo Fundação será mantido [ilegível], pois chegaram à conclusão que o Governo Federal usa desse termo para as entidades de serviço social.

O prefeito Stélio Maroja [ilegível].

Nesse mesmo sentido:

O Liberal, 16 de maio de 1966

Homens no Corpo de Voluntários da Fundação do Serviço Social

O termo “corpo de voluntárias” vai sair do bojo do projeto que cria a Fundação do Serviço Social, que [ilegível] em [ilegível] na Câmara Municipal.

A essa e a outras conclusões chegou o prefeito Stélio Maroja depois de um debate de hora e meia que teve com um grupo de assistentes sociais.

Amplitude

Depois de discutir o assunto, o prefeito foi alertado pelas assistentes sociais que o termo “corpo de voluntárias” estava marginalizando e prescindindo uma possível colaboração do [ilegível]. Assim sendo, ficou acertado que esse termo será mudado para “corpo de voluntários” para abranger os homens como possível colaboradores da [ilegível].

Adequado

A denominação Fundação do Serviço Social que serviu de com[ilegível] de vereadores, que queria dar a denominação de [ilegível] Fundação foi apo[ilegível]do como adequado e correto. As profissionais se manifestaram a respeito e disseram que está certo como [ilegível] o projeto para a Câmara e justificaram que na organização federal o órgão de cúpula e o Conselho Nacional de Assistência Social [ilegível].

Em apoio à aprovação do projeto de lei na Câmara Municipal, que sofria com a obstrução do líder da oposição, o vereador Vicente Queiroz, começa a circular editoriais sobre a necessidade de se prestar assistência social os pobres de forma tão eficiente quanto aquela prestada aos filiados da previdência social. Em *O Liberal*, mais precisamente, parabenizava-se o prefeito Stélio Maroja por assumir o compromisso de criar, em nome do bem comum, formas de ajudar os menos favorecidos sem desprezando as iniciativas das instituições que já existiam, ao mesmo tempo que as racionalizasse, evitando lacunas de desespero e sofrimento.

O seguinte editorial, da autoria de Pedro Santos, é um bom exemplo, no qual o jornal já apontava que era chegada a hora de deixar de apostar em ações pontuais para passar a coordenar o conjunto de iniciativas altruístas, semelhantemente aos montepios instituídos em favor dos servidores estaduais e municipais:

O Liberal, 12 de maio de 1966

Assistência Social da PMB

A sociedade moderna, com o espírito voltado para o bem comum, tem movimentado campanhas filantrópicas em prol de associações beneficentes e das classes pobres, visando sempre minorar as angústias e sofrimento alheio.

O Governo Federal criou os institutos [ilegível] social através dos [ilegível] classes trabalhadoras[...] aposentadorias [ilegível] velhice, auxílio-doença, [ilegível] assistência [ilegível].

O Governo do Estado e a Prefeitura de Belém instituíram o Montepio dos servidores públicos a fim de melhor amparar a numerosa e dedicada classe que movimenta a máquina burocrática esta[ilegível].

O mo[ilegível] das instituições previdenciárias [ilegível] os benefícios que elas [ilegível] aos seus associados e aos beneficiários destes estão sendo de maneira tão efetiva que elas se tornaram indispensáveis à classe dos servidores públicos.

Evidentemente, através dessas instituições, o Governo encontrou a maneira mais bela de proteger a fôrça humana do trabalho e assistir a numerosa classe de seus beneficiários.

Correspondendo plenamente a êsses propósitos humanitários, o Montepio, tanto do Estado quanto do Município, está prestando ainda assistência aos seus associados, que vai do empréstimo simples à assistência médica e assistência habitacional, de maneira a solucionar o problema da moradia própria, que é o ideal de todo chefe de família.

Há, entretanto, outra coletividade que está à margem dessa previdência social que são as classes pobres.

[ilegível] em favor destas que se tem desenvolvido campanhas por outras entidades filantrópicas com o intuito de minorar a situação angustiosa em que vivem.

Essas campanhas, geralmente isoladas, muitas vezes não chegam a atingir tôda aquela coletividades e, assim, tornam-se dis[ilegível].

Observando que, embora os propósitos bem intencionados, daquêles que movimentam essas campanhas, há algumas falhas e deficiências na distribuição equitativa dos [ilegível] que elas visam proporcionar às pessoas economicamente menos favorecidas, [ilegível] que o prefeito Stélio Maroja decidiu enviar mensagem à

Câmara Municipal criando um órgão específico de assistência social. Esse organismo, encarregado de coordenar a assistência social na área da cidade, entrará em articulação com as demais entidades filantrópicas no sentido de orientar e ordenar as campas em prol do bem coletivo.

O problema, de transcendental importância provocou um encontro do prefeito com os membros da Câmara Municipal, a fim de que o assunto ficasse bem esclarecido.

O projeto vai [ilegível] curso no Legislativo Municipal [ilegível] terá a [ilegível] um órgão especializado em assistência social, através do qual não só o [ilegível]êrno do Município [ilegível] também os [ilegível] prestar [ilegível] assistencial às [ilegível].

É a moderna administração [ilegível] que cada [ilegível] para melhor corresponder aos anseios coletivos.

Merece [ilegível] aplausos a iniciativa [ilegível] Stélio Maroja.

Notemos que, com esse editorial, *O Liberal* assumiu a defesa pública da fundação. Surtiu efeito. A Câmara Municipal aprovou o projeto de lei numa manobra da base do prefeito Stélio Maroja para desobstruir a pauta, conforme a notícia:

Folha do Norte, 3 de junho de 1966

Sancionada pelo prefeito a mensagem criando Fundação “Papa João XXIII”

Os incidentes ocorridos na Câmara entre as bancadas governista e oposicionista, foram ocasionados pela mensagem do Prefeito, referente à instituição da Fundação do Serviço Social de Belém e abertura do crédito de 300 milhões de cruzeiros para atender a encargos referentes à constituição do referido serviço.

Enquanto o edil Vicente Queiroz pedia fôsse protelada a votação até a chegada de informações solicitadas ao Executivo, protelações esses que movimentaram a bancada governista, que utilizando o método anteriormente usado pelos componentes da bancada oposicionista, logrou aprovar a mensagem antes que ditos elementos chegassem a plenário.

A mensagem, que consta de 18 itens, sofreu duas emendas: uma do vereador Jaime Bastos, líder da bancada governista, que idealizou o golpe contra a bancada oposicionista que em seu artigo 16 diz: “o assessoramento técnico da Fundação Papa João XXIII será exercido por Assistentes Sociais”; e do ver[eador] Ribamar Soares, que em seu artigo 15 declara: “Fica considerado como patrono da Fundação do Serviço Social de Belém, o Papa João XXIII, em homenagem ao Sumo Pontífice que tantos relevantes serviços sociais prestou à Humanidade”.

Pela Lei Municipal n. 6.022, de 8 de maio de 1966, a Fundação Papa João XXIII foi criada, e naquele mesmo ano ganha informalmente a abreviatura Funpapa, que só foi reconhecida como nomenclatura oficial no terceiro estatuto da fundação, aprovado em 31 de janeiro de 1991.

Tudo parece ter se traduzido na lei como a natureza jurídica, as competências, o financiamento, o assessoramento técnico pelas assistentes sociais diplomadas etc., tal como articulado nos bastidores, exceto pelo corpo de voluntários, que ficou exclusivo às mulheres, e estas, desde que maiores de 18 anos, que residissem no município, e cujos serviços em benefício da comunidade fosse de, no mínimo, oito horas por semana, ao longo de um ano, nada dizendo quanto a eventual contrapartida. Ficou garantido, no entanto, a disponibilidade de servidores de outras repartições da Prefeitura Municipal para suporte, estes, sem prejuízo do salário.

Aprovada a lei, agora os esforços eram outros. Era preciso criar seu estatuto e dar por enfim iniciado os trabalhos. A primeira função cabia à assembleia de instituidores, órgão máximo da Funpapa, cujos membros foram definidos pelo Decreto Municipal n. 11.600, de 4 de agosto de 1966. Todos eles, homens, representantes da Prefeitura de Belém, do Governo do Estado, da Arquidiocese de Belém, da Assembleia de Deus, da União Espírita, da Federação do Comércio, do Centro Israelita, da Legião da Boa Vontade, da Sociedade Amigos de Belém e do Rotary Club. Eram eles:

O Liberal, 5 de agosto de 1966

Designados os instituidores da “Fundação João XXIII”

Como uma das principais providências para dar forma jurídica à Fundação “Papa João XXIII”, entidade criada pela lei municipal 6.022, de 8 de junho deste ano, com a finalidade de orientar, planejar e executar a política de assistência social no Município de Belém, o prefeito Stélio Maroja baixou decreto ontem, que tomou o número 11.600.

Instituidores

Uma das finalidades precípuas do decreto em tela foi a de designar os Instituidores da Fundação “Papa João XXIII”, com a competência de aprovar os Estatutos e demais atos jurídicos de constituição da entidade.

Os Instituidores designados pelo Decreto do Prefeito são os seguintes: dr. João Renato Franco, vice-governador do Estado, pelo Governo do Estado; padre Tiago Boetes, pela arquidiocese de Belém; dr. Gabriel Hermes Filho, pela Federação das Indústrias do Pará; Antônio Ferreira Vidigal, pela Federação do Comércio do Pará; Carlos Martins, pelo Clube de Diretores Lojistas de Belém; Antonio Teixeira, pela Assembleia de Deus; Jonas Barbosa, pela União Espírita do Pará; Feliciano Seixas, pelo Rotary Clube de Belém; Egídio Sales, pela Associação das Obras Sociais e Educacionais da Paróquia de Santa Terezinha; Fernando Gama de Miranda, pelo Lions Clube de Belém-República; Domênico Falesi, pela Câmara Juniores de Belém; Antonio Lino Carrera, pela Federação das Sociedades Benéficas do Pará; padre Vitalino Vare, pela Paróquia de Nazaré; Afonso Mc Cluskev, pela Paróquia de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; Raimundo de Souza Moura, pela Sociedade dos Amigos de Belém; padre Efigênio Passos, pela Ordem dos Padres Salesianos; Abraão Athias, pelo Centro Israelita do Pará; Giorgio [ilegível], pelo Grupo de Promoções Humanas São Judas Tadeu; Lúcia Daltro Viveiros, pela Legião da Boa Vontade; Wilton de Queiroz Moreira, pela Fundação Educacional do Município de Belém.

Participarão da Assembleia Geral da Entidade, como representantes da prefeitura, o Prefeito ou os Secretários de Administração e Finanças.

Cada um desses nomes e as instituições que representavam abrem caminhos para pesquisas próprias, por meio das quais podemos investigar qual noção de pobreza manejavam, o papel que cumpriam na cidade e, talvez, descobrir o que ganhariam com a Funpapa. Desses, optei por seguir os rastros de Antonio Ferreira Vidigal devido à proposta mais empresarial que parecia querer imprimir à fundação.

As reuniões costumavam ocorrer na sede da Câmara Municipal, presididas diretamente pelo prefeito Stélio Maroja e, até mesmo, pelo próprio governador em exercício, Renato Franco, embora o representante da Federação do Comércio parecesse o que mais capitalizasse sobre a Funpapa, chegando a usá-la como um artilho para impressionar uma missão diplomática norte-

americana e justificar troca de tecnologias com autoridades do Estado do Missouri, com quem o reitor da UFPA já tinha mantido contato em uma viagem um mês antes. Essa notícia em particular merece nossa atenção:

O Liberal, 2 de julho de 1966

Stélio reuniu com instituidores da Fundação João XXIII

Convocados pelo prefeito Stélio Maroja, estiveram reunidos, ontem à tarde, no Gabinete do Palácio “Antonio Lemos”, os instituidores da Fundação Papa João XXIII. O assunto principal foi o relativo aos estatutos da instituição filantrópica, criada por iniciativa do gestor da Capital, sendo, na oportunidade distribuído um avulso, para que os integrantes da fundação debatam, numa próxima reunião, a ser realizada na quinta-feira, dia 7 do corrente, às 16 horas.

Também foi acertado no encontro do prefeito Stélio Maroja, com os instituidores da Fundação João XXIII, que o quadro seria ampliado para receber representantes da Legião da Boa Vontade, do Centro Israelita do Pará e da Sociedade Amigos de Belém. Durante o encontro com o prefeito de Belém, os instituidores da Fundação Papa João XXIII, [ilegível], através da palavra do senhor Antonio Vidigal, que os companheiros do Missouri ficaram vivamente impressionados com o realce que a municipalidade de Belém vem dando ao problema social e até prometeram colaborar com o envio de donativos e material, dentro do programa de cooperação mútua que o programa de emparceiramento dos Estados brasileiros e norte-americanos, permite.

Estiveram presentes à reunião, as seguintes pessoas: Dra. Maria Stela Soares de Brito, do Serviço Social do Estado; Antonio Vidigal, pela Federação do Comércio, Padre Jorge, da Paróquia do Perpétuo Socorro; Antonio Teixeira Filho, da Assembleia de Deus; Jonas Barbosa, da União Espírita do Pará; e o engenheiro arquiteto Feliciano Seixas, pelo Rotary Clube de Belém.

Nessa mesma edição:

O governador do Estado ofereceu um jantar de despedida na sede do Clube Tuna Luso Comercial com a presença do prefeito Stélio Maroja, do vice-prefeito Ajax Oliveira, do reitor Silveira Neto, do cônsul Melvin Levitsky, tendo o jovem violonista Sebastião Tapajós executado números folclóricos amazônicos do compositor paraense Waldemar Henrique.

Falando em nome dos Companheiros do Pará, Antônio Vidigal disse: “Estamos selando com uma amizade recíproca uma compreensão que nos há de levar dentro em pouco à solução dos nossos problemas por meio da ajuda mútua”. Respondendo o sr. Davenport, chefe do grupo do Missouri, disse: “Agora regressamos para casa. Viemos como forasteiros e fomos tratados como amigos. O governador Alacid Nunes estendeu a hospitalidade a todo o Estado do Pará, o mesmo acontecendo por parte dos Companheiros do Pará. Entregamos a todos o nosso coração”.

É curioso que a Funpapa tenha surgido para romper com a grande assistência sem necessariamente pôr fim à tradição que começou no século XVIII com o padre Gabriel de Malagrida e continuou com as filhas de Sant’Ana. É curioso também que o novo modelo de assistência tenha muito a ver com o problema do menor, com a necessidade do regime militar de alcançar a população mais pobre para melhorar a vida nos subúrbios de Belém do Pará, e tenha servido para alguns impressionarem autoridades norte-americanos.

Apesar das dificuldades, o resgate dessa história é fundamental para que possamos analisar o novo modelo de assistência operado pela Funpapa. Mais precisamente, os mecanismos mais sutis e economicamente muito mais racionais que se incorporaram a esse dispositivo ao longo dos últimos cinquenta anos.

3 O NOVO MODELO DE ASSISTÊNCIA AOS POBRES EM BELÉM DO PARÁ

Nesta seção tenho como objetivo analisar o novo modelo do dispositivo de assistência aos pobres operado pela Funpapa.

É um modelo não exatamente novo, porque não rompeu necessariamente com a velha tradição da grande assistência que, em Belém do Pará, começou com o padre Gabriel Malagrida no século XVIII e continuou com as filhas de Sant'Ana na virada do século XIX para o século XX e, como tal, perdurou até as décadas de 1960 e 1970.

Ainda assim, é novo, com episteme e instituição próprios, e quem sabe, estratégia também. Então, é no rastro desses elementos que estamos atrás. Primeiro, busquemos pistas do discurso produzido, seguido dos programas e projetos colocados em prática, e, por fim, do que tudo isso produziu até nossos dias de hoje.

3.1 A EPISTEME DO NOVO MODELO DE ASSISTÊNCIA

Podemos dizer que o discurso produzido pela Funpapa decorre, em alguma medida, do discurso em que a própria fundação esteve inserida, do discurso que a formou.

Em outras palavras, como a Funpapa surgiu como resposta a uma urgência, não é de se estranhar que o que a fundação passou a dizer tivesse alguma ressonância com o que então era dito, ou que se queria que se dissesse.

Tanto a *Folha do Norte* quanto *O Liberal* davam destaque à necessidade de melhoria da vida nos chamados subúrbios de Belém do Pará. Assim como, também davam destaque ao problema do menor. Ora, sabemos que ambos os assuntos, pelos editoriais de 1966, estavam diretamente relacionados ao regime militar.

Logo, se queremos entender a episteme desse novo modelo de assistência operado pela Funpapa, e por conta da escassez de fontes primárias dessa época, acredito que devemos buscar compreender qual a noção de pobreza para o regime militar. Só assim teremos condições de especular qual a noção de pobreza com a qual se trabalhou nessa primeira fase da fundação. Inclusive, se encontra algum eco, se tem alguma relação com o exemplo norte-americano, tão celebrado naquele tempo, com o qual pode ter havido troca de tecnologias, ou mesmo com a noção de boa pobreza, que o Papa João XXIII, figura particularmente importante por conta da homenagem póstuma, defendeu em sua primeira bula, *Ad Petri Cathedram*, em 1959.

Lembremos que o dispositivo de assistência aos pobres varia muito de acordo com a noção de pobreza mais hegemônica, e cuja hegemonia é conquistada a base de disputas simbólicas e, até mesmo, violentas, como ocorreu na França no século XVII, onde a grande assistência se opôs frontalmente à noção cristã de pobreza beatificada.

No capítulo *O Projeto Casulo e a Doutrina da Segurança Nacional* do livro *História social da infância no Brasil*, Rosemberg (1997) estuda como a Escola Superior de Guerra, muito antes do regime militar, formou uma noção própria de pobreza. Essa noção foi estratégica e fundamental para o próprio regime, principalmente, entre as décadas de 1960 e 1970.

Segundo ela, por volta de 1949, começam a circular ideias no Brasil que, tão logo, serão reunidas sob a Doutrina da Segurança Nacional, particularmente influenciada pelas teorias eugenistas da época, ainda que, aos olhos da autora, não tivesse incorporado necessariamente o caráter fascista, racista ou imperialista dessas teorias, de modo que não pressupôs o apoio das massas para legitimar o Estado, embora tenha servido para justificar o controle contra opositores reais ou virtuais.

Para ela,

A versão brasileira Doutrina da Segurança Nacional e Desenvolvimento constituía um corpo teórico, integrando [...] três grandes teorias: uma teoria sobre o potencial geopolítico do Brasil e seu papel na política mundial; uma teoria de guerra, incluindo aí a subversão interna; um modelo específico de desenvolvimento econômico associado [e] dependente, combinando elementos da economia keynesiana ao capitalismo de Estado (Rosemberg, 1997, p. 139).

De acordo com a primeira delas, o mundo estaria dividido entre “dois grandes blocos políticos e de poder, o Ocidente cristão e democrático e o expansionismo soviético comunista”, e o Brasil devia escolher o melhor lado, aquele que, por sua superioridade moral, era o lado do bem. Desse lado, era esperado do “Brasil um papel estratégico em face da ameaça comunista”. Por isso era importante que, dentro das nossas fronteiras, não houvesse conflitos. A unidade, a homogeneidade eram fundamentais para que nos concentrássemos no que realmente importava. Qualquer dissidência desse projeto geopolítico era considerada uma desintegração, um risco nacional. O que se conecta com a segunda e a terceira teoria. A guerra fria, diferentemente das guerras anteriores, se comportava como uma “guerra total”. Em outras palavras, uma guerra “sem quartel, não se restringindo mais à esfera militar, envolvendo a vida política, econômica e cultural”. Por isso, a subversão era a “estratégia do comunismo internacional para penetrar na África, Ásia e América Latina”, ou seja, “através da variante da guerra psicológica” que serviria para “minar a moral nacional, conquistar as mentes, subverter a população e, finalmente, conquistar o poder pelo uso da força e da violência”. Para combatê-la, era preciso garantir a

unidade do país por um projeto de integração, de modo que o desenvolvimento econômico e social se tornou um elemento de segurança nacional. Foi assim que se passou a acreditar que “a pobreza pode constituir uma ameaça à segurança nacional e as políticas de assistência”, que são “parte das estratégias de combate à guerra psicológica” (Rosemberg, 1997, p. 139-141).

Rosemberg (1997) explica que foi em torno da Escola Superior de Guerra que a Doutrina da Segurança Nacional se consolidou. Apesar disso, essas ideias não teriam ficado restritas aos militares, já que, entre 1950 e 1967, metade do quadro de professores e alunos da instituição era composta de civis.

Suponho que tenham sido esses civis os responsáveis por disseminar a Doutrina da Segurança Nacional na política, na imprensa, no mercado e em tantos outros campos da vida do país fora dos quartéis, embora Rizzini (2000) nos alerte no livro *A criança e a lei no Brasil: revisitando a história* que, desde o Estado Novo, o medo do comunismo cooptar os pobres, especialmente, os filhos dos pobres, já fosse corrente.

A autora cita, por exemplo, uma conferência na Academia Brasileira de Letras de 1937, na qual o juiz Saboia Lima afirmou “a criança é um dos elementos mais disputados pelo comunismo, para desorganizar a sociedade atual”, por isso, era “necessário cuidar da criança no sentido da defesa da pátria e da sociedade” (Lima, 1937, p. 266-267, *apud* Rizzini, 2000, p. 46).

Suponho, conseqüentemente, terem esses civis disseminado a noção da pobreza como dissidência de um projeto maior. Como risco à unidade, à homogeneidade do país. Resultado de uma causação circular segundo a qual “os pobres estariam, por insuficiência, desintegrados do processo de desenvolvimento”, e por isso, formando verdadeiros “bolsões de ressentimento”, sendo urgente sua integração a esse processo como “medida preventiva ao expansionismo do comunismo internacional” (Rosemberg, 1997, p. 142). A essa noção de pobreza chamarei de noção anticomunista.

Isso explica, por exemplo, não só a linha editorial de *O Liberal* e da *Folha do Norte*, mas a própria agenda do governador Alacid Nunes em relação ao preço das vísceras, e do prefeito Stélio Maroja com a criação da Funpapa tão logo empossados nos respectivos cargos. Embora, reconheçamos que governadores tenham eventualmente substituído os bispos na condução e até mesmo no financiamento de instituições como o Instituto Gentil Bittencourt na virada para o século XX, portanto, muito antes da consolidação da Doutrina da Segurança Nacional, talvez, por razões que também tivesse alguma relação com o regime militar da época, que teve início com a Proclamação da República.

Explica também, em alguma medida, a noção de boa pobreza. Lembremos que o pontificado do Papa João XXIII se deu no mesmo contexto da guerra fria. E suas explicações sobre os pobres e, sobretudo, seus conselhos em relação à unidade e à caridade muito se assemelham com os da Escola Superior de Guerra.

Os conselhos a que me refiro constam da *Análise de conjuntura interna* do Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra, no qual podemos verificar qual era exatamente o campo de atuação das chamadas políticas de previdência e assistência social no regime militar:

Vivemos um período que chamamos de consolidação revolucionária, portanto, uma época de transição entre o Movimento de Março de 1964 e a plenitude democrática, um dos mais caros objetivos nacionais permanentes. Tal estágio, como é natural, gera descontentamentos e reações, não só de subversivos e corruptos atingidos diretamente e despojados de situações e de privilégios, como ainda de outros que de boa fé se opõem ao governo revolucionário, movidos pelas razões mais diversas, que não nos cabe aqui analisar [...]. Assim, a família, que apesar de todos os embates e arremetidas que tem sofrido de parte daqueles que levados por interesses subalternos e estranhos aos nossos buscam a sua desagregação, continua a ser o alicerce sólido que sustenta a estrutura nacional. Por isso mesmo, a Política de Previdência e Assistência Social, nesta hora, mais do que nunca, deve merecer tratamento prioritário e vem sendo dado pelo Governo Federal (Brasil, 1976, *apud* Rosemberg, 1997, p. 151-152).

Além de identificar o campo comum a essas duas políticas – a família atacada –, identificou aquelas que seriam exclusivas da política de assistência social:

Diante de tal situação cresceu de relevo e importância a Previdência e a Assistência Social, como fatores indispensáveis à preservação da paz social [...], tem buscado o Estado brasileiro minimizar as dificuldades de sua gente e neutralizar a campanha insidiosa daqueles que exploram as naturais vulnerabilidades de um País em desenvolvimento. [...]. Relativamente à Assistência Social, muito pouco ainda tem sido feito, mormente se levarmos em conta o caráter predominantemente paternalista de nossos programas, que não correspondem às necessidades dos assistidos, cujo número, segundo recente pronunciamento ministerial, é da ordem de 25 milhões de pessoas, quase totalmente carentes em termos de alimentação, habitação, vestuário, estado sanitário etc. (Brasil, 1976 *apud* Rosemberg, 1997, p. 152-153).

Vinte e cinco milhões de pessoas, quase totalmente carentes do básico para se viver, e que a política de assistência social tinha

a missão de tentar obter o ingresso desse enorme contingente de brasileiros ainda desassistidos na economia de mercado. [...] Diante da magnitude desse problema, está claro que nenhuma instituição pública ou provada possa assumir, sozinha, a responsabilidade pela execução de um programa de tal envergadura. A estratégia a ser desencadeada, para sua implementação, reunirá uma gama de problemas logísticos jamais imaginados em matéria de assistência social, exigindo verdadeira movimentação de defesa civil em tempo de paz, [...] consciente de estar criando

condições para que o subconsumidor e o produtor efetivo se possam dar as mãos, dentro de uma ótica não paternalista de assistência social (Brasil, 1976 *apud* Rosemberg, 1997, p. 153).

A política de assistência social do regime militar, portanto, deveria inserir essa população toda no mercado, o que a afastaria da tradição paternalista de experiências passadas de confiná-la em estabelecimentos fechados. Só que para isso deveria mobilizar o conjunto de instituições públicas, privadas e a própria sociedade civil.

Podemos extrair desse fragmento os contornos do novo modelo de assistência, que também vai na direção da primeira bula do Papa João XXIII, *Ad Petri Cathedram*, escrita em 1959, o que sugere que essas ideias, de uma origem difusa, circularam por várias partes do mundo, e mesmo sob argumentos distintos, no final, conduziam às mesmas conclusões. Inclusive, são conclusões compartilhadas com o exemplo norte-americano.

O Projeto Casulo pode ser um ponto de partida para compreender esse novo modelo de assistência, na medida em que esse projeto deu forma não só à política de assistência social do regime militar, mas também, aos conselhos do Papa João XXIII, ao modelo norte-americano e à própria Funpapa, a cuja trajetória quero retornar.

Em linhas gerais, o Projeto Casulo foi o primeiro modelo de pré-escola em massa do Brasil. Segundo Rosemberg (1997), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) foram fundamentais para a sua implementação no país, que desde 1950 já discutiam a necessidade do ensino infantil para crianças pobres, e em 1960, ofereciam alternativas mais baratas ao jardim de infância para países em desenvolvimento em uma série de eventos internacionais, como a Conferência de Santiago, realizada em 1965. É claro que o assunto logo ganhou a atenção da Escola Superior de Guerra, que o incluiu nos debates sobre a Doutrina da Segurança Nacional, e do alto escalão do próprio regime militar, mais precisamente, dos órgãos voltados à política de assistência social e à política do menor.

Resultado de experiências pontuais, que Vieira (2022) aborda no artigo *Uma história da política de creches do Brasil: o Projeto Casulo da LBA*, como as Unidades de Proteção Pré-Escolar (Uppe), que funcionaram de 1968 até 1975 visando a chamada complementação nutricional de crianças pobres, e as Unidades de Reeducação Alimentar Pré-Escolar (Urape), que funcionaram de 1975 até 1977 com o objetivo de educar as mães quanto à reprodução de hábitos alimentares e de higiene adequados no ambiente doméstico, a ideia do Projeto Casulo era ofertar, por meio de entidades não-governamentais, creches para crianças de 0 a 6 anos nos subúrbios do Brasil. Em contrapartida, o Governo Federal, pela Liga Brasileira de Assistência

(LBA), fundada ainda no governo Getúlio Vargas para dar assistência às famílias dos chamados pracinhas, financiaria o serviço pelo repasse de recursos calculados segundo a *per capita* atendida por cada entidade, assim definida em convênios que, cujos custos, de acordo com a própria LBA, eram cerca de 5,8 vezes menor que de um jardim de infância seguindo a estrutura escolar convencional.

O Projeto Casulo foi implementado em 1977, começando pelos Estados de Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará e Rio Grande do Sul. No final daquele mesmo ano, já havia alcançado dezesseis estados dos vinte e dois estados existentes na época. Cada entidade receberia em torno de trinta crianças por turma, ao menos quatro horas por dia, em creches improvisadas nos seus espaços então considerados ociosos. Para se acessar as vagas, não se usava critérios “dados por sinais clínicos de pobreza” a exemplo dos sinais de desnutrição que as Uppe e Urape “buscavam para enquadrar sua clientela”. O critério usado para definir a nova clientela era bem diferente. Era a “renda e situação social”, além de “ter (ou pretender ter) a mãe ou responsável, atividade ocupacional fora do lar” (Vieira, 2022, p. 46-51), semelhantemente ao exemplo norte-americano.

Apesar do Projeto Casulo ter sido um modelo de pré-escola, Rosemberg (1997) afirma que, estrategicamente, as creches estavam em função da política de assistência social fundada na Doutrina da Segurança Nacional. Isso porque, ao mesmo tempo que buscava a prevenção à subversão pela promoção da paz social, tal como entendia o Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra na *Análise de conjuntura interna*, o Projeto Casulo garantia a penetração do regime militar em todo o território nacional, nos municípios mais longínquos, nas áreas mais estratégicas, onde os bolsões da pobreza eram mais expressivos, como o sertão nordestino e a região amazônica, por meio de investimentos modestos, valendo-se de instalações preexistentes nas comunidades e mão de obra, essencialmente leiga e voluntária, de babás, monitoras e cozinheiras, que raramente contava com a assistência técnica tal qual firmada nos convênios, como o recebimento de equipamentos ou treinamento dos médicos, assistentes sociais e pedagogos da LBA.

O que explicaria o fato relatado por Vieira (2022) de muitas prefeituras terem assumido, por volta de 1979, os convênios nos municípios com pouca presença do Governo Federal. O que explicaria também o fato de o Projeto Casulo ter passado a admitir, em 1984, creches improvisadas no quintal ou no pátio da casa das chamadas mães acolhedoras, mulheres da comunidade que recebiam crianças em troca de assistência técnica, gêneros alimentícios, equipamentos e outros recursos prestados pela LBA, contribuindo para que, naquele mesmo ano, se chegasse à marca de mais de um milhão de matrículas.

O fato é que o Projeto Casulo, de acordo com os dados quantitativos levantados por Rosenberg (1997), só encerrou em 1990, e ao longo de treze anos teria tido mais de doze milhões de matrículas, numa rede composta por quase cento e sessenta mil creches espalhadas por todo o Brasil. Isso, sem contar as Uppe, Urape e iniciativas locais que colocaram em prática as propostas da Unesco e do Unicef antes da implementação do Projeto Casulo.

Na tese *O trabalho de socialização de meninos de rua em Belém do Pará: um estudo sobre a República do Pequeno Vendedor*, Abreu (2010) mostra como a Fundação de Bem-Estar Social do Pará (Fbesp) buscava implementar algo parecido ao Projeto Casulo no início da década de 1970.

A Fbesp correspondia, na estrutura do Governo do Estado, à Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem) e às Fundações Estaduais para o Bem-Estar do Menor (Febens) do centro-sul do Brasil.

Um relatório da Fbesp de 1973 dá conta das tratativas do Governo do Estado para firmar convênios com entidades não-governamentais do Bairro do Jurunas, o que resultou em duas creches improvisadas, uma na Sociedade Beneficente e Esportiva Imperial e outra na Paróquia da Conceição, para crianças de 3 a 6 anos. De acordo com esse mesmo relatório, as creches também deveriam atender as famílias com o intuito de promover a organização da comunidade para viabilizar, ao que Abreu (2010) dá a entender, a capilarização de novas entidades não-governamentais com as quais o Governo do Estado pudesse estabelecer outros convênios. Pouco tempo depois, em 1976, o Governo do Estado expandiu a iniciativa, passando a aceitar crianças de 0 a 6 anos, numa creche improvisada em uma área então pertencente à Polícia Militar em um outro bairro periférico do município. Em 1979, com o Projeto Casulo, Belém do Pará já contava com doze creches, número esse que só aumentou.

É provável que a Funpapa também buscasse fazer o mesmo. Há uma certa carência de fontes primárias e secundárias quanto aos primeiros anos da fundação. Mas é fato que, esses primeiros anos tenham alguma coisa a ver com a gestão de creches, sugerindo que não só a criação, como também a atividade da Funpapa nesse primeiro momento esteve diretamente ligada à noção anticomunista de pobreza.

Como vimos nos jornais de 1966, uma das funções da Funpapa era estudar o chamado desajustamento social no município. Portanto, é provável que a Funpapa tenha produzido documentos tão logo iniciadas suas atividades.

O problema é que, até 2023, a Prefeitura Municipal não havia instituído um acervo público. Só há pouco tempo a Secretaria de Administração de Belém (Semad) passou a discutir a importância de preservar a memória da Prefeitura Municipal. No seminário *Arquivo de Belém:*

preservando e democratizando a memória, realizado no Instituto Federal do Pará (IFPA) no dia 19 de maio de 2022, a própria secretária de administração, Jurandir Novaes, reconheceu essa necessidade e apresentou um projeto de inventário para o município, iniciado por um diagnóstico acerca do estado de conservação dos documentos sob a guarda dos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta.

Na minha pesquisa de arquivo, no entanto, contei apenas com o auxílio de uma servidora, próximo à aposentadoria, da Semad, que em anos de trabalho havia conseguido catalogar os documentos recebidos na repartição. Seguindo uma metodologia própria de trabalho, ela reuniu todos os documentos a sua disposição sobre a Funpapa numa pasta. Essa pasta contava, especificamente, com dez documentos jurídicos com alguma importância histórica. São leis, decretos, resoluções e portarias das décadas de 1960, 1970, 1980 e 1990 referentes à fundação, e sobre os quais tratarei mais adiante.

Nessa mesma pasta também havia dois documentos da década de 1940 que, portanto, antecedem à sua criação, mas cuja matéria versa, de algum modo, sobre a assistência social no município. A primeira delas se trata da Lei Municipal n. 12, de 8 de outubro de 1948, que instituiu o chamado imposto de caridade, calculado no montante de 10% sobre o valor individual de ingressos de teatros, cinemas, conferências, concertos, bailes e diversões e exposições públicas de qualquer natureza, revestido à Santa Casa, Casa do Pão de Santo Antônio, Cruz Vermelha e Ordem Terceira. E a outra, do Decreto Municipal n. 163, de 12 de novembro de 1948, que criou o Departamento de Assistência Municipal a partir da junção dos serviços de assistência social médico-hospitalar e de pronto socorro sob uma só diretoria geral.

Os documentos mais antigos ainda constam em suas versões originais, datilografadas e assinadas pelo prefeito da época.

Para piorar, a sede administrativa da Funpapa, com os respectivos arquivos, mudou-se várias vezes de prédio ao longo do tempo, e em um desses prédios, segundo relatos de colegas com longa trajetória na fundação, teria ocorrido um incêndio, no qual é provável que tenha se perdido muitos documentos.

Hoje, a Funpapa funciona em um prédio alugado na Avenida Rômulo Maiorana, no Bairro do Marco, e não conta com um setor responsável pela sua memória. Os setores que, de certo modo, acabam assumindo essa responsabilidade, ainda que transversalmente, são o Núcleo de Planejamento (Nusp) e o Núcleo de Vigilância Socioassistencial (Nusvisa), nos quais, no entanto, não obtive documentos dos primeiros anos da fundação.

Apesar disso, tomei conhecimento por colegas aposentados de uma coleção de três livros, publicados entre 1994 e 1996, sob a gestão da então presidente Adelayde Soares durante o governo Hélio Gueiros, que talvez pudesse me dar as pistas que buscava.

O primeiro deles, *Caminhos da assistência I: crianças e adolescentes em situação de rua no Município de Belém*, encontrei na Biblioteca Pública Arthur Vianna da Fundação Cultural do Pará. Até então, acreditava-se que era o único exemplar do acervo. Já o segundo, *Caminhos da assistência II: a feição da pedagogia dos abrigos*, encontrei na Biblioteca Pública Avertano Rocha da Fundação Cultural de Belém, do mesmo modo, o único exemplar do acervo. E o terceiro, o qual considero o mais importante, *Caminhos da assistência III: um compromisso com a cidadania*, consegui com uma colega já aposentada, que gentilmente o emprestou.

Tempos depois, na pesquisa de arquivo na seção de obras paraenses da Biblioteca Pública Arthur Vianna da Fundação Cultural do Pará, descobri que havia mais dois exemplares dos livros *Caminhos da assistência I: crianças e adolescentes em situação de rua no Município de Belém* e *Caminhos da assistência III: um compromisso com a cidadania* disponíveis no acervo. Todos eles em bom estado de conservação, mas sem registro no sistema de catalogação.

O livro *Caminhos da assistência I: crianças e adolescentes em situação de rua no Município de Belém* sintetiza dados da pesquisa *Vamos contar...* que ocorreu em outubro de 1993. Com o apoio da Universidade da Amazônia (Unama), a Funpapa buscou fazer um censo da população de crianças e adolescentes em situação de rua no município. Esse é o documento mais antigo à nossa disposição sobre o discurso que a fundação produziu, e está diretamente relacionado com o chamado problema do menor, que levou ou justificou a sua criação em 1966.

A pesquisa foi realizada através da aproximação e abordagem das crianças e dos adolescentes em situação de rua em dezessete áreas e cinquenta subáreas previamente mapeadas, e a partir da interação, foi possível identificar mais de três mil e quinhentas crianças e adolescentes nessa situação, cuja maioria tinha vínculos familiares relativamente preservados, e a condição econômica como a principal causa para a indigência, e não o abandono ou o chamado vício em cola, thinner e outras drogas. Além disso, foi possível identificar as áreas da cidade com maior concentração, principais formas de sobrevivência, e marcadores quanto à sexo, idade, origem etc. São dados, até onde sabemos, inéditos em Belém do Pará e que, quase trinta anos depois, respondem à demanda dos jornais de 1966.

Por sua vez, o livro *Caminhos da assistência II: a feição da pedagogia dos abrigos* faz um relato da implementação e da rotina dos primeiros abrigos institucionais geridos pela Funpapa, que com o Estatuto da Criança e do Adolescente, assumiu o serviço em 1993 por meio do processo de reordenamento e municipalização. De certo modo, é o mesmo processo que,

como vimos anteriormente, tem repercussões até hoje, como no caso do Abrigo Especial Calabriano.

E, por fim, o livro *Caminhos da assistência III: um compromisso com a cidadania* se propõe a fazer um histórico da Funpapa, e foi aqui que encontrei dados mais precisos sobre o Projeto Casulo no município.

Esse livro confirma falas de colegas com longa trajetória na Funpapa a respeito das creches que teriam sido mantidas pela fundação até a década de 1990, período em que esses estabelecimentos foram “o carro forte da Funpapa” (sic). Até então, não sabia o que essas creches significavam ao certo. As falas eram imprecisas sobre as atividades desenvolvidas, encobertas por confusões sobre datas, real alcance na população etc.

O fato é que “a Funpapa manteve convênios, no período de 1966 a 1969, com diversos segmentos da sociedade (sindicatos, grupos religiosos, casa de saúde, entre outros), repassando recursos financeiros a título de contribuição ao desenvolvimento de ações assistenciais”. Exceto quanto à *Campanha de defesa à criança* que teria resultado na “construção de um pavilhão infantil no Pronto Socorro Municipal” (Funpapa, 1996, p. 18) em 1968, não sabemos exatamente a que se refere esses convênios. Podemos supor, pelo contexto, que fossem para algo parecido com as Uppe, que dão origem, anos mais tarde, às Urape e ao próprio Projeto Casulo. Portanto, muito antes das iniciativas do Governo do Estado.

Em 1987, a fundação ampliou “as ações de assistência à infância e à adolescência”. Mais especificamente, assumiu oficialmente “o atendimento à infância, na faixa etária de 0 a 6 anos, a instituição implantou o serviço de creches municipais comunitárias, oriundo do Projeto Casulo” (Funpapa, 1996, p. 19-20).

Isso indica que o Projeto Casulo já tinha uma certa capilaridade antes de 1987, e naquele ano, por considerado sucesso, havia sido ampliado, embora sem sabermos em que termos exatamente. No entanto, sabemos que a Funpapa passou a gerir “37 creches municipais e comunitárias (22 em prédios próprios, e 15 em espaços conveniados)” mesmo após o fim do Projeto Casulo a nível nacional. Em 1996, já eram “98 espaços, envolvendo prédios de propriedade da Prefeitura Municipal e prédios cedidos pelas comunidades de bairro”, nos quais “são atendidas 15.000 crianças [por] mês” (Funpapa, 1996, p. 23-24).

Por meio desse registro, pudemos notar um dado muito curioso: apesar da Funpapa ter reconhecido, em 1996, que o Projeto Casulo representava um modelo superado, decidiu continuar apostando nesse mesmo modelo, tentando justificar essa contradição com base numa nova proposta.

Basicamente, defendeu a continuidade do que chamou de Programa de Creche Municipal e Comunitária com “a intenção de romper com a concepção de creche meramente assistencialista e insistir na função pedagógica desse espaço”. Para tanto, a fundação passou a “compreender que a natureza do indivíduo é produto da história, portanto a consciência da criança não é algo individualizado, mas reflexo da sociedade da qual participa”. Desse modo, as creches deveriam “superar a dicotomia histórica: assistencialismo para os pobres, educação para os ricos, reiterando a concepção de creche como um espaço eminentemente educativo”. Reconhecendo-se que “o espaço de educação infantil é propulsor de uma transformação social, torna[ndo]-se possível uma vivência democrática” que depende da “mudança da postura profissional [...] que só pode ser consolidada mediante um trabalho sistemático e permanente de formação”. Por acreditar nisso, “a instituição promoveu, ao longo dos últimos anos, cursos de capacitação para educadores e funcionários lotados nas creches”, e também, a elaboração de um “currículo para as creches municipais de Belém” com o objetivo de “possibilitar um trabalho em torno de atividades voltadas para a construção do conhecimento dos conteúdos sócio-culturais representados por: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências e Arte”. Observando-se, sempre, a “sugestão de rotina que prevê aspectos como a utilização de espaços, o trabalho com as áreas do conhecimento, o repouso, o banho e as refeições”, que não se restringe “somente para crianças; é importante que o educador também tenha uma rotina pessoal para planejar o trabalho, pesquisar, registrar e avaliar suas ações” (Funpapa, 1996, p. 24-27).

Sob essa nova proposta, a Funpapa instituiu mais dois programas de apoio às creches. O primeiro deles foi o Programa de Assistência à Infância Comunitária, que garantia a assistência nutricional às crianças atendidas por meio de cinco refeições ao dia. E o outro, o Programa de Apoio Alimentar à Criança, que garantia a complementação alimentar, por provável doação de cestas básicas, às suas famílias, as quais as entidades não-governamentais conveniadas deveriam atender com o objetivo de ensiná-las, mediante palestras e outras atividades socioeducativas, hábitos de higiene, manipulação e aproveitamento total dos alimentos, além de planejamento familiar, muito semelhante às Urape, que foi ampliado com o Projeto Casulo.

A proposta do Programa de Creche Municipal e Comunitária era tão arrojada que, a fundação reduziu a carga horária das equipes de referência para trinta horas semanais, ampliou o quadro de servidores para cobrir mais um turno, de modo que as creches passaram a funcionar de forma integral, ficando abertas dez horas por dia. Para completar, flexibilizou os critérios de matrícula, para garantir maior cobertura. O que valia a pena, afinal, “esse serviço é primordial

na garantia dos direitos da criança e no aumento da capacidade da família estar inserida no mundo do trabalho” (Funpapa, 1996, p. 28).

Ainda que sob outro discurso, a prática se enraizou, até se ampliou. A recepção da noção de pobreza anticomunista em Belém do Pará mostra que essa noção continuou produzindo efeitos já nas sombras, após o regime militar, e sob a luz de um tempo de democracia.

Essa mesma contradição entre discurso e prática se viu em outros momentos. Destaco a virada para os anos 2000, quando a Funpapa passou a rechaçar práticas do seu passado relativamente recente e defender que a política de assistência social do município era uma das últimas defesas contra o avanço do neoliberalismo em nossas bandas. Ainda que se utilizando de práticas que, no próprio campo, já fossem consideradas neoliberais.

No livro *A reinvenção do social: poder popular e política de assistência em Belém*, publicado pela editora Paka-Tatu sob a gestão da então presidente Sandra Helena Cruz durante os dois primeiros governos Edmilson Rodrigues, foram registradas algumas falas proferidas no seminário *A política municipal de assistência social na cidade de Belém: práticas cotidianas, novos saberes e produção de conhecimento*, realizado no Hotel Sagres nos dias 16 e 17 de dezembro 2003.

Pelo menos duas delas citam diretamente a resistência da Funpapa ao neoliberalismo: a do prefeito; e a do conferencista convidado, o antropólogo Alfredo de Almeida, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Na abertura do seminário, correspondente ao capítulo *Palavras abertas aos artífices da assistência social* desse livro, o prefeito primeiro expôs o que ele próprio chamou de melindres com os servidores da Funpapa. Sua posição de governante o colocava, naquele momento, do outro lado da mesa, fazendo referência a reivindicações salariais e de melhorias das condições de trabalho da categoria. Apesar de sua corrente política fazê-lo acreditar tratar-se de um revolucionário, explicou que o ato de governar exige mediar conflitos, administrar situações cujas soluções possíveis estão circunscritas a certos limites historicamente determinados. O que também significa, muitas vezes, dizer não a pautas legítimas.

Apesar do não dito à categoria, agradeceu o lindo trabalho feito pelos servidores da Funpapa, que lhe renderam dois prêmios internacionais, os quais lhe teriam conferido o título de *prefeito criança* pelo Unicef.

No entanto, desabafou:

Vejamos o caso de Belém. Em 1996 divulgamos dados sobre desemprego que, segundo o Dieese, alcançavam o patamar de 72 mil. Hoje, aquele departamento aponta para a existência de mais de 100 mil desempregados, que no Estado do Pará já alcançam a ordem de 430 mil. Em 1997, envolvendo a Unama e a UFPA e outras instituições, cadastramos a população infanto-juvenil em situação de risco nas ruas, encontrando 2.348 crianças. Em 2002 fizemos novo levantamento encontrando 2.943 crianças em situação de risco, dados estes que tem servido de referência para a implementação do Projeto “Conquistando a Vida”. Qual é a explicação para o crescimento negativo desses dois tão importantes e indissociáveis indicadores sociais? Devemos concluir que somos um governo incompetente se as estatísticas apontam aumento do número de crianças na rua e do número de pais e mães humilhados pelo desemprego? O Lula foi eleito falando haver 54 milhões de pobres no Brasil. Afirmou: “Terá valido à pena se eu chegar no final do meu governo com pelos menos um dos compromissos assumidos realizado: que todo brasileiro faça pelo menos três refeições ao dia”. Estamos fechando o primeiro ano do governo Lula e o IBGE informava, em outubro, que já são 57 milhões os que vivem abaixo da linha de pobreza no Brasil. Se não se pode eximir o governo Lula pela política econômica recessiva que produz mais desemprego e miséria, não é honesto deixar de reconhecer que o aprofundamento da miséria tem explicação somente no que sucede na economia nacional e, por isso, exige enfrentamento ao poderoso capital financeiro, tão bem representado pelo Fundo Monetário Internacional e outras instituições responsáveis pelo aprofundamento do padrão neoliberal de acumulação capitalista (Rodrigues, 2004, p. 27-28).

Mesmo com os esforços da Prefeitura Municipal, em especial, da Funpapa para implementar “o Bolsa Escola, Escola Circo, Sementes do Amanhã”, iniciativas que “tem garantido a milhares de famílias o direito a uma vida digna e feliz”, ou as obras de macrodrenagem que, “além de gerarem empregos, dignificam as pessoas que passam a viver em condições mais saudáveis”, é fato o “aumento do número de crianças em situação de risco”. Nessa mesma toada, o Banco do Povo, que “gerou até dezembro de 2003 aproximadamente 100 mil empregos. Apesar desse esforço do governo local, aumenta o desemprego. Então, o que fazer?”. Com certeza, “uma análise descontextualizada dos cenários estadual, nacional e internacional da economia levar-nos-ia a um profundo sentimento de impotência e fracasso”. E esse sentimento que apequena qualquer iniciativa “para mudar a ordem das coisas torna muitos cidadãos de bem presas fáceis do capital e sua ordem”. Não por acaso, “nas comunidades onde trabalhamos através de dezenas de programas e projetos que compõem essa política de assistência, já começam a aparecer cabos eleitorais”. E junto com eles “o dinheiro ilicitamente conseguido para a compra de cesta básica, do remédio, do aterro, do enterro”. Ou seja, “compra do voto, para uso da miséria social e cultural com fins de manutenção dessa estrutura social anti-democrática e injusta”. Por essa razão, “a responsabilidade dos trabalhadores da área da assistência social é enorme, especialmente em anos eleitorais, porque a miséria”, sem sombra de dúvidas, poder “ser usada para atender os interesses dos que gostariam que tudo permanecesse como antes” (Rodrigues, 2004, p. 33-34 e 36).

Essa responsabilidade foi mais bem desenvolvida pelo antropólogo Alfredo de Almeida na conferência do seminário, correspondente ao capítulo *Solidariedades ameaçadas e a redefinição do serviço público* do mesmo livro. Grosso modo, o conferencista convidado se opôs a tentativas, que chamou de arbitrárias, de diferenciar políticas públicas de políticas sociais, colocando estas últimas, sobretudo a política de assistência social, para fora da noção de público, focalizadas em um segmento específico da população. Nessa perspectiva, a política de assistência social acabava atuando como um instrumento de funcionalização da pobreza, cuja noção ganhou contornos mais objetivos, basicamente fundamentados na renda, e esta, por razões óbvias, no mercado.

Segundo o conferencista convidado, uma noção relativamente recente, e que com a globalização ficou a cargo de economistas, que a partir de então, passaram a se apresentar como especialistas da matéria, estabelecendo a tal linha da pobreza, fixada por agências multilaterais como o Banco Mundial, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), e o Fundo Monetário Internacional (FMI), todos esses fundados na década de 1940, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bid), fundado na década de 1950, e a Organização Mundial do Comércio (OMC), esta última fundada na década de 1990, de acordo com interesses do mercado, influenciando os cálculos governamentais que, em dado momento, podem ser mais ou menos inclusivos.

Trata-se de uma noção economicista de pobreza que, na virada para os anos 2000, considera abaixo da linha da pobreza quem ganhava até 1,08 dólar ao dia, e por isso, chegou a considerar pobres comunidades inteiras, mesmo autossuficientes, a exemplo de povos etnicamente distintos, como indígenas e quilombolas, só porque estavam alheios à lógica do mercado.

Se lembramos bem, apesar da noção anticomunista de pobreza corrente em 1977, o Projeto Casulo já manejava essa noção economicista de pobreza, na medida em que passou a apostar na renda como o critério definidor da sua clientela, abandonando os sinais clínicos, como os sinais de desnutrição usados pelas Uppe e Urape, o que mostra que essas noções não se opuseram, mas se complementaram.

Portanto, em 2003, a Funpapa já tinha ciência de tudo isso, e sabia que a política de assistência social do município convivia obrigatoriamente “com a tecnocracia e com especialistas reconhecidos pelas agências multilaterais”. A ponto de abrir brechas, ainda que nesses momentos mais pontuais, que permitisse perguntar como os trabalhadores da fundação se posicionavam. Porque, àquela altura, já não parecia ser possível “conduzir aqueles que vocês estão capacitando a uma situação de emprego com carteira assinada”. Talvez, “a finalidade dos

chamados programas de emprego e renda, implementados por servidores, não estaria voltada ao emprego, mas para ocupação”. Mais a fundo, “é como se vocês estivessem operando nas engrenagens de uma imensa fábrica de produzir pobres ou futuros trabalhadores em condições de precariedade absoluta”. Ou seja, “trata-se de uma construção da pobreza diretamente referida às práticas cotidianas de cada um de vocês, que são gestores desses programas” (Almeida, 2004, p. 43 e 47).

Em outras palavras, a Funpapa sabia que as mesmas práticas que renderam dois prêmios internacionais ao prefeito Edmilson Rodrigues, não passavam de medidas compensatórias que, no final das contas, não garantia algo de fato seguro para o segmento da população a que se destinava. Em última análise, capacitando mão de obra para ocupações não necessariamente protegidas, sempre levando em conta o mercado.

É muito simbólico que, pelo menos desde essa conferência, já se atribuisse à Funpapa o “aumento da ilusão de estar acabando com a pobreza que, em verdade, neste contexto não pode ser eliminada, posto que é intrínseca a esta política” (Almeida, 2004, p. 49) que a própria fundação colocava em prática.

Essa autocrítica não foi abafada ou restrita apenas ao seminário em que foi exposta, mesmo que não tenha parado aí, ao reconhecer que

não são todos os pobres que estão em jogo. As políticas objetivam atingir os pobres considerados merecedores de caridade. Criam uma pré-seleção que permite a pergunta: e os outros pobres? O próprio fato de admitir que alguns são merecedores e caridade e outros não, já é um princípio seletivo cunhado pela ideologia neoliberal. Constitui uma face oculta das chamadas políticas focalizadas, que privilegiam exclusivamente os que cabem numa determinada definição de pobres, excluindo os demais. Esta focalização, por dentro do conceito de pobreza, colide com a ideia de universalização de direitos. Pode-se afirmar, em decorrência que as políticas compensatórias em certas circunstâncias podem ser um instrumento de repressão. [...]. Nesta ordem, como repensar os programas implementados pela instituição Funpapa, a qual vocês se acham referidos? (Almeida, 2004, p. 53).

O conferencista convidado propôs uma saída: redefinir as práticas, mesmo as mais conceituadas, para romper com a perspectiva tecnocrata que as colocam em função do que ele chamou de problemas oficiais, citando o exemplo da delinquência juvenil, das crianças em situação de rua, dos idosos abandonados, das favelas, enfim, daqueles problemas a que se destina recursos para dar alguma resposta à sociedade. O caminho seria, para o conferencista, relativizar esses problemas sem, contudo, negá-los. Para ele, relativizar seria colocá-los em uma perspectiva crítica, vivendo o problema na ponta, tal como ele é, e não como foi percebido ou imaginado pelos tecnocratas. Vindo daí respostas verdadeiramente transformadoras. É sobre essas práticas da Funpapa que pretendo analisar agora.

3.2 A INSTITUIÇÃO DO NOVO MODELO DE ASSISTÊNCIA

Vimos que o novo modelo de assistência que surgiu com a Funpapa esteve diretamente ligado a noções de pobreza muito particulares, mas complementares entre si. A noção de boa pobreza do Papa João XXIII marcava a posição da Igreja; a anticomunista da Escola Superior de Guerra, a do regime militar; e a economicista do Banco Mundial, Bird, FMI, Bid e OMC, a do nosso tempo. Todas estas, recepcionadas e manejadas pela Funpapa, e juntas compuseram a episteme da fundação, assumindo a dianteira, ou se escondendo nas sombras do discurso.

Discursos que ora sustentaram, ora denunciaram as práticas da Funpapa, que por sua vez, a partir do fazer diário, acabaram alimentando esses mesmos discursos e abrindo brechas para novos. Uma relação dialética entre o dito e o não dito do dispositivo de assistência aos pobres operado pela fundação.

Lembremos que, de acordo com o livro *Caminhos da assistência III: um compromisso com a cidadania*, a Funpapa manteve vários convênios com entidades não-governamentais, como sindicatos e grupos religiosos. Não sabemos exatamente com qual objetivo. Mas pelo contexto da época, supomos terem tratado de creches. É possível, no entanto, que tenham tratado de outros serviços.

Essa é a única fonte primária a nossa disposição que se refere aos primeiros anos da Funpapa, e pelas lacunas, acabamos ficando no escuro. Mas essas lacunas não nos permitem supor além do contexto da época, sem nenhum rigor. Abreu (2010), por exemplo, afirma que a fundação, nesse tempo, teria se dedicado a uma prática filantrópica de um grupo de senhoras voluntárias que, no que se chamava de plantão social, doavam cestas básicas, remédios e auxílio funeral para pessoas carentes.

Afirma ainda que, assim que a Funpapa foi criada “sua função foi administrar abrigos institucionais e registrar viajantes e imigrantes em trânsito pelo município de Belém”, o que não se tratava de um simples registro. Sob “uma visão bastante policialesca, a Funpapa se dedicava a impedir a instalação dos imigrantes, providenciando sua volta a cidade de origem” (Abreu, 2010, p. 78).

Na pesquisa de arquivo não encontrei nenhuma fonte primária ou secundária que confirmasse essa afirmação, nem mesmo no campo em entrevistas com colegas aposentados. Como Abreu (2010) citou uma fonte secundária cuja autoria não corresponde ao título e nem ao ano de publicação do livro que a editora Paka-Tatu credita a outras pessoas e em outro período, considero essa uma afirmação frágil.

Apesar da então presidente Adelayde Soares durante o governo Hélio Gueiros ter dito, no livro *Caminhos da assistência II: a feição da pedagogia dos abrigos* que a Funpapa havia contado com um plantão social no qual senhoras voluntárias davam assistência aos imigrantes de outros municípios, distribuindo cestas básicas, remédios e auxílios funerários, nada diz em relação a qualquer tipo de registro ou recâmbio, de modo a não permitir interpretações ampliadas.

Em outras palavras, ela não cita, exatamente, a prática que Abreu (2010) mencionou, mas se, de fato essas senhoras tenham incentivado o retorno dos imigrantes, a fundação terá reproduzido nos seus primeiros anos uma prática semelhante àquela dos arqueiros de Nevers, no século XVI, que expulsavam forasteiros com fisionomia e vestes características de mendigo ainda na entrada da cidade.

Caso essa prática tenha ocorrido por aqui, terá sido parte de algo muito maior, já que uma das justificativas para depor João Goulart da presidência da república foi o Decreto n. 53.700, de 13 de março de 1964, que mandava desapropriar as terras que ladeavam as rodovias e ferrovias federais ou que haviam sido recuperadas por investimentos da União para fins de reforma agrária. O regime militar susta o ato e mantém o latifúndio e as elites rurais a salvo, e na sua nova política para o campo, acaba gerando a expulsão de muitos colonos, que vão em direção às cidades, como o próprio Abreu (2010) diz ter acontecido em Belém do Pará entre as décadas de 1960 e 1970 com famílias inteiras vindas do interior por conta dessa política.

Então, se essas pessoas eram expulsas do campo pelo regime militar, e na cidade, pelas senhoras da Funpapa, terá a fundação reproduzido prática ainda mais antiga que a dos arqueiros de Nevers: a caça não para a captura, e sim para a expulsão a que Chamayou (2012) se referiu ao estudar o mito do lobisomem na tradição nórdica, que muito tem a ver com a figura do homem sacro do direito romano que Agamben (2007) trata no livro *Homo sacer I: o poder soberano e a vida nua*, colocando essas pessoas para fora da convivência humana, num limbo completo.

Estamos falando de uma exclusão pelo direito, criando um estado de não-direito reconhecido pelo próprio direito. Se tivemos isso aqui em Belém do Pará, a Funpapa teria sido, ao mesmo tempo, o novo modelo de assistência, introduzindo dispositivos de segurança sem deixar de lado os disciplinares da grande assistência existente, ambos típicos da biopolítica, mas resgatando dispositivos tão antigos quanto a caça para a expulsão, típicos da soberania.

Voltemos à nossa fonte primária, que nos dá uma base mais confiável. Nela, como vimos anteriormente, consta que, entre 1966 e 1969, a Funpapa manteve vários convênios com entidades não-governamentais, e por meio delas, lança a *Campanha de defesa à criança* que

teria resultado na “construção de um pavilhão infantil no Pronto Socorro Municipal” (Funpapa, 1996, p. 18) em 1968.

Não sabemos do que se trata essa campanha, e nem em que termos a fundação atuou para a construção ou mesmo para a atividade do pavilhão infantil construído no então Pronto Socorro Municipal. Para piorar, de 1970 a 1983, não temos qualquer informação quanto às práticas da Funpapa. É provável que nesse tempo, tal como supusemos, a fundação estivesse focada na implementação do Projeto Casulo no município, ainda que só tenha assumido oficialmente a implementação do projeto em 1987, o qual vimos ter se resultado nos Programas de Creche Municipal e Comunitária, Assistência à Infância Comunitária, e de Apoio Alimentar à Criança que perduraram até, pelo menos, 1996. Nesse ano, já havia quase cem creches distribuídas pelos bairros periféricos de Belém do Pará que, juntas, atendiam cerca de quinze mil crianças por mês.

A partir de 1983, a Funpapa passa a contar com um arranjo novo e ganha novas competências. O prefeito Almir Gabriel promulgou um projeto de lei que havia enviado à Câmara Municipal que, por sua vez, não o apreciou no prazo de trinta dias. Na época – segundo o direito constitucional próprio do regime militar –, toda iniciativa do Poder Executivo sobre o qual o Poder Legislativo nada falasse dentro desse período era considerado aprovado. O projeto de lei em questão alterava a Lei Municipal n. 6.022, de 8 de maio de 1966, que havia criado a fundação.

Com a Lei Municipal n. 7.231, de 14 de novembro de 1983, a Funpapa passa a contar com pessoal próprio, regido pelas leis trabalhistas, e dessa vez, com direito a salário e outros direitos, ficando mantida a disponibilidade de servidores de outras repartições. A assembleia de instituidores dá lugar aos conselhos deliberativo e fiscal, que junto com um novo cargo de direção, a presidência, passam a ser o novo órgão máximo da fundação. Com esse novo arranjo, a Funpapa assume a função de planejar, coordenar e avaliar a execução de serviços, programas e projetos sociais para a população de Belém do Pará, sem deixar de estimular, inclusive financeira e tecnicamente, as iniciativas particulares.

Com base nessa lei, a fundação então aprova um novo estatuto em 23 de novembro de 1983, e a partir dele traçou um plano de ação, considerada a primeira política de assistência social do município. Essa política previa “serviços que atendessem a situações imediatas através de um plantão social, cujas prioridades se dirigiam à mendicância, menor carente, velhice, invalidez e assistência em geral”. Por meio do plantão social, a Funpapa realizou “um levantamento da situação de mendicância” – uma pesquisa anterior à *Vamos contar...*, mas que acabou se perdendo –, e implementou a *Campanha comunitária da cidade de Belém*,

“responsável por modificar o plano”, o qual “passou a incluir o atendimento direto à velhice e à mendicância. Relacionado a este último, foi criada a ronda social que objetivava o controle de mendigos na cidade de Belém” (Funpapa, 1996, p. 19).

Na pesquisa de arquivo, não encontrei nenhum documento sobre a ronda social da época. De qualquer modo, estamos falando de uma prática que parece muito com aquela que Abreu (2010) se referiu quando falou sobre o controle de imigrantes, ainda que estes já não fossem os primeiros anos da fundação. Logo, a prática em torno da caça para a expulsão que lembra o mito do lobisomem e a figura do homem sacro pode ter existido em Belém do Pará, mas em outro contexto.

Em 1987, sob a gestão da então presidente Sônia Renda durante o governo Coutinho Jorge, a Funpapa se desvincula do gabinete do prefeito, onde até então funcionava, e se muda para sua primeira sede, cujo endereço não é sabido. Amplia seu quadro de servidores, reorganizando a política de assistência social do município, que passou a contar com três eixos básicos de atendimento.

O primeiro deles era o eixo da assistência social, “englobando os serviços direcionados aos segmentos mais vulneráveis, que necessitam de apoio mais imediato”, incluindo aí “o atendimento à infância, na faixa etária de 0 a 6 anos” por meio “de creches municipais e comunitárias, oriundo do Projeto Casulo”, e o atendimento ao “segmento infanto-juvenil, na faixa etária de 7 a 17 anos, atendido nos Projetos Grama, Céu Azul e de Unidades Produtivas, que tinham como fundamento a perspectiva metodológica da educação pelo trabalho”. O segundo, era o eixo da assistência comunitária, “objetivando apoiar e subsidiar as organizações populares, no sentido de assessorá-las para que melhor alcancem seus objetivos”. E o terceiro, era o eixo da promoção pelo trabalho, “buscando criar condições de sobrevivência junto aos adolescentes e jovens, via setor informal da economia, fomentando a geração de atividades lucrativas, de forma organizada e orientada” (Funpapa, 1996, p. 19-20).

Essa reorganização se acentua em 1989 e se estende, pelo menos, até 1991, primeiro, com a Resolução n. 04, de 1º de agosto de 1989, do Conselho Deliberativo da Funpapa, por meio da qual o pessoal da fundação passa a ser regido pelo regime jurídico único do município; seguido do Decreto Municipal n. 21.414, de 8 de fevereiro de 1990, através do qual o prefeito Sahid Xerfan aprovou o organograma da Funpapa; e finalmente, seguido da Lei Municipal n. 7.505, de 8 de janeiro de 1991, pela qual o prefeito Augusto Rezende alterou a natureza jurídica prevista na lei de 1966, que foi mantida pela lei de 1983, para enfim torná-la uma fundação de direito público.

Resultante dessa reorganização, segundo o livro *Caminhos da assistência III: um compromisso com a cidadania*, a Funpapa passa a contar com dois grandes departamentos: o Departamento de Assistência à Criança e ao Adolescente, que assumiu todos os serviços, programas e projetos sociais voltados a esse público; e o Departamento de Assistência Pública, que assumiu os demais serviços, programas e projetos sociais.

O Departamento de Assistência à Criança e ao Adolescente teria mantido, basicamente, todos os serviços, programas e projetos sociais anteriores, com exceção do Projeto Céu Azul, ao que tudo indica, descontinuado em algum momento por volta de 1990. Na pesquisa de arquivo, não encontrei nenhum documento sobre o projeto, embora colegas com longa trajetória na fundação afirmem ter consistido na organização de meninos que trabalhavam como flanelinhas no Bairro da Campina pelo uso de uma espécie de bilhete azul, o qual indicava os carros estacionados em frente a bancos e repartições públicas na área do comércio sob a guarda do projeto.

Em 1993, no governo Hélio Gueiros, a reorganização em departamentos é mantida, incluindo num ou noutro departamento os novos serviços, programas e projetos sociais que surgiram nesse período. É a partir dessa reorganização que temos dados mais ou menos precisos sobre as práticas da Funpapa.

No Departamento de Assistência à Criança e ao Adolescente, a fundação contava com os serviços de assistência à criança de 0 a 6 anos, executado por meio dos Programas de Creche Municipal e Comunitária, Assistência à Infância Comunitária, e de Apoio Alimentar à Criança, dos quais já tratamos aqui, e que sem dúvida eram o “carro forte da Funpapa” (sic) devido a sua história, capilaridade nas comunidades e alcance de massa.

Esse mesmo departamento passou a contar com os serviços de assistência à criança e ao adolescente de 7 a 17 anos, em sua maior parte, instituídos ainda no governo Coutinho Jorge. Esses serviços eram executados através:

- do Programa Adolescente Aprendiz, que compreendia os Projetos Grama, Iniciação ao Trabalho, Oficineiros Navais, Educação Semiprofissionalizante e Arte;
- do Programa de Atendimento às Crianças e Adolescentes Trabalhadores de Rua, que contava com os Projetos Jardineiro e Jornaleiro;
- do Programa de Atendimento à Criança e ao Adolescente em Situação de Rua, que era composto pelos Projetos SiterBrás, Guia dos Viajantes e Menino do Canto;
- do Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Vitimados, que reunia os quatro abrigos institucionais sob a gestão da Funpapa na época, sendo estes, o

Abrigo de Icoaraci, o Abrigo Euclides Coelho Filho, o Abrigo Dulce Accioli e o Abrigo Ronaldo Araújo;

- e do Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar, executado pelo Núcleo de Apoio à Família.

Compondo o Programa Adolescente Aprendiz, o Projeto Grama foi criado entre 1986 e 1988 em razão de um convênio da Funpapa com o CNPq e o Museu Paraense Emílio Goeldi, tendo sido este o primeiro projeto da fundação “a garantir ao adolescente uma bolsa de complementação educacional no valor de meio salário mínimo”, que contava ainda com “assistência socioeducativa em meio aberto, tendo em vista o desenvolvimento de uma consciência voltada para a preservação do ecossistema”. Em 1996, o projeto tinha já alcançado a capacidade para atender “70 adolescentes [por] ano, na faixa etária de 14 a 18 anos incompletos”, os quais eram “distribuídos em dois turnos, com uma jornada de trabalho de 4h [por] dia, que lhes permite frequentar a escola, e [o] acompanhamento é feito por uma equipe interdisciplinar” (Funpapa, 1996, p. 30).

Não temos informações oficiais sobre a natureza do trabalho desenvolvido pelos adolescentes, se eventualmente tinha o caráter mais qualificado, como um aprendizado técnico-científico devido à natureza do CNPq. No entanto, segundo colegas com longa trajetória na Funpapa, o viés do trabalho consistia em “limpar e varrer praças” (sic), versão que outros colegas aposentados negam.

Já o Projeto de Iniciação ao Trabalho, que também compunha o Programa Adolescente Aprendiz, foi criado em 1987. Em linhas gerais, o projeto era “voltado aos adolescentes maiores de 14 anos, que tinham assegurada bolsa complementação educacional no valor de meio salário mínimo, vale-alimentação, acompanhamento sócio-educativo e inserção na rede de ensino” (Funpapa, 1996, p. 30), que assim como no Projeto Grama, eram acompanhados por uma equipe interdisciplinar, que ainda atendida a família.

O objetivo do projeto era viabilizar que esses adolescentes tivessem acesso a “atividades laborais condizentes com a faixa etária” na rede de “hotelaria, supermercado, restaurantes, lanchonetes, bancos e órgãos públicos” com as quais a Funpapa mantinha convênios, que também passaram a garantir vale-transporte e “uma carga horária de, no máximo, 4h de atividade, permitindo ao adolescente a frequência escolar”, e a partir de 1995, “férias mais 1/3 constitucional, 13º salário, lanche ou refeição diária”, além de “alteração da bolsa de complementação educacional para 75% do salário mínimo em caso de 6h de atividades” (Funpapa, 1996, p. 30-31).

O adicional de férias, o décimo terceiro salário e a correção da bolsa só foram garantidos após questionamentos da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) e do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) “quanto à garantia dos direitos trabalhistas e previdenciários, exigindo que a Funpapa providenciasse o registro das carteiras de trabalho dos adolescentes assistidos, regularizando a situação”. Por conta disso, a fundação se comprometeu, mediante “acordos verbais com a DRT e INSS”, a “buscar soluções”, instaurando “uma comissão para reestruturar o projeto” e se reunindo “com as empresas conveniadas para chegar a uma proposta que não prejudicasse os adolescentes” (Funpapa, 1996, p. 31).

Com o apoio técnico da Fundação para o Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp) e do Instituto Aliança, que formalmente contratavam os adolescentes, a Funpapa conseguiu se adequar às recomendações das autoridades, a ponto de firmar convênios com a Petrobrás e com a Companhia Docas do Pará. O projeto, “apesar das contradições, vem apresentando um crescimento progressivo desde sua implementação”. Em 1996, o projeto era “desenvolvido com o concurso de 111 empresas”, número que, em anos anteriores, havia chegado “a 146 e que o decréscimo é proveniente das medidas tomadas pela fundação na perspectiva da garantia dos direitos trabalhistas para os adolescentes” (Funpapa, 1996, p. 31-32).

Ainda compondo o Programa Adolescente Aprendiz, o Projeto Oficineiros Navais foi criado em 1996 “em parceria com a Empresa de Navegação da Amazônia (Enasa) e o Conselho de Entidades e Associação do Bairro do Guamá” com vistas a “oferecer aos adolescentes oportunidades de freqüentar cursos profissionalizantes nas oficinas da Enasa, onde lhe é possível aprender técnicas modernas de manutenção e construção naval”, isso, tanto nas “atividades de marcenaria, estrutura e solda, eletricidade, mecânica, motores, refrigeração, hidráulica, pintura e almoxarifado” (Funpapa, 1996, p. 32).

A capacidade do projeto era de “22 adolescentes na faixa etária de 15 a 17 anos, sendo pré-requisito essencial o adolescente estar matriculado na rede regular de ensino”. Assim como os demais projetos, nesse “os adolescentes recebem bolsa educacional no valor de ½ salário mínimo”. E, dentre todos, esse era o orgulho do governo Hélio Gueiros, porque o considerava um “resgate de uma profissão ligada ao transporte fluvial, numa região na qual assume relevante importância” (Funpapa, 1996, p. 32).

Compondo também o Programa Adolescente Aprendiz, o Projeto de Educação Semiprofissionalizante era voltado aos adolescentes atendidos nas unidades operacionais da Funpapa, distribuídas em sete bairros da periferia do município. O projeto apostava em

atividades através do trabalho, cuja prioridade era a capacitação, mas também a remuneração desses adolescentes. O projeto foi desenvolvido por meio de três grupos.

O primeiro, criado em algum momento antes ou 1988, foi o grupo de serigrafia, pensado para os chamados pichadores, no qual se aproveitou as noções artísticas para aprender a profissão que usa técnicas de desenho e impressão, tendo resultado em “um espaço de racionalização da agressividade e canalização da atividade dos adolescentes para a produção de desenhos e formas exóticas”. Já o segundo foi o grupo de picolé. Criado em 1988, o grupo tinha como objetivo ensinar a produção e a comercialização do produto aos adolescentes com histórico de venda nas ruas na “perspectiva de organizar seu auto-aprendizado dentro de um programa didático da própria experiência” e que a Funpapa junto com a extinta Fbesp chegaram a planejar convênios com fábricas do ramo. Com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, o grupo acabou ficando restrito aos espaços da fundação e “sob encomenda de produção”, cuja “venda individual é realizada por um grupo de 10 adolescentes, no Bosque Rodrigues Alves”. E o terceiro, criado um pouco depois, foi o grupo de marcenaria, que funcionava no Centro Artesanal, no qual aproveita a “estrutura de máquinas de pequeno e médio porte” para o ofício. A produção de entalhe e pirografia era colocada à venda no Distrito de Mosqueiro, “um balneário que registra um fluxo permanente de turistas” (Funpapa, 1996, p. 32-33).

Fotografia 8 – Meninos do grupo de picolé do Projeto de Educação Semiprofissionalizante.



Fonte: Alves (2007, p. 78).

Diferentemente dos projetos anteriores, não há informações se o Projeto de Educação Semiprofissionalizante garantia o pagamento de uma bolsa aos adolescentes. Pelas descrições feitas, é provável que não, já que a venda do que se produzia fazia parte da proposta.

O último a compor o Programa Adolescente Aprendiz foi o Projeto Arte. Criado em 1993, visava reunir todos os adolescentes atendidos pelos demais projetos do programa, funcionando como “um dos suportes pedagógicos aos trabalhos realizados”. O projeto oferecia, pelo menos, quatro opções aos adolescentes: incluir-se nas atividades de carnaval, dança folclórica, coral ou teatro. Contudo, a Funpapa “agregou todos os serviços voltados aos adolescentes, motivando-os a irem à passarela sambar e cantar” num bloco que abria “oficialmente o evento carnavalesco realizado pela Prefeitura” (Funpapa, 1996, p. 34).

Com o tempo, a participação no carnaval foi também se profissionalizando, envolvendo os adolescentes na composição do samba-enredo, na escolha da porta-bandeira, nos ensaios da bateria, na formação de alas etc. Graças a “parcerias junto aos que têm história no samba do Pará”, foi possível tornar a Funpapa cada vez maior no carnaval: em 1993, a fundação contou com uma ala única com quase duzentos participantes no desfile do Bloco Cacareco; em 1994, a ala então descaracterizada se torna a ala dos palhaços da Escola de Samba Rancho não Posso me Amofinar, e tinha mais de trezentos participantes; em 1995, já eram seis alas, incluindo a comissão de frente e as passistas do Império de Samba Quem São Eles, com quatrocentos participantes; o que foi mantido em 1996, quando o samba-enredo da Embaixada de Samba do Império Pedreirense foi *As estrelas da Funpapa iluminando a avenida*.

A dança folclórica, por outro lado, resultou na criação, em 1995, de um grupo “denominado Aborígenes da Funpapa”, que estimulava “o convívio em grupo, promove a auto-estima, através da valorização do corpo e dos movimentos, propicia o aprendizado da cultura regional, contribuindo para o processo de socialização”, e assim como o coral e o teatro, levou os adolescentes para apresentações “em diversos locais de Belém” (Funpapa, 1996, p. 35-36), que incluía a peça *Brincadeira tem hora*, que contava a saga de viver nas ruas.

Diferentemente do Programa Adolescente Aprendiz, o Programa de Atendimento às Crianças e Adolescentes Trabalhadores de Rua era voltado aos adolescentes que já tinham experiência em algum tipo de trabalho na rua. Em 1993, o programa passou a contar com os Projetos Jardineiro e Jornaleiro, mas enquanto aquele foi executado em um espaço relativamente protegido, este último ocorria na própria rua.

Com a parceria da Secretaria de Urbanismo de Belém (Seurb), o Projeto Jardineiro se dava na Granja Modelo, no Bairro do Aurá, e visava atender até “70 adolescentes de 14 a 17 anos”, por meio de atividades “envolvendo o conhecimento do solo, plantio, coleta de sementes

e mudas, paisagismo até a comercialização dos produtos”. Nos seus primeiros anos, o projeto “alcançou um reconhecimento do Juizado da Infância e da Juventude, que passou a solicitar o engajamento de adolescentes que haviam cometido atos infracionais leves”, sobretudo porque as atividades desenvolvidas ajudavam a estimular a “racionalização da emotividade e da agressividade”. Tão logo mudado o perfil do projeto, passou a contar com “bolsa completção educacional, vale-transporte, alimentação, acompanhamento técnico feito pela Funpapa, e acesso à rede regular de ensino” (Funpapa, 1996, p. 36-37);

Por sua vez, o Projeto Jornaleiro foi pensado pela fundação em parceria com *O Liberal* para organizar o trabalho dos meninos que faziam a entrega de jornais pela cidade visando “acabar com a exploração efetivada pelo baderneiro” como era chamado o atravessador “e, em especial, garantir atividades sócio-educativas em meio aberto”. O projeto exigiu uma “ampla campanha e sensibilização da população”, muito provavelmente para informar os leitores do jornal da iniciativa, incentivando-os a comprar apenas e diretamente dos meninos identificados “através de uniforme” (Funpapa, 1996, p. 36-37).

Fotografia 9 – Meninos do Projeto Jornaleiro.



Fonte: Alves (2007, p. 80).

Já o Programa de Atendimento à Criança e ao Adolescente em Situação de Rua era voltado a crianças e adolescentes que faziam das ruas sua moradia, que dormiam ao relento. Em parceria com a Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude e do Juizado da Infância e da Juventude, a Funpapa estruturou o programa a partir de três projetos, dois deles no Bairro de São Brás, e um itinerante, cada qual com suas particularidades.

O primeiro projeto realizado nesse bairro, onde a Funpapa já havia identificado uma alta concentração de “situações de drogas, prostituição, furtos e roubos envolvendo crianças e adolescentes”, foi o SiterBrás, que “exigiu a articulação interinstitucional através da ação firmada a partir da assinatura de um Protocolo de Intenções” entre Funpapa, Fundação da Criança e do Adolescente (Funcap) – antiga Fbesp –, Companhia Especial de Polícia Assistencial da Polícia Militar (Cepas), Fundação dos Terminais Rodoviários do Pará (Fterpa), Grupo Espírita Jardim das Oliveiras, Grupos Espírita Vinha da Luz e Lar de Maria, além do Ministério Público e Tribunal de Justiça por meio da promotoria e do juizado especializados.

Coube à Funpapa a coordenação do projeto, que tinha um caráter protetivo, e por isso, foi instituído um plantão interinstitucional de atendimento no Terminal Rodoviário, situado no Bairro de São Brás, que tinha como objetivo comum “o retorno da criança e do adolescente em situação de rua ao contexto familiar e comunitário, procurando trabalhar a família para o reestabelecimento dos vínculos afetivos”, por meio do “engajamento nos programas de caráter sócio-educativo”. Com o tempo, o plantão também passou a atender “todas as pessoas que buscam a rede de serviços, bem como àquelas que se encontram em situações de mendicância ou perambulam pela área de abrangência do Terminal Rodoviário” (Funpapa, 1996, p. 38).

Como resultado do Projeto SiterBás, houve uma reestruturação completa do Terminal Rodoviário, o que permitiu a criação do segundo deles, o Projeto Guia dos Viajantes, por meio do qual a Funpapa passou a inserir “25 adolescentes, de ambos os sexos, na faixa etária de 14 a 17 anos”, desde que matriculados na rede regular de ensino e mantendo os vínculos familiares então atendidos pelo plantão, “em atividades de apoio administrativo junto à Fterpa, que é responsável pelo pagamento da bolsa de complementação educacional, no valor de 1 salário mínimo mensal” (Funpapa, 1996, p. 39).

Talvez o valor da bolsa explique o porquê, segundo relatos de colegas com longa trajetória na fundação, ter sido muito “concorrido pelos meninos”, mas até onde a memória os permite recordar, as atividades não tinham nada a ver com apoio administrativo, já que “os meninos reclamavam de só carregar malas enquanto a tia”, referindo-se à servidora que os acompanhava no projeto, “dava boas-vindas a quem chegava no terminal” (sic).

E o terceiro deles foi resultado de uma iniciativa piloto em 1994, quando equipes de referência da Funpapa começaram a realizar a abordagem de meninos e meninas que mendigavam nas esquinas das principais vias da cidade. Pouco tempo depois, o Projeto Menino de Canto surgiu com um protocolo de intenções firmado pela fundação com conselhos de bairro, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Unama e UFPA, além do Ministério Público e Tribunal de Justiça por meio da promotoria e do juizado especializados com o objetivo de “garantir a aplicação de medidas de proteção” para “assegurar, através da rede de serviços, atendimento a crianças e adolescentes que se encontram em risco pessoal e social” (Funpapa, 1996, p. 39).

Esse atendimento, de fato, iniciou em 1995 por meio de “contatos diários com a população alvo, mantendo visitas domiciliares para estudo de situações e posteriores encaminhamentos, sempre dando prioridade à convivência familiar e comunitária”. Num intervalo de mais ou menos um ano, “o projeto atendeu 4.593 crianças e adolescentes nas ruas de Belém”, e quando possível, a equipe de referência pôde constatar, por meio de estudos socioeconômicos realizados junto das famílias, “estado de pobreza absoluta”, mas também, casos de “omissão dos pais ou responsáveis, situações de exploração sexual infanto-juvenil” (Funpapa, 1996, p. 39), o que justificava o encaminhamento dessas crianças e adolescentes aos abrigos institucionais.

Os abrigos institucionais compunham o Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Vitimados, um programa pensado em 1993 segundo a chamada pedagogia do direito, baseada no Estatuto da Criança e do Adolescente. Segundo o livro *Caminhos da assistência II: a feição da pedagogia dos abrigos*, para essa pedagogia, crianças e adolescentes deveriam ser tratados como sujeitos de direitos, e como tais, em caso de violência – e somente nesse caso –, fariam jus ao abrigo institucional como uma medida de proteção, ainda assim, excepcional e temporária. Nos abrigos institucionais, deveria ser assegurado o chamado atendimento personalizado, tudo isso para evitar as velhas práticas do confinamento e da superlotação em estabelecimentos fechados.

De acordo com estudos do perfil da demanda – majoritariamente meninos em situação de rua –, o primeiro abrigo institucional da Funpapa foi resultado de uma ampla articulação com o Unicef, Funcap, Unama, UFPA e outras universidades do país, além do Ministério Público e Tribunal de Justiça por meio da promotoria e do juizado especializados. Chamado de Icoaraci, foi inaugurado em 9 de junho de 1993, num prédio na Rua Magalhães Barata, no Bairro do Cruzeiro para dezesseis crianças e adolescentes do sexo masculino, cujas dificuldades

metodológicas de trabalho com uma ampla faixa etária e conflitos geracionais relatadas nesse livro exigiram a separação das crianças dos adolescentes.

É nesse contexto que, seis meses depois, surge o segundo abrigo institucional da fundação. Chamado de Euclides Coelho Filho em homenagem a um sociólogo que muito teria contribuído para a assistência social no Estado do Pará, foi inaugurado em 27 de dezembro de 1993, num prédio na então Avenida Primeiro de Dezembro, no Bairro do Marco, também com dezesseis vagas, mas estas destinadas apenas às crianças do sexo masculino.

O terceiro, chamado de Dulce Accioli em homenagem a uma senhora que, em vida, teria encapado a luta pela emancipação das mulheres no município, foi inaugurado em 6 de abril de 1994, em endereço não informado, para dezesseis adolescentes do sexo feminino, como resultado da articulação da Funpapa com o Movimento de Promoção da Mulher e com o Grupo de Mulheres Prostitutas da Área Central de Belém em torno das meninas em situação de rua, que embora representasse 11,5% da demanda apontada pela pesquisa *Vamos contar...*, estavam mais sujeitas à exploração sexual.

E o quarto, chamado de Ronaldo Araújo em homenagem a um menino brutalmente assassinado enquanto pinchava um estabelecimento comercial no Bairro de Batista Campos, foi inaugurado em 1º de outubro de 1994, num prédio na Passagem Brotinho, no Bairro do Telégrafo, para mais dezesseis adolescentes do sexo masculino devido à necessidade de ampliação da cobertura para esse público.

Fotografia 10 – Faixada do Abrigo Institucional de Icoaraci.



Fonte: Funpapa (1996, p. 51).

Segundo o livro *Caminhos da assistência II: a feição da pedagogia dos abrigos*, os quatro abrigos institucionais da Funpapa tinham uma estrutura semelhante a de uma casa comum, contanto basicamente com: uma sala reservada à equipe de referência, composta por técnicos e educadores com formação em Serviço Social, Psicologia, Pedagogia e cursos afins que ingressaram no quadro de servidores da fundação por concurso público; uma segunda sala, onde ficava a televisão; três dormitórios com banheiros; uma copa e cozinha; e uma área externa onde havia jardim ou quadra para a prática esportiva.

Fotografia 11 – Sala de TV do Abrigo Institucional de Icoaraci.



Fonte: Funpapa (1996, p. 40).

A porta de entrada, no entanto, se dava por um serviço mantido pela própria Funpapa chamado de Nossa Oficina, que não é mencionado no livro *Caminhos da assistência III: um compromisso com a cidadania*, mas que também integrava o Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Vitimados por receber a possível demanda, ambientá-la e elaborar um estudo socioeconômico prévio para embasar o trabalho das equipes de referência dos abrigos institucionais e do Sistema de Justiça.

No fim do governo Hélios Gueiros, o balanço era que

o atendimento efetivo realizado no período compreendido entre 1993 e 1996 alcançou um total de 645 crianças e adolescentes. Desse total, 149, por serem oriundos de outros estados ou municípios, foram recambiados para o local de origem, 222 retornaram à família; 17 foram colocados em famílias substitutas; 27, por mudança de faixa etária ou necessidade de outro tipo de atendimento, foram transferidos para outros abrigos da instituição ou de outras instituições (Funpapa, 1996, p. 40).

Por fim, o Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar, executado pelo Núcleo de Apoio à Família, foi inicialmente improvisado em 1996 num prédio anexo do Liceu de Artes e Ofícios Ruy Meira, assim chamado em homenagem a um famoso artista paraense, localizado no Bairro do Guamá.

O programa visava “assegurar um atendimento de orientação psicossocial à família de crianças e adolescentes que se encontrem em situação de risco pessoal e social”, encaminhada pelos demais programas e projetos da própria fundação, Conselhos Tutelares, Ministério Público e Tribunal de Justiça por meio da promotoria e juizado especializados, que tivessem identificado nessa família ocorrência de “negligências, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão”. O atendimento da família se dava com vistas a “resgatar os vínculos afetivos, fortalecer a responsabilidade” (Funpapa, 1996, p. 42) pelas crianças e adolescentes sob seus cuidados, substituindo ou auxiliando outras medidas. Em menos de seis meses da sua implementação, o programa já havia atendido mais de cem famílias.

Esse foi o conjunto de programas e projetos do Departamento de Assistência à Criança e ao Adolescente da Funpapa, sobre os quais ainda temos muito a refletir, é verdade. Mas que, desde já, fica evidente ter sido o que mais teve interface com o Sistema de Justiça e, suponho, ter demandado mais esforços e recursos, além de maior impacto. Não por acaso, o conjunto de programas e projetos do Departamento de Assistência Pública da fundação registou cerca de vinte mil atendimentos ao longo de quatro anos, contingente que as creches geridas pela Funpapa atingiam mais ou menos por mês.

Falando desse departamento que acabou sendo mais geral, os serviços voltados aos demais segmentos da população carente do município foram executados por meio: do Programa Plantão Social; do Programa Ação Comunitária; do Programa de Atendimento ao Idoso; e do Programa de Promoção pelo Trabalho, este último, formado pelos Projetos de Formação para Prestação de Serviços, de Unidades Produtivas, de Liceu de Artes e Ofícios Ruy Meira, e Ligue-Funpapa.

O plantão social é uma prática muito antiga, que remonta à origem da Funpapa, e foi mantida com a reorganização que ocorreu entre 1980 e 1990. Mas como programa, o plantão social tinha “por objetivo orientar, apoiar e intervir com vistas ao suprimento das necessidades

emergenciais apresentadas pela população”, o que se dava pela doação, dentre outras coisas, de “órtese, prótese, medicamentos, documentação civil, material de construção, instrumento de trabalho”. Apesar de reconhecer a contradição da “ajuda individual, busca-se a formação da consciência do coletivo e estabelecem-se, a partir da situação concreta, reflexões que levem o usuário a substituir a conotação de benesse pela de cumprimento de direitos” (Funpapa, 1996, p. 44). Num período não informado, o programa teria atendido mais de dezesseis mil pessoas com doações, sobretudo, de artigos de saúde.

Já o Programa Ação Comunitária consistiu nos esforços da Funpapa no sentido de assessorar entidades não-governamentais para a qualificação técnica e administrativa das atividades desenvolvidas em benefício das comunidades em que estivessem inseridas, estimulando a ampliação do atendimento em benefício de segmentos que, porventura, não fossem originalmente contemplados, engajando as entidades nas “lutas mais gerais da sociedade”, por entender que nenhum segmento “constitui algo isolado, mas inserido num contexto social mais amplo” (Funpapa, 1996, p. 44).

O programa primeiro cadastrava as entidades identificadas, depois, se elaborava um estudo socioeconômico necessário para avaliar eventual convênio para implantação ou mesmo financiamento de projetos. Independentemente de convênios, no entanto, a fundação auxiliava as entidades por meio de reuniões para discutir as rotinas de trabalho, repasse de equipamentos a título de doação, além de apoio logístico “na realização de eventos que possibilitem a arrecadação de recursos materiais e financeiros destinados à manutenção da estrutura física e prestação de serviços” (Funpapa, 1996, p. 45).

Foi por meio desse programa que a Funpapa realizou uma série de eventos de formação para o quadro de servidores da fundação em comum com o das entidades, como o encontro *Educadores infantis* realizado em 1995, que reuniu cento e cinquenta profissionais de mais de sessenta entidades, e que teve uma segunda edição no ano seguinte, tendo quase o mesmo alcance.

Por sua vez, o Programa de Atendimento ao Idoso foi executado a partir de 1993, quando a Funpapa forma grupos de pessoas acima dos 50 anos por meio de suas unidades de atendimento e assessorando outros grupos que já existiam na periferia do município, cuja culminância foi a criação do CC Zoé Gueiros, uma homenagem do então prefeito Hélio Gueiros à sua mãe, no Bairro do Tapanã.

Inaugurado em 12 de novembro de 1994 em um prédio todo adaptado, construído com recursos da antiga LBA, complementados pela Prefeitura Municipal, o centro de convivência conta com “amplas salas”, além de “auditório, biblioteca, restaurante, piscina e áreas livres”

para atendimento às necessidades básicas de mil idosos, “proporcionando integração social, bem como o fortalecimento dos laços familiares e o exercício da cidadania” com o objetivo de evitar o rompimento desses laços e, conseqüentemente, o abandono (Funpapa, 1996, p. 47).

Devido ao trabalho desenvolvido no centro de convivência, muitos idosos passaram a integrar movimentos sociais e representações de usuários, e participar de eventos artísticos, culturais e esportivos no próprio município e pelo Brasil afora. Em dois anos, alguns grupos chegaram a viajar para Recife, Nova Jerusalém, Caruaru, Natal, João Pessoa, Salvador, Fortaleza e Vila Velha.

Por fim, o Programa de Promoção pelo Trabalho, que suponho, de todos os programas do departamento, ter sido o mais procurado devido à série de projetos voltados para a geração de renda por meio do “reengajamento no mercado formal e informal de trabalho” (Funpapa, 1996, p. 49).

O primeiro deles foi o Projeto de Formação para Prestação de Serviço, que visava qualificar a mão de obra nas próprias comunidades para o setor de serviços por meio de “cursos de iniciação profissional, geralmente de média e curta duração”, tendo maior procura, os cursos de “manicure e pedicure, cabelereiro, passadeira doméstica, jardinagem, auxiliar de mestre cozinheira, baby sitter, garçom e garçonete e confeitadores”. O curso de baby sitter, por exemplo, foi realizado em parceria com a Santa Casa e outras instituições voltadas à saúde materno-infantil que ensinam “noções de higiene, puericultura, primeiros socorros, conhecimento dos sinais vitais e outros, necessários aos cuidados com as crianças”, e o de garçom e garçonete, com os restaurantes Lá em Casa, O Outro e Maresia que ensinavam “a arte do bem servir” (Funpapa, 1996, p. 49-50). Em quatro anos, mais de novecentas pessoas foram diplomadas pelo projeto como prestadoras de serviço.

Semelhantemente, o Projeto de Unidades Produtivas também visava qualificar a mão de obra nas próprias comunidades, porém o enfoque era muito mais arrojado: pessoas, famílias ou grupos que haviam montado o que se chamava de oficinas de fundo de quintal. Além de cursos, o projeto também oferecia “orientação para a consecução de investimentos iniciais e, finalmente, apoio às alternativas de escoamento do produto”, ajudando a formar pequenas cooperativas de “confecção de massas caseiras, roupas infantis, vassouras, embalagens para presente, encadernação, artesanato em plástico, fardamento militar, lanches e chocolates caseiros, bolsas e sacolas, entre outras” (Funpapa, 1996, p. 50-51), cujos efeitos atingiram, num período não informado, mais mil e trezentas pessoas.

Não muito diferente, o Projeto Liceu de Artes e Ofícios Ruy Meira também foi pensado para fins de “qualificação profissional, fruto da reivindicação popular, destinada ao

atendimento dos excluídos”, mas com uma proposta metodológica que fosse além “da prática institucional relacionada à assistência ao trabalho” que até então “vinha se desenvolvendo através de cursos de pequena duração” e que nem sempre eram suficientes para atender as demandas das “camadas populares”. As demandas eram por formações que lhes garantissem “ocupar espaços econômicos reais e viáveis”, sobretudo dos postos de trabalho oferecidos pela “classe média, a exemplo da empregada doméstica, costureira, construção civil e outros” (Funpapa, 1996, p. 51-52).

Atenta à demanda do mercado, a Funpapa primeiro implementou o curso de reparos residenciais e, tão logo, o curso de atividades residenciais, com turmas formadas mediante processos seletivos ou encaminhamentos de outros projetos da fundação, priorizando adultos desempregados, arrimos de família, analfabetos e com deficiências físicas.

Segundo o livro *Caminhos da assistência III: um compromisso com a cidadania*, o curso de reparos residenciais, que ensinava o ofício de pedreiro e carpinteiro, além de noções de hidráulica, elétrica e pintura em oficinas do liceu, em menos de um ano contou com sete turmas e quase cento e cinquenta concluintes, majoritariamente homens, todos com o primeiro grau incompleto. E o curso de atividades residenciais, que ensinava como lavar e passar roupa, faxinar, congelar, descongelar e preparar alimentos menos elaborados em um protótipo de casa construído no liceu, contou com três turmas, com mais de trinta concluintes, mas ao contrário do curso anterior, majoritariamente mulheres, embora igualmente com o primeiro grau incompleto.

No final do governo Hélio Gueiros, a Funpapa ainda implementou o curso de atividades artesanais voltado ao ensino da costura por meio da confecção de redes, bolsas e sacolas, roupas de cama, mesa e banho, e reparo de roupas. Mas devido à falta de insumos necessários à produção, aliado à incerteza da receptividade do mercado, a fundação acabou optando pelo modelo de curso livre que o projeto visava dar fim, o que paradoxalmente acabou permitindo a diversificação do próprio nicho, com a oferta de cursos de moda praia e moda íntima, decoração de festas infantis e recepções sociais. Por razões parecidas, o curso de conserto em aparelhos eletroeletrônicos que havia sido previsto não chegou a ser implementado.

Para dar suporte a todos os projetos de formação de mão de obra do departamento, surge o Projeto Ligue-Funpapa que, grosso modo, funcionava como o “canal de intermediação e facilitação dos contatos” que ocorria entre “hotéis, restaurantes, churrascarias e residências particulares” e os profissionais então qualificados pela fundação “tanto para prestação de serviços permanentes quanto eventuais” (Funpapa, 1996, p. 51).

Basicamente, essas são as práticas dos primeiros trinta anos da Funpapa. São práticas do passado, cuja memória é pouco preservada. Quando lembradas, são retratadas globalmente e em momentos pontuais, como no seminário *A política municipal de assistência social na cidade de Belém: práticas cotidianas, novos saberes e produção de conhecimento*, quando costumam ser rechaçadas pela própria fundação, o que merece um estudo mais a fundo.

3.3 O REPOSICIONAMENTO DA INSTITUIÇÃO ÀS DISPUTAS DE EPISTEME

Nos discursos da Funpapa é comum percebermos a defesa de uma ou outra experiência da própria fundação. Esforços para diferenciar, por exemplo, práticas atuais das práticas do passado, pontuando avanços ou simplesmente indicando uma perspectiva diferente sobre a qual se deve olhar, mudando completamente o rumo da prosa.

No livro *Caminhos da assistência III: um compromisso com a cidadania* vimos isso acontecer com o Programa de Creche Municipal e Comunitária: uma nova proposta metodológica bastava para justificar a aposta da Funpapa num modelo de pré-escola então superado. Inclusive, aumentando significativamente tanto a capilaridade quanto o alcance desse modelo no município. Com o Projeto de Iniciação ao Trabalho vimos algo parecido depois da readequação às recomendações da DRT e do INSS para garantir direitos trabalhistas e previdenciários mínimos aos adolescentes do projeto. E com o Programa Plantão Social também ao tentar mudar, só a base da retórica, a natureza das doações de órteses, próteses, medicamentos, materiais de construção e instrumentos de trabalho.

Durante o governo Edmilson Rodrigues entre 1997 e 2004, sob a plataforma da inversão de prioridades defendida pelos partidos de esquerda da coligação *Frente Belém Popular* que, grosso modo, significava olhar a tudo aquilo que as elites políticas ignoraram ao longo da história de Belém do Pará, muitas dessas práticas são revistas. Algumas encerradas e outras novas passam a compor o dia a dia da Funpapa sob a promessa de revolucionar a fundação, rechaçando o que antes se fazia, ainda que, muitas vezes, sem dizer exatamente no que se diferenciavam. E de 2004-presente, tudo muda com a Política Nacional de Assistência Social, quando as práticas até então locais passam a dar lugar a outras, não exatamente novas, mas uniformizadas, comuns a todos os cantos do país, como uma produção em larga escala.

Em qualquer desses momentos, houve algum eco no mundo do direito, funcionando tal como uma limitação externa às razões de Estado.

Foi assim com a reorganização da Funpapa em 1987, que se acentuou entre 1989 e 1991, resultando na ampla estrutura de 1993 a 1996 que vimos anteriormente com os serviços, programas e projetos sociais do Departamento de Assistência à Criança e ao Adolescente e do Departamento de Assistência Pública da fundação. Foi assim também com a plataforma da inversão de prioridades entre 1997 e 2004, que renderam dois prêmios internacionais ao prefeito Edmilson Rodrigues. E, mais recentemente, foi assim e com a Política Nacional de Assistência Social, sobre a qual ainda vamos nos aprofundar.

Por pressão do Sistema de Justiça ou decisões de gestão, esses ecos reposicionaram a instituição segundo aquela episteme, que na disputa com as demais acabou triunfando, ainda que pontualmente, e por isso foi inscrita no ordenamento jurídico: na Constituição de 1988 ou no Estatuto da Criança e do Adolescente, no primeiro momento; no próprio Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, chamada de Lei Orgânica da Assistência Social, no segundo momento; e nessas mesmas leis e nas normativas da Política Nacional de Assistência Social, no terceiro momento.

É sobre esses reposicionamentos da instituição às disputas de epistemes travadas no interior, mas principalmente fora do dispositivo de assistência aos pobres, onde temos mais pistas, que encontramos rachaduras no discurso quanto ao que fazer com os desgraçados, e às vezes, até como fazer.

Nessas rachaduras encontramos tensões que podem indicar o objetivo estratégico por detrás do dispositivo, desde o original, que talvez não valha mais a pena apostar pelas condições materiais do momento, e com sorte, a sobredeterminação funcional ou o perpétuo preenchimento estratégico que lhe dão uma nova cara.

O livro *A reinvenção do social: poder popular e política de assistência em Belém* não documenta só as falas do seminário *A política municipal de assistência social na cidade de Belém: práticas cotidianas, novos saberes e produção de conhecimento* no qual muito se denunciou as armadilhas do neoliberalismo, mas também registra relatos sobre os serviços, programas e projetos sociais da Funpapa sob a gestão da então presidente Sandra Helena Cruz durante o governo Edmilson Rodrigues.

Neles, podemos perceber quando exatamente a fundação profissionalizou o fazer do dia a dia, ao discutir, por exemplo, financiamento, produção e análise de dados, planejamento, monitoramento e avaliação das próprias atividades. Quando se inicia a especialização de um campo que, outrora, parecia estar mais interessado em como atender a população mais pobre, mas que agora, além desse interesse, também queria se apropriar de procedimentos e técnicas então comuns a outros campos.

Estou me referindo, mais precisamente, ao relato de Regina Penna no capítulo *Planejamento estratégico: uma nova forma de pensar e fazer a política de assistência social* desse livro. A frente da Secretaria de Gestão e Planejamento de Belém (Segep) na época, ela reconheceu que o novo modelo de gestão do município se inspirava em procedimentos estratégicos de origem militar que foi, nas palavras dela, assimilado como técnica gerencial pelo uso dos instrumentos analíticos e decisórios, primeiro no meio empresarial e, depois, na administração pública.

O relato da secretaria da Segep vai de encontro ao relato de Welson Cardoso, então diretor administrativo-financeiro da Funpapa. Segundo ele, no capítulo *Governo democrático popular e o desafio de enfrentar o neoliberalismo através do poder social* do mesmo livro, a inversão de prioridades que a Prefeitura Municipal teria operado pela mobilização popular, orçamento participativo, conselhos deliberativos e controle social durante o governo Edmilson Rodrigues, seria a única aposta possível contra o neoliberalismo. As práticas visionárias da fundação seriam uma resposta à agenda do chamado Consenso de Washington, à abertura da economia nacional ao capital estrangeiro, sobretudo de caráter especulativo, à servidão do país à dívida externa e à consequente privatização das estatais que davam o tom do neoliberalismo na virada para os anos 2000.

Aqui temos um vislumbre da disputa de epistemes dentro do próprio governo Edmilson Rodrigues em relação à Prefeitura Municipal, em especial, quanto à Funpapa: o combate ao neoliberalismo através de procedimentos e técnicas dos campos militar e empresarial.

Não quero dizer, com isso, que não seja possível usar ferramentas de um campo em outro sem, necessariamente, absorver a lógica incorporada originalmente na própria ferramenta. É sim possível inovar e, noutras, ir muito além ou mesmo no sentido oposto do uso-primeiro. Como o veneno que também é antídoto: de assassino, a salvador. É sim possível a insurreição do uso, uma leitura comum do que Agamben (2017) disse no livro *Homo sacer IV: o uso dos corpos* sobre a desativação de um dispositivo pelo uso-outro, o que teria a capacidade de torná-lo inoperante sem, necessariamente, destruí-lo e, ao mesmo tempo, libertar as potencialidades que nele haviam ficado represadas. Para Martins (2021), isso só seria possível pela profanação. Afinal, qualquer que seja o dispositivo, a *práxis* consiste na sacralização das nossas vidas, colocando-as a salvo ao mesmo tempo que passíveis de sacrifício.

Alternativas são possíveis, e

Agamben passa a refletir sobre um meio de nos livrarmos dessa máquina produtora de sujeitos subjugados. E a analogia que ele faz sobre essa questão segue sua genealogia do conceito de dispositivo, a qual encontra na teologia política uma

proposta de saída, de crítica e de emancipação. Pois, se assim como a religião, o dispositivo nos produz, capturando nossa liberdade, nossa potência de vida, redirecionando-a ao bem pela ação administrativa de quem governa a providência, tornando-nos sacros, resta, então, fazer o movimento contrário: o da profanação, da “descaptação” da vida (Martins, 2021, não paginado).

Mas não podemos ser ingênuos de acreditar que, mesmo com práticas visionárias como as citadas por Welson Cardoso, fizéssemos isso de caso pensado, consciente e deliberadamente, como se estivéssemos livres das armadilhas do neoliberalismo, e que tenhamos materialmente produzido, tanto no pensamento quanto na corporeidade, alternativas que desativassem o dispositivo de assistência aos pobres entre 1997 e 2004.

Pelo que pude analisar ao longo da pesquisa de arquivo, foi exatamente o contrário: nunca antes esse dispositivo foi tão estrategicamente colocado na agenda do dia pelas nossas bandas como nesse período, que chamo de anos de ouro da Funpapa.

O então diretor administrativo-financeiro da Funpapa afirmou que o governo Edmilson Rodrigues implementou na época

projetos e programas importantes, que objetivam combater o trabalho infantil, a exploração sexual infantil e a violência de toda ordem contra a criança e o adolescente, a mulher, a pessoa idosa e a juventude, tais como os projetos Sementes do Amanhã, Escola Circo, Aldeia Criança, Tamba-Tajá e os programas Meu Primeiro Emprego, PETI, Ninho das Águias e Geração de Trabalho e Renda não só com transferência de renda como o Bolsa Escola, Fome Zero, Bolsa Família, mas conjugada com políticas para capacitação profissional para homens, mulheres e a juventude, possibilitando novas perspectivas para a população mais carente (Cardoso, 2004, p. 85-86).

Ou seja, mesmo com práticas, como ainda veremos, consideradas transformadoras, a lógica da formação profissional para qualificação de mão de obra para o mercado de trabalho ainda permanece mais ou menos a mesma.

Além da população mais pobre, o dispositivo de assistência aos pobres passa abranger outros segmentos populacionais, como os trabalhadores formais. De acordo com o diretor administrativo-financeiro da Funpapa, a Prefeitura Municipal havia implementado um programa de empréstimo consignado em folha, através de convênios com bancos que ofereciam juros abaixo da média do mercado, o que permitia a “aquisição de empréstimo pessoal, linha de financiamento para reforma ou ampliação da casa própria, compra de medicamentos com 20% de descontos, aquisição de óculos e linha de crédito para servidor” (Cardoso, 2004, p. 89).

Em outras palavras, o pessoal da fundação que antes doava órteses, próteses, medicamentos, materiais de construção e instrumentos de trabalho para a população mais pobre, agora ele próprio contava com uma versão neoliberal de Programa de Plantão Social, um tipo

específico de assistência, cuja lógica, no entanto, perpassava pelo endividamento junto a instituições financeiras ao invés do combate ao arrocho salarial da categoria.

O fato é que o empréstimo consignado em folha teria servido de tábua de salvação ao quadro de servidores da Funpapa, levando o relato da secretária da Segep da época em consideração, pois ao assumir a Prefeitura Municipal, o prefeito Edmilson encontrou a fundação com “uma estrutura totalmente sucateada, com unidades fechadas, salários atrasados e servidores paralisados” (Penna, 2004, p. 165).

Para piorar, segundo ela, “a nível de planejamento as estruturas eram de um Núcleo de Assessoria Técnica que subsidiava a presidente na preparação de conteúdos para apresentação em seminários, palestras, encontros e outros eventos”, e talvez por isso “mantinha pouca relação com as outras diretorias”, o que exigiu sua total reestruturação, resultando no “Núcleo de Planejamento, compondo uma equipe a partir de critérios e perfis técnico e político para responder às urgências”. O Núcleo de Planejamento logo identificou que muitas das atividades desenvolvidas junto à população mais pobre não atendiam ao Estatuto da Criança e do Adolescente ou da Lei Orgânica da Assistência Social, “a exemplo dos projetos como Jornaleiro e Grupo de Venda de Picolé”, que basicamente colocavam os meninos para trabalhar pelas ruas, contrariando “um dos alvos a ser trabalhado” pela própria Funpapa, que “era a problemática de crianças em situação de rua, bastante acentuada na cidade” (Penna, 2004, p. 165-167).

Com isso, a nova gestão “inicia uma estratégia de construir políticas voltadas para ofertas de oportunidades a partir da integração da criança na escola e do fortalecimento dos laços sociais”, mas também “envolvendo as famílias num processo de formação e inserção no mercado de trabalho” (Penna, 2004, p. 166), nascendo daí os serviços, programas e projetos sociais citados pelo então diretor administrativo-financeiro da fundação, sobre os quais nos deteremos agora.

Com a aprovação da Lei Municipal n. 7.857, de 12 de dezembro de 1997, no primeiro ano do governo Edmilson Rodrigues, foram criados o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) – semelhante à estrutura que já havia sido implementada a nível federal e estadual, com conselhos e fundos de assistência social próprios –, o que mudou profundamente o comando e o financiamento da política de assistência social do município.

Nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social, enquanto órgão deliberativo e colegiado de caráter paritário mediante representação governamental e não-governamental, o CMAS ficou responsável pela aprovação da política, definindo prioridades e estabelecendo

critérios normativos de investimento e intervenção, e o FMAS, pela captação e aplicação dos recursos para a execução, tudo segundo as decisões do CMAS.

A partir de então, coube à Funpapa apenas a coordenação e execução parcial dos serviços, programas e projetos sociais voltados à população mais pobre de Belém do Pará, tal como sugere o relato da então presidente da fundação, Sandra Helena Cruz, no capítulo *Municipalização e financiamento da assistência social: notas sobre a experiência de Belém* do livro *A reinvenção do social: poder popular e política de assistência em Belém*.

Ela explica que, em 2003, essa política passou a ser executada pela “Funpapa e por 85 entidades não-governamentais que recebem os recursos por meio de convênios estabelecidos com o município”, resultado da municipalização, subitamente ocorrida em 1999, quando o Governo do Estado transferiu para a Prefeitura Municipal boa parte da estrutura “de caráter governamental e não-governamental”, ainda que sem um prévio “estudo ou diagnóstico sobre a realidade da mesma, suas condições de funcionamento e atendimento”, e menos ainda, “sem nenhuma contrapartida do governo estadual” (Cruz, 2004, p. 74-75).

Organizar tudo isso foi, sem dúvida, uma das urgências a que se referiu a secretária da Segep da época em seu relato sobre o Núcleo de Planejamento. O setor tinha que responder como a Funpapa coordenaria e executaria, em conjunto com esse universo de entidades não-governamentais, a política de assistência social do município.

Ciane Mufarrej, que assessorou o Núcleo de Planejamento, relatou no capítulo *A produção de dados e informação na Política de Assistência Social de Belém* do mesmo livro como esse trabalho se desenvolveu. Segundo ela, assim que reestruturado, o setor primeiro organizou o acervo físico e os arquivos digitais que havia na Funpapa. Concomitantemente, elaborou os projetos para intervenção, premiações e captação de recursos para a fundação.

Essa atividade, em especial,

é uma das experiências mais ricas dessa área e agrega conhecimentos metodológicos, fundamentos teóricos e muita criatividade para concebê-los. Pois cada projeto apresenta um perfil e uma necessidade. Dessa forma, a partir dos indicadores sociais, são pensadas as propostas de projeto, que dependem primeiramente da análise situacional, objetivos, metas, metodologia, fundamentos pedagógicos, equipe técnica, espaço físico, orçamento e tempo de ação (Mufarrej, 2004, p. 131).

Colocado em prática, o projeto contava com instrumentais para registro das informações que eram sistematizadas pelo Núcleo de Planejamento para monitorar as atividades e avaliar os impactos. Em linhas gerais, havia os instrumentais: de entrada, para saber qual era o público, de onde vinha e o porquê; de acompanhamento, voltado à evolução do público a

partir da entrada no projeto; de encaminhamento, para dimensionar o papel de outros projetos da Funpapa e das outras políticas públicas no acompanhamento; e administrativos, basicamente, para o controle dos recursos.

Dando certo a intervenção, o projeto era inscrito para concorrer a prêmios, viabilizando a participação da fundação e das entidades não-governamentais conveniadas “em eventos em nossa região, no Brasil e no mundo”, o que “nos permite divulgar as ações da política de assistência social do município e informar a todos como são desenvolvidos os projetos”, além dos “resultados alcançados e os impactos para a população de Belém”. Fora que eventualmente rendiam “o apoio financeiro de órgãos sensibilizados com inúmeras questões sociais importantes que ainda imperam nas sociedades” (Mufarrej, 2004, p. 131).

Na estrutura do Departamento de Assistência à Criança e ao Adolescente da Funpapa, os Programas de Creche Municipal e Comunitária, Assistência à Infância Comunitária e de Apoio Alimentar à Criança, resquícios do Projeto Casulo, são descontinuados.

Ao transferir a responsabilidade pela educação infantil para a Secretaria de Educação de Belém (Semec), que na época implementava o Programa Bolsa Escola no valor de um salário-mínimo para os alunos da rede regular de ensino em situação de possível evasão escolar, a fundação finalmente deixa de considerá-la assunto da política de assistência social do município, ainda que continuasse dando suporte à pasta da educação durante a implementação do programa de transferência de renda.

Algo muito parecido ao suporte que também deu a outras pastas da Prefeitura Municipal a frente de iniciativas com impacto social semelhante, como o Plano de Macrodrenagem da Bacia do Tucunduba, o Projeto Belém Criança na Ilha do Combú, e o Programa Fome Zero nos entornos do canal da Avenida Visconde de Inhaúma e da Vila da Barca.

Ainda na estrutura do Departamento de Assistência à Criança e ao Adolescente, mais ou menos conforme o desenho institucional que consegui supor a partir da documentação oficial que tive acesso, confirmada por colegas com longa trajetória na Funpapa, o Programa Adolescente Aprendiz, que compreendia os Projetos Grama, Iniciação ao Trabalho, Oficineiros Navais, Educação Semiprofissionalizante e Arte, assim como o Programa de Atendimento às Crianças e Adolescentes Trabalhadores de Rua, que contava com os Projetos Jardineiro e Jornaleiro, são descontinuados e dão lugar ao Programa Meu Primeiro Emprego, que desenvolveu uma série de iniciativas, como o Projeto Ninho das Águias.

Os Projetos SiterBrás e Guia dos Viajantes do Programa de Atendimento à Criança e ao Adolescente em Situação de Rua também são descontinuados, e o Projeto Menino do Canto,

que também compunha esse mesmo programa, ganha uma nova proposta teórico-metodológica e um novo nome: Projeto Educação Social de Rua, e como tal é transferido para o Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Vitimados, que a partir de então passa a se chamar Programa de Atenção a Crianças e Adolescentes com Direitos Violados. Esse programa reunia, além dos quatro abrigos institucionais implementados entre 1993 e 1994, a Casa de Passagem, implementada em 2002 para o atendimento emergencial de crianças e adolescentes de 7 a 18 anos, subsidiando as decisões do conselho tutelar e do Juizado da Infância e da Juventude quanto à aplicação ou não da então medida de proteção de abrigo institucional, assim como também reunia os Projetos Sementes do Amanhã, Escola Circo, Tamba-Tajá e Aldeia Criança.

Por fim, o Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar, agora chamado de Programa de Atenção à Família, executado pelo Núcleo de Apoio à Família, foi mantido.

Desses novos projetos, incluindo aqueles que foram redimensionados segundo o novo modelo de gestão do município baseado na plataforma da inversão de prioridades e, paradoxalmente, sustentado em procedimentos e técnicas do campo militar e empresarial, destaco aqueles que tiveram maior visibilidade não só em Belém do Pará, como no mundo, e por isso mesmo, temos mais fontes primárias a nossa disposição.

No capítulo *Práticas pedagógicas inovadoras: uma troca de olhares com a assistência social* do livro *A reinvenção do social: poder popular e política de assistência em Belém*, Zaira Fonseca, que coordenava o Programa de Atenção à Família, relata que esses projetos tinham em comum a “garantia do direito de brincar, do direito à alegria e ao prazer vivenciado em diversas esferas da vida humana, mas privilegiadamente na vivência do lazer, da arte, do esporte e das mais variadas manifestações culturais”, o que significa muito se levarmos em consideração a dura realidade das “classes excluídas que precocemente têm suas crianças e adolescentes levadas ao mundo do trabalho, retirando-lhes o direito de criação para inserção no espaço do consumo e da preparação para a vida adulta”, reproduzido até pouco tempo pela própria Funpapa por meio dos antigos “projetos profissionalizantes de adolescentes, projetos de manutenção do trabalho infantil, como o Projeto Jornaleiro” (Fonseca, 2004, p. 190-191).

São eles, em linha cronológica: o Projeto Sementes do Amanhã; o Projeto Escola Circo; o Projeto Educação Social de Rua; o Projeto Tamba-Tajá; e o Projeto Ninho das Águias.

Todos eles retratados com certa liberdade poética pelas próprias equipes de referência no livro *A política de assistência social em Belém: palavra de quem trabalha e reinventa a vida*, também publicado pela editora Paka-Tatu sob a gestão da então presidente Sandra Helena Cruz durante os dois primeiros governos Edmilson Rodrigues.

De acordo com a equipe de referência do Projeto Sementes do Amanhã no capítulo *Ontem a criança que catava... Hoje é semente do amanhã!* desse livro, o projeto foi implementado em 1997 na Casa Paulo Frota, assim chamada em homenagem ao juiz que fez carreira no Juizado da Infância e da Juventude durante a década de 1990, situada na Granja Modelo, no Bairro do Aurá.

Fotografia 12 – Granja Modelo, sede do Projeto Sementes do Amanhã.



Fonte: Alves (2007, p. 115).

O lugar foi descrito como encantado pelo “verde das árvores, plantas e mudas, com a água cristalina do laguinho, com a imensidão da piscina, e com a diversidade das frutas, como manga, jambo, bacuri, açaí, caju, goiaba, ameixa, além dos pássaros”, que não era comum às crianças e aos adolescentes até então acostumados com “cachorros, baratas, ratos, moscas e os tais urubus que no céu não estavam, mas disputavam um espaço para bagulhar”, vindos em torno e do próprio aterro sanitário instalado no bairro com histórico “de trabalho precoce, prostituição e drogadição”. O objetivo do projeto era a erradicação do trabalho infantil no Lixão do Aurá, como era popularmente conhecido o aterro sanitário, com a oferta de diversas oficinas às crianças e aos adolescentes com “atividades de arte-educação, como esporte, leitura, música, dança, passeios, teatro”, que a medida do tempo foram “responsáveis pela formação de um

grupo de percussão e comunicação, de onde surgiu o programa de rádio *Sementes do Ar*” (Borges *et al.*, 2004, p. 25-30).

A grande marca do Projeto Sementes do Amanhã foi, sem dúvida, o programa de rádio *Sementes do Ar*. No relato da então coordenadora do Programa de Atenção à Família, um grupo de crianças e adolescentes do projeto desenvolveu a proposta numa oficina na qual se perguntou o que “costumavam ouvir nos programas de rádio e o que gostariam de ouvir, discutindo sobre sua compreensão em relação à função social da mídia e dos meios de comunicação”. Com o apoio da Funpapa, o programa foi levado ao ar “nas rádios comunitárias FM Cabana aos sábados e Cidade Livre FM às sextas-feiras”. A pauta de cada edição do programa era, em si mesma, uma atividade muito rica, na qual as crianças e os adolescentes diretamente envolvidos discutiam “os temas a serem noticiados, o tipo de música que deve ser tocada e quem deverá ser entrevistado” e, ao mesmo tempo, definiam funções, “como a locução, a reportagem, a sonorização” (Fonseca, 2004, p. 196-197).

Fotografia 13 – Oficina de Comunicação do Projeto Sementes do Amanhã, no Estúdio da Cultura FM.



Fonte: Alves (2007, p. 113).

Essa experiência em particular exigiu a mudança de postura dos próprios educadores da fundação, que se viram obrigados a deixar de lado a antiga metodologia bancária das oficinas, ao se convencerem de como elas – as oficinas – podiam ser transformadoras se apostassem numa pedagogia de “formação política para a libertação das classes populares” e

que reconhecesse “os saberes construídos pelas experiências sociais vivenciadas pelas crianças e pelos adolescentes em um processo dialógico”, indo muito além de “ensinar a dançar, jogar, desenhar ou cantar” (Fonseca, 2004, p. 198).

No entanto, só as oficinas não foram suficientes para resolver o problema do Lixão do Aurá. Por isso, elas estiveram diretamente “articuladas às ações de acompanhamento familiar, de geração e redistribuição de renda, de ação educativa para os familiares” na busca de incentivar a “auto-organização das famílias, para que em conjunto estas sejam reivindicadoras de novos direitos e possam participar ativamente do processo de planejamento e execução das políticas sociais desenvolvidas na cidade” (Fonseca, 2004, p. 200-201).

A propósito, no capítulo *Sementes do Amanhã: atear criatividade e oportunidades para famílias catadoras do Aruá* do livro *A reinvenção do social: poder popular e política de assistência em Belém*, Georgina Galvão, que chegou a presidir a Funpapa durante o governo Edmilson Rodrigues, relata que o projeto identificou mais de duzentas famílias cuja principal forma de sobrevivência era a catação no Lixão do Aurá. Tão logo identificadas, viabilizava-se a inclusão dessas famílias no Programa Bolsa Escola da Semec, e se comprometiam em matricular e manter a frequência dos filhos, também envolvidos na catação, na rede regular de ensino e, no contraturno da escola, no projeto, que garantia alimentação na entrada e na saída das oficinas e do acompanhamento.

O acompanhamento se referia ao atendimento mais reservado, mas também “seminários, palestras, reuniões e cursos, onde as famílias pudessem contactar informação e formação em temas como gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis, planejamento familiar, pré-natal, higiene bucal”, que já era comum às intervenções da fundação. Nessas atividades de grupo, muito por conta da dinâmica do próprio projeto, logo se começou a discutir temas como “necessidade de organização comunitária, experiência de organização para adultos, condições de habitabilidade e necessidade de participação política como alternativa de inclusão social” (Galvão, 2004, p. 332).

Resultado: muitas famílias acabam se organizando e, em 2001, fundam a Cooperativa de Trabalho dos Profissionais do Aurá que deu outra cara para o aterro sanitário por meio da coleta seletiva e, ainda, muito influenciou na implementação de serviços de saúde e saneamento no bairro.

No entanto, a cooperativa sofreu muita resistência, sobretudo de grupos contrários ao projeto que, volta e meia, obstruíam a estrada de acesso ao aterro sanitário “para impedir a passagem dos carros de coleta de lixo, de tal sorte que voltasse a situação anterior onde prevalecia a lei do mais forte ou do mais esperto”, muitos deles, mobilizados “por

atravessadores que compravam a produção diária da catação por preço irrisório”. A cooperativa “desagradou muitos interesses” (Galvão, 2004, p. 334).

No balanço final, até onde foi possível mensurar ao longo de oito anos, o projeto havia conseguido erradicar o trabalho infantil, frear a contaminação dos lagos de abastecimento de água, reduzir a desnutrição e quase eliminar a evasão escolar.

No capítulo *A política municipal de atenção à criança e ao adolescente no município de Belém: uma breve incursão no período de 1993 a 2003* do mesmo livro, Maria José Torres, que coordenou o Programa de Atenção a Crianças e Adolescentes com Direitos Violados, relatou que

O Projeto Sementes do Amanhã foi o único do Brasil a receber nota 10 no processo seletivo no programa “Brasil, Criança Cidadã (da antiga SEAS) em 1999, recebendo também em 2000 “Menção Honrosa” na categoria humanidade do prêmio ambiental Von Martins instituído pela Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha (Torres, 2004, p. 255).

Segundo ela, em 2004, o projeto era “co-financiado pela CGIL-Itália” (Torres, 2004, p. 255).

Esse é um percurso muito semelhante ao do Projeto Escola Circo, apesar de ter rendido muitas críticas ao prefeito Edmilson Rodrigues, que se escuta até hoje, de que o projeto só “serviu para formar malabaristas de sinal” (sic).

O projeto teve início em 1997 com atividades pensadas por uma trupe de artistas circenses apoiados pela Funpapa para crianças e adolescentes em situação de rua, por meio de encontros que ocorriam no Largo da Sé, no Bairro da Cidade Velha. Naquele mesmo ano, o projeto é ampliado para outros públicos de crianças e adolescentes e passa a ser executado na Nossa Oficina, uma unidade da fundação localizada no bairro.

No capítulo *O circo: a arte que ensina a viver* do livro *A política de assistência social em Belém: palavra de quem trabalha e reinventa a vida*, a equipe de referência do projeto rememora como um cabaretier quando um artista circense, que se revelou um valoroso amigo do projeto, veio a Belém do Pará dizendo que havia ouvido falar por aí que uma lona de segunda mão estava à venda no interior. De orelhas em pé, foi mais quem saiu em disparada atrás da presidente da Funpapa, que topou a ideia.

Em 1998, os meninos e as meninas do projeto, que tanto brilhavam nas oficinas que ocorriam no contraturno da escola e nas quais aprenderam a arte dos malabares, monociclo, perna de pau, tranca, corda indiana, tecido chinês, comicidade, clown, arame, circo-teatro,

dança, acrobacia de solo, swing, figurinos e adereços, agora tinham um circo para chamar de seu.

Fotografia 14 – Apresentação de monociclo do Projeto Escola Circo, na Praça da República.



Fonte: Alves (2007, p. 93).

A lona foi erguida com a ajuda deles e “primeiro coloriu o Bairro da Cremação, na esquina da Travessa Nove de Janeiro com a São Miguel. Foi um grande espetáculo”. Depois, “com sua itinerância sentou praça na República de Emaús, na Rua Yamada no coração do Bairro do Benguí”. Lá ficou por um tempo, até que era hora de levar a caravana “ao centro da cidade e coloriu encantadoramente a Praça da Bandeira”, no Bairro da Campina. Em 2003, num prédio que ganhou o nome Mano Silva em 2002, em homenagem a um artista de circo que, quando criança, fugiu da dura realidade de casa em busca do sonho de andar sobre pernas de pau, volta ao Bairro da Cremação “com a sua nova estrutura e agora fixa, faz parte de um complexo de lazer e educação na Praça Dalcídio Jurandir” (Seawright *et al.*, 2004, p. 50-51).

Fotografia 15 – Primeira lona do Projeto Escola Circo.



Fonte: Alves (2007, p. 98).

Assim como o Projeto Sementes do Amanhã, o Projeto Escola Circo garantia alimentação e o acompanhamento das famílias, discutindo-se transversalmente uma infinidade de temas “com o menino e a menina que estão nas oficinas” que “também é discutido com a mãe, o pai, a avó ou a tia”. A partir de 1999, o projeto passa a contar com o patrocínio do Unicef, através de recursos captados pelo Programa Criança Esperança, da Rede Globo, e do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDS). E ao longo de sete anos, encantou com apresentações locais sob a lona e no picadeiro que tinham “direito a charanga com fardão vermelho e tudo”, das quais as famílias e a comunidade participavam com verdadeiro entusiasmo, que foram reproduzidas em eventos importantes, como “no Congresso das Crianças ou na Bienal Internacional de Música”. Mais de três mil crianças e adolescentes foram atendidos, muitos desses encaminhados pelo Projeto Educação Social de Rua, como os filhos de um feirante do Ver-o-Peso, que relatou:

Fico feliz por ver eles aqui envolvidos, percebo que aquilo que eles aprendem aqui querem fazer lá em casa... Jogam aqueles três negócios pra cima, construíram perna de pau e ficam andando numa altura imensa... Antes não tava certo, eles acordavam às quatro da madrugada pra ir comigo ao Ver-o-Peso... Dormiam mal, nas pedras, voltavam às onze horas e não tinham vontade de ir à escola. Agora eu vejo a animeza dos moleques... Eles querem ficar no projeto todos os dias, reclamam quando acontece alguma coisa que dificulta deles virem pra cá... Eu não tenho nem resposta pra dizer a pergunta do significado deste projeto (Seawright *et al.*, 2004, p. 55-56).

Por relatos do tipo, arrisco dizer que o picadeiro e a lona do circo passaram a ser a nova retaguarda do Projeto Educação Social de Rua, e não mais as bancas de jornais, o isopor de picolé ou os guichês do terminal rodoviário. O projeto surgiu em 1998 após o redimensionamento do antigo Projeto Menino do Canto, processo que foi embasado na pesquisa *Quantificação e levantamento das condições de vida da população de rua de Belém*, realizada naquele mesmo ano e que atualizou os dados da pesquisa *Vamos contar...*, por meio da qual se identificou mais de duas mil e trezentas crianças e adolescentes em situação de rua no município.

Segundo a equipe de referência do projeto no capítulo *Entre a rua, a família e a comunidade: a trajetória do Projeto Educação Social de Rua sob o olhar dos educadores sociais* do mesmo livro, a nova pesquisa veio num momento importante, pois “reafirmou que deveríamos avançar para além das áreas centrais (Entroncamento, Nazaré, São Brás, Batista Campos, Doutor Freitas)”. Tratava-se de um avanço “na perspectiva de ir para feiras e mercados tendo como desafio a erradicação do trabalho infantil”, e pensar em uma intervenção diferente junto a crianças e adolescentes em situação de rua, que visasse “o fortalecimento e/ou restabelecimento dos vínculos familiares e comunitários”. Já era hora de reconhecer que “os meninos têm nome, não são apenas meninos no sinal”, denunciando as práticas da Funpapa que iam na contramão do Estatuto da Criança e do Adolescente, o que teria resultado num verdadeiro “embate político-ideológico com a própria direção da instituição” (Martins *et al.*, 2004, p. 77-79) na gestão da então presidente Adelayde Soares durante o governo Hélio Gueiros.

O embate em entrono do Projeto Menino do Canto pode não ter sido apenas com a direção da Funpapa. Maria José Torres, então coordenadora do Programa de Atenção a Crianças e Adolescentes com Direitos Violados, que chegou a coordenar o Projeto Educação Social de Rua, relata que a fundação mantinha os meninos “no espaço das ruas em atividades de trabalho, na garantia de um ganho temporário ou para ocupar o tempo”. Para piorar, “além de manter os que já estavam nas ruas, agora sustentados pela política institucional, essas ações promoviam a ida de outros meninos para esses espaços”, mesmo os que “não apresentavam a vivência nas ruas, encaminhados à instituição pelo Conselho Tutelar ou pelas Varas Especializadas”. Logo, muitos desses absurdos tiveram “amparo do Ministério Público do Estado e do Tribunal de Justiça do Estado”. Enquanto isso, a alternativa do Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente do Pará proposta pelo padre Bruno Sechi, com toda sua experiência no Movimento Nacional dos Meninos de Rua, que “previa atendimento a crianças e adolescentes em situação

de rua, através de articulações entre a sociedade civil e o poder público, foi ignorada pela Funpapa” (Torres, 2004, p. 246-247).

O fato é que, com o redimensionamento do projeto, o desafio dos educadores agora era a “violência policial, exclusão social, violência urbana, aliciadores, traficantes, dentre outros”, ao mesmo tempo que era preciso conhecer a dinâmica da rua para poder “transitar pelos diversos espaços da cidade, tendo como princípio norteador o diálogo franco e aberto”. Ao conquistar a confiança do menino que faz da rua sua moradia ou que só está no sinal, nas praças e nas esquinas tentando ganhar um trocado para levar para casa, os educadores tentavam convencê-lo a participar de atividades lúdico-pedagógicas, deixando nesses raros “momentos o trabalho ou o uso da cola”. De posse de informações mínimas coletadas no espaço da rua, a equipe de referência “realiza as visitas domiciliares, com o objetivo principal de traçar o perfil sócio-econômico da família em questão, realizando-se em seguida uma série de encaminhamentos à rede de serviços” que então servia “de apoio ao projeto” (Martins *et al.*, 2004, p. 79-81).

O projeto chegou a funcionar nos três turnos, das 8 às 22h, num prédio na Rua Senador Manoel Barata, de esquina com a Travessa Padre Eutiquio, no Bairro da Campina. Segundo colegas com longa trajetória na Funpapa, pouco tempo depois, o prédio também passou a contar com o Projeto Tamba-Tajá, implementado em 2001, pensado como uma iniciativa local do Programa Sentinela, derivado do *Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes de 2000*.

No capítulo *Indo contra a maré, vinga Tamba-Tajá* do livro *A política de assistência social em Belém: palavra de quem trabalha e reinventa a vida*, a equipe de referência explica que o nome do projeto foi inspirado no mito Macuxi sobre uma planta que surgiu do trágico amor entre um forte guerreiro e uma jovem da etnia, e que pela força desse sentimento, foi encantada e conferia proteção a quem dela precisasse.

Tal como essa planta, o projeto visava conferir proteção a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, inclusive, mediante “providências urgentes, que são médicas, jurídicas e policiais”, dar suporte às famílias e garantir a inclusão nos atendimentos das “educadoras, assistentes sociais e psicólogas” – o que sugere que a equipe de referência fosse composta inteiramente por mulheres –, como se juntasse “os cacos para compor um só vaso”. O projeto também se prestava a capacitar “os profissionais de serviços, programas e projetos da rede municipal e ainda de organizações não governamentais” (Nonato *et al.*, 2004, p. 143-144) sobre a temática, ensinando a identificar e como proceder em casos do tipo.

Um recorte interessante é o fato de que, para o projeto, a violência sexual contra crianças e adolescentes decorria do “aumento do desemprego e da precariedade das relações de trabalho, bem como uma acelerada expansão da pobreza e das desigualdades sociais”, a exemplo do caso de “uma menina de 13 anos que vem sendo atendida por ter sido abusada pelo vizinho, na ocasião em que estava na casa dele cuidando de sua filha de 4 anos”, trabalhando como babá. No acompanhamento, a mãe revelou que também havia passado por isso na juventude, quando chegou na cidade e teve que trabalhar no que ainda se chama de casa de família. O patrão, aproveitando de sua pouca idade, abusou dela, o que “demonstra que essa situação de vulnerabilidade social é reproduzida de geração em geração” (Nonato *et al.*, 2004, p. 148).

Com esse projeto, a Funpapa assume o protagonismo em relação à violência sexual, até então tratada pela fundação transversalmente.

Finalizo a incursão nas práticas da Funpapa desse período que antecede a Política Nacional de Assistência Social com o Projeto Ninho das Águias. Junto dos Projetos União, Estagiários, Agente Jovem e Incentivo Arte-Cultura, o projeto compôs o Programa Meu Primeiro Emprego, implementado em 2001 no Liceu de Artes e Ofícios Ruy Meira, no Bairro do Guamá, em resposta às reivindicações populares, conforme a então coordenadora do projeto, Maria Betânia Simões, relata no capítulo *O jovem conquistando seu espaço* do mesmo livro.

Segundo ela, o projeto foi pensado para

jovens organizados em gangues ou galeras, pautado numa leitura que considera estas organizações como formas de expressão da juventude, que grita contra um modelo econômico excludente, através de várias formas de comportamento fora dos padrões estabelecidos pela sociedade, o que os deixam com uma projeção negativa. [...] para se fortalecerem montam estruturas de poder paralelo ao institucional com sistemas hierárquicos semelhantes, porém com suas próprias leis impostas pelos líderes que são invioláveis e seguidas fielmente pelos membros (Simões, 2004, p. 156-157).

Nessa perspectiva, ainda de acordo com esse relato, o projeto tinha como objetivo auxiliá-los a construir um novo projeto de vida, indo além do ingresso no mercado de trabalho, ao apostar na valorização de atividades que, de fato, os atraia.

O projeto encontrou eco nos esportes, e com o suporte da Polícia Militar, que cedeu espaços no próprio quartel, foi possível trabalhar a relação contraditória entre os jovens e os agentes da segurança pública, o que exigiu uma prévia campanha de sensibilização de ambos os lados, provando que era possível criar pontes entre jovens que diziam “não quero nem papo com esse pessoal”, porque “eles metem a bala mesmo” (sic), e policiais que reconheceram ser

“impensável ter aqui no quartel a presença de pessoas com cabelos pintados como os de vocês”, por ser “contra às nossas regras” (sic).

Além desse relato, que não menciona como os jovens chagavam ao projeto e nem qual era a metodologia de atendimento, não encontrei mais nenhuma fonte primária a respeito. Alguns colegas com longa trajetória na Funpapa, no entanto, sugeriram que, pouco tempo depois, o projeto tenha embasado o Projeto Tribos Urbanas, que também atendia adolescentes organizados em gangues e galeras, incluindo as torcidas organizadas Remoçada e Terror Bicolor.

Na pesquisa de arquivo, encontrei o *Anuário Estatístico do Município de Belém de 2011*, a única fonte primária que menciona o projeto. Nele consta apenas uma tabela que contabiliza, em 2009, mais de cem atendimentos, e em 2010, mais de quinhentos, nada mais.

A única fonte secundária, o artigo *A enfermagem estimulando o autocuidado de adolescentes a partir das representações sociais desses sobre as bebidas alcóolicas* que Silva, Padilha e Santos (2011) desenvolveram a partir de entrevistas sobre o uso de álcool com o público do projeto, também pouco revela. Basicamente, resume a prática num só parágrafo e sem muitos detalhes.

Importante lembrarmos que, além do Departamento de Assistência à Criança e ao Adolescente, a Funpapa também contava com o Departamento de Assistência Pública, que reunia os serviços, programas e projetos sociais voltados aos demais segmentos da população carente do município. Quanto a esse departamento não obtive informações suficientemente precisas que me dessem segurança para fazer o desenho institucional de toda a estrutura que mais ou menos apresentou durante o governo Edmilson Rodrigues.

A certeza que tenho é que o Programa de Atendimento ao Idoso, executado pelo CC Zoé Gueiros foi mantido. Outra certeza diz respeito ao Albergue Emanuelle Rendeiro Diniz para mulheres vítimas de violência doméstica e sob ameaça de morte, criado em 1997 no contexto da Declaração de Belém e cujo nome rememora uma adolescente de 14 anos raptada em uma parada de ônibus e brutalmente assassinada no Bairro do Benguí. O albergue foi transferido da Secretaria de Assuntos Jurídicos de Belém (Semaj) para a Funpapa em 1998, conforme relato da então diretora do departamento, Assunta Cabral, no capítulo *Memória social e coletiva na trajetória da assistência social em Belém* do livro *A reinvenção do social: poder popular e política de assistência em Belém*, que confirmei na pesquisa de arquivo, por meio do boletim *Perfil das mulheres acolhidas na Casa Abrigo Emanuelle Rendeiro Diniz de 2008/2017*, no qual a fundação faz um breve histórico dessa unidade.

Por outro lado, suponho que os Programas de Plantão Social, de Ação Comunitária, e de Promoção pelo Trabalho, este último, formado pelos Projetos de Formação para Prestação de Serviços, de Unidades Produtivas, e Ligue-Funpapa, tenham sido descontinuados pelo tom dos relatos registrados nos livros publicados pela editora Paka-Tatu sob a gestão da então presidente Sandra Helena Cruz durante os dois primeiros governos Edmilson Rodrigues, que os retratam como práticas absurdas. Outra hipótese é que aqueles que não foram descontinuados tenham sido transferidos para outras pastas da Prefeitura Municipal, ou permanecido na Funpapa, mas redimensionados, como no caso do Liceu Ruy Meira, onde passou a funcionar o Programa Meu Primeiro Emprego.

Todo esse desenho institucional, no entanto, sofrerá consideráveis mudanças entre 2004-presente com a Política Nacional de Assistência Social, com a qual, tal como disse anteriormente, as práticas até então locais passam a dar lugar a práticas, não exatamente novas, mas uniformizadas, comuns a todos os cantos do país, como uma produção em larga escala.

Com base na Lei Orgânica da Assistência Social, a proposta de uma política de caráter nacional foi desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que a submeteu à apreciação do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) em 23 de junho de 2004, como encaminhamento da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada no ano anterior, em Brasília, conforme os relatos de Patrus Ananias, então ministro do MDS durante o início do governo Lula, e Márcia Maria Biondi, que nessa mesma época ocupava a presidência do CNAS, no texto de justificação prévia da proposta.

Ainda de acordo com esses relatos, de posse da proposta do MDS, o CNAS deu início a um processo de discussão, culminando num encontro entre os conselhos de assistência social dos estados e dos municípios, fóruns de gestores estaduais e municipais, entidades não-governamentais e universidades – cuja participação se deu, principalmente, pelos cursos de Serviço Social –, realizado em Brasília entre os dias 20 e 22 de setembro de 2004.

A proposta do MDS foi aprovada pela unanimidade do CNAS por meio da Resolução n. 145, de 15 de outubro de 2004, que instituiu a Política Nacional de Assistência Social, na perspectiva de implementar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Brasil, reunindo as três esferas de governo do Poder Público, além das entidades não-governamentais sob um modelo compartilhado, mas descentralizado, de gestão, financiamento e execução dos serviços, programas e projetos sociais voltados à população mais pobre do país, assim definida segundo a ocorrência de situações como renda na linha ou abaixo da linha da pobreza, composição etária e em condições específicas das famílias, evasão escolar, trabalho infantil, gravidez na adolescência, etc. que configurasse a chamada vulnerabilidade e risco social. Portanto,

ampliando a noção economicista de pobreza ao agregar outros elementos às linhas variáveis de renda.

A normativa partiu de uma análise situacional da assistência social e do diagnóstico populacional para dimensionar a vulnerabilidade e risco social do país. Com isso, definiu os princípios, diretrizes, objetivos, e usuários da Política Nacional de Assistência Social a ser executada pelo SUAS de acordo com uma organização própria baseada em graus de situações do tipo.

De acordo com essa organização, a Proteção Social Básica se presta a “prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários”, ao destinar-se “à população que vive em situação de vulnerabilidade social”, seja por decorrência “da pobreza e privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos)”, seja pela “fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências)”. A prevenção dessa proteção social se dá por meio de “serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos” ofertados nos CRAS “e em outras unidades básicas e públicas de assistência social, bem como de forma indireta nas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência dos CRAS” (Brasil, 2004a, p. 33-35).

Já a Proteção Social Especial se concentra nessas mesmas famílias quando essas situações “induzem à violação dos direitos de seus membros”, a exemplo do “abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras”. Os respectivos serviços, programas e projetos sociais – tanto os de média complexidade, para aqueles casos em que não chegou a ocorrer o rompimento dos vínculos familiares, basicamente ofertados nos CREAS, quanto os de alta complexidade, para aqueles que houve esse rompimento, por isso ofertados pelos abrigos institucionais e congêneres – “têm estreita interface com o sistema de garantia de direito exigindo, muitas vezes, uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos” (Brasil, 2004a, p. 35-37).

Daí seguiram uma série de outras normativas – um universo que, sem dúvida nenhuma, merece um estudo a parte –, das quais destaco aqui a Resolução n. 130, de 15 de julho de 2005, a Resolução n. 269, de 13 de dezembro de 2006, e a Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009, todas do CNAS.

A primeira trata da Norma Operacional Básica, que dentre outras coisas regulamenta a gestão compartilhada e descentralizada do SUAS, definindo tipos e níveis de gestão, inclusive quanto ao porte populacional dos municípios, instrumentos de gestão, como o plano, o orçamento e o relatório anual, instâncias de articulação, deliberação e pactuação de acordos firmados nessas mesmas instâncias, forma de financiamento, condições e critérios para partilha e transferência de recursos etc.

Já a segunda diz respeito à Norma Operacional Básica de Recursos Humanos, que estabelece os princípios éticos dos trabalhadores da assistência social, a composição mínima das equipes de referência por unidade e porte populacional do município e das especificidades do público atendido, diretrizes para a capacitação, carreiras, cargos e salários.

E a terceira dispõe sobre a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, que basicamente deu nome a cada um dos serviços da nova política pública, e os organizou segundo esses níveis de complexidade de proteção social.

É nesse contexto regulamentar que a Funpapa deixa de ser refém de políticas de assistência social de ocasião, que mudavam a cada eleição no município, passando a gerir e executar a Política Nacional de Assistência Social em Belém do Pará por meio de toda a estrutura de CRAS, CREAS, abrigos institucionais e congêneres a que me referi segundo o *Diagnóstico Socioterritorial* presente no *Plano Municipal de Assistência Social de Belém de 2022/2025*, que supostamente independe de quem venha a se sentar na cadeira de prefeito, governador ou presidente. Pelo menos, essa era a promessa.

Gostaria de me aprofundar na recepção local da Política Nacional de Assistência Social, e o que isso pode significar em termos de biopolítica: o objetivo estratégico do dispositivo de assistência aos pobres que, agora, parece assumir proporções talvez nunca antes vistas em nossa história.

4 A ESTRATÉGIA DO DISPOSITIVO DE ASSISTÊNCIA AOS POBRES

Nesta seção, tenho como objetivo investigar o porquê da virada da grande assistência para o novo modelo de assistência em Belém do Pará, especialmente, com o reposicionamento da Funpapa a partir da Política Nacional de Assistência Social entre 2004-presente.

É muito provável que estejamos lidando com uma estratégia que, desde 1966, tenha assumido a centralidade das relações de saber-poder desse dispositivo, até então periférico, nas margens daquela velha tradição, a um só tempo, maciça e lacunar. Apesar dos momentos de inflexão do próprio dispositivo, essa estratégia se consolidou através da regulamentação do novo modelo de assistência entre 2004-presente, inscrevendo os discursos e as práticas do campo no corpo sagrado do direito, tornando-o, portanto, igualmente sagrado.

Por meio de mecanismos mais sutis e economicamente muito mais racionais, é possível que essa estratégia tenha colocado o dispositivo de assistência aos pobres em função do regime de verdade instituído pelo neoliberalismo, que nos últimos cinquenta anos tem definido quem é pobre e o que se deve fazer com esse seguimento da população, ativando o racismo de Estado, que hierarquiza selvagemmente quem pode ser útil ou não para o mercado. Daí a necessidade de identificá-la. Primeiro, tentemos encontrar a possível influência do neoliberalismo na regulamentação da Política Nacional de Assistência Social, em seguida, na recepção dessa política pública em Belém do Pará, e, por fim, nos efeitos que produz.

4.1 O NEOLIBERALISMO E A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

No livro *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*, Dardot e Laval (2016) estudam o colóquio *Walter Lippmann*, realizado em Paris entre 26 e 30 de agosto de 1938, no qual se discutiu os rumos do liberalismo, que entra em crise na década de 1880, que se acentua na década 1920 com a revolução russa, o fim da primeira guerra e após a quebra da bolsa de Nova Iorque.

Segundo os autores, o colóquio ocorreu a convite do filósofo Louis Rougier. Reuniram-se no Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, antecessora da Unesco, os mais renomados nomes ligados à Escola Austríaca, dentre os quais Ludwig von Mises e Friedrich Hayek, além de Alexander Rüstow, o qual teria proposto o termo neoliberalismo em meio às tensões e disputas internas ao próprio liberalismo. Essas tensões e disputas internas ficaram evidentes no colóquio, especialmente quanto à chamada intervenção artificial do

Estado sobre o mercado, que inspirou novas vertentes como o liberalismo social e o socialismo liberal, que se opunham às visões mais ortodoxas sobre o princípio do *laissez-faire*. Mas a vertente de Alexander Rüstow, que defendia a reconstrução das bases teóricas do liberalismo, acaba prevalecendo em meio aos debates do colóquio.

Dardot e Laval (2016) explicam que, para essa vertente, o mercado não seria capaz de garantir as condições necessárias para seu desenvolvimento ao mesmo tempo que também garantiria a chamada integração social das comunidades locais, onde se achava especificamente a questão da pobreza, pelo menos na cultura norte-americana. Contudo, para não acabar defendendo a planificação da economia, associada ao comunismo e à União Soviética, toda e qualquer intervenção artificial do Estado sobre o mercado deveria ter uma natureza estritamente jurídica, por meio da qual se assegurasse o direito à propriedade privada. Somente a partir da sacralização desse direito seria possível falar em livre concorrência, inclusive, a salvo dos interesses de grandes monopólios que desregulavam a própria economia. Rechaça-se, assim, qualquer intervenção de natureza mais administrativa, que provocaria um efeito exatamente contrário ao objetivo, ao restringir a ação dos indivíduos e empresas.

A origem do neoliberalismo se inscreve no que os autores chamaram de tese do Estado forte, guardião do direito privado. Nesta equação, o mercado se torna, nas palavras deles, um verdadeiro programa político, uma agenda, visando sempre seu estabelecimento e sua conservação permanente. Ou seja, a intervenção artificial do Estado sobre o mercado só pode ser admitida quando ocorrer em defesa do direito à propriedade privada.

Nessa perspectiva, o colóquio identificou a necessidade de

mudar o próprio homem. Numa economia em constante movimento, a adaptação é uma tarefa sempre atual, para que se possa recriar uma harmonia entre maneira como ele vive e pensa e as condicionantes econômicas às quais deve se submeter. Nascido num estado antigo, herdeiro de hábitos, modos de consciência e condicionamentos inscritos no passado, o homem é um inadaptado crônico que deve ser objeto de políticas específicas de readaptação e modernização. E essas políticas devem chegar ao ponto de mudar a própria maneira como o homem concebe sua vida e seu destino a fim de evitar os sofrimentos morais e os conflitos inter e intraindividuais (Dardot; Laval, 2016, p. 91).

Reconhecendo-se que “convém pôr em prática um conjunto de reformas sociais, que são uma verdadeira política da condição humana nas sociedades ocidentais”, apostando-se numa “grande política de educação das massas que prepare os homens para as funções econômicas especializadas que os aguardam e para o espírito do capitalismo que devem aderir para viver” (Dardot; Laval, 2016, p. 91-92). Em outras palavras, era preciso ensinar à massa uma forma bem específica de vida, vivida em meio da livre concorrência, garantida pelo direito

à propriedade privada, cabendo ao Estado administrar a justiça entre os homens, e não os negócios firmados entre eles.

Ainda durante o colóquio, a tese do Estado forte, guardião do direito privado levou os neoliberais a “reconsiderar o que se entende por democracia e, mais particularmente, por soberania do povo. O Estado forte somente pode ser governado por uma elite competente, cujas qualidades são o exato oposto da mentalidade impaciente das massas” (Dardot; Laval, 2016, p. 98).

Portanto, desde sua origem, o neoliberalismo flerta com uma democracia radicalmente antipopular, ainda mais antidemocrática que a democracia liberal. Trata-se de um projeto muito bem pensado e não um desvio pontual, como hoje alguns sugerem em relação ao apoio de Ludwig von Mises ao fascismo nos países europeus e de Friederich Hayek ao regime militar nos países sul-americanos.

Para Dardot e Laval (2016), o colóquio articulou teorias do Instituto de Altos Estudos de Genebra, da Escola de Economia de Londres e da Universidade de Chicago, e nessa perspectiva, foi a primeira tentativa de uma internacional neoliberal, mobilizada com a criação do Centro Internacional de Estudos para a Renovação do Liberalismo, que acabou ficando impossibilitado de atuar por conta dos acontecimentos em torno da guerra ao longo da década de 1940. Apesar disso, influenciou, anos mais tarde, o surgimento da Comissão Trilateral e do Fórum Econômico Mundial de Davos.

A tese do Estado forte, guardião do direito privado se consolida com o livro *O caminho da servidão* publicado em 1944, no qual Friederich Hayek formula uma terceira ordem das coisas, a qual se situaria entre a ordem natural, dada pela natureza, e a ordem artificial, criada a partir dos desígnios humanos. Dardot e Laval (2016) explicam que essa terceira ordem, que ele chamou de ordem espontânea, não é dada pela natureza, e que apesar de criada, independe dos desígnios humanos, porque é resultado da evolução cultural. A ordem espontânea, inspirada no darwinismo social, respondia a problemas centrais da economia política a respeito do mercado ser uma coisa ou outra, ponto de atrito teórico entre as novas vertentes do liberalismo com as visões mais ortodoxas sobre o princípio do *laissez-faire*.

Para Friederich Hayek, não era nem uma, nem outra. Tratava-se de algo até então ignorado por esse ramo do conhecimento. Essencialmente, o mercado consistia numa criação espontânea entre relações de particulares que evoluíram ao longo do tempo, donde também surgiu o direito privado, por se tratar dessas mesmas relações. Por isso, seria ontológica, jurídica e economicamente impossível regular o mercado pelo direito natural, e muito menos pelo direito público. O que, de algum modo, acabou arrefecendo as tensões e disputas internas ao

próprio liberalismo, como sugere a fundação da Sociedade Mont Pèlerin em 1947, embora sem necessariamente conciliar as suas mais diferentes vertentes, estabelecendo as bases para encampar análises macroeconômicas das agências multilaterais e agendas dos governos nas décadas seguintes.

Trata-se de uma juridicização, como Matos (2024) chamou o uso do direito, ou mais precisamente, da forma jurídica nos assuntos da vida privada e da economia no painel *Neoliberalismo, guerra e política* do simpósio promovido pelo Grupo de Estudos Neoliberalismo e Alternativas (Gena-Amazônia), realizado na sede do Tribunal do Trabalho da Oitava Região (TRT8) nos dias 18 e 19 de junho de 2024. Segundo ele, essa juridicização seria a estratégia neoliberal mais global.

Dardot e Laval (2016) citam os governos Thatcher, na Inglaterra, e Regan, nos Estados Unidos, como aqueles que primeiro normalizaram essa tese, embora esses autores, no livro *A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo* publicado em parceria com outros pensadores, tenham revisto o marco inicial, passando a apontar o governo Pinochet, no Chile, como a experiência piloto anos antes. Na conferência de abertura desse mesmo simpósio promovido pelo Gena-Amazônia na sede do TRT8, intitulada *Da nova razão do mundo à guerra civil*, Dardot e Laval (2024), inclusive, reforçaram esse mesmo marco.

Nos cálculos governamentais, o neoliberalismo propôs não apenas o combate à inflação galopante que se atribuía aos altos custos dos programas assistenciais ou pela tentativa de frear a desaceleração do crescimento da economia por medidas que visassem o aumento do lucro das grandes empresas, especialmente pela desregulamentação do mercado, consolidação do sistema financeiro, elevação da taxa de juros ou privatização das estatais, mas também por uma série de reformas do quadro jurídico-institucional em torno de uma nova racionalidade sobre livre concorrência e capital humano que impactaram desde o funcionamento da economia às relações sociais.

Com isso, inspirados na obra de Michel Foucault, Dardot e Laval (2016) entendem que o neoliberalismo se consolida como um sistema normativo, que por meio de uma governamentalidade própria, articula os discursos e as práticas que o reproduzem a partir dos dispositivos disciplinares e de segurança pelo mundo afora.

Nessa perspectiva, e segundo a visão mais atual de Dardot; Laval *et al* (2021), o neoliberalismo viabiliza uma espécie de guerra civil. Mas diferente da acepção clássica do termo, que costuma ser usado para designar conflitos por grupos que disputam o mesmo território, essa guerra seria promovida pelos governos contra o próprio povo. Pouco interessa se esses governos são ditatoriais, como o exemplo do Chile da década de 1970, ou democráticos,

como os exemplos da Inglaterra e dos Estados Unidos da década de 1980. Por meio da guerra civil, o neoliberalismo se adapta a diferentes realidades ao dar condições para que oligarquias locais se articulem como contraponto a coletivos e seguimentos populacionais que o ameacem, oferecendo estratégias para privá-los dos meios de resistência.

Um bom exemplo disso foram as técnicas governamentais que viabilizaram a virada moral sobre trabalho, família e pobreza. Na década de 1980, muitos economistas norte-americanos, como Gary Becker, abriram fogo contra os programas assistenciais por considerá-los um incentivo ao ócio. Para ele, a médio e longo prazo, esses programas poderiam desestimular o próprio trabalho, colocando em risco a sociedade, mergulhada na pobreza.

Contra o Estado de bem-estar social, alguns desses economistas desenvolveram uma nova teoria de família, bem particular, “considerando-a como uma firma que emprega certa quantidade de recursos em moeda e tempo para produzir bens de diferentes naturezas”, desde “competências, saúde, autoestima, e outras mercadorias, como filhos, prestígio, cobiça, prazer sensorial etc.” A partir dessa teoria, torna-se possível quantificar todos os aspectos da vida, inclusive “não monetários que entram no cálculo e levam a uma decisão”. Apesar de elevar o nível do capital humano ao estendê-lo ao campo da família, “ela não conseguiu produzir as mutações subjetivas de massa que se podem constatar hoje. Para isso, foi necessário que ela tomasse corpo materialmente”. É aí que entram as técnicas governamentais como a gradual retirada do Estado de bem-estar social da educação, saúde, previdência, assistência social etc., substituídas por medidas que permitam a liberdade de escolha da população, semelhantemente à proposta do cheque-educação de Milton Friedman, transferindo-se diretamente às famílias o valor médio pela escolarização, cabendo aos pais decidirem complementá-lo ou não, assim como em qual escola matricular os filhos, ensinando a como geri-la como uma empresa, a ponto da renda familiar passar a definir sua saúde financeira. É a prova de que são os “dispositivos múltiplos, diversificados, simultâneos ou sucessivos, que moldaram diuturnamente a conduta dos sujeitos” (Dardot; Laval, 2016, p. 215).

Portanto, se o faturamento da família não for o suficiente para torná-la lucrativa como um comércio, uma fábrica, enfim, um negócio bem-sucedido, a liberdade de escolha de quem a compõe se reduz ou mesmo se inviabiliza, impondo-se a necessidade de socorro segundo uma lógica empreendedora. Logo, podemos dizer que a renda familiar é como um balanço que define qual o regime jurídico, econômico, tributário etc., a que se submete. Por meio da renda familiar se estabelecem padrões, que são variáveis de acordo com faixas de renda, como a linha da pobreza, outra técnica governamental, amplamente difundida e enraizada.

É provável que a linha da pobreza tenha surgido com as análises macroeconômicas das agências multilaterais fundadas na década de 1940, como Banco Mundial, Bird e FMI, embora Crespo e Gurovitz (2002) afirmem no artigo *A pobreza como um fenômeno multidimensional* que um estudo de nutricionistas inglesas na virada do século XIX para o século XX tenha sido o primeiro a estabelecer uma relação entre renda e sobrevivência, concepção que teria predominado até a década de 1950.

Esse estudo apontou “que a renda dos mais pobres não era suficiente para a manutenção do rendimento físico do indivíduo. Essa concepção foi adotada na Inglaterra e exerceu grande influência em toda a Europa, sendo usada mais tarde pelo Bird”. A partir dela foi possível, por exemplo, estabelecer medidas estatísticas, sobre as quais “formulou-se o primeiro modelo de proteção social para o Estado de bem-estar, fundamentando políticas nacionais de assistência e alguns programas”. Grosso modo, “seus verdadeiros objetivos seriam limitar as demandas por reformas sociais e, ao mesmo tempo, preservar a ênfase no individualismo compatível com o ideário liberal”. Em contrapartida, “a maior crítica que esse enfoque sofreu foi que, com ele, justificavam-se baixos índices de assistência: bastava manter os indivíduos no nível de sobrevivência” (Crespo; Gurovitz, 2002, não paginado).

Para os autores, a linha da pobreza estabelecida segundo essa concepção partia de uma abordagem relativa, uma vez que considerava a desigualdade na distribuição de renda como critério para definir como pobres as famílias situadas nas camadas de baixo quando comparadas àquelas mais bem posicionadas de acordo com o cálculo da renda *per capita* de uma amostra da população. Não se sabe exatamente se foi por conta da grande variação metodológica ou das críticas, mas a abordagem relativa passa a dar lugar a uma nova abordagem. Segundo eles, trata-se de uma abordagem absoluta porque se baseia no cálculo da renda necessária para o custeio do chamado padrão de vida mínimo, composto por elementos nutricionais, mas também de moradia, vestuário etc., definindo como pobres as famílias que não conseguiam pagar o preço desse padrão. Na década de 1970, é adotada pelas Nações Unidas, que incluía no cálculo o acesso a serviços como água potável, saneamento básico, saúde, educação e cultura, considerados como necessidades básicas. E a partir da década de 1980, ganha

um enfoque mais abrangente e rigoroso, buscando uma formulação científica e comparações entre estudos internacionais, enfatizando o aspecto social. Dessa forma, sair da linha de pobreza significava obter: um regime alimentar adequado, um certo nível de conforto, o desenvolvimento de papéis e de comportamentos socialmente adequados (Crespo; Gurovitz, 2002, não paginado).

Ao mesmo tempo que consolida apostas mais solidárias, dá margem a outra saída,

muito apreciada pelas instituições multilaterais de crédito sediadas na capital norte-americana, de que, com o bom funcionamento dos mercados, as economias se tornariam prósperas, e a riqueza gerada acabaria por beneficiar os pobres. Essa tese ficou conhecida como “Consenso de Washington” (Crespo; Gurovitz, 2002, não paginado).

No texto *O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos* publicado postumamente como capítulo do livro *Em defesa do interesse nacional*, e no mesmo ano no *Caderno da dívida externa VI*, Batista (1994) conta os bastidores e a repercussão do encontro *Latin American adjustment: how much has happened?*, realizado em Washington em novembro de 1989. Segundo ele, o encontro foi convocado pelo Instituto de Economia Internacional e reuniu funcionários do governo norte-americano, do Banco Mundial, BID e FMI, além de economistas latino-americanos que tinham como objetivo discutir as reformas econômicas nos países da região.

No geral, as reformas realizadas, incluindo as tão somente iniciadas até aquele momento, foram bem avaliadas pelos Estados Unidos e pelas agências multilaterais, à exceção do novo modelo de desenvolvimento e política externa adotados por Peru e Brasil, especialmente quanto ao “processo de industrialização, mediante reserva de mercado para indústrias de capital nacional no campo da informática assim como pela exclusão do patenteamento na área químico-farmacêutica”. Para completar, o Brasil não “se dispunha a aceitar restrições ao pleno desenvolvimento tecnológico no setor nuclear e aeroespacial” (Batista, 1994, p. 27).

Em resposta, o encontro ratificou um conjunto de recomendações estruturais sobre disciplina fiscal, priorização nos gastos públicos, reforma tributária de modo a estabelecer alíquotas moderadas, liberalização financeira com a definição da taxa de juros pelo mercado, regime cambial competitivo, abertura para o investimento estrangeiro, privatização das estatais, desregulamentação da economia e segurança jurídica em prol do direito à propriedade privada, especialmente a propriedade industrial, como condição para empréstimos ou qualquer outra cooperação financeira com os países da região, fosse ela bilateral ou multilateral. Desse modo, “embora com formato acadêmico e sem caráter deliberativo, o encontro propiciaria oportunidade para coordenar ações por parte de entidades com importante papel nessas reformas”, inclusive, com peso “maior que a de muitas reuniões oficiais no âmbito dos foros regionais” (Batista, 1994, p. 5-6).

Esse conjunto de recomendações, até então esparsas, em fontes diversas, como os acordos firmados com os Estados Unidos ou com o Banco Mundial, Bird ou FMI, sintetizou o

posicionamento desses atores internacionais, ficando conhecido como Consenso de Washington.

Sob essa influência, surgiu o que o autor chamou de visão economicista dos problemas sociais, pois ainda que o encontro não tivesse tratado diretamente de assuntos “como educação, saúde, distribuição de renda, eliminação da pobreza” nas reformas econômicas dos países da região, os considerou como resultado a “emergir exclusivamente do livre jogo das forças da oferta e da procura num mercado inteiramente auto-regulável, sem qualquer rigidez tanto no que se refere a bens quanto ao trabalho”. Em 1990, no entanto, as próprias agências multilaterais começam “a se mexer e a considerar conveniente incorporar novos elementos, de natureza política e social, aos de ordem puramente econômica” a fim de “não perder o controle do processo de reformas na região”. Naquele mesmo ano, por meio do *Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 1990*, o Banco Mundial se deteve “exclusivamente ao tema da miséria no Terceiro Mundo e a sugerir, para reduzi-la, que a concessão de ajuda seja vinculada a compromissos nacionais de medidas de combate à pobreza”. E o Bid instituiu uma força tarefa para selecionar propostas de reformas sociais, entre as quais se destacou *Towards an Integrated Framework for Socio-Economic Reform in Latin America* de Louis Emmerij, ex-diretor da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que parte da recusa de se “confiar no Estado. Muito pelo contrário. Tratar-se-ia de descentralizar ao máximo o setor público, pela municipalização dos recursos oficiais e pela mobilização das organizações não-governamentais, sabidamente estrangeiras em sua maioria” (Batista, 1994, p. 11-12).

De acordo com o *Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 1990*, entre 1965 e 1985 o mundo em desenvolvimento havia testemunhado um progresso econômico, percebido pelo aumento geral da renda e do consumo, definido pela despesa necessária para um padrão mínimo de nutrição e por um excedente variável de um país para o outro, indispensável para garantir a participação na vida cotidiana em sociedade. Nesse período, a média global do consumo *per capita* cresceu quase 70%. Contudo, estimou-se que mais um bilhão de pessoas ainda vivesse abaixo da linha da pobreza, ganhando menos de trezentos e setenta dólares por ano, ou seja, um pouco mais de um dólar por dia.

Além do aumento da renda e do consumo, passou a também considerar indicadores sociais, como expectativa de vida, mortalidade infantil e matrícula no primário, como parâmetros para avaliar a pobreza no mundo. Analisando os países que apresentam os melhores resultados, identificou que só

foi possível combater a pobreza de modo rápido e politicamente sustentável mediante uma estratégia composta por dois elementos de igual importância. Um deles é a utilização produtiva do bem de que os pobres mais dispõem – o trabalho. Para tanto, é preciso que as políticas de incentivos de mercado, de instituições políticas e sociais, de infraestrutura e de tecnologia se adaptem para o combate à pobreza. O outro elemento é a prestação de serviços sociais básicos aos pobres – em especial atendimento médico, planejamento familiar, nutrição e educação primária (Banco Mundial, 1990, p. 3).

O *Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 1990* deixou claro, segundo os números, que

Os elementos influenciam-se mutuamente; não basta apenas um, sem o outro. Em certos países, como Brasil e Paquistão, o crescimento elevou as rendas dos pobres, mas se deu muito pouca atenção aos serviços sociais. Por isso, a mortalidade infantil permanece muito alta, e muito baixo o índice de matrícula no primário; os pobres poderiam estar em condições melhores para aproveitar as oportunidades econômicas. Já em outros países, há muito tempo se valoriza a prestação de serviços sociais, mas o crescimento foi muito lento. O Sri Lanka mostra excelentes índices de matrícula no primário e de mortalidade infantil abaixo dos cinco, mas a falta de oportunidades econômicas impediu que se elevassem as rendas dos pobres. Nos países que adotaram ambos os elementos da estratégia, o progresso foi maior. A utilização produtiva da mão-de-obra deu oportunidades aos pobres, e o investimento em saúde e educação permitiu-lhes aproveitarem plenamente as oportunidades criadas. Foi este o método adotado na Indonésia e na Malásia, onde por isso mesmo não só a pobreza diminuiu muito, como também houve rápidos progressos na nutrição, na mortalidade infantil abaixo dos cinco e no índice de matrícula no primário (Banco Mundial, 1990, p. 3).

Para tanto, defende “que é possível direcionar a despesa pública em favor dos pobres, mesmo dentro de um contexto geral de disciplina fiscal”, de modo a “adotar tecnologias adequadas ao contexto incerto da pequena agricultura, formular mecanismos creditícios que atendam aos pequenos mutuários”, além de “aliar programas de alimentação para grupos muito vulneráveis”. Em todo caso, essas medidas jamais “substituem o esforço para harmonizar as políticas econômicas mais abrangentes às necessidades dos pobres”, porque “combater a pobreza não compete a projetos que se concentrem em objetivos muito limitados, por mais essenciais que sejam esses projetos”. Na verdade, “combater a pobreza compete às políticas econômicas em geral”. Tendo isso em vista, recomenda a “toda a comunidade que presta assistência”, incluindo “os doadores bilaterais, as organizações não-governamentais e as agências multinacionais”, que empréstimos ou qualquer cooperação financeira com países em desenvolvimento levem em consideração a “estratégia assistencial aqui proposta” (Banco Mundial, 1990, p. 4-5).

Além de recomendar as condições para o financiamento internacional desses países, o *Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 1990* ainda se propõe a conduzir a própria estratégia assistencial, ao orientar aos governos desses países que primeiro conheçam a real

situação da pobreza, sabendo exatamente quem são – idade, sexo, condição específica de saúde, composição familiar –, se e como auferir renda, com o que a consomem etc., para em seguida planejar as melhores medidas projetando, sempre, os impactos a partir da possível reação dessa parcela da população na integração ao mercado. Citando três casos particulares, uma família de Gana, outra do Peru e a última de Bangladesh, mostra que, apesar do critério mais ou menos universal de definição da pobreza pela renda, existem condições regionais e locais que a diferenciam, como o fato dessas famílias estarem no contexto rural ou urbano, terem ou não capacidade para o trabalho, qual vocação é desenvolvida etc. A família do Peru, por exemplo, mostra que a pobreza na América Latina, diferente de outras regiões do mundo, é essencialmente urbana, com capacidade de trabalho, cujas vocações são basicamente desenvolvidas no chamado mercado informal por meio de serviços e pequenos negócios.

Acredito que, de todos os destaques possíveis desse documento, devemos nos atentar mais detidamente sobre o papel atribuído à população mais pobre na economia por meio do mercado informal da América Latina:

Na maioria dos países em desenvolvimento o setor informal desempenha um papel proeminente na geração de emprego e de rendas. [...]. O setor informal varia muito em suas atividades e em sua estrutura de rendas. Nele predominam empresas de uma só pessoa e empresários de pequena escala que empregam poucos ajudantes (em geral parentes) e trabalhadores contratados. As empresas não estão sujeitas às regulamentações trabalhistas do governo, e não há restrições quanto à admissão. Mas no setor informal muitos pagam taxas e impostos indiretos – licenças para pequenas lojas de consertos e vendedores ambulantes, por exemplo. Os salários são geralmente mais baixos que no setor formal, especialmente para ajudantes. Mas também há um alto grau de desigualdade, e muitos empresários se saem melhor do que os trabalhadores no setor formal. As atividades vão desde empresas eficientes de manufaturados, de transportes e de comércio até o trabalho marginal como a coleta e reciclagem de lixo. A maior parte da produção do setor é destinada ao consumo especialmente por famílias de baixa renda – e pouca coisa é exportada. Assim como no setor rural não-agrícola, o crescimento no setor urbano informal depende do restante da economia e, em particular, da demanda de bens e serviços não-comercializáveis (Banco Mundial, 1990, p. 65-66).

No Brasil, em 1985, por exemplo, estimava-se que “75% dos chefes de famílias pobres trabalhavam no setor informal, contra 35% da população total”. Eles trabalham “principalmente como autônomos. Eles vendem serviços, comerciam ou trabalham eventualmente em setores como construção, manufatura e transportes”. Além dessas atividades, “alguns são mendigos, catadores de lixo, prostitutas ou punhuistas. Os rendimentos são magros e incertos”. Por mais absurdo que possa parecer, “o tratamento preferencial dado às grandes empresas tem prejudicado o setor informal: o capital subsidiado para uma parte da economia implica menores recursos para o restante”. O inverso também é verdade, na medida em que a concessão de

crédito abaixo dos juros regularmente praticado para os pequenos negócios ou a restrição da concorrência, por exemplo, tem se revelado um fracasso, porque o protecionismo econômico atrasa o desenvolvimento do próprio setor informal, ignorando no primeiro caso a alta solvência de empréstimos contraídos com agiotas que são bem mais caros, e no segundo, a zona de conforto que os faz “adotar técnicas relativamente capital-intensivas”. Não bastasse, “muitos países têm ainda o emprego informal prejudicado por uma pesada regulamentação”. Ao invés do quadro jurídico-institucional ajudar, atrapalha: “um estudo do Peru revelou que um empresário” que buscava “instalar uma pequena fábrica de confecções, teve de passar 289 dias úteis tratando dos papeis” Já “em Lima, o registro de uma rota de micro-ônibus levou mais de dois anos”. Portanto, “além de eliminar distorções em favor das grandes empresas, uma regulamentação simplificada, aliada a provisão da infra-estrutura urbana apropriada, é o melhor caminho para facilitar o crescimento do setor informal” (Banco Mundial, 1990, p. 35 e 65-66).

Segundo o *Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 1990*, a infraestrutura para o desenvolvimento do mercado informal deve contar com investimentos, no mínimo, em estradas, abastecimento de água, saneamento, energia elétrica, além de serviços sociais básicos em prol dos pequenos negócios e famílias, considerando que muitas atividades desse setor são desenvolvidas no espaço domiciliar, que acaba incorporando uma natureza empresarial, o que explica, por exemplo, como os empréstimos individuais e programas de transferência de renda muitas vezes acabam se convertendo em ativos para os empreendimentos familiares.

Não basta disponibilizar infraestrutura e serviços do tipo, é preciso igualmente educar. Educar é fundamental não só para qualificar a mão de obra dos mais pobres, melhorando as condições da livre concorrência – um resultado mais a médio e longo prazo –, mas também para criar a própria demanda para esses serviços. Em outras palavras:

Mesmo que haja serviços sociais baratos ou gratuitos, talvez os pobres não os aproveitem por dois motivos. Podem não entender os benefícios que lhes são oferecidos, ou podem ter de arcar com outros custos ir a um centro de saúde, por exemplo, significa perder horas de trabalho; mandar um filho a escola pode diminuir a renda familiar. O planejamento familiar ilustra bem os motivos de os pobres não utilizarem serviços sociais. São necessárias campanhas de educação sanitária para explicar as vantagens de uma fecundidade mais baixa e para ensinar os diferentes métodos de controle da natalidade (Banco Mundial, 1990, p. 93).

Trata-se de convencer a grande massa. Mostrar o quão importante são esses serviços a sua disposição. Depois, aí sim, ensiná-la a como se comportar, levando-se em conta a sua própria realidade.

Quanto àquelas famílias que não tiverem capacidade para o trabalho, devido à idade ou condição específica de saúde ou composição familiar, a estratégia assistencial proposta no *Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 1990* é outra: os governos dos países em desenvolvimento deviam apostar num tipo de seguridade social baseada na transferência de renda com um recorte bem criterioso, a exemplo de pensões e benefícios aos idosos, incapacitados, órfãos e viúvas, somando a serviços que garantam a nutrição desse contingente populacional. Portanto, muito além daquele velho modelo de complementação de renda a que Polanyi (2000) se referiu ao estudar o abando salarial incorporado ao direito inglês no final do século XVIII.

Diferentemente dos países desenvolvidos, que já contam com uma seguridade social mais consolidada,

Na maioria dos países pobres, a seguridade social formal não conseguiu diminuir os casos mais sérios de pobreza, uma vez que não recebiam benefícios os pobres muito jovens, ou idosos, ou doentes, ou incapacitados. Quando já existem ou estão sendo criados sistemas formais, é importante garantir que seu financiamento não venha a ser um ônus para aqueles que de fato são pobres. Para certos países, o melhor seria fazer as transferências com base em indicadores monitorados pelos postos de saúde locais e por sistemas da própria comunidade. Os idosos pobres e doentes poderiam receber atendimento médico básico e preventivo, e também, quando necessário, transferências em dinheiro ou em mercadoria (Banco Mundial, 1990, p. 107).

Segundo Batista (1994), o Consenso de Washington teve forte influência no Brasil, primeiro em matéria de propriedade industrial, que começa a ser erodida já no final do governo Sarney, seguido pelo governo Collor que, desde a campanha de 1989, se mostrava totalmente alinhado aos Estados Unidos.

Em 1990,

o ex-presidente se disporia a negociar bilateralmente com aquele país uma revisão, a fundo, da legislação brasileira tanto sobre informática quanto sobre propriedade industrial, enviando subsequentemente ao Congresso projeto de lei que encampava as principais reivindicações americanas. Com base em recomendações do Banco Mundial, procederia a uma profunda liberalização do regime de importações, dando execução por atos administrativos a um programa de abertura unilateral do mercado brasileiro. Concluiria, ainda, negociações com a Argentina a respeito de um mecanismo de salvaguardas das respectivas instalações nucleares, mediante o qual nosso país, sem aderir ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear, aceitaria de fato o regime de salvaguardas abrangentes que nele se prevê (Batista, 1994, p. 27).

Em 1991 o governo Collor perde o controle de vez sobre a política econômica com a nomeação de Marcílio Marques Moreira para o Ministério da Fazenda, “homem da confiança da comunidade financeira internacional”, uma espécie de garantia de que as coisas seriam feitas

“a partir das condições estabelecidas pelos credores”. Lógica que sobreviverá até mesmo ao impeachment de 1992. No governo Itamar Franco se inicia uma “reforma monetária ortodoxa pela qual a nova moeda – o real – deverá ser vinculada ao dólar, por tempo indeterminado, com conseqüências imprevisíveis sobre a competitividade internacional do nosso parque industrial”, e mais profundamente, “sobre a nossa autonomia de decisão macroeconômica” (Batista, 1994, p. 28-29). Bem-sucedida, no entanto, a reforma acabou rendendo capital político para o então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, lançado à presidência em 1994.

Rivalizando com a plataforma neoliberal, o debate sobre segurança alimentar em torno da renda mínima vai dar o tom à oposição, e depois, aos governos Lula e Dilma.

No artigo *A implantação do Programa Fome Zero do governo Lula*, Takagi (2010) afirma que esse debate já era pauta desde a campanha de 1989. O candidato vencido, inclusive, encampou uma proposta de uma política de segurança alimentar, que chegou a ter certo apoio do governo Itamar Franco ao instituir um conselho próprio vinculado à Presidência da República em 1992, desativado em 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso.

A proposta foi repensada em 2001 pelo Instituto Cidadania, na época, presidido por Luiz Inácio Lula da Silva, devido ao agravamento da pobreza que, a autora diz ter se aprofundado, especialmente nas grandes cidades, com a inflação da década de 1990 e o aumento do desemprego aprofundado na virada para os anos 2000.

Sob o nome de Fome Zero, a proposta

buscava atacar o problema da insegurança alimentar a partir da melhoria do nível de renda da população considerada pobre, uma vez que o problema da fome no Brasil está muito mais relacionado com a insuficiência de renda do que, propriamente, com a falta de oferta ou escassez de alimentos (Takagi, 2010, p. 54).

Em 2001, a fome atingia mais de quarenta milhões de pessoas de algum modo em todo o país. Fenômeno esse provocado, basicamente, pela “insuficiência de demanda, decorrente da concentração de renda, dos elevados níveis de desemprego e subemprego e do baixo poder aquisitivo dos salários pagos à maioria da classe trabalhadora”, aliado à “incompatibilidade dos preços atuais dos alimentos com o baixo poder aquisitivo da maioria da sua população”, e não menos importante, pela “exclusão daquela parcela da população mais pobre do mercado, muitos dos quais trabalhadores desempregados ou subempregados, velhos, crianças e outros grupos carentes, que necessitam de um atendimento emergencial” (Takagi, 2010, p. 53).

No início do governo Lula, o Fome Zero foi coordenado por uma pasta própria: o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (Mesa), que Takagi

(2010) explicou ter pautado um variado conjunto de políticas públicas com vistas a garantir desde a aquisição de itens da cesta básicas para doações emergenciais mediante incentivos à agricultura familiar e parcerias com grandes varejistas, estruturação de estoques de alimentos para provisão em possíveis catástrofes ou regulação da economia, ao redimensionamento ou mesmo criação de programas de redistribuição de renda e políticas compensatórias, geração de empregos, valorização do salário e, até mesmo, reforma agrária.

De todos esses aspectos, o que nos interessa aqui diz respeito aos programas de redistribuição de renda e políticas compensatórias, pois é nele que se insere, especialmente o Programa Bolsa Escola, instituído pela Lei 10.219, de 11 de abril de 2001, ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, mas de fato ampliado no governo Lula, que o unificou a outros programas de transferência de renda então existentes – Programas Cartão Alimentação, Bolsa Alimentação e Vale Gás –, por meio da Medida Provisória n. 132, de 20 de outubro de 2003, mais tarde convertida na Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, quando passa a se chamar Programa Bolsa Família.

Entre 2003 e 2004, o salário-mínimo girava em torno de duzentos e cinquenta reais. Originalmente, o programa previa um benefício de mais ou menos 1/5 do salário-mínimo em uma das suas modalidades. Tratava-se do benefício básico, no valor de cinquenta reais, pago a famílias na linha da extrema pobreza, então configurada pela aferição da renda *per capita* de até cinquenta reais ao mês. A outra modalidade consistia no benefício variável, num valor bem menor, de quinze reais, mas que poderia chegar até o limite de quarenta e cinco reais, acrescido ou não de mais um benefício nesse mesmo limite, que era pago a famílias na linha da pobreza que era configurada, por sua vez, pela aferição da renda *per capita* de até cem reais, desde que essas famílias fossem compostas por gestantes, nutrizes, crianças entre 0 e 12 anos, ou adolescentes de até 15 anos.

Para acessar qualquer dos benefícios, a família com o perfil do programa deveria primeiro ser inscrita no Cadastro Único e se comprometer a cumprir as condicionalidades relativas ao exame pré-natal para gestantes, acompanhamento nutricional e de saúde para nutrizes e crianças abaixo da idade escolar, além de frequência escolar mínima de 85% para crianças em idade escolar e adolescentes, com a correspondente e regular comprovação.

Conforme a própria lei previu, “os valores dos benefícios e os valores referenciais para caracterização de situação de pobreza ou extrema pobreza” poderiam “ser majorados pelo Poder Executivo, em razão da dinâmica socioeconômica do País e de estudos técnicos sobre o tema” (Brasil, 2004b, não paginado).

Takagi (2010) não aborda diretamente a implementação do programa na ponta do serviço, mas ela nos dá algumas pistas sobre o começo desse percurso. Segundo ela, o então Ministério da Assistência Social priorizou os municípios apontados pelo Mesa na implementação do *Plano Nacional de Atendimento Integral à Família de 2003*, então executado por unidades que deram origem aos primeiros CRAS. A medida em que esse trabalho foi se alinhando, suponho que essas unidades assumiram paulatinamente a responsabilidade de inscrever ou iniciar o processo de inscrição das famílias com perfil do programa no Cadastro Único e, ao mesmo tempo, de acompanhar os casos de descumprimento das condicionalidades. Inclusive, a autora pontua que, em janeiro de 2004, o Mesa e toda sua estrutura, incluindo a Secretaria Nacional do Programa Bolsa Família, foi incorporado ao então Ministério de Assistência Social, compondo uma nova pasta: o MDS, para fins de racionalização do que ela chamou de gestão federal.

Com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social no mesmo ano da fusão dos ministérios, o programa passa a integrar a Proteção Social Básica como um benefício continuado. Além do Programa Bolsa Família, a Proteção Social Básica passa a ser composta pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC), que foi instituído ainda pela Constituição de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social no valor de um salário-mínimo, pago a idosos a partir dos 65 anos e a pessoas com deficiência sem condições de prover a própria sobrevivência, originalmente presumida pela aferição da renda *per capita* inferior a um quarto do salário-mínimo ao mês; e pelos benefícios eventuais.

Os benefícios eventuais, como aluguel social, apoio alimentar, passagens, auxílio natalidade e funerário, etc., assim como a transferência de renda por meio do Programa Bolsa Família e do BPC se propõem a afiançar a “segurança de sobrevivência ou de rendimento e de autonomia”, necessária para a prevenção de vulnerabilidade e riscos sociais, sobretudo “a idosos e pessoas com deficiência sem fonte de renda e sustento” além das “pessoas e famílias vítimas de calamidades e emergências; situações de forte fragilidade pessoal e familiar, em especial às mulheres chefes de família e seus filhos” (Brasil, 2004a, p. 40).

Em 2005, independentemente do porte populacional do município, a Norma Operacional Básica conferiu ao SUAS a tarefa de “inserir no Cadastro Único as famílias em situação de maior vulnerabilidade social e risco, conforme critérios do Programa Bolsa Família” (Brasil, 2005, p. 99), sugerindo que os CRAS tinham certa familiaridade com esse trabalho, reforçando minha suposição de que as unidades que os antecederam assumiram, de algum modo, a execução do programa ainda em 2003.

Hoje, segundo dados do MDS, o programa “alcançou os 5.570 municípios brasileiros, cerca de 21 milhões de famílias recebem o auxílio, que tem como principal critério que a renda de cada pessoa da família seja de, no máximo, R\$ 218 por mês” (Brasil, 2024, não paginado), o que equivale a mais ou menos 1/6 do salário-mínimo atual.

Portanto, podemos dizer que a noção economicista de pobreza se consolidou na Política Nacional de Assistência Social por meio do debate da segurança alimentar em torno da renda mínima. Pobre deixa de ser necessariamente aquele que parece pobre, critério usado desde o século XVI quando a fisionomia e as vestes eram levadas em consideração pelos arqueiros de Nevers para decidir quem entrava ou não na cidade. Mesmo que o critério da aparência tenha se sofisticado a ponto de ter incorporado, em algum momento, elementos da medicina, como sinais clínicos de desnutrição, que foi muito comum nas décadas de 1960 e 1970, pode não ter sido suficientemente sutil e economicamente racional, pelo menos, não aos olhos do novo modelo de assistência, especialmente, o modelo norte-americano, que os jornais que circulavam em Belém do Pará em 1966 tanto elogiavam.

Suponho que a influência do modelo norte-americano, que muito inspirou os bastidores da criação da Funpapa e, mais globalmente, do Projeto Casulo talvez tenha sido fundamental para normalizarmos a noção economicista da pobreza, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990 com o Consenso de Washington e o *Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 1990*. Pobre agora é aquele que não auferir renda ou que auferir, desde que não ultrapasse uma determinada linha, a tal linha da pobreza, segundo o antropólogo Alfredo de Almeida em sua conferência no seminário *A política municipal de assistência social na cidade de Belém: práticas cotidianas, novos saberes e produção de conhecimento*, fixada por agências multilaterais como Banco Mundial, Bird, FMI, Bid e OMC, de acordo com interesses do mercado, influenciando os cálculos governamentais que, em dado momento, podem ser mais ou menos inclusivos.

Se minhas investigações estiverem no rastro certo, acredito que a Política Nacional de Assistência Social é um caso bem-sucedido da arte de governar liberal-neoliberal que adequou o dispositivo de assistência aos pobres, ao mesmo tempo que fez essa nova arte de governar se consolidar como um sistema normativo. Por meio de uma governamentalidade própria, o neoliberalismo articula os discursos e as práticas que o reproduzem a partir dos dispositivos disciplinares e de segurança, como é o caso do novo modelo de assistência, na medida em que se serve das bases estruturais estabelecidas pelas disputas teóricas e políticas em torno do mercado.

Por essa constatação, não seria correto partirmos da premissa – a propósito muito parecida àquela que vimos em relação à Funpapa, mais precisamente, sob a gestão da então presidente Sandra Helena Cruz durante o governo Edmilson Rodrigues, e repetida à exaustão pelo MDS e CNAS – de que a Política Nacional de Assistência Social seria uma alternativa ao Estado mínimo. Pode até ser, ou mais corretamente, vir a ser a depender do complexo jogo estratégico e contraestratégico disputado palmo a palmo no próprio dispositivo.

Logo, não nos surpreende que a Constituição de 1988, das quais leis, decretos e normativas em geral não podem se afastar, sob pena de invalidade jurídica pelo controle de constitucionalidade, estabelece a seguridade social como garantia da ordem social do país.

A seguridade social tem “como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais” mediante acesso da população a “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. Neste último caso em particular – assistência social – prestada “a quem dela necessitar, independentemente de contribuição”, com vistas a conferir amparo e proteção “à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice”, sobretudo àquelas mais carentes devido à “situação de pobreza ou de extrema pobreza”. A forma de fazê-lo perpassa pela redução da “vulnerabilidade socioeconômica”, inclusive, mediante a “promoção da integração ao mercado de trabalho” (Brasil, 1988, não paginado).

Tendo em vista as raízes da Política Nacional de Assistência Social, nos cabe agora falar mais detidamente sobre essa política pública, especialmente sua recepção local sem correremos o risco de tomarmos falsas premissas.

4.2 A RECEPÇÃO LOCAL DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Na dissertação *A gente precisa é trabalhar: ser criança nas políticas dirigidas às crianças*, Alves (2007) faz uma comparação das práticas da Funpapa anterior à gestão da então presidente Sandra Helena Cruz durante o governo Edmilson Rodrigues.

Até 1996, a fundação conduzia a política de assistência social do município em função do trabalho, sobretudo, por meio da formação de crianças e adolescentes atendidos nos Projetos Grama e Jornaleiro, que dentre todos os outros acabaram tendo maior proeminência entre as décadas de 1980 e 1990. Mesmo antes desses projetos,

Apesar de poucos registros documentais das gestões que passaram pela instituição, concernentes as duas primeiras décadas de sua existência, a memória dos servidores, os mais antigos, revela ter sido esta a principal tônica da formação dos agentes sociais

atingidos pelas ações socioassistenciais implementadas, principalmente aos grupos geracionais composto por crianças, adolescentes e jovens (Alves, 2007, p. 73).

Por trabalho, Alves (2007) se refere à cultura institucional de integração do indivíduo ao mundo do trabalho encampada no Brasil desde o século XIX. Em Belém do Pará, podemos considerar os postos mais precarizados no mercado de trabalho, incluindo o mercado informal, para os quais a Funpapa além de selecionar, também preparava entre a população mais pobre aqueles com o perfil mais adequado para ocupá-los por meio de uma série de projetos.

As crianças e os adolescentes ainda muito novos para o trabalho eram atendidos pela fundação nas unidades regionais, distribuídas em sete bairros da periferia do município, “onde eram desenvolvidas as atividades denominadas de arte-educação”. Nelas, já se notava como as crianças “ficavam ansiosas para completar a idade para que seu nome fosse registrado na lista de espera para os cursos de formação para o trabalho”. Essa tal lista acabou se tornando “uma espécie de moeda de troca”: enquanto as mais bem comportadas seriam as primeiras a serem selecionadas ao completarem a idade exigida; aquelas cujo comportamento não fosse aceitável pela equipe de referência “poderiam ter seus nomes excluídos da lista”. Algumas vezes, no entanto, não era o comportamento que definia os nomes escolhidos. E sim o envolvimento da equipe de referência com as famílias, já que muitos servidores da linha de frente “sentiam-se penalizados pela situação de precariedade vivida”, facilitando o acesso de crianças abaixo da idade mínima a algum projeto que “não tinham a supervisão sistemática da DRT”, especialmente os “realizados no espaço da rua ou em equipamentos públicos municipais dificultando a ação deste órgão”. Afinal, uma bolsa de meio salário-mínimo estava em jogo, um “recurso considerado pelos responsáveis das crianças, bem como pelas próprias crianças, um bom complemento da renda familiar. Para algumas famílias esta bolsa chegava a se constituir no único recurso fixo mensal” (Alves, 2007, p. 77-79).

O Projeto Grama, por exemplo, muito diferente do que o livro *Caminhos da assistência III: um compromisso com a cidadania* tenta induzir ao suprimir informações importantes sobre a natureza das atividades desenvolvidas, consistia em preparar os adolescentes (incluindo as crianças supostamente incluídas por debaixo dos panos) para o trabalho, mais precisamente, para um trabalho bem particular, por meio da “manutenção dos espaços públicos da cidade”, a exemplo do “Bosque Rodrigues Alves, Mercado de São Braz, Museu Emílio Goeldi, Pra. da República, Pra. Felipe Patroni, Pra. Batista Campos, Complexo de Val de Cans, orlas de Icoaraci e Mosqueiro”. Durante as seis horas de atividade, esses adolescentes eram acompanhados por um servidor da Funpapa orientando a formação “pautada não só para o trabalho, mas sim, pela própria realização dele” (Alves, 2007, p. 74), reforçando o relato de

colegas com longa trajetória na fundação sobre o viés do trabalho que consistia em “limpar e varrer praças” (sic), versão que outros colegas aposentados negam.

Semelhantemente, o Projeto Jornaleiro “levava dezenas de crianças às ruas da cidade, alguns tinham que acordar muito cedo para estarem no prédio da Funpapa localizado na área comercial, às 06h30min, quando recebiam o jornal para venderem nas ruas”. Algumas dessas crianças se queixavam que a atividade “era excessivamente cansativa e prejudicava a relação com a escola”. No atendimento, era muito comum que a mãe expressasse “angústia que sentia ao ver o filho sair de casa às 05h30min, ficando exposto aos perigos da rua”. Mas não tinha o que fazer, pois era impensável abrir mão da bolsa “devido à necessidade de manter a família alimentada”. Não era fácil conseguir um emprego além de “serviços esporádicos como lavagem de roupa e faxinas” (Alves, 2007, p. 78-80). Como o projeto foi mais bem documentado, não há muitas lacunas que deem brechas a controversas como no outro caso. Desse modo, ao longo do tempo, acabou se tornando uma prática amplamente malvista do passado mais recente da fundação.

No entanto, Alves (2007) considera que entre 1997 e 2004 a Funpapa conseguiu romper com a cultura institucional de integração do indivíduo ao mundo do trabalho encampada no Brasil desde o século XIX ao combater as antigas práticas pautadas no que ela chamou de formação para e pelo trabalho, encerrando iniciativas como os Projetos Grama e Jornaleiro. A partir de 1997, esses projetos foram substituídos por outros que priorizavam a construção da consciência crítica da realidade vivida pelas crianças, pelos adolescentes e pelas respectivas famílias a fim de dotá-los de capacidades para interagir e interferir como sujeitos de direitos nos mais diversos espaços sociais.

Alves (2007) se refere, especificamente, aos Projetos Sementes do Amanhã e Escola Circo – o qual ela coordenou pessoalmente desde o início do projeto –, que beneficiaram centenas de vidas submetidas às durezas do Lixão do Aurá, no primeiro caso, e das ruas, no segundo. Apesar da importância inegável desses projetos, sobretudo no combate ao trabalho infantil, pelo menos num momento muito pontual da nossa história, ela relata alguns desafios enfrentados que vale a pena citar, como o estranhamento da população mais pobre, até então habituada com o viés dos projetos anteriores, ao enfoque no lúdico, tal como sugere a fala de mães, avós, tias etc. que procuravam as unidades regionais da Funpapa em busca de algum curso profissionalizante ou mesmo de um trabalho para seus filhos, netos, sobrinhos etc. em benefício da família ou como escape ao crime.

Outro desafio dizia respeito à resistência de muitos servidores da fundação em descentralizar o atendimento a públicos específicos, especialmente o de crianças e adolescentes

em situação de rua sempre muito restrito a um ou outro serviço especializado, por recusa de juntá-los a outros considerados menos problemáticos. Assim como a péssima estrutura e disposição da Funpapa, citando o caso da primeira sede do Projeto Sementes do Amanhã, cujo prédio cedido pela Associação dos Trabalhadores da Câmara Municipal era infestado por moscas e tomado pelo mau-cheiro devido à proximidade ao aterro sanitário. Ou, ainda, a quebra de confiança com a comunidade pela descontinuidade de serviços em determinados territórios, a exemplo o retorno da lona do Projeto Escola Circo montada no Bairro do Benguí para o centro da cidade por insistência de assessores da Prefeitura Municipal preocupados com a visibilidade das atividades perante a opinião pública.

Além disso, a fundação dependia de financiamento privado, inclusive estrangeiro, sem o qual não teria conseguido levar os projetos adiante, pelo menos não com o mesmo alcance.

Essas contradições são fundamentais para que não nos deixemos levar pelo triunfalismo documentado na época, e que fez circular a premissa que iniciativas do tipo dariam conta de responder às investidas do neoliberalismo pelas nossas bandas.

Lembremos que Welson Cardoso, então diretor administrativo-financeiro da Funpapa, afirmou que, sob a plataforma da inversão de prioridades que a Prefeitura Municipal teria operado pela mobilização popular, orçamento participativo, conselhos deliberativos e controle social.

Segundo ele, o governo Edmilson Rodrigues implementou

projetos e programas importantes, que objetivam combater o trabalho infantil, a exploração sexual infantil e a violência de toda ordem contra a criança e o adolescente, a mulher, a pessoa idosa e a juventude, tais como os projetos Sementes do Amanhã, Escola Circo, Aldeia Criança, Tamba-Tajá e os programas Meu Primeiro Emprego, PETI, Ninho das Águias e Geração de Trabalho e Renda não só com transferência de renda como o Bolsa Escola, Fome Zero, Bolsa Família, mas conjugada com políticas para capacitação profissional para homens, mulheres e a juventude, possibilitando novas perspectivas para a população mais carente (Cardoso, 2004, p. 85-86).

Para Welson Cardoso, as práticas visionárias da fundação seriam uma resposta à agenda do chamado Consenso de Washington, à abertura da economia nacional ao capital estrangeiro, sobretudo de caráter especulativo, à servidão do país à dívida externa e à consequente privatização das estatais que davam o tom do neoliberalismo na virada para os anos 2000.

Em outras palavras, a aposta do então diretor administrativo-financeiro da Funpapa consistia exatamente na estratégia assistencial proposta no *Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 1990*. Trata-se de uma evidência que, a nível local, mostra como o dispositivo de

assistência aos pobres, mais precisamente, o novo modelo de assistência no município operou as técnicas governamentais encampadas pelo Banco Mundial e outras agências multilaterais muito antes do Programa Bolsa Família e da Política Nacional de Assistência Social.

Por aqui, acreditando fielmente que se combatia o neoliberalismo, estava-se, na verdade, o recepcionando. Reproduzindo silenciosamente a nova racionalidade ao reformar o quadro jurídico-institucional que, aos poucos, viabilizou a governamentalidade própria desse sistema normativo.

Não por acaso, segundo o *Diagnóstico Socioterritorial* presente no *Plano Municipal de Assistência Social de Belém de 2022/2025*, a Funpapa passa a integrar o SUAS entre 2004 e 2005 porque já estava condizente com a Norma Operacional Básica. A partir de então, a fundação passa a executar o Programa Bolsa Família e implementar a Política Nacional de Assistência Social no município.

Pelas regras do jogo, Belém do Pará era considerado uma metrópole devido ao grande porte populacional, conferindo à Funpapa a chamada gestão plena na condução dessa política pública. Entre 2009 e 2010, a fundação organizou todos os serviços, programas e projetos sociais de acordo com níveis de complexidade de proteção social definidos pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

A atual estrutura da Funpapa se consolidou nos últimos dezesseis anos, ao longo dos governos Duciomar Costa e Zenaldo Coutinho, que foi basicamente mantida no novo governo Edmilson Rodrigues. Ao logo desse período a fundação readequou as unidades que já dispunha e inaugurou outras para atender às normativas da Política Nacional de Assistência Social.

Na estrutura da Proteção Social Básica, constituída entre 2005 e 2006, a fundação gere:

- o CRAS Aurá, que funciona na antiga sede do Projeto Sementes do Amanhã e abrange as famílias em vulnerabilidade e risco social de parte dos Bairros do Aurá, Águas Lindas e Guanabara que compõem o município, além de parte dos Bairros do Una, Cabanagem, Castanheira, Coqueiro e Souza;
- o CRAS Barreiro, que funciona em prédio alugado e abrange as famílias dos Bairros do Barreiro, Sacramenta, Maracangalha, Miramar, Val de Cans e Telégrafo, além de uma parte do Bairro da Marambaia;
- o CRAS Benguí, que também funciona em prédio alugado e abrange as famílias dos Bairros do Benguí, Mangueirão e a outra parte do Bairro da Marambaia, Una, Cabanagem e Castanheira;

- o CRAS Cremação, que funciona na antiga sede do Projeto Escola Circo e abrange as famílias dos Bairros da Cremação, Condor, São Brás, Batista Campos e Nazaré;
- o CRAS Guamá, que funciona no antigo prédio do Liceu de Artes e Ofícios Ruy Meira e abrange as famílias dos Bairros Guamá e Universitário (Riacho Doce e Pantanal), além das Ilhas do Combú, Patos, Cintra, Piriquitaquara, Furo de São Benedito, Murutucu, Grande, Porticarvônia e Negra;
- o CRAS Icoaraci, que também funciona em prédio alugado e abrange as famílias dos Bairros do Paracuri I, II e III, Parque Guajará, Tenoné, Águas Negras, Agulha, Ponta Grossa, Cruzeiro, Pratinha I e II, Campina de Icoaraci e Maracacuera, além das Ilhas de Cotijuba, Jutuba e Nova;
- o CRAS Jurunas, que também funciona em prédio alugado e compreende as famílias dos Bairros do Jurunas, Reduto, Campina e Cidade Velha;
- o CRAS Mosqueiro, que funciona na antiga unidade regional no distrito e na qual chegou a ocorrer os grupos de picolé e marcenaria do Projeto Educação Semiprofissionalizante no final da década de 1980, e abrange as famílias dos Bairros do Aeroporto, Ariramba, Baia do Sol, Bonfim, Carananduba, Caruará, Chapéu Virado, Farol, Mangueiras, Maracajá, Marahu, Murubira, Natal do Murubira, Paraíso, Porto Arthur, Praia Grande, São Francisco, Sucurijuquara e Vila, além das Ilhas de Caruaru, Onças, Itapempanema, Mari Mari, Castanhal do Mari Mari, Baia de Santo Antonio, Caratateua, São Marcos, Pombas, Maritim I e II, Caruari, Coroinha e São Pedro;
- o CRAS Outeiro, que também funciona em prédio alugado e abrange as famílias dos Bairros de São João do Outeiro, Água Boa, Fama, Brasília, Itaiteua, além das Ilhas de Itatuoca, Santa Cruz, Coroinha Nova, Urubuoca, Paquetá, Paquetá Açu, Patos, Nova Mirim, Jararaca, Jaraquinha, Redonda, Longa, Bonfim da Barra, Cruzador, Fortinho, Marineira, Murutura e Paulo da Cunha;
- o CRAS Pedreira, que também funciona em prédio alugado e abrange as famílias dos Bairros da Pedreira, Fátima, Umarizal, além de parte do Bairro do Marco e a outra parte dos Bairros da Marambaia e do Souza;
- o CRAS Tapanã, que também funciona em prédio alugado e abrange as famílias dos Bairros do Tapanã, Parque Verde, São Clemente e a outra parte do Bairro do Coqueiro;

- e o CRAS Terra Firme, que também funciona em prédio alugado e abrange as famílias dos Bairros da Terra Firme, Canudos, Curió-Utinga e a outra parte do Bairro do Marco.

De acordo com o que as normativas estabelecem, a capacidade de atendimento de um CRAS de um município de grande porte populacional é de

5.000 famílias referenciadas sendo que, considerando a existência, segundo o Cadúnico em setembro/2021 de 278.850 famílias em situações de vulnerabilidade social, Belém necessitaria de um total de 33 CRAS, havendo, portanto, necessidade de implantação de mais 21 Centros de Referência (Funpapa, 2021, p. 69).

Nos doze CRAS são ofertados além do serviço de Cadastro Único, o serviço de acompanhamento socioassistencial para famílias com o perfil do Programa Bolsa Família e outras situações de vulnerabilidade e risco social, e o serviço de convivência familiar e comunitária para crianças, adolescentes, jovens e idosos conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Esse último serviço, a propósito, é o mais frequentemente ofertado nas mais de quarenta entidades não-governamentais financiadas pela fundação, número esse que pode aumentar considerando a publicação do último edital de credenciamento direcionado a essas entidades (EC n. 01/2023-Funpapa), assegurando o repasse de recursos de acordo com a disponibilidade orçamentária.

Contudo, a Funpapa ainda precisa “implantar o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com Deficiências e Idosas”, previsto nesta mesma normativa. Apesar dos CRAS Guamá, Icoaraci, Mosqueiro e Outeiro abranger as ilhas, o território insular do município fica “praticamente descoberto, haja vista a inexistência de equipes volantes e veículo (automóvel e lancha) para garantia regular de acesso e acompanhamento das famílias ribeirinhas e quilombolas” (Funpapa, 2021, p. 69 e 71), a que se chama de fator amazônico.

Ainda na estrutura da Proteção Social Básica, a fundação gere:

- o CC Zoé Gueiros, que existe desde 1994, e com a Política Nacional de Assistência Social passou a ser referenciado ao CRAS Tapanã, onde oferta o serviço de convivência familiar e comunitária para idosos;
- a CCU, que funciona em prédio alugado e há quase vinte anos tem “responsabilidade direta pelas exigências locais do Programa Bolsa Família”, que permitiu “um constante crescimento entre os anos de 2005 e 2018, saltando de 30.785 para 119.195”, que em 2021 chegou “a 115.711 famílias beneficiárias” (Funpapa, 2021, p. 71);

- e o Nisp, como passou a ser grafado mais recentemente, que funciona na sede administrativa da Funpapa, e desde 2007 é “responsável pelo gerenciamento de cursos de iniciação profissional às famílias inseridas no Cadastro Único, especialmente as beneficiárias do Programa Bolsa Família” (Funpapa, 2021, p. 72).

Em 2013, o Nisp “deixou de realizar a execução direta de cursos de iniciação profissional e passa a responsabiliza-se pelo gerenciamento local do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)”, que encerrou em 2018 devido à reformulação pelo Governo Temer. Em 2014, o núcleo aderiu ao protocolo do MDS, quando também passou a executar

o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (AceSUAS) Trabalho, cujo objetivo é promover a integração dos usuários da assistência social ao mundo do trabalho por meio de ações articuladas e mobilização social, envolvendo encaminhamento e acompanhamento dos usuários para acesso ao mercado de trabalho e demais ações de inclusão socioproductiva (Funpapa, 2021, p. 72).

Já na estrutura da Proteção Social Especial de Média Complexidade, constituída entre 2006 e 2014, a Funpapa gere:

- o CREAS Rosana Campos, que funciona na antiga sede do Projeto Educação Social de Rua e abrange as famílias com direitos violados do território dos CRAS Barreiro, Cremação e Jurunas;
- o CREAS Ilka Brandão, que funciona em prédio alugado e abrange as famílias do território dos CRAS Guamá e Terra Firme;
- o CREAS Manoel Pignatário, que funciona provisória e inadequadamente nos altos do prédio do Conselho Tutelar III e abrange o território dos CRAS Aurá, Benguí, Pedreira e Tapanã;
- o CREAS José Dias, que também funciona em prédio alugado e abrange o território dos CRAS Icoaraci e Outeiro;
- e o CREAS Marialva Casanova, que também funciona em prédio alugado e abrange o território do CRAS Mosqueiro.

De acordo com o que as normativas estabelecem, “para cada 200.000 habitantes, deve ser implantado um CREAS no município. Belém, segundo estimativa do IBGE para 2020, conta com 1.499.641 habitantes, o que indica a necessidade de 07 CREAS no total” (Funpapa, 2021, p. 75).

O nome dos cinco CREAS faz homenagem a servidores que marcaram a história dos últimos quarenta anos da fundação. Neles, conforme a Tipificação Nacional dos Serviços

Socioassistenciais, são ofertados o serviço de acompanhamento socioassistencial para vítimas de violência sexual, física e psicológica, tráfico de pessoas, deslocamento forçado, discriminação racial, étnica, de origem, sexual e de gênero e outras violações de direitos, o serviço de medida socioeducativa em meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade) para adolescentes condenados pela prática de atos infracionais, e o serviço de abordagem social para crianças e adolescentes em situação de rua e trabalho infantil desenvolvido segundo as diretrizes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Ainda na estrutura da Proteção Social Especial de Média Complexidade, a Funpapa gere mais três unidades:

- o Centro POP de São Brás e o Centro POP de Icoaraci, ambos funcionando em prédios alugados e abrangendo os adultos em situação de rua de todo o município, com exceção do território do CRAS Mosqueiro, que acaba sendo abrangido pelo CREAS Marialva Casanova devido à distância dos dois Centros POP, cuja imprescindibilidade também se estende a “outras áreas com igual necessidade, como as proximidades do Ver-o-Peso e do Entroncamento” (Funpapa, 2021, p. 77), onde a fundação estuda implementar mais unidades do tipo desde 2015;
- e o Centro-Dia, que também funciona em prédio alugado e abrange “adultos com deficiência com algum grau de dependência agravadas por outras vulnerabilidades sociais” (Funpapa, 2021, p. 77) de todo o município.

E na estrutura da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, constituída entre 1993 e 2002, reordenada em 2013, e ampliada em 2019, a Funpapa gere ainda:

- o Espaço de Acolhimento Euclides Coelho Filho, atualmente para vinte crianças de 0 a 6 anos;
- o Espaço de Acolhimento Recomeçar, antiga Casa de Passagem, também para vinte crianças, mas de 7 a 11 anos;
- o Espaço de Acolhimento Dulce Accioli, para vinte adolescentes do sexo feminino de 12 a 18 anos e respectivos filhos;
- o Espaço de Acolhimento Esperança, antigo Abrigo Institucional Ronaldo Araújo, também para vinte adolescentes, mas do sexo masculino de 12 a 18 anos;
- a Casa Abrigo Emanuelle Rendeiro Diniz para vinte mulheres vítimas de violência doméstica e respectivos filhos;
- a Casa Abrigo para Adultos em Situação de Rua, para cinquenta homens em situação de rua sem transtorno mental e alto grau de dependência;

- a Casa Abrigo para Famílias em Situação de Rua, para quarenta mulheres e respectivos grupos familiares em situação de rua;
- e o Espaço de Acolhimento Tapanã, para trezentos indígenas da Venezuela em situação de refúgio no Brasil.

Todas essas unidades funcionam em prédios alugados, que assim como as demais unidades da fundação necessitam de

intervenções, especialmente nos quesitos acessibilidade, disposição espacial e tamanho, de modo a comportar todos os serviços, garantir o sigilo ético e possibilitar um acesso e acolhimento mais humanizado. Essa realidade é indicativa da necessidade de construção de espaços próprios capazes de assegurar, entre outros, os princípios da inclusão e equidade (Funpapa, 2021, p. 131).

Sendo que o patrimônio da Funpapa é composto pelos prédios onde funcionam o CRAS Aurá, Cremação e Mosqueiro, o CC Zoé Gueiros, o CREAS Rosana Campos e por “outros 31 espaços próprios que, entre outras situações, foram sendo abandonados por necessidade de reforma ou cedidos”. Pelo menos onze estão sob a posse da Semec e três completamente inutilizados, um deles, na Avenida Almirante Barroso, no Bairro do Marco, o que demanda “intervenção imediata no sentido de recuperar e reformar, pelo menos em parte essa estrutura”, considerando o ônus excessivo com o pagamento dos “37 espaços alugados” (Funpapa, 2021, p. 132).

Apesar dos abrigos institucionais, em 2019 a fundação “aprofundou estudo e elaborou projeto de implantação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, tipificado nacionalmente”. Esse serviço se configura pela “guarda subsidiada de crianças ou adolescentes por famílias previamente cadastradas e habilitadas, residentes no município, que tenham condições de recebê-las e mantê-las condignamente” sob o “acompanhamento direto do órgão gestor da Política de Assistência Social e da Vara da Infância e da Juventude da Comarca” (Funpapa, 2021, p. 80). Recentemente foi publicado o edital de chamamento direcionado a essas famílias (EC n. 02/2023-Funpapa), assegurando o repasse mensal de um pouco mais de mil e trezentos reais ao mês para manutenção da criança ou do adolescente acolhido.

No seminário *Serviço Família Acolhedora de Belém*, realizado no Centro Integrado de Inclusão e Cidadania (CIIC) no dia 6 de junho de 2024, a coordenadora da Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Funpapa, Glória Pereira, informou que dezessete famílias já haviam sido habilitadas, e que a fundação já estava em busca de pelo menos mais três para compor a meta de vinte vagas. A expectativa era que a partir de julho essas famílias passassem a receber as crianças que antes seriam encaminhadas ao Espaço de Acolhimento Euclides

Coelho Filho, que será descontinuado. Segundo ela, o objetivo não é ampliar o número de vagas de acolhimento, e sim substituir um serviço pelo outro.

Além das famílias acolhedoras, a Funpapa já identificou a necessidade de implementar uma república para os jovens egressos dos abrigos institucionais para adolescentes que têm tido suas medidas de proteção estendidas pelos juízes até os 21 anos “seja pela dificuldade de retorno à família de origem ou substituta, seja pela dificuldade de autossustento ou mesmo pela inexistência de outra estratégia socioassistencial transitória”, e outra para homens, mulheres e respectivos grupos familiares em situação de rua, já que a cobertura atual “não é suficiente para fazer frente ao volume que esse fenômeno social já apresenta”, além de um “um Espaço de Longa Permanência para acolhimento de pessoas idosas” (Funpapa, 2021, p. 80), público que continua sob a responsabilidade do Governo do Estado e de entidades não-governamentais.

Ainda na estrutura da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, a fundação gere:

- o Sicape, destinado “ao atendimento de famílias e indivíduos que enfrentam situações de calamidade pública e emergências decorrentes de eventos como incêndios, alagamento, desabamentos e outros” (Funpapa, 2021, p. 80), responsável pela concessão de aluguel social e benefícios eventuais dessa natureza, e cujo trabalho é desenvolvido em parceria com a Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros, além da política de habitação;
- e o Namir, criado da necessidade de atender migrantes e refugiados no município, atuando na retaguarda do Espaço de Acolhimento do Tapanã, e também, no monitoramento dos grupos indígenas da Venezuela em situação de refúgio no Brasil “nos locais de moradia particulares”, assim como na “articulação interinstitucional com agências nacionais e internacionais, políticas de saúde, educação, órgãos do Sistema de Garantia de Direitos etc.” (Funpapa, 2021, p. 105).

Tanto o Sicape quanto o Namir funcionam na sede administrativa da Funpapa.

Fora a Política Nacional de Assistência Social, a fundação ainda mantém: o Conselho Tutelar I, que abrange o Distrito do Guamá; o Conselho Tutelar II, que abrange o Distrito de Icoaraci; o Conselho Tutelar III, que abrange o Distrito do Entroncamento; o Conselho Tutelar IV, que abrange o Distrito da Sacramenta; o Conselho Tutelar V, que abrange o Distrito de Outeiro; o Conselho Tutelar VI, que abrange o Distrito de Mosqueiro; o Conselho Tutelar VII, que abrange o Distrito do Benguí; e o Conselho Tutelar VIII, que abrange o Distrito Central de Belém.

Todos os conselhos tutelares funcionam, também, em prédios alugados.

Para sustentar toda essa estrutura, a Funpapa dispõe de pessoal próprio que, como vimos anteriormente, é regido pelo regime jurídico único do município desde 1989, formado pelo primeiro concurso público realizado em 1991, seguido dos concursos de 1995, 1998, 2002, 2012 e 2018, e sendo a única categoria da Prefeitura Municipal com um plano de cargos, carreiras e salários, conforme a Lei Municipal n. 8.447, de 20 de julho de 2005.

O quadro de servidores da fundação conta com “1.032 profissionais, dos quais 67,34% são efetivos, 4,26% são de assessoramento superior, 4,26% conselheiros tutelares e 24,12% contratados”. Devido ao número de mortes, acentuado durante a pandemia de Covid-19, do considerável fluxo de exonerações, inclusive a pedido dos próprios servidores, que chegou a quase cento e cinquenta casos entre 2019 e 2021, e das projeções de aposentadoria, esse contingente não é suficiente “para a composição das equipes de referência dos serviços e de apoio administrativo e operacional” que não vem sendo renovado na mesma proporção de desligamento. A Funpapa tem um “déficit na ordem de 391 profissionais” que só tende a agravar, pois além dos “61 servidores aposentados no período”, mais “75 estão em processo de aposentadoria” (Funpapa, 2021, p. 133-134), deixando todos esses postos de trabalho descobertos.

Esse fluxo de exonerações e déficit de profissionais chama atenção. O que necessariamente significa? Na dissertação *Saúde mental e trabalho na assistência social: vivências de sofrimento psíquico e estratégias de defesa dos servidores da Funpapa*, Mendes (2011) investiga como as condições e a natureza do trabalho a que os servidores da fundação estão submetidos impacta não só nos serviços ofertados para a população do município, mas também na própria saúde dos trabalhadores da assistência social.

Segundo ela, o

cotidiano de trabalho da Funpapa se constitui num campo fértil para observações das formas diferenciadas de vinculação dos servidores com sua atividade profissional, quer seja por meio situações recorrentes de “descaso” quando o servidor evita e/ou adia o cumprimento de atividades que estão sob sua responsabilidade, priorizando o ócio e/ou conversas sobre temáticas relativas a assuntos diversos, por exemplo, quer seja – embora menos frequente – por meio de um compromisso exacerbado quando o servidor executa tarefas para além daquelas pertinentes ao seu cargo/função (Mendes, 2011, p. 11-12).

Do dar de ombros ao mergulhar de cabeça são “condutas, aparentemente insólitas entre si”, mas que podem ser formas diferentes de lidar com o mesmo sofrimento que as “queixas reiteradas de mal-estar físico e mental associadas a faltas constantes e/ou licenças sucessivas” (Mendes, 2011, p. 12) indicam ser estratégias de defesa comuns na fundação.

No livro *A banalização da injustiça social*, Dejure (2006) entende por estratégias de defesa os comportamentos construídos e empregados coletivamente para lidar com o sofrimento no ambiente de trabalho tipicamente neoliberal: da negação da realidade ao zelo que extrapola as próprias responsabilidades, normalizando a mentira de que está tudo bem e a perseguição de quem se atreve a falar o contrário, assim como a competitividade entre os que temem ser expulsos do jogo e a precarização dos direitos e da mobilização dos trabalhadores. Com isso, reproduzíamos na empresa e em todos os outros espaços que seguem a mesma racionalidade estratégias de defesa muito parecidas com a dos civis e militares dos postos mais baixos da cadeia de comando durante o nazismo. Parafraseando Hannah Arendt, o autor quer dizer que também banalizamos o mal.

Para testar essa hipótese, Mendes (2011) se propôs a observar a prática profissional e também entrevistar gestores e técnicos efetivos da Funpapa distribuídos nos três níveis de complexidade de proteção social. No final da pesquisa, apenas quatorze servidores desse recorte mantiveram o respectivo consentimento livre e esclarecido, resultando numa amostra composta inteiramente por mulheres – o que por si só suscita um debate sobre o papel do gênero no dispositivo de assistência aos pobres e que na fundação não é diferente –, entre 8 e 25 anos de carreira, e que, sem exceção, deixava evidente algum sinal de sofrimento, inclusive, com repercussões no sono, como fadiga devido à sobrecarga de trabalho, impotência diante de tanta desgraça, ou mesmo medo por conta de violências relatadas nos atendimentos. Mostrava também insatisfação com relação à estrutura inadequada das unidades, que não garantia o mínimo de dignidade tanto para os servidores quanto para a público: prédios com a salubridade comprometida pela presença de pombos e outras pragas, infiltrações e inundações devido às áreas alagadas onde costumavam ser alugados; salas sem isolamento necessário para a garantia do sigilo ético-profissional; equipamentos obsoletos ou em mau funcionamento; suporte precário de recursos básicos etc.

A sensação mais ou menos comum é de que tudo pode ser de segunda mão e feito de qualquer jeito; talvez porque seja para pobre. E quem não aceita isso, tem que nadar contra a maré. Por isso, algumas equipes de referência se resignam e lavam as mãos. Outras, no entanto, se mobilizam, seja integrando colegas de trabalho em torno de um jeito bem particular de fazer as coisas, seja unificando a categoria em torno de reivindicações mais gerais, inclusive de forma organizada sindicalmente. Aprendem a improvisar diante da necessidade de adaptar as atividades previamente planejadas por falta de material pedagógico, lanche e veículo institucional. E, por vezes, lançam mão dos próprios recursos ao comprar água, papel higiênico, tinta ou mesmo para fazer pequenos reparos prediais. Em alguma medida, sempre extrapolando

suas atribuições, como o caso da servidora que fazia visitas de bicicleta quando o veículo institucional não dava as caras na unidade, e de outra que, mesmo sabendo que acabava reforçando a tutela que tanto queria superar, pagava a passagem de ônibus dos adolescentes sob medida socioeducativa em meio aberto na ausência dos vales transporte para evitar, segundo ela, a chamada evasão do serviço.

O que talvez explique essa doação toda ao trabalho de alguns seja a natureza desse próprio trabalho. Faz parte dele buscar “o atendimento de necessidades imediatas percebidas no cotidiano do usuário no sentido da melhoria das condições de vida”. Com a Política Nacional de Assistência Social, isso “diz respeito à oferta de serviços socioassistenciais ao usuário a partir da concretização de direitos sociais, civis e políticos”, o que demanda “assinalar que a prestação desses serviços para além de requerer o domínio das técnicas necessárias, implica, em larga medida, a prática do cuidado”. Um cuidado muito específico, diferente daquele do plano da “afetividade expressa espontaneamente, como ocorre no ambiente doméstico”. Trata-se, em última análise, do “cuidado tornado profissão, quando a dedicação e o afeto passam a ser, também, técnicas remuneradas” (Mendes, 2011, p. 97).

Como técnica remunerada, o cuidado

faz emergir o conflito investir/desinvestir afeto na relação com o usuário da assistência social. Isto porque, o servidor se vê entre a necessidade de efetivar a relação e o receio de se haver com o sofrimento decorrente, sobretudo, da impossibilidade de oferecer um atendimento adequado devido aos limites colocados pela instituição nesse sentido. No entanto, cabe explicitar que, ao mesmo tempo que o servidor não é indiferente à dor do usuário, é justamente nessa possibilidade de contribuir para atender as suas demandas que reside a motivação maior do servidor para o trabalho (Mendes, 2011, p. 97-98).

É uma relação complexa, é verdade, mas que também acaba definindo os bons e os maus servidores. Enquanto aqueles poucos que resolvem investir nela costumam ser mais bem reconhecidos, os que seguem pelo outro caminho deixam a desejar. O problema é que, em se tratando de cuidado, o trabalho desenvolvido nos CRAS, CREAS, abrigos institucionais e congêneres é muito difícil de medir. Quase invisível. Por isso, todo mundo pode ser um excelente ou um péssimo profissional o tempo todo a depender do vínculo formado com a criança, o adolescente, a mãe, a avó, a tia, enfim, com a família atendida aos olhos deles, dos colegas e da própria Funpapa. De quanto esse vínculo é forte o suficiente para ter o poder de influenciar concepções, comportamentos e projetos de vida, sobre o que gostaria de tratar mais adiante.

Sem dúvida, são achados muito importantes. Mas o que talvez mais nos interesse seja o que Mendes (2011) observou quanto ao contexto em que os servidores da fundação se

compreendem. Ainda que eles tenham a clareza de que a assistência social se trata de um direito e não um favor ou uma cooptação eleitoreira da população mais pobre, e que por isso mesmo deve ser assegurado de forma qualificada, no que a capacitação teria um papel fundamental apesar do “pouco investimento da Funpapa nos seu próprio capital humano” (sic), a amostra deixou evidente posições bem diferentes em relação à Política Nacional de Assistência Social: enquanto algumas se alinhavam mais às novas normativas por considerá-las um verdadeiro marco civilizatório; outras as acusavam de engessar as coisas que antes estavam mais ao sabor da imaginação e que, por isso, acabavam sendo bem mais transformadoras. Agora bastava enquadrar os casos num ou noutro serviço, pouco importando os impactos sobre a dura realidade.

Portanto, a unanimidade em torno da Política Nacional de Assistência Social é um mito. Já era de se esperar que tivesse havido uma ou outra resistência local, ainda que não organizada e com um caráter mais individual. Afinal, o município deixou de ser protagonista da própria política de assistência social para encampar uma política pública inteiramente desenhada fora daqui. Mesmo assim, é inegável que ela se incorporou, em alguma medida, no discurso e na prática de todos os servidores da Funpapa, afinal se constituiu no modo de pensar, falar e fazer assistência social em Belém do Pará nos últimos vinte anos.

Dissonâncias não são tão raras, muito menos silenciosas. Mesmo assim, tendem a se manifestar por dentro do próprio dispositivo de assistência aos pobres, seja pelo saudosismo das práticas de um passado mais recente, como os projetos dos primeiros governos Edmilson Rodrigues, seja pela aposta redobrada no novo modelo de assistência, tanto pela reinterpretação da metodologia de um serviço ou outro quanto pela defesa de tê-los todos implementados, funcionando a todo vapor, o que perpassa necessariamente pela discussão do financiamento da política pública em Belém do Pará, que tem se revelado um verdadeiro campo de batalha.

Esse campo de batalha tem muito a ver com os repasses federais e estaduais pactuados com o município por meio dos fundos de assistência social. Segundo o *Diagnóstico Socioterritorial* presente no *Plano Municipal de Assistência Social de Belém de 2022/2025*, o orçamento da Funpapa girava em torno de sete milhões e oitenta mil reais em 2022. Esse mesmo orçamento havia sido previsto para 2023, 2024 e 2025 sem qualquer atualização, apesar das necessidades apontadas e dos respectivos planejamentos de ampliação dos serviços executados pela fundação.

No entanto, em meio à pandemia de Covid-19, o governo Bolsonaro impôs uma série de cortes aos fundos de assistência social. Entre 2019 e 2021 os repasses federais despencaram

de três bilhões para novecentos e dez milhões de reais, gerando um verdadeiro “fecha-fecha de CRAS em muitos municípios do país” (sic), como se falava na época.

Obviamente que o FMAS também amargaria perdas. Só em 2021, a Proteção Social Básica teve um corte de quase 60% e a Proteção Social Especial, de quase 70%. Esses cortes somaram mais de quatro milhões e setecentos mil reais, comprometendo quase todo o orçamento da fundação para o período. A precarização dos serviços foi escalando, a ponto do Espaço de Acolhimento Euclides Coelho Filho, por exemplo, ter ficado sem fraldas para as crianças sob medida de proteção de acolhimento institucional. Em contrapartida, a gestão local se mostrou pouco empenhada em confrontar o governo Bolsonaro, fosse no âmbito do próprio SUAS fosse fora dele, como na arena política ou mesmo judicial.

Em 2022, o pessoal da fundação deflagrou greve em busca da recomposição do orçamento da Funpapa, melhoria das condições de trabalho e dos serviços ofertados à população do município, além do realinhamento da tabela prevista no plano de cargos, carreiras e salários da categoria. Resultante do movimento, que contou com vários atos de rua, a Defensoria Pública do Pará convocou uma audiência pública, realizada no CIIC no dia 1º de julho de 2022. Das informações colhidas nessa audiência, junto com a Defensoria Pública da União, o órgão promoveu uma ação civil pública para regularizar os repasses federais, buscando ainda uma indenização de dois milhões de reais por danos morais coletivos (Processo n. 1026362-25.2022.401.3900).

Nessa conta, a típica morosidade judicial não foi considerada. Em mais de um ano e seis meses, sequer chegou a analisar o pedido de tutela antecipada apesar dos pedidos reiterados da Defensoria Pública da União e do parecer favorável do Ministério Público Federal. Quando o fez, indeferiu o pedido sob o argumento de que, pelo decurso do tempo, não havia informação juntada aos autos que indicasse a “atualidade no perigo da demora” (sic), mandando citar a parte ré para apresentar defesa. Enquanto isso, a precarização dos serviços escalou ainda mais. Mesmo com as filas e as agendas de atendimento cada vez mais lotadas, as unidades nem água tinham. Algumas delas, inclusive, funcionavam com a estrutura parcialmente interditada, como os CRAS Aurá, Cremação e Icoaraci.

Em 2023, o pessoal da fundação voltou a deflagrar greve. O movimento exigiu, dentre outras coisas, que a gestão local buscasse diretamente o MDS para regularizar os repasses federais. No entanto, a recomposição do orçamento da Funpapa foi gradual. Muito disso por conta da Emenda Constitucional n. 126, de 21 de dezembro de 2022, conhecida como PEC da Transição, que autorizou o atual governo Lula a deixar cento e quarenta e cinco bilhões de reais fora do antigo teto de gastos, incluindo nesse montante o Programa Bolsa Família, então

chamado de Auxílio Brasil; e também pela captação de emendas parlamentares no Congresso Nacional e na Câmara Municipal para a fundação, por meio das quais foi possível reformar as unidades em situação mais crítica.

À primeira vista podemos acreditar que os cortes dos fundos de assistência social foi obra do governo Bolsonaro. No entanto, o contingenciamento da Política Nacional de Assistência Social não é tão recente. No artigo *Financiamento da assistência social em Belém: um estudo sobre o fundo municipal entre 2006 e 2017*, Ferreira (2022) faz um recorte da pesquisa desenvolvida no Curso de Mestrado do PPGSS/ICSA/UFPA sobre os repasses federais e estaduais que compõem o FMAS e sobre o montante executado financeiramente pelo município.

Segundo ele, os fundos de assistência social “são instrumentos de gestão orçamentária e financeira com personalidade jurídica própria”, e por meio dos quais “devem ser alocadas as receitas e executadas as despesas relativas ao conjunto de ações, serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social”. Portanto, “é por este instrumento que são contabilizados, nos municípios, os recursos oriundos do cofinanciamento federal, estadual e municipal”. No entanto, “uma considerável parcela ainda passa por fora desse instrumento contábil/orçamentário, o que implica em dificuldades para o controle da sua execução”. Por isso, é “muito comum encontrarmos discrepâncias entre as cifras em diferentes documentos, mesmo quando elas descrevem o mesmo serviço, programa ou ação”. É o caso, por exemplo, do FMAS: “quando tentamos cruzar os dados do cofinanciamento [...] usando orçamento municipal e o SuasWeb encontramos esses problemas”. Isso porque, em Belém do Pará, o financiamento dessa política pública se constitui “também do orçamento da Funpapa”. Mais precisamente,

os valores destinados ao orçamento da Funpapa representam em sua maior parte o financiamento da estrutura, recursos humanos e gestão, enquanto o FMAS representa o financiamento dos serviços, programas, projetos e ações, distribuídos entre os diferentes níveis de proteção. Em média o FMAS representou entre os anos de 2006 e 2017 25,64% do orçamento da Funpapa, com alta em 2006 (39,99%) e baixa em 2017 (11,77%) (Ferreira, 2022, p. 163-165).

Nesses doze anos, mesmo com a municipalização de muitos serviços da Política Nacional de Assistência Social, os repasses estaduais reduziram significativamente. Nos exercícios financeiros de 2006, 2009 e 2013, chegaram até mesmo a zerar. Para Ferreira (2022) isso se deve à falta de uma normativa que determine os percentuais fixos ou mínimos para o financiamento quando a execução de um serviço é transferida de uma esfera de governo para

outra. Por isso, não surpreende que a média dos repasses federais nesse período tenha variado de 60 a 70%, seguido dos repasses municipais, cuja média variou de 20 a 30%. Enquanto isso, a média dos repasses estaduais não chegou a sequer 2%.

Para piorar, Ferreira (2022) aponta que os repasses federais, que em 2006 chegavam a mais de quinze milhões de reais, só foram caindo, chegando a um pouco mais de treze milhões de reais em 2017. Mesmo que os repasses municipais em alguns exercícios financeiros tivessem aumentado em cerca de um milhão de reais para tentar repor o montante orçado, também só foram caindo. De mais de cinco milhões reais em 2006 para um pouco mais de três milhões de reais em 2017. Essa queda durante toda a série histórica levou ao que ele chamou de involução do FMAS, o que se repetiu, em alguma medida, em todos os fundos de assistência social, sobretudo dos municípios do norte e nordeste do Brasil. Nesse contexto, surgiu o debate em torno de um percentual mínimo destinado ao financiamento da assistência social, um novo marco financeiro, parecido com o modelo impositivo da saúde e da educação.

O debate se acentuou durante o governo Bolsonaro, especialmente quando o deputado Danilo Cabral apresentou a Proposta de Emenda Constitucional n. 383, de 9 de novembro de 2017, conhecida como PEC do SUAS que, grosso modo, fixa os repasses federais aos fundos de assistência social a 1% da receita líquida do tesouro nacional do respectivo exercício financeiro.

No texto de justificação prévia, o deputado explica:

Em todo Brasil, municípios aderiram ao SUAS e implantaram unidades públicas territorializadas com o objetivo de prover proteção social, por meio dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, dos Centros de Referência Especializados – CREAS, dos Centros de Referência para a População em Situação de Rua – Centro POP. A dimensão adquirida pelo sistema revela a enorme demanda reprimida por serviços de assistência social existente no país. Dados mais recentes revelam que a rede constituída atende mais de 30 milhões de famílias referenciadas nos mais de 8 mil CRAS e CREAS. Apesar da reconhecida importância do SUAS para a garantia do direito à assistência social, o Governo Federal enviou este ano para o Congresso Nacional o Projeto de Lei Orçamentária prevendo um corte superior a 90% do orçamento executado em 2016, colocando em risco a continuidade do funcionamento do sistema (Brasil, 2017, p. 2).

Tomando por base o *Parecer sobre o Relatório de Gestão Fiscal de 2022* da Coordenação de Auditoria Contábil e Financeira do Senado Federal, 1% da receita líquida do tesouro nacional representava, só naquele ano, mais de doze bilhões e quinhentos milhões de reais.

No encontro *Caminhos para a reconstrução do SUAS no Brasil* promovido pelo Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas), realizado no

Centro Cultural e Turístico Tancredo Neves (Centur) nos dias 9, 10 e 11 de agosto de 2023, que reuniu conselheiros, gestores e trabalhadores da assistência social dos três níveis de governo, além de movimentos sociais e representações de usuários do norte do Brasil, a PEC do SUAS foi uma das principais pautas.

A PEC do SUAS recebeu apoio massivo da plenária, que ainda sugeriu a mobilização de grupos de pressão em torno da aprovação do novo marco financeiro da Política Nacional de Assistência Social, retomando o debate que havia ficado de lado no início do atual governo Lula.

Essa mobilização partiu daqui, de Belém do Pará, projetando o município regional e, até mesmo, nacionalmente. Contudo, o debate não se restringe apenas aos repasses federais e estaduais. Envolve também a execução financeira, outro grande problema.

Não bastasse a involução do FMAS, Ferreira (2022) ainda identificou que o município executa o montante abaixo do próprio orçamento. A média de execução da Funpapa, mais precisamente, variou de 50% em 2013 a 90% em 2015, cuja diferença gera um crédito que costuma ser reprogramado para o exercício financeiro subsequente. O que revela, segundo ele, um subaproveitamento de pelo menos um terço do montante destinado à Política Nacional de Assistência Social em Belém do Pará.

Mesmo que “esses valores, diferente da cota-parte municipal, permaneçam no FMAS, sendo reprogramados para anos posteriores, sua reduzida taxa de execução demonstra a baixa capacidade de planejamento e gestão dos recursos”. Além do mais, “esse déficit na execução também faz reduzir os repasses posteriores da União, já que indicam contabilmente que não estão sendo necessários” (Ferreira, 2022, p. 171).

Essa contradição diz muito sobre nós, que compomos o quadro de servidores da Funpapa. Esperneamos por não termos o suficiente para fazer tudo o que gostaríamos, mas sequer conseguimos usar a tempo aquilo que temos, com sorte, talvez no próximo ano. Portanto, a estratégia de defesa daquelas equipes de referência que aprendem a improvisar diante da necessidade de adaptar as atividades previamente planejadas por falta de material pedagógico, lanche e veículo institucional dialoga diretamente com a falta de direção da gestão local quanto à execução financeira. E assim, vamos todos fazendo de qualquer jeito. Como um pacto silencioso, só muito raramente denunciado, como nas greves da categoria.

Não por acaso Dejure (2006) já tivesse reconhecido que as categorias que lutam por meio de greves no nosso tempo tenham que lidar com a desaprovação geral e com a vergonha de protestar quando outros são muito mais desfavorecidos, dando a entender que até quando encaramos o problema de frente sofremos de alguma maneira. Em outras palavras, fazer parte

do pacto ou rejeitá-lo são implicações da Política Nacional de Assistência Social nos processos de subjetivação e socialização de gestores e trabalhadores da assistência social, o que também ocorre com as famílias atendidas, ainda que de uma outra forma. Tratem-se disso agora.

4.3 VIDA E MORTE COM A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os trabalhos derivados da Linha de Pesquisa *Formação Humana e Cidadania* do PPFH/CEH/UERJ sobre as implicações das políticas públicas nos processos de subjetivação e socialização já têm abordado o papel da Política Nacional de Assistência Social na normalização das formas de vida das famílias em vulnerabilidade e risco social. São pesquisas que nos dão pistas de como o neoliberalismo, por meio de uma governamentalidade própria, articula os discursos e as práticas que o reproduzem a partir do dispositivo de assistência aos pobres. Com sorte, descobrir como os mecanismos mais sutis e economicamente muito mais racionais desse novo modelo de assistência capturam e conduzem a população mais pobre.

Na dissertação *Família em vulnerabilidade social: uma produção de demanda*, Lino (2010) se propôs a discutir, por meio do estudo de casos da Casa-Lar e do CREAS de Vassouras, o controle que os trabalhadores da assistência social exerciam sobre as famílias atendidas e, em certa medida, das repercussões desse controle.

Dentre os casos estudados por Lino (2010) destaco o de uma adolescente que ficou quase um mês na Casa-Lar de Vassouras por conta de uma discussão familiar. O avô, com quem ela morava, dizia que não conseguia controlá-la devido ao seu temperamento forte. O pai, por sua vez, temia confrontá-la, terceirizando decisões, primeiro ao conselho tutelar, depois à assistente social da Casa-Lar, em quem a família confiava para lidar com a rebeldia da adolescente.

Esse caso, na verdade, é bem parecido ao caso de outra adolescente que foi encaminhada ao CREAS de Vassouras pelo Juizado da Infância e da Juventude para o cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto por envolvimento numa briga, na qual teria lesionado uma colega da escola. No primeiro atendimento, a mãe se mostrou esgotada, sobretudo porque a filha saía e não tinha hora para voltar para casa, chegando a se revoltar com o juiz por não ter fixado uma espécie de um toque de recolher para a adolescente. Pelo difícil convívio, a mãe passou a fazer uso de calmantes. E a luz no fim do túnel era a psicóloga, a quem pediu para colocar algum juízo na cabeça da filha, fazê-la parar de aprontar.

Trata-se, segundo Lino (2010), da naturalização de uma autoridade que os trabalhadores da assistência social reúnem enquanto especialistas nos assuntos de família. Mas não de qualquer família, apenas de família pobre, para ser mais preciso. Auxiliando nos conflitos entre filhos, pais, avós etc. Autoridade essa muitas vezes reforçada pelo Sistema de Justiça, que faz uso dos CRAS, CREAS, abrigos institucionais e congêneres como o lugar, dentro da estrutura institucional do Estado, reservado à população mais pobre que insiste bater às portas dos pomposos fóruns e tribunais.

O curioso é que, pelas normativas da Política Nacional de Assistência Social, os conflitos familiares são objeto da Proteção Social Básica. A violência, por outro lado, da Proteção Social Especial. Parece algo muito bem definido e preciso, sem margem de erro. Mas os casos estudados por Lino (2010) mostram como, na realidade, essa fronteira é mais tênue do que essas normativas fazem crer, apesar da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais deixar claro que o fortalecimento da chamada função protetiva da família ser comum a todos os serviços dessa política pública, independentemente dos níveis de complexidade de proteção social.

Seja lá o que for a tal função protetiva da família, Lino (2010) dá a entender que, no discurso e na prática, acaba sendo entendida como a capacidade de vigiar os seus, de impor limites, de transmitir valores etc., como sugere a fala de uma conselheira tutelar que advertiu um pai pelo fato de ele não conseguir segurar a filha, ainda adolescente, que vivia pelas boates de Vassouras. Por passar a noite na rua coletando materiais recicláveis, ele não tinha como impedir que a filha saísse de casa, e por isso, a adolescente também foi parar na Casa-Lar do município.

Chama atenção que meninas a um passo da perdição parecessem ocupar uma preocupação muito particular a ponto de mobilizar juízes e conselheiros tutelares em defesa de sua candura, confiada aos cuidados dos trabalhadores da assistência social. Trata-se de uma justificativa mais ou menos comum para encaminhá-las àquelas instituições que se transformaram com o tempo, mas que sempre estiveram disponíveis ao menor sinal de que as rédeas se perderam.

Mesmo que a Norma Operacional Básica tenha superado o mito da desestruturação familiar por reconhecer diferentes modelos de arranjos familiares e por não defender um tipo ideal de organização socioafetiva, esses casos mostram como a Política Nacional de Assistência Social parece manejar aquele mesmo sentimento que circulava nos jornais de 1966 em Belém do Pará sobre adolescentes nas festas consideradas impróprias à moral e aos bons costumes. Desde aquela época, os trabalhadores da assistência social são aqueles que devem resolver o

problema das meninas que, aos olhos das pessoas de bem, pouco prezam pela própria reputação. Quando a normalização, o controle ao ar livre típico do dispositivo de segurança não é suficiente, recorre-se à boa e velha normação, ao confinamento típico ao dispositivo disciplinar, confirmando aquilo que Foucault (2005) disse sobre um se implementar pelo outro, dando força àquela interpretação da biopolítica como sinônimo de biopoder, aquele poder sobre a vida que congrega os dois tipos de dispositivos.

Por isso, podemos considerar que a família pobre seja o objeto-sujeito dos mecanismos mais sutis e economicamente muito mais racionais desse novo modelo de assistência, ou mesmo um mecanismo em si mesmo: o mecanismo-primeiro, sem o qual os demais não seriam possíveis.

Para Lino (2010), a família pobre é uma unidade da população e é a partir dela, segundo a Norma Operacional Básica, independentemente dos formatos que possa assumir, que se mediam as relações entre os indivíduos e a coletividade. É a zona de indeterminação entre o público e o privado, e por meio da qual o governo de toda a população se dá, tal como Foucault (2008a) já havia reconhecido no pai de família, no professor de sala de aula etc.

Afinal, a governamentalidade se implementa pelo governo de quem governa, o que ocorre ao fazê-lo governar da maneira que é governado, infiltrando e alcançando as camadas mais íntimas pela necessidade de correção moral.

Logo, “a família em vulnerabilidade social, ou seja, aquela atendida pela assistência social, passa a configurar uma forma de subjetividade que se relaciona a certos tipos de discursos produtores de verdades e de saberes desqualificadores”. E é “a presença de uma série de fatores como: ser pobre, não trabalhar, ter uma casa higienicamente incorreta”, que costumam ser “utilizados pelos especialistas como premissa de intervenção na dinâmica da família pobre” (Lino, 2010, p. 57).

Em outras palavras, exerce-se um controle total sobre os corpos.

Por corpos, devemos ter um entendimento amplo: um entendimento que considere a própria ideia de mentalidade. Como vimos com Foucault (2008a), a governamentalidade envolve necessariamente o poder pastoral, que age não só sobre o homem-corpo pelo confinamento, típico dos dispositivos disciplinares, mas também sobre o homem-espécie, pelo controle ao ar livre, típico dos dispositivos de segurança. Portanto, é correto dizer que o significado de corpos abrange os comportamentos enquanto expressão da relação consigo mesmo e com os outros.

Nessa mesma linha de raciocínio, também devemos incluir na equação a ideia de territórios. A partir da visão mais atual de Dardot; Laval *et al* (2021), Dias (2024b) nos alertou

no painel *Neoliberalismo, guerra e política* do simpósio promovido pelo Grupo de Estudos Gena-Amazônia, que o neoliberalismo produz um tipo de guerra civil que se trava no que ela chamou de corpo-território. A governamentalidade própria desse sistema normativo se dá, segundo ela, sobre os sujeitos que disputam, palmo a palmo, os espaços para a própria sobrevivência, o que não deixa de remeter a uma perspectiva biopolítica, na medida em que se reconhece na corporeidade da população as trincheiras e as fronteiras da guerra.

Assim, toda vez que falarmos de corpos falamos, de certo modo, de mentalidades e territórios. Essas duas chaves de leitura nos permitem dar uma interpretação mais crítica a dois termos muito comuns nas normativas da Política Nacional de Assistência Social, e que não estão inscritos no corpo sagrado do direito à toa: estou me referindo tanto aos chamados projetos de vida que os serviços dessa política pública impõem à população mais pobre, quanto à sua capilaridade territorial.

A título de exemplo, o serviço de convivência familiar e comunitária ofertado nos CRAS e nas entidades não-governamentais que integram o SUAS tem como objetivo “estimular o desenvolvimento de potencialidades para novos projetos de vida”. Objetivo que o serviço de medida socioeducativa em meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade) ofertado nos CREAS também busca ao priorizar construção daqueles “projetos de vida que visem à ruptura com a prática de ato infracional”. Assim como o serviço para pessoas em situação de rua ofertado nos Centros POP e aquele ofertado, para esse mesmo público, nos abrigos institucionais e congêneres, cujo propósito é a “construção de novos projetos de vida” (Brasil, 2009b, p. 17, 21, 34 e 40).

Estimular, priorizar ou construir novos projetos de vida só é possível porque a Política Nacional de Assistência Social alcança as vidas vividas na periferia, em meio às facções e debaixo do viaduto, já que se trata de “uma política pública cujas intervenções se dão essencialmente nas capilaridades dos territórios”. Algo que exige “um reconhecimento da dinâmica que se processa no cotidiano das populações”. E na medida em que atua nessas realidades bem localizadas, permite que os gestores e os trabalhadores da assistência social se deparem com os arranjos muito particulares, de modo a “tornar visíveis aqueles setores da sociedade brasileira tradicionalmente tidos como invisíveis ou excluídos das estatísticas” (Brasil, 2004a, p. 16).

Conhecendo o mundo em que se insere, e o cobrindo com sua rede tentacular, é como se a lógica por trás no novo modelo de assistência fosse zerar o jogo, reiniciando-o numa última tentativa de fazer aquelas vidas vividas nas periferias, em meio às facções ou debaixo dos viadutos valerem de alguma coisa.

É verdade que os novos projetos de vida podem viabilizar “experiências e manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer” ou mesmo incentivar a “participação cidadã”. Assim como a capilaridade territorial eventualmente possibilite “o desenvolvimento de potencialidades e ampliação do universo informacional e cultural” (Brasil, 2009b, p. 19 e 22). Mas não nos enganemos: planejar o futuro fora de uma forma de vida muito particular não é uma opção, até porque a maneira como o dispositivo de assistência aos pobres costuma ser operado não dá muitas brechas para a imaginação, conformando os corpos nas possibilidades permitidas.

Devemos perguntar: que possibilidades são essas?

Na dissertação *Entre os direitos e a filantropia: práticas da assistência social e controle da vida*, Siqueira (2011) analisa, por meio do estudo de casos do CRAS Bracuhy, em Angra dos Reis, o que ela chamou de bem-fazer, e o que isso tem a ver com o que se espera da população mais pobre.

Segundo ela, facilitar o acesso ao Programa Bolsa Família, que na época girava em torno de trinta a cento e vinte reais, era um bem-fazer. O valor do benefício costumava ser usado pelas famílias atendidas para comprar o gás ou pagar a conta de luz, e eventuais dificuldades para acessá-lo poderia significar um mês, dois meses, até três meses cozinhando a lenha ou dormindo no escuro. A doação de cestas básicas, que aqui em Belém do Pará chamamos de apoio alimentar, também era um bem-fazer, e mesmo para quem era beneficiário do Programa Bolsa Família, tratava-se de um recurso fundamental para garantia de comida na mesa, porque não dava para contar só com os bicos, como são popularmente chamados os trabalhos eventuais no mercado informal, que apareciam. Não por acaso, a cesta básica fosse a principal demanda do CRAS, seguida da passagem de ônibus, outro bem-fazer, muito procurado para chegar ao centro da cidade, onde os bicos são mais comuns, embora as *Orientações Técnicas dos Benefícios Eventuais de 2018* especifiquem hipóteses bem precisas para a concessão de passagem, por se tratar de objeto de outra política pública: a Política Nacional de Mobilidade Urbana.

No entanto, Siqueira (2011) esclarece que, ainda que recorrentes, essas demandas eram reprimidas, já que não havia cestas básicas ou passagens de ônibus para todos que procuravam o CRAS Bracuhy, criando a necessidade de se administrar as filas de espera – não muito diferente daqueles que buscavam encaminhamentos ao posto de saúde e creche do bairro, assim como aos programas habitacionais do município, cartórios e órgãos do Sistema de Justiça –, e estabelecer os critérios para decidir quem seria atendido antes dos demais. Muitos desses entraves só eram resolvidos no próprio acompanhamento.

A propósito, Siqueira (2011) nos oferece uma explicação menos técnica sobre o termo acompanhamento, como vimos anteriormente, muito presente na história do dispositivo de assistência aos pobres, e não por acaso, inscrito nas normativas da Política Nacional de Assistência Social. O acompanhamento, seja qual for o complemento – familiar, técnico, socioeducativo, interdisciplinar, socioassistencial e assim por diante –, é a inclusão dos trabalhadores da assistência social no cotidiano das famílias atendidas por meio de visitas domiciliares, escutas qualificadas, atendimentos individuais e grupais. Portanto, o acompanhamento implica fazer parte do dia a dia delas; de saber, com detalhes, o que se passa; de poder, assim, assisti-las, orientá-las, encaminhá-las; enfim, guiá-las.

É algo muito parecido, é verdade, ao método etnográfico que Malinowski (1978) propôs no livro *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia* de poder entender outro mundo ao entrar nele, de vivê-lo. A diferença é que o conhecimento, no nosso caso – os trabalhadores da assistência social –, não é exatamente o fim-último.

Mesmo quando não temos muito a oferecer, o que acontece na maioria das vezes, sempre há uma orientação ou outra engatilhada, uma possibilidade a acenar, ou um projeto de vida melhor que aquela vida desgraçada. À medida que conquistamos a confiança das famílias atendidas, a resistência do início costuma dar lugar a novas aberturas, ou seja, “a partir do vínculo que se estabelece entre profissional e usuário é possível, cada vez mais e mais, ter acesso aos segredos ou particularidades vivenciadas por cada família” (Siqueira, 2011, p. 17).

Trata-se de uma atualização daquela relação entre obediência total, conhecimento de si e confissão a que Foucault (1990) se referiu ao tratar do poder pastoral que surgiu nos mosteiros da Idade Média e cujo jogo criou as condições para a formação do Estado nas sociedades modernas, e que nos dá o mesmo poder do pastor de decidir quantos Pais Nossos e Aves Marias rezar ou para que pastos mandar as nossas ovelhas.

Nesse relatório de visita domiciliar, podemos compreender melhor do que exatamente se trata esse tal jogo:

Realizamos visita à referida família e observamos que, de fato, as condições de moradia encontram-se muito precárias. Apenas a Sra. [Fulana] estava em casa, pois o Sr. [Ciclano] e seu filho [Beltrano] haviam saído para fazer bico em um hotel próximo. A Sra. [Fulana] relatou que seu filho não estava mais fazendo uso de substâncias psicoativas e que estava indo à igreja com ela e o marido (ambos são membros e uma igreja evangélica). Afirmou que estão sentindo muito frio à noite, porém explicou que não possuem outro local para morar. Sra. [Fulana] relatou que a família está vivendo sem renda fixa, já que os biscates que o marido e o filho fazem são incertos. Afirmou que possui mais três filhos além do [Beltrano]. Porém com o outro filho homem, que reside no Rio de Janeiro com muitas dificuldades, já não tem mais contato há cerca

de seis meses. Além dele, possui duas filhas em Volta Redonda, [uma] que está separada e em função disso sem local de moradia e [outra] que reside com o marido que é alcoólatra e vive situação de violência doméstica. Sra. [Fulana] afirmou que vieram de Pinheral – Volta Redonda, para trabalhar como caseiros há pouco mais de um ano. Porém, já não têm mais condições de retornar, pois não possuem trabalho e nem local de moradia [por lá]. Avaliamos que a família encontra-se em situação de risco social, ressaltamos a importância de ser verificada a viabilidade de inserção no Programa Aluguel Social – com vistas à obtenção de moradia própria. No CRAS, pretendemos trabalhar tanto aspectos relacionados ao empoderamento da família quanto aos seguintes aspectos: escolaridade e capacitação para o mercado de trabalho, além de ser prestada assistência com alimentação e articulação com a UBS Bracuhy para cuidados relacionados à situação de saúde da Sra. [Fulana] (Siqueira, 2009 *apud* Siqueira, 2011, p. 45-46).

A Sra. Fulana recebeu a equipe de referência do CRAS Bracuhy na sua casa, e nessa visita, contou detalhes da vida da sua família, retratando as dificuldades dela, do marido e dos filhos. Ciente do mal que paira sobre si e os seus, confessou-se por todos eles, talvez, com a esperança de se ver livre daquele mal, ao depositar confiança no caminho apontado pelos pastores, não só da igreja evangélica que frequenta, mas também os da Política Nacional de Assistência Social, cujos encaminhamentos precisa obedecer para ter, quem sabe, uma alimentação, um teto, um trabalho e até mesmo uma saúde melhor.

São possibilidades do bem-fazer, um investimento que nem todas as famílias atendidas sabem aproveitar: só aquelas com a capacidade de se adequarem às exigências. Em contrapartida, as que não se deixam capturar e conduzir, são deixadas de lado, mesmo que tenham o perfil da política pública. Portanto, não é o fato de ter direito que garante o acesso a algum serviço, programa ou projeto social, mas sim a submissão a uma série de condicionalidades, o enquadramento às regras do jogo, a normação-normalização. Nesse outro relatório, isso fica evidente. Nele, é descrito

o caso de uma família que reside em um dos morros no Centro de Angra dos Reis, composta por oito pessoas sem nenhum documento (um casal e seis crianças), todas analfabetas e sem nenhuma renda – há apenas uma renda oficiosa e incerta do [pai], que atua no tráfico de drogas. As crianças sofrem com a miséria em que vivem, e não podem frequentar a escola sequer para comer, pois os profissionais da educação relatam que já havia sido dada uma chance à família e a mesma não cumpriu o prazo para a entrega da documentação que viabiliza a matrícula. Esta família nunca se cadastrou no programa bolsa família, pois pessoas sem documentos não podem se cadastrar. Não há exceção. No momento, a família está morando de favor na casa de um vizinho, pois sua casa desabou com as chuvas e não pôde acessar o aluguel social da prefeitura, pois para isso é necessário ter documentos (Siqueira, s. d., *apud* Siqueira, 2011, p. 62-63).

Basta fazer pouco caso em ter uma certidão de nascimento para as portas se fecharem, ou sequer abrirem, e direitos, tão básicos aos nossos olhos, serem negados. Ainda assim, são vidas que importam para os trabalhadores da assistência social, que como bons pastores,

insistem em salvar aquela ovelha que se desgarrou, mesmo que ela não queira fazer parte do rebanho, já que não nos propomos

apenas a fornecer comida visando eliminar ou superar a miséria, mas a gerenciar, a administrar, a controlar o que foge ou poderá fugir ao padrão considerado normal. Este controle é um meio de alterar as formas de vida das famílias atendidas, de fazê-las viver dentro dos padrões considerados corretos (Siqueira, 2011, p. 12).

Entendo que tanto Lino (2010) quanto Siqueira (2011) chegam mais ou menos à mesma conclusão de que a estratégia da Política Nacional de Assistência Social seja inspirar, nessas famílias, interesses bem particulares. Fazê-las sonhar com uma forma de vida cuja dinâmica se inscreve nas relações de mercado ao incentivar o desejo mais íntimo em ter, consumir e acumular, mas sem criar condições materiais que as permitam, de fato, colocar tudo isso em prática.

Daí toda a importância à construção de novos projetos de vida, seja na periferia, entre às facções e debaixo do viaduto, graças àquela educação das massas tão defendida no colóquio *Walter Lippmann*. Afinal,

A estratégia neoliberal constituirá, então, em criar o maior número possível de situações de mercado, isto é, organizar por diversos meios (privatização, criação de concorrência dos serviços públicos, mercadorização de escola e hospital, solvência pela dívida privada) a obrigação de escolher para que os indivíduos aceitem a situação de mercado tal como lhes é imposta como realidade, isto é, como única regra do jogo, e assim incorporem a necessidade de realizarem um cálculo de interesse individual se não quiserem perder no jogo e, mais ainda, se quiserem valorizar seu capital pessoal num universo em que a acumulação parece ser a lei geral da vida (Dardot; Laval, 2016, p. 217)

Lembremos da previsão constitucional de confiar a essa política pública “a promoção e a integração ao mercado de trabalho” (Brasil, 1988, não paginado) da população mais pobre. Lembremos também das recomendações do *Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 1990* do Banco Mundial sobre a importância do mercado de trabalho, sobretudo o informal, para essa parcela da população e para a economia como um todo. Lembremos, ainda, que o momento de virada da grande assistência para o novo modelo de assistência entre as décadas de 1960 e 1970 coincide com a inclusão da pobreza nos cálculos governamentais.

Podemos dizer que, com o neoliberalismo, a pobreza, antes tão combatida, se normalizou, apesar de manifestações dela fora do normal, alheias a esse sistema normativo, ainda mobilizar forças que visem neutralizá-la. Desse modo, a pobreza atua na normalização

dos corpos, mas também suscita a normação desses mesmos corpos quando experimentam pobreza que ignorem ou ameacem as relações de mercado.

Em outras palavras, a pobreza atua na normalização dos corpos na medida em que é considerada uma realidade que os dispositivos de segurança devem sempre considerar para geri-la; e suscita a normação desses mesmos corpos porque só um tipo de pobreza – a pobreza neoliberal – é admitida, e qualquer outra deve ser corrigida pelos dispositivos disciplinares.

A pobreza neoliberal corresponde à lógica empreendedora a que Foucault (2008b) se referiu sobre o *homo oeconomicus*. Quando essa forma de vida na qual se é empresário de si mesmo é vivida na periferia, entre às facções e debaixo dos viadutos, aqueles corpos, até então descartáveis, agregam algum valor.

Talvez a estratégia do novo modelo de assistência se inscreva nessa dinâmica, mobilizando os discursos e as práticas do dispositivo de assistência aos pobres em função da lógica empreendedora.

No livro *La razón neoliberal: economías barrocas y pragmatía popular*, Gago (2014) explica como a comunidade que frequenta a feira *La Salada*, na Argentina, coloca em prática o que ela chamou de neoliberalismo debaixo. Ao produzir artigos falsificados de grandes marcas nos ateliês da *Villa*, periferia da grande Buenos Aires habitada majoritariamente por imigrantes, os pequenos empresários acabam viabilizando uma espécie de economia popular.

Com isso, Gago (2014) deixa claro que as condições materiais do neoliberalismo debaixo diferem das do neoliberalismo de cima, ou seja, daquele neoliberalismo amplamente difundido pelas técnicas governamentais, no caso da América Latina, impostas pelos regimes militares e agências multilaterais através das reformas do quadro jurídico-institucional dos últimos cinquenta anos. Em outras palavras, essa é a dimensão micropolítica do neoliberalismo.

Os casos de trabalho infantil a que me referi na introdução deste trabalho mostram muito bem essa dimensão micropolítica do neoliberalismo.

Lembremos que uma dessas famílias morava numa área de ocupação chamada Vila Rosinha, numa baixada no Bairro da Campina de Icoaraci. A casa de madeira foi construída sobre um terreno alagado, cujo acesso era por meio de pontes improvisadas feitas de tábuas reaproveitadas. O banheiro, também de madeira, ficava do lado de fora, indicando a ausência de saneamento básico. Essa família chegou ao atendimento do CREAS José Dias por conta da ocorrência de trabalho infantil no espaço da rua: um dos filhos, de 12 anos, foi abordado com um isopor vendendo caranguejos numa esquina próximo à feira do bairro onde mora. Esquina essa que ele também campinava com o auxílio de um terçado enquanto aguardava os potenciais clientes se aproximarem.

Em casa, encontramos apenas os filhos. A mãe havia saído cedo para trabalhar. Após despretensiosamente jogar conversa afora, certificamos que eles haviam deixado de buscar a subsistência nas ruas, e como prêmio, deixamos o apoio alimentar. O atendimento da família havia se iniciado antes da pandemia, mas o acompanhamento ficou prejudicado após as medidas sanitárias de distanciamento social. O que não impediu a vigilância *in locu*.

Lembremos também que a outra família morava nos fundos de um terreno que fica numa baixada do Bairro da Agulha, conhecida popularmente como Baixada Fluminense. A casa, também de madeira, tinha um acesso difícil, pois nem todo o caminho até ela contava com tábuas que fizessem as vezes de uma ponte. Em certos trechos, apenas lama. Assim como a anterior, essa família passou a ser atendida no mesmo CREAS pela ocorrência de trabalho infantil no espaço da rua: três irmãos, de 8 a 12 anos, foram abordados vendendo balas e lavando para-brisas no cruzamento de duas movimentadas avenidas da cidade.

Diferente da família anterior, esta já estava em acompanhamento no CREAS José Dias e havia vinculado com a equipe de referência dos serviços da unidade. Apesar disso, a mãe e os filhos continuavam buscando a subsistência nas ruas, conforme notificações do conselho tutelar e dos serviços do CREAS do território em que costumavam vender balas e lavar para-brisas. Mesmo reincidente, a família recebeu o prêmio à custa de mais um sermão. Bem-vindo naquele momento muito difícil, o apoio alimentar valia o puxão de orelha.

Depois dessa, houve tantas outras visitas, todas com a mesma finalidade. Com a retomada do acompanhamento, a mãe e a filha foram incluídas em diversos cursos livres, ofertados pela Funpapa no CREAS José Dias. Lembro bem delas terem concluído, ao menos, os cursos de jardinagem e panificação, este último, um dos mais concorridos entre as famílias atendidas na unidade. O curso fez surgir, paradoxalmente, outro tipo de trabalho infantil no território: adolescentes que faziam e vendiam os próprios bolos de pote, chegando a ofertar o produto, para nossa surpresa, na recepção do CREAS.

Parecem-me um bom exemplo exatamente porque mostram como o nosso trabalho é desenvolvido na perspectiva de auxiliar essas famílias a “construir projetos pessoais e sociais e desenvolver a autoestima” ao “alcançar autonomia, independência e condições de bem-estar” (Brasil, 2009, p. 30).

Esse auxílio passa, estrategicamente, pela preparação dos pais ou responsáveis para o mercado de trabalho, já que, como mostram os dados do serviço de abordagem social do CREAS José Dias, consolidados de janeiro de 2019 até o final de fevereiro de 2024, de todos os oitocentos casos de trabalho infantil identificados nesse período só nos Distritos de Icoaraci

e Outeiro de Belém do Pará, 86,59% deles tinham algo em comum: os pais ou responsáveis estavam desempregados.

É importante observarmos que esse mercado de trabalho quase nunca remete ao mercado de trabalho formal, cujos postos contam, em tese, com a proteção mínima da lei. Remete, em sua maioria, ao mercado de trabalho informal, no qual nem a atividade e nem mesmo a renda são seguras. É para esse mercado informal que alguns pais ou responsáveis acabam sendo preparados segundo a lógica empreendedora do *homos oeconomicus*. Estou me referindo, por exemplo, aos mais recentes cursos livres de jardinagem, panificação, hamburger artesanal, corte de cabelo, designer de sobancelhas, conserto de celular etc. ofertados pela Funpapa não muito diferentes daqueles cursos, também livres, ofertados pela fundação entre as décadas de 1980 e 1990, portanto, antes mesmo da Política Nacional de Assistência Social.

Como vimos no segundo caso, a preparação dos pais ou responsáveis para o mercado de trabalho informal não exclui, ainda, a possibilidade preparação e de inserção dos filhos a partir dos 14 anos em “programas e projetos de preparação para o trabalho e de inclusão produtiva” (Brasil, 2009, p. 46), sem muita preocupação de sobrecarregá-los com obrigações profissionais além das obrigações escolares.

Ou seja, combate-se o trabalho infantil, que leva muitos meninos e meninas a evadirem da escola, por iniciativas que, no final das contas, também podem esgotá-los física e mentalmente. Iniciativas como o Programa Jovem Aprendiz costumam ter cobranças excessivas de performance e resultados, quase sempre permeados por uma dura rotina entre casa, escola e curso-trabalho, geralmente marcada por longas distâncias e horas a fio no transporte público, afinal, as oportunidades mais cobiçadas tendem a ser longe das periferias, onde mora a população mais pobre.

É o tipo de coisa que, mesmo sendo de nosso conhecimento, ignoramos. Ignoramos porque, casos como esses representam um trabalho bem-feito, são motivo de orgulho. É o perfeito exemplo de um novo projeto de vida, construído com nossa ajuda. Quando conseguimos dar sentido a uma vida que, até então, de nada valia, de enfim poder dizer que a vulnerabilidade e o risco social que assombravam dada família foram superadas.

Assim, vamos reproduzindo o neoliberalismo para os pobres, ou mesmo, contribuindo para o neoliberalismo dos pobres.

No artigo *Assistência social e biopoder: produzindo vulnerabilidades, prevenindo riscos e normalizando as formas de viver*, Lino e Siqueira (2013) alinham suas pesquisas e reforçam o entendimento comum de que, apesar do que elas chamam de submissão da subjetividade, uma alternativa possível aos trabalhadores da assistência social seja reconhecer

as estratégias da população mais pobre sobre a própria forma de viver sem desqualificá-las. Contudo, nenhuma delas chega a abordar eventual agência ou mesmo alguma resistência das famílias atendidas à Política Nacional de Assistência Social.

Ao ignorarmos as contraestratégias do outro lado do balcão dos CRAS, CREAS, abrigos institucionais e congêneres, continuamos incapazes de pensar um uso-outro ao dispositivo de assistência aos pobres ou, quem sabe, inoperá-lo. O que metodologicamente só seria possível, é verdade, se considerada a perspectiva dos próprios vencidos, nos termos de Walter Benjamin, ou das próprias vítimas, nos termos de Elsa Dorlin.

Na verdade, não identifiquei nenhum outro trabalho derivado da Linha de Pesquisa *Formação Humana e Cidadania* do PPFH/CEH/UERJ que enfoque em algo parecido a uma subversão dos processos de subjetivação e socialização dessa política pública. Indo além de uma leitura passiva ou vitimista da população mais pobre. O estado da arte, nesse campo, parece ainda se dedicar apenas a uma das mãos da via cujo fluxo é nos dois sentidos.

A realidade, portanto, é bem mais complexa do que podemos supor, e talvez seja por isso mesmo que, contra esses usos-outros, se levantem forças reacionárias, inclusive do próprio Estado. Desse modo, insistir nos arranjos próprios da periferia, das facções ou dos viadutos pode ser uma sentença de morte, a cargo de outra estrutura institucional do Estado também voltada à população mais pobre. Afinal, o Estado que cuida, é aquele que também prende, e que às vezes, extermina.

Se falharmos na nossa missão de inspirar a pobreza neoliberal ou se dermos de ombros, pode ser que “o pobre de hoje seja o bandido de amanhã” (Lino, 2010, p. 63). Genealogicamente, isso faz todo o sentido: basta lembrarmos da origem mais ou menos comum da assistência social e da polícia moderna, que Chamayou (2012) identificou ao estudar a caça aos pobres. O que nos dias de hoje voltaram a se confundir.

Então, não nos causa surpresa o que Wacquant (2001) conclui no livro *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos* de que o Estado caritativo do século XX viabilizou o Estado penal do século XXI. Aquela velha guerra contra a pobreza deu lugar a uma nova guerra: a guerra contra os pobres, na qual as políticas públicas voltas ao cuidado funcionam como instrumento de vigilância e controle dos desempregados, potencialmente perigosos, e as prisões, mais do que nunca superlotadas, respondem a eventuais resistências a essa vigilância e controle, tornando-se um mercado lucrativo por meio da privatização do sistema carcerário nos últimos anos nos Estados Unidos e que se ensaia em muitos outros países, como no Brasil. Refiro-me, mais precisamente, ao Decreto n. 11.498, de 25 de abril de 2023, e

ao Decreto n. 11.964, de 26 de março de 2024, por meio dos quais o atual governo Lula incluiu no Programa de Parcerias e Investimentos a segurança pública e o sistema carcerário.

Trata-se de uma evidência de que o pastor seja, na verdade, um caçador. Logo, a dicotomia que Bourdieu (1998) defende no livro *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal* entre o que ele próprio chama de mão esquerda do Estado, que reúne o conjunto dessas políticas públicas, onde se encontram os trabalhadores sociais, e mão direita, que reúne aquelas outras que cobram, arrecadam e punem, onde se encontram, por outro lado, os burocratas e demais carreiras públicas muito bem pagas, talvez não seja tão sectária ou rígida assim.

Dobrando a aposta, no painel *Neoliberalismo, guerra e política* do simpósio promovido pelo Grupo de Estudos Gena-Amazônia, Deluchey (2024) explicou que a biopolítica tem dois lados, como Jano, o deus romano da mudança, que tem duas faces: o lado *a*, que faz viver; e o lado *b*, que deixa morrer. Se a governamentalidade de antes (liberal), e principalmente a de agora (neoliberal), mobilizam esse lado *b* por meio dos dispositivos disciplinares e de segurança, estamos falando, portanto, de uma arte de governar com uma pulsão de morte. A esse lado *b*, a essa pulsão de morte da governamentalidade, Agamben (2007) chamou no livro *Homo sacer I: o poder soberano e a vida nua* de tanatopolítica, em referência a Tanatos, o deus grego da morte. E Mbembe (2018) chamou no livro *Necropolítica: biopoder, soberania, Estado de exceção, política da morte* de necropolítica, em referência a cadáveres. Embora tratem da mesma coisa, diferem quanto ao olhar.

Enquanto que a tanatopolítica se constitui como uma categoria ontológica, que tenta identificar esse lado *b* a partir de um paradigma, o campo de concentração de confinamento e extermínio de judeus durante a segunda guerra, marco da história recente do norte-global; a necropolítica, por sua vez, se constitui numa categoria epistemológica decolonizada que tenta encontrar as origens desse lado *b*, tomando como ponto de partida a escravidão racial durante o processo de colonização, cuja prática e efeitos marcaram o sul-global a mais de quinhentos anos. Portanto, a necropolítica acaba dialogando mais diretamente com a nossa história.

A Política Nacional de Assistência Social é claramente uma política pública de cuidado, e como tal “não pretende acabar com a pobreza, diminuir as desigualdades sociais, favorecer o aumento da empregabilidade, mas sim tornar contáveis, visíveis e normalizados os que lhe escapam, gerenciando com isso suas vidas, seus riscos” (Lino, 2010, p. 97-98).

Como a mão esquerda do Estado, nela vemos o lado *a*, a face que primeiro se apresenta à população mais pobre para fazê-la viver. Viver, no entanto, de uma forma bem específica. Ao

não se prostrar diante dela, outras políticas públicas, inclusive não oficialmente instituídas, lá da outra mão do Estado, revelam o lado *b*, a face escondida, a que deixa morrer.

Não necessariamente sejamos nós, os trabalhadores da assistência social, que chegamos sempre primeiro, na dianteira de outras forças do Estado. Afinal, não é todo dia que vemos um promotor ou um juiz andando pelos mesmos caminhos que percorremos em busca das famílias em vulnerabilidade e risco social. Mas há como essas forças nos usarem como batedores, usarem nossas informações, nossas impressões para, por exemplo, pedir ou mandar a polícia prender alguma das nossas ovelhas, suscitando todo um debate sobre a interface do SUAS com o Sistema de Justiça, cujo último desdobramento é bem recente. Refiro-me à Resolução n. 119, de 4 de agosto de 2023, do CNAS. Essa normativa em particular tenta garantir a independência das equipes de referência dos serviços, programas e projetos sociais em relação às requisições de promotores e juízes que possam comprometer a condução do trabalho desenvolvido com as famílias atendidas, o sigilo ético-profissional e, até mesmo, a segurança no território de atuação. Tenta, também, deixar claro que não é papel dessas equipes realizar perícias, produzir provas, averiguar situações de maus-tratos, apurar responsabilidades, inquirir, testemunhar, muito menos acompanhar oficiais de justiça, sugerindo o quão a posição de batedores é comum.

Por meio de uma caça aos pobres que se reveste de técnicas pastorais, hierarquizamos as ovelhas perdidas segundo cálculos governamentais bem definidos: as que podem ser resgatadas e reinseridas ao rebanho; as que podem ser resgatadas, mas não exatamente reinseridas ao rebanho; e as que não serão resgatadas, e que foram deixadas para trás, abandonadas a sua própria sorte. Essa hierarquia, dentre tantos outros fatores, gradaria o racismo de Estado, o que permite, lembremos, matar na biopolítica.

Com a gradação do racismo de Estado, é possível definir entre essas categorias de ovelhas aquelas que podem ser mais ou menos matáveis, inclusive, alvo do assassinio direto, inclusive, na forma de extermínio, tão comum nas nossas bandas.

Como nos mostrou Deluchey (2019) no relatório *Biopolítica e morte no Brasil: o extermínio da juventude negra (ultra)periférica na Amazônia*, no qual analisou as mortes violentas de jovens negros na periferia de Belém do Pará, a população mais pobre é aquela parcela da população que pode ser deixada para morrer e que, de fato, costuma ser o principal alvo do extermínio legitimado pela grande mídia e pelo próprio Estado. Desse modo, a Política Nacional de Assistência Social faz viver pelo cuidado ao mesmo tempo que, por esse mesmo cuidado, deixa morrer segundo cálculos governamentais que discriminam os candidatos à proteção e ao abandono, revelando o caráter racial do dispositivo de assistência aos pobres.

Desse modo “tanto o racismo quanto o colonialismo devem ser acrescidos às nossas reflexões sobre a periferia, a marginalidade e as relações destas com o poder assassino e o direito assassino expressos no Brasil e na Amazônia” (Deluchey, 2019, p. 56).

Os territórios da periferia, que são espaços heterotópicos, vão sendo invadidos, transformados em pastos. Sob a justificativa da lógica empreendedora do *homo oeconomicus*, ainda que se faça viver as ovelhas resgatadas, deixa-se morrer à vontade tantas outras, até mesmo as que foram reinseridas ao rebanho. Afinal, em algum momento, as ovelhas que foram salvas serão abatidas, seja para o sacrifício, seja pela sobrevivência de quem as pastoreia.

Corrigindo marginalmente as contradições intrínsecas e decorrentes do neoliberalismo, essa política pública viabiliza o lado *a* ao mesmo tempo que também viabiliza o lado *b* da biopolítica, um lado menos visto, é verdade, mas não por isso, o menos ativado dela. Por meio de uma caça aos pobres que se reveste de técnicas pastorais, a vida é completamente capturada pela pulsão de morte, que a conduz. Viver é estar sujeito ao risco de morrer a todo tempo e a qualquer momento, determinando as relações de poder permeadas pelo terror.

Ainda que com algum apego à vida, mesmo em se tratando das vidas descartáveis assim definidas segundo o valor conferido segundo os cálculos governamentais pelos quais hierarquizamos as nossas ovelhas a partir das relações de mercado, a Política Nacional de Assistência Social contribui para a legitimação da necropolítica, como um pasto que tem por trás um matadouro, e o que faz desse lócus onde vivem as ovelhas a um passo do abate o que Mbembe (2018) chamou de mundo de morte, onde se mede a partir da matabilidade de cada sujeito, grupo ou comunidade.

5 CONCLUSÃO

O conceito de dispositivo foi fundamental para a pesquisa. Desenvolvido por Foucault (1988; 1998; 1999; 2005; 2008a; 2008b) para estudar a sexualidade, e também a delinquência, loucura, pobreza etc. a partir das relações de saber-poder, cujo uso esteve, segundo Agamben (2005), muito tempo atrás, no centro de disputas teológicas sobre a natureza e a *práxis* da divina trindade, Deluchey (2016) entende o dispositivo como um método a dispor das ciências sociais e sociais aplicadas mais apropriada para analisar a relação entre dispositivos normativos e sujeitos de direitos.

Lembremos que o significado de dispositivo: um conjunto heterogêneo de discursos e práticas estrategicamente articulados em função de uma urgência de dado momento histórico, mas que pode variar de acordo com os jogos de poder, reafirmando ou mesmo mudando completamente as coisas, e que tem a capacidade de capturar a totalidade da vida. Como tal, serviu para conciliar a cristandade em torno de um Deus que são três; para analisar a produção da verdade e de comportamentos nas sociedades modernas; e hoje, como um recurso científico para estudar, inclusive, políticas públicas.

Portanto, considerei como dispositivo todas as epistemes e instituições para a assistência aos pobres, independentemente das estratégias, inclusive, contraditórias entre si. Com isso, pudemos nos arriscar a pensá-lo a partir da história de Belém do Pará, identificando suas principais epistemes, suas instituições mais relevantes e, com sorte, suas estratégias.

Na aula de 17 de março de 1976 do curso *Em defesa da sociedade*, Foucault (2005) diferenciou a grande assistência, aquela que a um só tempo era maciça e lacunar, essencialmente vinculada à Igreja, de um novo modelo de assistência, baseado em mecanismos mais sutis e economicamente muito mais racionais, que de acordo com o próprio Foucault (2008a; 2008b) muito tinha a ver com o desenvolvimento de uma arte de governar liberal-neoliberal. Nesse rastro, busquei compreender, em que medida, esses mecanismos se incorporaram ao dispositivo de assistência aos pobres ao longo da história de Belém do Pará e descobrir o papel da Funpapa nisso tudo.

Para tanto, propus resgatar essa história a partir da experiência que antecedeu a criação da Funpapa. Com isso, pude analisar o novo modelo do dispositivo de assistência aos pobres operado pela fundação. E, por fim, foi possível investigar o porquê dessa virada.

Ao resgatar a história da grande assistência em Belém do Pará a partir da experiência que antecedeu a Funpapa, tive a necessidade de primeiro entender o que exatamente era essa tal grande assistência. E nesse ponto específico, a pesquisa tomou caminhos que não esperava,

porque além de me aprofundar sobre o poder pastoral estudado por Foucault (1990), senti a necessidade de também fazê-lo em relação ao poder cinegético, por sua vez, estudado por Chamayou (2012), e na complementariedade paradoxal desses poderes, então considerados opostos, apesar de Dias (2024a) mostrar que nem sempre foram entendidos como inconciliáveis, encontrar as origens da grande assistência na França e na Inglaterra entre os séculos XVI e XVII: uma caça aos pobres que, desde aquela época, se reveste de técnicas pastorais.

E nesse rastro segui pistas que, de algum modo, sugerem a recepção dessa caça, primeiro de indígenas, depois de pobres. Encontrei indícios da relação entre colonização e catequese, pedagogia e inquisição, corte e caridade, cuja história se estendeu do século XVIII ao século XX, com o possível colégio jesuíta que mais tarde deu origem à Casa de Caridade, depois como Casa das Educandas, que se tornou o Collegio Nossa Senhora do Amparo, e em seguida, o Instituto Gentil Bittencourt. Essa instituição de mais de duzentos anos, de algum modo, inspirou: a Companhia de Aprendizes Marinheiros, que deu lugar ao Instituto dos Educandos Artífices, renomeado como Instituto Lauro Sodré; o Instituto Orfanológico do Outeiro; e os dois internatos do Instituto Santo Antônio do Prata, todos relativamente documentados, inclusive em fotografias, disponíveis na seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna da Fundação Cultural do Pará.

Entre as décadas de 1960 e 1970, apesar de bem-vistas, essas instituições não davam conta das urgências daquela época: a melhoria da vida nos subúrbios e o problema do menor. Urgências retratadas pelos dois grandes jornais em circulação na época, *Folha do Norte* e *O Liberal*, que hoje estão disponíveis na seção de microfilmagem da Biblioteca Pública Arthur Vianna da Fundação Cultural do Pará, e cujos editoriais ansiavam por uma solução, um novo modelo de assistência, muito mais arrojado, parecido ao norte-americano. Anseio que logo se tornou apoio declarado ao projeto de lei do então prefeito, Stélio Maroja, que propunha a criação de uma fundação responsável pela assistência social no município.

O surgimento da Funpapa, em 1966, esteve marcado pela guerra fria no mundo e pelo regime militar no Brasil. A nível local, esteve marcado pela preocupação com o aumento do preço das vísceras, preocupação que também era percebida em relação às crianças mendigando pelas ruas e com relação aos adolescentes encontrados em festas consideradas impróprias à moral e aos bons costumes. Além disso, coincidiu com a consolidação do curso de serviço social em Belém do Pará; com a ascensão de novas instituições – Assembleia de Deus, União Espírita, Federação do Comércio, Centro Israelita, Legião da Boa Vontade, Sociedade Amigos de Belém e Rotary Club –, que disputavam a gestão da população mais pobre com a Arquidiocese de

Belém e, com isso, o prestígio junto ao governo, imprensa e até autoridades estrangeiras; e ainda com missões diplomáticas norte-americanas.

É bastante curioso o contexto por trás do surgimento da Funpapa. Trata-se de um contexto que, mesmo para quem está inserido no campo há tanto tempo, era desconhecido, encoberto pela fumaça do incêndio que teria atingido uma das primeiras sedes da fundação e, consequentemente, pelo silêncio dos documentos oficiais.

Esse foi um dos maiores desafios da pesquisa, sobretudo, quanto aos materiais de pesquisa. Como seria possível analisar o novo modelo do dispositivo de assistência aos pobres operado pela Funpapa? Onde poderia encontrar o discurso produzido, os programas e projetos colocados em prática pela fundação?

Mesmo com autorização da presidência da Funpapa por meio de processo administrativo próprio (Gdoc n. 5114/2022-Funpapa) para acessar os arquivos da fundação, não havia tantos arquivos assim para acessar. Nas minhas visitas ao Nusp e ao Nusvisa descobri que não tínhamos um setor responsável pela memória da assistência social no município. Para piorar, nem mesmo a Prefeitura de Belém tem um acervo público. Na verdade, a Semad ensaia a criação de um departamento responsável por essa memória, mas nada ainda, de fato, implementado.

Apesar desse cenário, colegas com longa trajetória na Funpapa, servidores de 15, 20, 30 anos ou mais de fundação, me ajudaram a encontrar materiais de pesquisa que nem o próprio Nusp ou Nusvisa contam nas suas estantes. Refiro-me aos livros *Caminhos da assistência I: crianças e adolescentes em situação de rua no Município de Belém*; *Caminhos da assistência II: a feição da pedagogia dos abrigos*; e *Caminhos da assistência III: um compromisso com a cidadania*. Todos retratam o discurso produzido, os programas e projetos colocados em prática pela fundação na gestão da então presidente Adelayde Soares durante o governo Hélio Gueiros.

O primeiro deles encontrei na Biblioteca Pública Arthur Vianna da Fundação Cultural do Pará. O livro sintetiza dados da pesquisa *Vamos contar...* que ocorreu em outubro de 1993. Com o apoio da Unama, a Funpapa buscou fazer um censo da população de crianças e adolescentes em situação de rua no município. Esse é o documento mais antigo à nossa disposição sobre o discurso que a fundação produziu, e está diretamente relacionado com o chamado problema do menor, que levou ou justificou a sua criação em 1966.

Já o segundo, encontrei na Biblioteca Pública Avertano Rocha da Fundação Cultural de Belém. O livro faz um relato da implementação e da rotina dos primeiros abrigos institucionais geridos pela fundação, que com o Estatuto da Criança e do Adolescente, assumiu o serviço em 1993 por meio do processo de reordenamento e municipalização.

E o terceiro, o qual considero o mais importante, consegui com uma colega já aposentada, que gentilmente o emprestou. O livro se propõe a fazer um histórico da Funpapa. Apesar do enfoque na virada da década de 1990, cita fatos da década de 1980 e, eventualmente, das décadas de 1970 e 1960.

Uma servidora, próximo à aposentadoria, do Setor de Arquivo da Semad, que em anos de trabalho havia conseguido catalogar os documentos recebidos na repartição, também me ajudou. Seguindo uma metodologia própria de trabalho, ela reuniu todos os documentos a sua disposição sobre a Funpapa numa pasta. Essa pasta contava, especificamente, com dez documentos jurídicos com alguma importância histórica. São leis, decretos, resoluções e portarias das décadas de 1960, 1970, 1980 e 1990 referentes à fundação, além de dois documentos da década de 1940 que, portanto, antecedem à sua criação, mas cuja matéria versa, de algum modo, sobre a assistência social no município. Os documentos mais antigos ainda constam em suas versões originais, datilografadas e assinadas pelo prefeito da época, a exemplo da lei que instituiu o chamado imposto de caridade.

Com esses materiais de pesquisa em mãos pude conhecer, ainda que em partes, o discurso produzido, os programas e projetos colocados em prática pela fundação ao longo dos cinquenta anos de história. Nos primeiros anos dessa história, me deparei com o Projeto Casulo, que muito tem a ver com as bulas do Papa João XXIII, mas sobretudo com a Doutrina da Segurança Nacional da Escola Superior de Guerra. Nos anos seguintes dela, me deparei com uma política de assistência social que mais parecia preocupada em garantir reserva de mercado de meninos aptos a reparar carros, varrer praças, vender jornal e picolé nas ruas, ou carregar malas na rodoviária, além de formar garçons, babás, faxineiras, lavadeiras e passadeiras de roupa, e tantas outras profissões que a própria fundação chamou, em 1996, de arte de bem servir.

Entre 1997 e 2004, a história da Funpapa passa a ser mais bem documentada. Na gestão da então presidente Sandra Helena Cruz durante o governo Edmilson Rodrigues, a fundação contou com uma série de publicações que registraram eventos, falas, iniciativas etc. Entre elas, destaco os livros *A reinvenção do social: poder popular e política de assistência em Belém* e *A política de assistência social em Belém: palavra de quem trabalha e reinventa a vida*.

Nesses livros, a Funpapa renega o que era, sonhando em ser algo novo, mas sem necessariamente conseguir. Provavelmente, por conta dos jogos de poder e da disputa de forças de diferentes contextos que atravessavam o dispositivo de assistência aos pobres naquela época, como sugere a fala do prefeito num evento da assistência social do município a respeito da influência das agências multilaterais e do capital financeiro sobre o então empossado governo

Lula, das legítimas reivindicações do quadro de servidores da fundação que ele não tinha condições de atender e do uso eleitoreiro dos programas e projetos sociais por seus antecessores.

Grosso modo, a Funpapa reconhece os absurdos do próprio passado, como os Projetos Grama e Jornaleiro, e passa a apostar nos Projetos Sementes do Amanhã, Escola Circo, Educação Social de Rua, Tambá-Tajá e Ninho das Águias, que a fundação chegou a considerar como a última barreira ao neoliberalismo pela sua capacidade de mobilização popular e de transformar a dura realidade das famílias que viviam da coleta de materiais recicláveis no Lixão do Aurá, humilhadas pelas ruas, marcadas pela violência sexual ou cooptadas por gangues e galeras.

Logo supus que os anos de ouro da Funpapa, como chamo esse período entre 1997 e 2004, tivessem provocado algum tipo de inflexão do dispositivo de assistência aos pobres. Quando, finalmente, a velha estratégia *x* tenha sido substituída por *y*, ou ainda ela mesmo se tornado *z*, ao incorporar contraestratégias de gestores e trabalhadores da assistência social pelo lado de dentro, e pelo lado de fora, de estudiosos, movimentos sociais e representações de usuários. É possível que isso, de fato, tenha acontecido, mas existe outra possibilidade. As forças, ao mesmo tempo que davam novos ares ao dispositivo de assistência aos pobres, podem ter sido capturadas por esse mesmo dispositivo, limitadas aos cálculos governamentais, incorporando e reproduzindo aqueles mecanismos mais sutis e economicamente muito mais racionais do novo modelo de assistência, regulamentadas entre 2004-presente com a Política Nacional de Assistência Social.

Refiro-me, por exemplo, à definição de pobreza, aos programas de transferência de renda mediante condicionalidades e ao papel atribuído à população mais pobre na economia por meio do mercado informal. De fato, ao investigar o porquê da virada da grande assistência para o novo modelo do dispositivo de assistência aos pobres em Belém do Pará, descobri que a lógica daquelas iniciativas, tão celebradas, tinha muito a ver com as recomendações do Banco Mundial e de tantas outras agências multilaterais, que por sua vez, surgiram com a consolidação do neoliberalismo no cenário mundial como resposta à crise do próprio liberalismo. Trata-se de uma contradição ignorada pelo campo, mas que nos revela muito dele.

Considero, portanto, que a Política Nacional de Assistência Social está genealogicamente ligada às reformas do quadro jurídico-institucional provocadas pelo neoliberalismo ao longo da década 1980. Foi quando esse sistema normativo, como Dardot e Laval (2016) se referem ao neoliberalismo, por meio de uma governamentalidade própria, passou a articular os discursos e as práticas que o reproduzem a partir dos dispositivos disciplinares e de segurança, como é o caso do novo modelo de assistência.

Por isso, muito antes de ser comum a todo país, já era uma realidade local. Acreditando fielmente que combatíamos o neoliberalismo, estava-se, na verdade o recepcionando. Reproduzindo silenciosamente a nova racionalidade ao reformar o quadro jurídico-institucional que, aos poucos, viabilizou a governamentalidade própria desse sistema normativo.

Nesses últimos vinte anos, a Funpapa tem gerido uma estrutura de CRAS, CREAS, abrigos institucionais e congêneres sob condições precárias devido aos desafios do financiamento da política pública, que não são exatamente acidentais, mas constitutivos do novo modelo de assistência. Por meio dessa estrutura, a fundação busca atender as chamadas famílias em vulnerabilidade e risco social; crianças, adolescentes, mulheres, idosos e pessoas com deficiência vítimas de violência sexual, física e psicológica; tráfico de pessoas, deslocamento forçado, discriminação racial, étnica, de origem, sexual e de gênero; situação de rua; trabalho infantil, trabalho escravo etc., ao mesmo tempo que lida com o sofrimento do próprio quadro de servidores. Trata-se de um sofrimento que, segundo Dejours (2006), muito diz sobre a banalização do mal, dos efeitos do neoliberalismo sobre os trabalhadores, no caso, da assistência social.

Afora isso, a fundação ainda lida com uma série de disputas. Protagoniza disputas internas entre governo, gestores e trabalhadores da assistência social, e é coadjuvante em tantas outras, mas externas, sobretudo com entidades não-governamentais e igrejas, quem sabe, ainda de forma mais velada, mas não menos raras, com facções e milícias.

Apesar do fascínio que o estudo dessas disputas me causa, a pesquisa seguiu por outro caminho: o papel que a Política Nacional de Assistência Social tem desempenhado na normalização das formas de vida das famílias em vulnerabilidade e risco social. Ou seja, de como os mecanismos mais sutis e economicamente muito mais racionais desse novo modelo de assistência capturam e conduzem a população mais pobre, cujos achados me ajudaram a situar a hipótese numa dinâmica global, mas sobretudo local.

Lembremos que minha hipótese partia da própria noção de biopolítica. Na noção particularmente desenvolvida por Foucault (2008a; 2008b) ao estudar os dispositivos de segurança, e aprofundada por ele quando tratou do neoliberalismo. De como poder pastoral característico desses dispositivos e a lógica empreendedora do *homo oeconomicus* respondiam à pergunta que orientou toda a pesquisa.

A grande assistência, um dispositivo disciplinar por excelência, com o tempo, se tornou um dispositivo de segurança, um dispositivo biopolítico. Com o novo modelo de assistência, a população mais pobre deixa de ser confinada em estabelecimentos fechados e passa a ser controlada ao ar livre, conduzida como um rebanho dentro de pastos muitos

limitados, com a diferença que, agora, a condução não está mais em função da salvação, e sim de um outro regime de verdade, permeados por jogos de verdadeiro e falso sobre o quão rentável pode ser salvar uma ovelha desgarrada e reinseri-la ao rebanho que o pastor tanto investe de seu tempo, cuidados e afeto. Afinal, o neoliberalismo considera natural e legítima, porque racional, a exclusão da ovelha inútil porque não rentável: é a lógica implacável do fazer viver, deixar morrer fundada no mercado como regime de verdade.

Depois do percurso feito, considero que a hipótese foi um importante farol. Contudo, o farol iluminou apenas uma parte da rota. Como disse anteriormente, acredito que outros elementos tenham faltado à equação. Refiro-me ao poder cinegético, que não considerei na hipótese, mas cujas técnicas de perseguição sistemática de mendigos, malandros e vagabundos, não necessariamente sutis e economicamente racionais, é verdade, estão na origem do dispositivo de assistência aos pobres e que, paradoxalmente, integram o novo modelo de assistência, ainda que não declaradamente.

Na Funpapa, operando o novo modelo do dispositivo de assistência aos pobres por meio da Política Nacional de Assistência Social, vamos em busca, escutamos, oferecemos cuidados e conduzimos condutas que julgamos ser, do alto de nosso messianismo, salvadoras, mas que, em determinadas circunstâncias, pode desarticular a forma de vida de toda uma população, sem precisar confiná-la em massa como antes. Muros não são mais tão necessários como já foram no passado para gerir a pobreza.

Mas para isso, também desqualificamos, acompanhamos e perseguimos os corpos, incluindo mentes e territórios, das periferias, em meio às facções ou debaixo dos viadutos. Quando conseguimos capturá-los, servimos de antessala da empresa de fundo de quintal que pode ser aberta por um pobre desgraçado bem-atendido. Caso contrário, a antessala é da prisão. O que explica a íntima relação que Wacquant (2001) denuncia entre assistência social, a lógica empreendedora e o sistema carcerário.

Parafraseando Deluchey (2024), trata-se, portanto, do lado *b* do novo modelo de assistência, ainda que com mecanismos mais sutis e economicamente muito mais racionais, emprega o racismo de Estado no modo como articula estrategicamente os discursos e as práticas relacionados à população mais pobre. A face que revela a pulsão de morte de um dispositivo que, à primeira vista, só parece fazer viver.

Portanto, acredito ter contribuído para a formação de um estado da arte sobre o dispositivo de assistência aos pobres. Assim como acredito ter contribuído também para abrir portas para novas pesquisas, sobretudo em relação às disputas externas das quais a Funpapa trava com entidades não-governamentais e igrejas, essas, mais que qualquer outras.

São fundamentais pesquisas sobre o papel que as igrejas desempenham na vida da população mais pobre, de modo a descobrir até onde a Política Nacional de Assistência Social reforça o domínio religioso ou, caso contrário, tem sido um entrave a tal domínio. Nesse mesmo sentido, são igualmente fundamentais pesquisas sobre a intercessão entre essa política pública e as outras que, de algum modo, também operam o dispositivo de assistência aos pobres ou, quem sabe, a interface do SUAS com o Sistema de Justiça, sobretudo quanto à submissão a juízes e promotores.

Afora, é claro, pesquisas sobre eventual agência ou mesmo alguma resistência das famílias atendidas à Política Nacional de Assistência Social. Por meio delas, descobrir uma possível subversão dos processos de subjetivação e socialização dessa política pública. Indo além de uma leitura passiva ou vitimista da população mais pobre. Ao deixarmos de ignorar as contraestratégias do outro lado do balcão dos CRAS, CREAS, abrigos institucionais e congêneres, é possível que, enfim, possamos pensar um uso-outro ao dispositivo de assistência aos pobres ou, quem sabe, inoperá-lo. O que metodologicamente só seria possível, é verdade, se considerada a perspectiva dos próprios vencidos, nos termos de Walter Benjamin, ou das próprias vítimas, nos termos de Elsa Dorlin.

Talvez seja possível encontrar respostas, a partir das vidas vividas na periferia, entre as facções e debaixo do viaduto, de como a Funpapa eventualmente viabilize alternativas ao neoliberalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Waldir Ferreira. **O trabalho de socialização de meninos de rua em Belém do Pará**: um estudo sobre a República do Pequeno Vendedor. 162 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer I**: o poder soberano e a vida nua. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer II**: Estado de exceção. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer IV**: o uso dos corpos. Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2017.

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? Tradução de Nilcéia Valdati. **Revista Outra Travessia**, Florianópolis, v. 5, p. 9-16, 2005.

ALMEIDA, Alfredo de. Solidariedades ameaçadas e a redefinição do serviço público In: NEVES, Rosa Helena Nascimento; QUINTELA, Rosângela da Silva; CRUZ, Sandra Helena (Org.). **A reinvenção do social**: poder popular e política de assistência em Belém. Belém: Editora Paka-Tatu, 2004.

ALMEIDA, Letícia Gonçalves Alfeu de. Jean Gerson e a construção de um modelo de vida devota para as mulheres laicas. In: **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História**, Florianópolis, 2015.

ALVES, Lana Patrícia de Lemos. **A gente precisa é trabalhar**: ser criança nas políticas dirigidas às crianças. 127 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1982.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington**: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo, 1994. Disponível em: <https://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Consenso%20de%20Washington.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2024.

BORGES, Ana Cleide; CABRAL, Ivone Rosa; MENESES, Jaileny Araújo de; NEPOMUCENO, Silvaney Neri. Ontem a criança que catava... Hoje é semente do amanhã! In: NEVES, Rosa Helena Nascimento; QUINTELA, Rosângela da Silva; CRUZ, Sandra Helena (Org.). **A política de assistência social em Belém**: palavra de quem trabalha e reinventa a vida. Belém: Editora Paka-Tatu, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 1998.

BUTIÑA, Francisco. **Pombal y Malagrida: persecución anti-jesuitica en Portugal**. Barcelona: Imprimatur, 1902.

CABRAL, Assunta Maria. Memória social e coletiva na trajetória da assistência social em Belém. In: NEVES, Rosa Helena Nascimento; QUINTELA, Rosângela da Silva; CRUZ, Sandra Helena (Org.). **A reinvenção do social: poder popular e política de assistência em Belém**. Belém: Editora Paka-Tatu, 2004.

CARDOSO, Welson. Governo democrático popular e o desafio de enfrentar o neoliberalismo através do poder social. In: NEVES, Rosa Helena Nascimento; QUINTELA, Rosângela da Silva; CRUZ, Sandra Helena (Org.). **A reinvenção do social: poder popular e política de assistência em Belém**. Belém: Editora Paka-Tatu, 2004.

CHAMAYOU, Grégoire. **Las cazas del hombre: el ser humano como presa de la Grecia de Aristóteles a la Italia de Berlusconi**. Traducción de María Lomeña Galiano. Madri, Errata Naturae, 2012.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7. ed. Contexto: São Paulo, 2013.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **Revista da FGV**, São Paulo, v. 1, n. 2, não paginado, 2002.

CRUZ, Sandra Helena. Municipalização e financiamento da assistência social: notas sobre a experiência de Belém. In: NEVES, Rosa Helena Nascimento; QUINTELA, Rosângela da Silva; _____ (Org.). **A reinvenção do social: poder popular e política de assistência em Belém**. Belém: Editora Paka-Tatu, 2004.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Conferência de abertura “Da nova razão do mundo à guerra civil”. In: **Simpósio Internacional Neoliberalismo e Alternativas**, Belém, 2024.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian; SAUVÊTRE, Pierre; GUÉGUEN, Haud. **A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo**. Tradução de Márcia Pereira Cunha. São Paulo: Elefante, 2021.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

DELEUZE, Gilles. Sobre as sociedades de controle. In: _____. **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELUCHEY, Jean-François Yves. **Biopolítica e morte no Brasil: o extermínio da juventude negra (ultra)periférica na Amazônia**. Relatório de Pesquisa. 154 f. Grupo de Estudos sobre as Normalizações Violentas das Vidas na Amazônia; Special Program Security, Society and State. Universidade Federal do Pará; Gerda Henkel Stiftung (Düsseldorf), Belém, 2019.

DELUCHEY, Jean-François Yves. Palestra proferida no painel “Neoliberalismo, guerra e política”. In: **Simpósio Internacional Neoliberalismo e Alternativas**, Belém, 2024.

DELUCHEY, Jean-François Yves. Sobre estratégias e dispositivos normativos em Foucault: considerações de método. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, Goiânia, v. 40, n. 2, p. 175-196, 2016.

DIAS, Bárbara Lou da Costa Veloso. Palestra proferida no painel “Neoliberalismo, guerra e política”. In: **Simpósio Internacional Neoliberalismo e Alternativas**, Belém, 2024b.

DIAS, Bárbara Lou da Costa Veloso. Uma teologia política para a guerra total e contínua. **Revista Problemas Brasileiros**, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://revistapb.com.br/artigos/subjugai-a-terra-sobre-as-aves-do-ceu-e-sobre-tudo-que-vive-e-se-move-sobre-a-terra-genesis-1-26-29/>. Acesso em: 23 jul. 2024a.

FERREIRA, Zaraia Guará. Financiamento da assistência social em Belém: um estudo sobre o fundo municipal entre 2006 e 2017. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 22, n. 1, p. 156-178, 2022.

FONSECA, Zaira. Práticas pedagógicas inovadoras: uma troca de olhares com a assistência social. In: NEVES, Rosa Helena Nascimento; QUINTELA, Rosângela da Silva; CRUZ, Sandra Helena (Org.). **A reinvenção do social: poder popular e política de assistência** em Belém. Belém: Editora Paka-Tatu, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Edições Graal: Rio de Janeiro, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. Omnes et singulatim: por uma crítica da “razão política”. Tradução de Heloísa Jahn. **Revista Novos Estudos da Cebrap**, São Paulo, n. 26, p. 77-99, 1990.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. In: _____. **Microfísica do poder**. Organizado e revisado por Roberto Machado. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 20. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

FUNPAPA. **Caminhos da assistência I: crianças e adolescentes em situação de rua** no Município de Belém. Belém: Funpapa, 1994.

FUNPAPA. **Caminhos da assistência II: a feição da pedagogia dos abrigos**. Belém: Funpapa, 1995.

FUNPAPA. **Caminhos da assistência III: um compromisso com a cidadania**. Belém: Funpapa, 1996.

GAGO, Verónica. **La razón neoliberal: economías barrocas y pragmática popular**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2014.

GALVÃO, Georgina. Sementes do Amanhã: atear criatividade e oportunidades para famílias catadoras do Aruá. In: NEVES, Rosa Helena Nascimento; QUINTELA, Rosângela da Silva; CRUZ, Sandra Helena (Org.). **A reinvenção do social: poder popular e política de assistência em Belém**. Belém: Editora Paka-Tatu, 2004.

GUIMARÃES FILHO, Gilberto. **Direito colonial e políticas de morte no Grão-Pará: formas jurídicas do escravismo e do genocídio colonial no Estado do Pará**. 227 f. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito. Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

GLIELMO, Gustavo Ferreira. **O projeto português para a Amazônia e a Companhia de Jesus: reflexos do confronto entre absolutismo ilustrado e poder religioso na América equinocial**. 238 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

LINO, Michelle Vilaça. **Família em vulnerabilidade social: uma produção de demanda**. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

LINO, Michelle Vilaça; SIQUEIRA, Kássia de Oliveira Martins. Assistência social e biopoder: produzindo vulnerabilidades, prevenindo riscos e normalizando as formas de viver. **Revista Mnemosine**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 35-53, 2013.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia**. Tradução de Anton P. Carr, Lúcia Aparecida Cardieri Mendonça e Eunice Ribeiro Durham. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. Cortez Editora: São Paulo, 1997.

MARTINS, Ricardo Evandro Santos. Dispositivo, profanação e direito que vem: compreender o conceito de dispositivo para, em seguida, profaná-lo. **Revista BemDito**, Fortaleza, 2021. Disponível em: <<https://bemditojor.com/dispositivo-profanacao-e-o-direito-que-vem/>>. Acesso em: 2 ago. 2024.

MARTINS; Lúcia; OLIVEIRA, Antônio Édeem; MAIA, Ivone; GOMES, Maria Benedita; SOUZA, Wendell. Entre a rua, a família e a comunidade: a trajetória do Projeto Educação Social de Rua sob o olhar dos educadores sociais. In: NEVES, Rosa Helena Nascimento; QUINTELA, Rosângela da Silva; CRUZ, Sandra Helena (Org.). **A política de assistência**

social em Belém: palavra de quem trabalha e reinventa a vida. Belém: Editora Paka-Tatu, 2004.

MATHIS, Adriana de Azevedo; SANTANA, Joana Valente; SILVA, Max Nazareno Miranda da; CRUZ, Jaqueline do Nascimento. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPA: elementos históricos e temas de pesquisa em 20 anos. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 216-224, 2017.

MATOS, Saulo Monteiro Martinho de. Palestra proferida no painel “Neoliberalismo, guerra e política”. In: **Simpósio Internacional Neoliberalismo e Alternativas**, Belém, 2024.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica:** biopoder, soberania, Estado de exceção e política da morte. Tradução de Renata Santini. 3. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MENDES, Andréa de Barros. **Saúde mental e trabalho na assistência social:** vivências de sofrimento psíquico e estratégias de defesa dos servidores da Funpapa. 152 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

MUFARREJ, Ciane. A produção de dados e informação na Política de Assistência Social de Belém. In: NEVES, Rosa Helena Nascimento; QUINTELA, Rosângela da Silva; CRUZ, Sandra Helena Ribeiro (Org.). **A reinvenção do social:** poder popular e política de assistência em Belém. Belém: Editora Paka-Tatu, 2004.

NONATO, Ana Cláudia; SILVA, Mônica Luiza da; BRASIL, Roberta; QUINTELA, Rosângela. Indo contra a maré, vinga Tamba-Tajá. In: NEVES, Rosa Helena Nascimento; QUINTELA, Rosângela da Silva; CRUZ, Sandra Helena (Org.). **A política de assistência social em Belém:** palavra de quem trabalha e reinventa a vida. Belém: Editora Paka-Tatu, 2004.

NOVAES, Jurandir. Fala de abertura. In: **Seminário de Arquivo de Belém:** preservando e democratizando a memória, Belém, 2022.

PACTO federativo e agenda para a reconstrução do SUAS. In: **XXIII Encontro Regional do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social:** Caminhos para a reconstrução do SUAS no Brasil, 2023, Belém.

PENNA, Regina. Planejamento estratégico: uma nova forma de pensar e fazer a política de assistência social. In: NEVES, Rosa Helena Nascimento; QUINTELA, Rosângela da Silva; CRUZ, Sandra Helena (Org.). **A reinvenção do social:** poder popular e política de assistência em Belém. Belém: Editora Paka-Tatu, 2004.

PEREIRA, Glória. Implementação do Serviço Família Acolhedora. In: **Seminário do Serviço Família Acolhedora de Belém**, Belém, 2024.

PINHEIRO, Welington da Costa. **O Instituto Orfanológico do Outeiro:** assistência, proteção e educação de meninos órfãos e desvalidos em Belém do Pará (1903-1913). 227 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação. Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Tradução de Fanny Wrabel. 2. ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

REBELO, Romário Edson da Silva. **Acolhimento institucional de crianças e adolescentes com deficiência**. 252 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Direito. Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

REBELO, Romário Edson da Silva. Biopolítica como pacificação da vida revolucionária. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 228, p. 189-200, 2021.

REBELO, Romário Edson da Silva. Indústria alimentícia, fome e pandemia. In: **Anais do III Seminário Internacional de Direitos Humanos e Sociedade**, Florianópolis, 2021.

REBELO, Romário Edson da Silva. Instituições totais como dispositivo biopolítico: o neoliberalismo como chave de leitura da gestão dos indesejáveis. In: **Anais do VI Encontro Virtual do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito**, Florianópolis, 2023.

REBELO, Romário Edson da Silva; DELUCHEY, Jean-François Yves. Assistência social, biopolítica e neoliberalismo. **Revista de Direitos Sociais, Seguridade e Previdência Social**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 34-54, 2023.

REBELO, Romário Edson da Silva; RAIOL, Raimundo Wilson Gama. A tradição da institucionalização em Belém do Pará: um estudo jurídico-documental sobre a prática do confinamento de crianças e adolescentes em estabelecimentos fechados. In: **Anais do IV Congresso Pernambucano de Ciências Jurídicas**, Arcoverde, 2021.

REBELO, Romário Edson da Silva; SOUZA, Elenildo Carvalho; SOUZA, Alex Santiago de. Para além da situação de emergência: análise da demanda Warao na política de assistência social. In: **Anais do V Seminário Internacional da América Latina e Caribe**, Belém, 2024.

RIZZINI, Irene. **A criança e a lei no Brasil**: revisitando a história. Brasília: Unicef, 2000.

RODRIGUES, Edmilson. Palavras abertas aos artífices da assistência social. In: NEVES, Rosa Helena Nascimento; QUINTELA, Rosângela da Silva; CRUZ, Sandra Helena (Org.). **A reinvenção do social**: poder popular e política de assistência em Belém. Belém: Editora Paka-Tatu, 2004.

ROSEMBERG, Fúlvia. O Projeto Casulo e a Doutrina da Segurança Nacional. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. Cortez Editora: São Paulo, 1997.

SCARANO, Julita. Criança esquecida das Minas Gerais. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7. ed. Contexto: São Paulo (SP), 2013. Cap. 4, p. 107-136.

SEAWRIGHT, Ieda Cristina; RAIOL, José Rui; ALVES, Lana Patrícia de Lemos; MONTEIRO, Raimunda Cabral. O circo: a arte que ensina a viver. In: NEVES, Rosa Helena Nascimento; QUINTELA, Rosângela da Silva; CRUZ, Sandra Helena (Org.). **A política de assistência social em Belém**: palavra de quem trabalha e reinventa a vida. Belém: Editora Paka-Tatu, 2004.

SILVA, Iverson Geraldo da. Pombal e Malagrida: duas visões sobre o terremoto 1755 e o embate entre modernidade e tradição. In: **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História**, Florianópolis, 2015.

SILVA, Sívio Eder Dias da; PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza; SANTOS, Lucialba Maria Silva dos. A enfermagem estimulando o autocuidado de adolescentes a partir das representações sociais desses sobre as bebidas alcóolicas. **Revista Enfermagem em foco**, Brasília, v. 2, n. 3, p. 160-163, 2011.

SIMÕES, Maria Bethânia. O jovem conquistando seu espaço. In: NEVES, Rosa Helena Nascimento; QUINTELA, Rosângela da Silva; CRUZ, Sandra Helena (Org.). **A política de assistência social em Belém**: palavra de quem trabalha e reinventa a vida. Belém: Editora Paka-Tatu, 2004.

SIQUEIRA, Kássia de Oliveira Martins. **Entre os direitos e a filantropia**: práticas da assistência social e controle da vida. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

TAKAGI, Maya. A implantação do Programa Fome Zero do governo Lula. In: ARANHA, Adriana Veiga (Org.). **Fome Zero**: uma história brasileira. Brasília: MDS, 2010.

TORRES, Maria José. A política municipal de atenção à criança e ao adolescente no município de Belém: uma breve incursão no período de 1993 a 2003. In: NEVES, Rosa Helena Nascimento; QUINTELA, Rosângela da Silva; CRUZ, Sandra Helena (Org.). **A reinvenção do social**: poder popular e política de assistência em Belém. Belém: Editora Paka-Tatu, 2004.

VIEIRA, Livia Maria Fraga. Uma história da política de creches do Brasil: o Projeto Casulo da LBA. **Revista Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 24, n. 45, p. 34-66, 2022.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria. 3. ed. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu**: a retórica do poder. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2007.

WILDE, Oscar. **A alma do homem sob o socialismo**. Tradução de Mia Wallace e Vicent Vega. Ponte de Lima: Coletivo Sabotagem, 2004.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

A PROTEÇÃO à criança nos EUA. **Folha do Norte**, Belém, 8 maio. 1966.

ASSISTENTES [ilegível] novas reuniões [ilegível]tora. **O Liberal**, Belém, 14 maio. 1966.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 1990**. Tradução não creditada. Rio de Janeiro: FGV, 1990.

BELÉM. **Anuário Estatístico do Município de Belém de 2011**. Belém: Prefeitura de Belém, 2012.

BELÉM. Conselho Municipal de Assistência Social. **Resolução n. 4, de 25 de fevereiro de 2021**. Regulamenta os critérios para a concessão de benefícios eventuais no Município de Belém em situações de nascimento, morte e calamidades públicas. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/507885102/RESOLUCAO-N%C2%BA-04-de-25-Fev-2021-Republicada-com-correcao-da-resolucao-017-2020-nos-termos-da-ata-n%C2%BA02-2021-CMAS-dom-04-03-21>>. Acesso em: 23 jul. 2024.

BELÉM. **Decreto Municipal n. 11.600, de 4 de agosto de 1966**. Dispõe da Assembleia de Instituidores da Fundação Papa João XXIII e dá outras providências, 1966.

BELÉM. **Decreto Municipal n. 163, de 12 de novembro de 1948**. Cria o Departamento de Assistência Municipal. Belém: Prefeitura Municipal, 1948.

BELÉM. **Decreto Municipal n. 21.414, de 8 de fevereiro de 1990**. Homologa a Resolução n. 01, de 26 de janeiro de 1990, do Conselho Deliberativo da Fundação Papa João XXIII. Belém: Prefeitura Municipal, 1990.

BELÉM. **Lei Municipal n. 12, de 8 de outubro de 1948**. Dispõe do Imposto sobre Diversões Públicas, o atual Imposto Municipal de Caridade. Belém: Prefeitura Municipal, 1948.

BELÉM. **Lei Municipal n. 6.022, de 8 de maio de 1966**. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Papa João XXIII, o Corpo de Voluntários para o Serviço Social, cria o Fundo do Serviço Social de Belém, abre o crédito especial de Cr\$ 300.000.000 e dá outras providências. Belém: Prefeitura Municipal, 1966.

BELÉM. **Lei Municipal n. 7.231, de 14 de novembro de 1983**. Altera a Lei Municipal n. 6.022, de 8 de maio de 1966, que institui a Fundação Papa João XXIII e dá outras providências. Belém: Prefeitura Municipal, 1983.

BELÉM. **Lei Municipal n. 7.505, de 8 de janeiro de 1991**. Confere personalidade pública à Fundação Papa João XXIII, altera dispositivos da Lei Municipal n. 7.231, de 14 de novembro de 1983, e dá outras providências. Belém: Prefeitura Municipal, 1991.

BELÉM. **Lei Municipal n. 7.857, de 12 de dezembro de 1997**. Dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social, criação do Conselho e do Fundo Municipal de Assistência Social de Belém. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pa/b/belem/lei-ordinaria/1997/786/7857/lei-ordinaria-n-7857-1997-dispoe-sobre-a-politica-municipal-de->

[assistencia-social-criacao-do-conselho-e-do-fundo-municipal-de-assistencia-social-de-belem](#)>. Acesso em: 21 jul. 2024.

BELÉM. **Lei Municipal n. 8.447, de 20 de julho de 2005**. Dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreira da Fundação Papa João XXIII – Funpapa. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pa/b/belem/lei-ordinaria/2005/845/8447/lei-ordinaria-n-8447-2005-dispoe-sobre-o-plano-de-cargos-e-carreira-da-fundacao-papa-joao-xxiii-funpapa>>. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. Biblioteca Luso-Brasileira. **Ofício de 1806 do bispo do Pará, D. Manuel [de Almeida Carvalho], para o [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Visconde de Anadia**. Rio de Janeiro: s. d. Disponível em: <<https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/358839>>. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional Assistência Social. **Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009**. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional Assistência Social. **Resolução n. 130, de 15 de julho de 2005**. Aprova a Norma Operacional Básica da Política Nacional de Assistência Social. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=102523.#:~:text=Aprova%20a%20Norma%20Operacional%20B%C3%A1sica,IX%20e%20XIV%20do%20art.>>. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional Assistência Social. **Resolução n. 145, de 15 de outubro de 2004**. Aprova a Política Nacional de Assistência Social. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/resolucoes/2004/Resolucao%20CNAS%20no%20145-%20de%2015%20de%20outubro%20de%202004.pdf>. Acesso: 23 jul. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional Assistência Social. **Resolução n. 269, de 13 de dezembro de 2006**. Aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos da Política Nacional de Assistência Social. Disponível em: <<http://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-269-de-13-de-dezembro-de-2006/#:~:text=RESOLU%C3%87%C3%83O%20N%C2%BA%20269%2C%20DE%2013,Secretaria%20Nacional%20de%20Assist%C3%Aancia%20Social&text=Aprova%20a%20Norma%20Operacional%20B%C3%A1sica,%E2%80%93%20NOB%2DRH%2FSUAS>>. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica da Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Governo Federal, 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos da Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Governo Federal, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Benefícios Eventuais**. Brasília: Governo Federal, 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Governo Federal, 2004a.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução n. 119, de 4 de agosto de 2023**. Aprova os parâmetros para a atuação do Sistema Único da Assistência Social relação interinstitucional da rede socioassistencial com o Sistema de Justiça e outros Órgãos de Defesa e Garantia de Direitos. Disponível em: <<https://redeassocialpg.wordpress.com/wp-content/uploads/2023/09/resolucao-cnasmds-no-119-2023.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília: Governo Federal, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 510, de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **Resolução n. 71, de 15 de junho de 2011**. Dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público na defesa do direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em acolhimento e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.cnmp.mp.br/portal/images/CALJ/resolucoes/Resoluo-n-293.pdf>>. Acesso: 23 jul. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Nacional de Assistência Social. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília: Governo Federal, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília: Governo Federal, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854**. Aprova o Regulamento para a reforma do ensino primario e secundario do Municipio da Côrte. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>>. Acesso em: 24 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 1.517, de 4 de janeiro de 1855**. Crêa huma Companhia de Aprendizizes Marinheiros na Provincia do Pará, e manda observar o Regulamento respectivo. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1517-4-janeiro-1855-558302-publicacaooriginal-79450-pe.html>>. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 11.498, de 25 de abril de 2023.** Altera o Decreto n. 8.874, de 11 de outubro de 2016, para dispor sobre incentivo ao financiamento de projetos de infraestrutura com benefícios ambientais e sociais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11498.htm. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 11.964, de 26 de março de 2024.** Regulamenta os critérios e as condições para enquadramento e acompanhamento dos projetos de investimento considerados como prioritários na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação, para fins de emissão dos valores mobiliários de que tratam o art. 2º da Lei n. 12.431, de 24 de junho de 2011, e a Lei n. 14.801, de 9 de janeiro de 2024, e revoga o Decreto n. 8.874, de 11 de outubro de 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2024/decreto-11964-26-marco-2024-795426-publicacaooriginal-171363-pe.html>. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 53.700, de 13 de março de 1964.** Declara de interesse social para fins de desapropriação as áreas rurais que ladeiam os eixos rodoviários federais, os leitos das ferrovias nacionais, e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União em obras de irrigação, drenagem e açudagem, atualmente inexploradas ou exploradas contrariamente à função social da propriedade, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D53700.htm. Acesso em 23 jul. 2024.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 126, de 21 de dezembro de 2022.** Altera a Constituição Federal, para dispor sobre as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária, e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para excluir despesas dos limites previstos no art. 107; define regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc126.htm. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. **Lei 10.219, de 11 de abril de 2001.** Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação – Bolsa Escola, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10219.htm#:~:text=LEI%20No%2010.219%2C%20DE%2011%20DE%20ABRIL%20DE%202001.&text=Cria%20o%20Programa%20Nacional%20de,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. **Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004b.** Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2010.836%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202004&text=Cria%20o%20Programa%20Bolsa%20Fam%C3%ADlia,Art. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. **Lei n. 12.010, de 3 de agosto de 2009.** Dispõe sobre adoção; altera as Leis n. 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm>. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. **Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm>. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. **Medida Provisória n. 132, de 20 de outubro de 2003**. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/Antigas_2003/132.htm>. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. **Proposta de Emenda Constitucional n. 383, de 9 de novembro de 2017**. Altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=A3B9B6BA0D01A0304B235E08B6519FE1.proposicoesWebExterno2?codteor=1625874&filename=Avulso+-PEC+383/2017>. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. **Combate à fome e à pobreza**: Bolsa Família é apresentado a países do G20. Disponível em: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/04/combate-a-fome-e-a-pobreza-bolsa-familia-e-apresentado-a-paises-do-g20#:~:text=Lan%C3%A7ado%20no%20primeiro%20governo%20Lula,para%20a%20erradica%C3%A7%C3%A3o%20da%20pobreza>>. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. Senado Federal. **Parecer sobre o Relatório de Gestão Fiscal de 2022**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/transparencia/gestgov/audit/analises-dos-relatorios-de-gestao-fiscal/analise-do-rgf-3o-quadrimestre-de-2021>>. Acesso: 23 jul. 2024.

DESIGNADOS os instituidores da “Fundação João XXIII”. **O Liberal**, Belém, 5 ago. 1966.

FUNPAPA. Conselho Deliberativo. **II Estatuto da Fundação Papa João XXIII, de 23 de novembro de 1983**. Belém: Funpapa, 1983.

FUNPAPA. Conselho Deliberativo. **III Estatuto da Fundação Papa João XXIII, de 31 de janeiro de 1991**. Belém: Funpapa, 1991.

FUNPAPA. Conselho Deliberativo. **Resolução n. 04, de 1º de agosto de 1989**. Autoriza a Presidente da Fundação Papa João XXIII a estender aos servidores do órgão os efeitos do art. 154, I do Estatuto do Funcionalismo Público do Município de Belém. Belém: Funpapa, 1989.

FUNPAPA. Diagnóstico Socioterritorial. In: _____. **Plano Municipal de Assistência Social de Belém de 2022/2025**. Belém: Funpapa, 2021.

FUNPAPA. **Edital de Chamamento n. 02, de 20 de novembro de 2023**. Edital de chamamento para habilitar famílias residentes no município de Belém do Pará interessadas em participar do Serviço de Acolhimento como Família Acolhedora, com validade de dois anos, podendo ser prorrogado por igual período, de acordo com a disponibilidade orçamentária. Disponível em: <<https://funpapa.belem.pa.gov.br/servico-de-familia-acolhedora/>>. Acesso em: 23 jul. 2024.

FUNPAPA. **Edital de Credenciamento n. 01, de 30 de agosto de 2023**. Edital de credenciamento de caráter permanente para fins de selecionar organizações da sociedade civil para eventual celebração de termo de colaboração ou termo de fomento, de acordo com a Lei n. 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei n. 13.204, 14 de dezembro de 2015, e regulamentada pelo Decreto n. 8.726, de 27 de abril de 2016. Disponível em: <<https://funpapa.belem.pa.gov.br/wp-content/uploads/2023/08/EDITAL-DE-CREDENCIAMENTO-No-001-2023-FUNPAPA.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2024.

FUNPAPA. **Perfil das mulheres acolhidas na Casa Abrigo Emanuelle Rendeiro Diniz de 2008/2017**. Belém: Funpapa, 2019.

GOVERNADOR inspecionou distribuição de vísceras, agora, mais barato. **O Liberal**, Belém, 5 mar. 1966.

HOMENS no Corpo de Voluntários da Fundação do Serviço Social. **O Liberal**, Belém, 16 maio. 1966.

JOÃO XXIII, Papa. **Ad Petri Cathedra**. Vaticano, 1959.

JOÃO XXIII, Papa. **Mater et Magistra**. Vaticano, 1961.

JOÃO XXIII, Papa. **Pacem in Terris**. Vaticano, 1963.

LISBOA, Rose Suellen (Org.). **Guia de elaboração de trabalhos acadêmicos**. 3. ed. Belém: UFPA, 2023.

PARÁ. **Álbum fotográfico do Estado do Pará, de 15 de outubro de 1908**. Disponível em: <<https://www.fcp.pa.gov.br/acervodigital/opara1908/opara1908/assets/basic-html/page-417.htm>>. Acesso em: 23 jul. 2024.

PARÁ. **Almanak administrativo, mercantil e industrial, [de janeiro?] de 1868**. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/pdf/705985/per705985_1868_00001.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2024.

PARÁ. **Decreto Estadual n. 6.131, de 12 de julho de 1968**. Dispõe de novos preços da carne verde e das vísceras de gado bovino e suíno produzidas em abates no município de Belém ou importadas por qualquer meio de transporte para comercialização. Disponível em: <https://www.ioepa.com.br/pages/2016/03/07/2016.03.07.DOE_2.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2024.

PARÁ. Defensoria Pública Estadual. **Audiência pública, de 1º de julho de 2022**. Sobre a situação da assistência social em Belém. Disponível em:

<https://esdpa.defensoria.pa.def.br/esdpa/noticia.aspx?NOT_ID=5311>. Acesso em: 23 jul. 2024.

PAULO III, Papa. **Sublimis Deus**. Vaticano, 1537.

PORTUGAL. **Alvará de 3 de setembro de 1759**. Lei dada para a proscrição, desnaturalização e expulsão dos regulares da Companhia de Jesus, nestes reinos e seus domínios. Disponível em: <<https://antt.dglab.gov.pt/exposicoes-virtuais-2/expulsao-dos-jesuistas/>>. Acesso em: 23 jul. 2024.

PORTUGAL. Arquivo Nacional. **Processo do padre Gabriel Malagrida**. Lisboa: Torre do Tombo, s. d. Disponível em: <<https://inquisicao.info/view/2308165>>. Acesso em: 23 jul. 2024.

PORTUGAL. **Regimento do Governo-Geral do Brasil, de 17 de dezembro de 1548**. Sobre o Regimento de Dom João III entregue a Thomé de Sousa. Disponível em: <<http://www.historia-brasil.com/colonia/constituicao-1548.htm>>. Acesso em: 23 jul. 2024.

PREFEITO e vereadores apreciam a mensagem que cria o Serviço Social de Belém. **Folha do Norte**, Belém, 11 maio. 1966.

PROMETE o prefeito atender vários apelos feitos pelos vereadores. **Folha do Norte**, Belém, 12 maio. 1966.

PRONTO o projeto criando a Fundação Social de Belém. **O Liberal**, Belém, 13 abr. 1966.

QUANTIAS vultuosas para Assistência Médica e Social. **Folha do Norte**, Belém, 30 abr. 1966.

REYMÃO, José. A prefeitura entra no páreo. **Folha do Norte**, Belém, 18 maio. 1966.

REYMÃO, José. Menor abandonado: problema que continua desafiando governos e fazendo delinquentes. **Folha do Norte**, Belém, 18 maio. 1966.

SANCIONADA pelo prefeito a mensagem criando a Fundação “Papa João XXIII”. **Folha do Norte**, Belém, 3 jun. 1966.

SANTOS, Pedro. Assistência Social da PMB. **O Liberal**, Belém, 12 maio. 1966.

SANTOS, Pedro. Menores abandonados. **O Liberal**, Belém, 25 maio. 1966.

SANTOS, Pedro. O problema dos subúrbios. **O Liberal**, Belém, 14 mar. 1966.

SERVIÇO social do município favorecerá as classes humildes dos subúrbios da capital. **O Liberal**, Belém, 11 maio. 1966.

STÉLIO reuniu com instituidores da Fundação João XXIII. **O Liberal**, Belém, 2 jul. 1966b.

STÉLIO vai à CM debater criação do serviço social. **O Liberal**, Belém, 10 maio. 1966a.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO PARÁ. 1ª Vara da Infância e da Juventude de Belém. **Ação Civil Pública n.** 0829697-75.2019.814.0301. Ministério Público versus Estado do Pará. 2019.

TRIBUNAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO. 5ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária da Seção Judiciária do Pará. **Ação Civil Pública n.** 1026362-25.2022.401.3900. Defensoria Pública do Estado do Pará e Defensoria Pública da União versus União. 2022.